



**Gabriel Silva Rezende**

**A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA  
E O POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL:  
conceito, disrupção e ascensão política**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Rio de Janeiro  
Setembro de 2023



**Gabriel Silva Rezende**

**A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA  
E O POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL:  
conceito, disrupção e ascensão política**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-  
graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Dr. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho**  
Orientador  
Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

**Prof. Dr. Fernando Cardoso Lima Neto**  
Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Conde Gomes**  
Departamento de Ciências Sociais — PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Erica Simone Almeida Resende**  
Escola Superior de Guerra

**Prof. Dr. Eduardo de Vasconcelos Raposo**  
Pesquisador Autônomo

**Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Júnior**  
Universidade de Brasília

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

## **Gabriel Silva Rezende**

Bacharel em Relações Internacionais pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes (2015). Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2018). Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/PUC-Rio).

### Ficha Catalográfica

Rezende, Gabriel Silva

A crise da democracia representativa e o populismo de direita no Brasil: conceito, disrupção e ascensão política / Gabriel Silva Rezende; orientador: Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. – 2023.

231 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Democracia. 3. Populismo. 4. Direita. 5. Representação política. 6. Bolsonarismo. I. Ismael, Ricardo, 1960-. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

## Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa, cuja concessão viabilizou financeiramente meus estudos, artigos e livros publicados durante o doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de Financiamento 001.

Agradeço à PUC-Rio e ao Departamento de Ciências Sociais pelo âmbito de pesquisa, pela troca de conhecimento e pelas amizades. Ao meu orientador, prof. Ricardo Ismael, pela confiança, conselhos, parceria, pelas aulas e pelos projetos acadêmicos desenvolvidos juntos, oportunidades ímpares para meu engrandecimento enquanto pesquisador, sou imensamente grato.

Agradeço aos meus pais, Tony e Sandra, e a minha avó Eny por serem minha base. O lema em latim que sustenta o brasão da PUC-Rio, *Alis grave nil*, significa que com “com asas nada é pesado”, o que alude aos voos mais distantes que agora posso alçar. Por isso, sou eternamente agradecido aos meus pais e avó por proporcionarem não somente dignidade de vida, mas pela possibilidade de ter voado para os meus sonhos, porque eles foram, até aqui, às minhas asas. Esse título de “Doutor” é nosso.

Agradeço à minha esposa, Nathália, que antes mesmo do matrimônio, enquanto amiga, já acompanhava a minha vida e minha trajetória acadêmica desde o Ensino Médio. Obrigado pela parceria, por ser meu ombro amigo, por escutar minhas angústias, mas também felicidades. Obrigado pelo seu amor e seu carinho, viveremos novas aventuras e compartilharemos novos sonhos.

Agradeço aos queridos professores que passaram em minha vida e que muito contribuíram para meu desenvolvimento intelectual: Erica Resende, Paulo Gracino, Eduardo Raposo, Rogério Souza, Vera Medeiros, Antonio Botelho, Luiz Werneck Vianna e Roberto DaMatta. Externo também meus agradecimentos a todos os meus amigos e aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/ PUC-Rio). Bem como aos caros professores: Prof. Dr. Fernando Cardoso e Profa. Dra. Ana Paula Conde, componentes da banca examinadora.

Com o coração agradecido aos meus amigos, professores e a Deus, rogo que o novo ciclo, após o doutorado, seja de muito aprendizado, felicidades, oportunidades e, sobretudo, de paz e prosperidade para o nosso país.

## Resumo

Rezende, Gabriel Silva; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael. **A crise da democracia representativa e o populismo de direita no Brasil**: conceito, disrupção e ascensão política. Rio de Janeiro, 2023. 231 p. Tese de doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo analisar as bases sociopolíticas e econômicas da ascensão do populismo de direita conservador-autoritário no Brasil, entre os anos de 2016 e 2022, personalizado e vocalizado pelo então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro. Para isso, identificamos e analisamos os fatores conjunturais e estruturais que possibilitaram a ascensão de um ex-deputado federal ao cargo máximo do país, até então sem expressividade política e disputando o pleito por um partido político sem capilaridade nacional. Argumentamos que a vitória do ex-capitão do Exército brasileiro faz parte do fenômeno global do populismo contemporâneo na esteira da crise da representatividade nos países democráticos, mas que no caso brasileiro tem especificidade própria. Uma vez que o Brasil apresenta, ao contrário de boa parte dos Países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, baixa institucionalização do sistema partidário e votos, majoritariamente, personalistas, o que favorece as aventuras populistas. Ainda assim, tivemos fatores conjunturais e estruturais que favoreceram a maior inserção e o crescimento da direita no país, após 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores em nível nacional, bem como fatores associados às Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava Jato, o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a emergência da pauta conservadora e de costumes na esfera pública. Essas circunstâncias favoreceram, pela primeira vez na história política brasileira, através do voto popular, a eleição de um candidato diretamente identificado com o campo da direita. Dessa forma, a estratégia político-eleitoral populista se organizou ao redor de cinco pilares de sustentação sociopolítica e econômica: lavajatismo e antipetismo, militares, evangélicos, agronegócio e redes sociais. No exercício do Poder Executivo, a partir de 2019, o populismo de direita de Bolsonaro estabeleceu relações conturbadas com os outros poderes da República, especialmente com o Poder Judiciário, e com os governos subnacionais, além de apoiar manifestações antidemocráticas. Podemos concluir, assim, que o bolsonarismo, como movimento

político, tem um caráter mais estrutural do que conjuntural pela sua capilaridade nos segmentos sociopolíticos e econômicos da sociedade brasileira.

### **Palavras-chave**

Democracia; Populismo; Direita; Representação Política; Bolsonarismo.

## Abstract

Rezende, Gabriel Silva; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael (Advisor). **The crisis of representative democracy and right-wing populism in Brazil**: concept, disruption and political rise. Rio de Janeiro, 2023. 231 p. Tese de doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work aims to analyze the socio-political and economic bases of the rise of conservative-authoritarian right-wing populism in Brazil between 2016 and 2022, personalized and vocalized by then-presidential candidate Jair Messias Bolsonaro. To do this, we identified and analyzed the circumstantial and structural factors that made it possible for a former federal deputy to rise to the country's highest office, until then without political expressiveness and contesting the election for a political party without national capillarity. We argue that the victory of the former Brazilian Army captain is part of the global phenomenon of contemporary populism in the wake of the crisis of representativeness in democratic countries, but that in the Brazilian case it has its own specificity. Unlike many Western European countries and the United States, Brazil has a poorly institutionalized party system and a majority of votes are personalist, which favours populist adventures. Even so, there were conjunctural and structural factors that promoted the greater insertion and growth of the right in the country, after 13 years of Workers' Party governments at the national level, as well as factors associated with the June 2013 protests, 'Lava Jato' Operation, Dilma Rousseff's impeachment process, the emergence of the conservative and customs agenda in the public sphere. These circumstances favored, for the first time in Brazilian political history, through the popular vote, the election of a candidate directly identified with the right-wing movement. In this way, the populist political-electoral strategy was organized around five pillars of socio-political and economic support: '*lavajatismo*' (Lava Jato Operation) and '*antipetismo*' (anti left-wing party), the military, evangelicals, agribusiness and social networks. In the Executive Branch, from 2019, Bolsonaro's right-wing populism has established troubled relations with the other branches of government, especially the judiciary, and with sub-national governments, as well as supporting anti-democratic demonstrations. We can therefore conclude that *bolsonarismo*, as a political movement, has a more structural than conjunctural

character due to its capillarity in the socio-political and economic segments of Brazilian society.

### **Keywords**

Democracy; Populism; Right; Political Representation; *Bolsonarismo*.

## Sumário

1	Introdução	14
2	A ascensão populista: crise da democracia representativa, populismo de direita e aspectos sociopolíticos no Brasil	33
2.1	A crise da democracia e sua inter-relação com o populismo	36
2.2	Crise da democracia liberal e populismo de direita	40
2.3	Novos populismos: o populismo como de direita e conservador	45
2.3.1	Direita e conservadorismo: apontamentos	47
2.3.2	O neoconservadorismo: dos Estados Unidos da América para o Brasil	48
2.4	Crise da democracia representativa no Brasil: institucionalização partidária e voto personalista	54
3	As ondas do populismo na América Latina e seus desdobramentos no Brasil	59
3.1	As três ondas do populismo latino-americano: os ciclos intermitentes	61
3.2	A primeira onda populista: o populismo “clássico”	62
3.2.1	Fenômeno populista no Brasil (1945 – 1964)	64
3.2.2	O Instituto Superior de Estudos Brasileiros	65
3.2.3	Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo	68
3.3	A segunda onda populista: neopopulismo liberal	73
3.4	A terceira onda populista: do populismo de esquerda radical aos 14 anos do Partido dos Trabalhadores no poder no Brasil	75
3.4.1	O Brasil na terceira onda: do crescimento econômico ao início da instabilidade da esquerda no poder	77
3.4.2	Dilma Rousseff: a mudança de política econômica, percalços econômicos e o início da instabilidade política	84
3.4.3	Os movimentos sociais, a destituição presidencial e a maior inserção da direita na arena política	93
3.5	A quarta onda populista no Brasil: o populismo de direita	101
4	A estratégia política populista: os pilares da ascensão “redentora” de Jair Bolsonaro	107
4.1	Lavajatismo: da narrativa moral ao antipetismo	109
4.1.1	A Operação Lava Jato: do âmbito jurídico à narrativa sociopolítica	112
4.2	Brasil Acima de Tudo: a chancela militar ao capitão	121
4.2.1	Os amigos de farda endossam o apoio político	123

4.3 Deus Acima de Todos: em busca do segmento evangélico	128
4.4 “Agro é pop, agro é tudo”: o apoio do setor produtivo que mais cresce no Brasil	138
4.4.1 O apoio ruralista à campanha bolsonarista	142
4.5 As redes sociais como estratégia retórica populista	144
4.5.1 Bolsonaro e as redes sociais: breves aspectos	148
4.6 O fechamento do mosaico: as partes se unem ao todo	150
5 O populismo de direita no poder: formação do governo, relações institucionais e mobilização do “povo”	153
5.1 Bolsonarismo no poder: do movimento político à formação do governo	157
5.2 Gestão Bolsonaro: relação com o Congresso Nacional e a formação do governo no primeiro biênio (2019-2020)	160
5.2.1 Conservadorismo e a ala ideológica	169
5.3 As turbulentas relações institucionais da gestão Bolsonaro: crise governamental, Congresso Nacional e o Poder Judiciário	172
5.3.1 Bolsonaro e o Centrão: a conciliação política no segundo biênio do mandato presidencial (2021-2022)	181
5.3.2 As relações com o Poder Judiciário: a cisma entre a harmonia dos Poderes	185
5.4 A campanha intermitente: Bolsonaro e a retroalimentação das massas	193
6 Considerações finais	201
7 Referências bibliográficas	214
8 Apêndice (Ministros do Governo Bolsonaro 2019 - 2020)	226

## **Listas**

### **Figura**

Figura 1 - Confiança Social nas Instituições (2009 – 2018)	124
--	-----

### **Gráficos**

Gráfico 1 – Exportações brasileiras por fator agregado (2000-2018)	140
Gráfico 2 – Avaliação do Governo Bolsonaro (2019 – 2021)	179
Gráfico 3 – Demora entre autuação e primeira decisão das ações ajuizadas contra atos do Governo Bolsonaro	191

### **Tabelas**

Tabela 1 – Partidos políticos envolvidos na Operação Lava Jato	118
Tabela 2 – População Residente por religião – 1980 a 2010	129
Tabela 3 – Número de Evangélicos por Igreja – 200 a 2010	130
Tabela 4 – Distribuição do eleitorado por religião	137
Tabela 5 – Partidos com representação na Câmara dos Deputados (2004 - 2018)	161
Tabela 6 – Bancada eleita 2014	162
Tabela 7 – Bancada eleita 2018	162

### **Quadro**

Quadro 1 – Taxas de crescimento do PIB e de seus componentes	141
--	-----

## **Siglas**

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR – Partido Municipalista Renovador

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PR – Partido da República

PSD – Partido Social Democrático

PSL – Partido Social Liberal

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

REDE – Rede Sustentabilidade

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TRF 1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

UE – União Europeia

UDN – União Democrática Nacional

Pegida – Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes

UKIP – United Kingdom Independence Party

M5S – Movimento 5 Stelle

MP – Medida Provisória

# 1 Introdução

O teórico político Gregor Fitz (2018) argumenta que o populismo e a democracia representam os dois lados da mesma moeda, pois nenhum deles poderia subsistir sem se referir ao “povo” como soberano. De fato, o populismo não é novo. Surgiu junto com o processo de democratização do século XIX e, desde então, suas formas refletiram as formas dos governos representativos que desafiou. O que é novo hoje, conforme assevera Urbinati (2019), é a intensidade e a difusão de suas manifestações, visto que movimentos populistas surgiram em quase todas as democracias contemporâneas.

Dessa forma, temos presenciado na Europa dos últimos anos uma espetacular ascensão política e eleitoral de forças de extrema-direita, racistas, xenófobas, fascistas ou semifascistas<sup>1</sup>. Uma nova onda populista parece ter tomado o mundo. Como destaca Resende (2019), desde o surgimento do *Tea Party* nos Estados Unidos em 2009 à votação em favor do *Brexit* de 2015; da chamada Onda Rosa<sup>2</sup> dos anos 2000 na América do Sul à chegada do Front National ao segundo turno das eleições presidenciais na França em 2017; do surgimento de novos partidos políticos de características populistas, tanto da direita quanto da esquerda, como Syriza e Golden Dawn (Grécia), Alternative für Deutschland e Pegida (Alemanha), Podemos (Espanha), UKIP (Grã-Bretanha) e M5S (Itália), à eleição de lideranças populistas como Donald Trump (EUA), Jaroslaw Kaczynski (Polônia), Beppe

---

<sup>1</sup> Direita, tal como compreendido por Bobbio (1995), se baseia no mérito individual e defende uma menor participação do governo na sociedade (diminuição da intervenção do Estado em questões sociais e econômicas) respeitando a democracia liberal. Propõe que o próprio mercado dite suas regras e regule o seu funcionamento. Defendendo, assim, uma maior responsabilidade individual e a total autonomia das empresas. Já os radicais de direita, conforme assevera Mudde (2019), rejeitam o componente liberal: direitos humanos, proteção às minorias, separação de poderes e demais elementos que compõem o *rule of law*. Enquanto a extrema direita, por sua vez, rejeita o componente democrático: a regra da maioria traduzida em processos eleitorais nos quais todos os cidadãos são considerados iguais. Além de também nutrir, entre seus adeptos, uma certa rejeição à globalização e tendências de cooperação econômica, exaltação a nacionalidade e adotando, em certos casos, posturas preconceituosas e xenófobas.

<sup>2</sup> Expressão usada na análise política do início do século XXI, para referir-se à percepção da crescente influência da esquerda na América Latina, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos muitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda, a exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva (no Brasil), Hugo Chávez (na Venezuela), Evo Morales (na Bolívia), Néstor Kirchner (Argentina) e Tabaré Vázquez (no Uruguai), entre outros.

Grillo (Itália), Jörg Haider (Áustria), Viktor Orban (Hungria), Jair Bolsonaro (Brasil), Recep Erdogan (Turquia) e Rodrigo Duterte (Filipinas).

Não obstante, tais eventos sinalizam que o termo populismo se tornou a palavra de ordem em análises políticas, na mídia e na área acadêmica para descrever lideranças, partidos, regimes e ideologias políticas nas suas mais diferentes manifestações. Por ser altamente contestado, o conceito de populismo vem sofrendo uma profunda revisão na última década.

O populismo, enquanto fenômeno, era estudado de duas maneiras altamente específicas, como analisado por Urbinati (2019), sendo simplesmente conceituado como uma subespécie do fascismo ou estudado como uma forma de governo que se pensava ser limitada às margens do Ocidente, e particularmente aos países latino-americanos. Estes últimos considerados como os países de reprodução do populismo porque serviram como o “tipo ideal” das generalizações aplicadas aos estilos políticos populistas: processos emergentes, condições socioeconômicas de sucesso ou fracasso e inovações institucionais em nível de Estado.

Os estudos produzidos nas décadas de 1960 a 1980, a maioria dedicada a casos da América Latina, tomavam o populismo como categoria econômico-estruturalista, estabelecendo relações entre desenvolvimento tardio e políticas distributivas tidas como irresponsáveis (Bielschowski, 2000; Posternak, 2008). Já na Europa, no final do século XX e nas primeiras décadas do Século XXI, o populismo se tornou um conceito utilizado sobretudo com referências a movimentos xenófobos e de extrema-direita, enquanto na América Latina o conceito abarcou um conjunto muito mais amplo de fenômenos políticos desde os anos 1940 e 1950. O populismo na América Latina, e especialmente no Brasil, se apresentava como um termo empregado para categorizar a emergência de líderes desenvolvimentistas e carismáticos, com realçado cariz nacionalista, que contavam com apoio construído em forte base popular contra as oligarquias estabelecidas (Gonzales, 2007 *apud* Morelock; Narita, 2019).

Contudo, o novo interesse pelo populismo entre os cientistas sociais da contemporaneidade também é algo novo. Até o final do século XX, de acordo com Urbinati (2019), esse interesse era mais forte entre os pensadores que viam o populismo como um problema ligado ao processo de construção nacional nos países que foram colonizados, como uma nova forma de mobilização e contestação contra a democracia liberal, ou como um sinal do renascimento dos partidos de direita na

Europa. Poucos estudiosos sugeriram que o populismo pode ter um papel positivo a desempenhar na democracia contemporânea. Aqueles que o fizeram viram suas virtudes como essencialmente morais. Eles afirmavam que isso implicava um desejo de “regeneração moral” e das aspirações “redentoras” da democracia; que encorajou a “política popular” em vez da “política institucionalizada” ou privilegiou a experiência vivida em bairros locais em vez de um Estado distante e abstrato; e que pode servir como um meio para realizar a soberania popular, como um contraponto ou além das instituições e regras constitucionais.

Os cientistas sociais, especialmente os cientistas políticos, bem como os cidadãos do século XXI atraídos pelo populismo são mais numerosos e seu interesse nele é principalmente político. Eles concebem o populismo não apenas como um sintoma de cansaço com o *establishment*<sup>3</sup> e com os partidos estabelecidos, mas também como um legítimo apelo ao poder por parte de muitos cidadãos comuns que durante anos foram submetidos a rendimentos decrescentes e influência política de determinados grupos de poder circunscritos. O populismo é visto como uma oportunidade para rejuvenescer a democracia – por parte da esquerda – ou para manter o status quo social vigente – por parte da direita, que tradicionalmente tem servido como guardião da retórica e estratégia populista (Urbinati, 2019). Sendo esta última análise que nos concerne no presente trabalho, a capacidade da direita e do neoconservadorismo – em forte associação com a direita cristã – de se relacionar com o populismo, como presenciamos no caso brasileiro, estadunidense e polonês.

No entanto, a literatura recente se limita a aspectos teóricos e/ou domésticos do populismo, recorrendo a métodos comparativos ou estudos de casos nacionais isolados, negligenciando a dimensão do populismo como fenômeno global e sua dimensão na sociologia política<sup>4</sup> dos Estados. Raros são os estudos que exploram a

---

<sup>3</sup> O termo inglês *establishment* refere-se à ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade ou um Estado. Em sentido depreciativo, designa uma elite social, econômica e política que exerce forte controle sobre o conjunto da sociedade, funcionando como base dos poderes estabelecidos.

<sup>4</sup> Tal como definido por Giovanni Sartori, como um híbrido disciplinar. Em que a Sociologia Política se propõe a pensar como a sociedade influencia e, até mesmo, determina os processos sociopolíticos e por eles são condicionados, num processo de coconstituição. Perpassando, a investigar o papel e a ação das instituições sociopolíticas, entre elas os sindicatos, partidos políticos, associações de classe e instituições religiosas, e a possibilidade delas criarem redes estratégicas de solidariedade e identidade com força política, em que as instituições podem apresentar ações persuasivas – ativa ou passivamente – podendo fomentar novos espaços de sociabilidade política mediante a conjuntura incidente. Nesse caso, Sartori (1972) aponta que a combinação de fatores sociais e políticos tendem a explicar o comportamento dos atores, exigindo uma análise interdisciplinar empreendida pela Sociologia Política de maneira a evitar que a política seja vista apenas como uma projeção do social.

relação do populismo com estruturas, agentes e processos conjunturais e, principalmente, a própria agência dos indivíduos no comportamento e participação política, bem como os traços da cultura política e a capacidade de arregimentação eleitoral religiosa que permeiam determinadas sociedades. As literaturas recentes sobre populismo, especialmente o de direita, abordam de modo muito exclusivo a personalidade dos líderes e *policymakers* populistas e suas dimensões autoritárias no sistema político.

A rigor, a Ciência Política, em seu núcleo duro, está mais preocupada com o funcionamento e os mecanismos do sistema político. Todavia, acreditamos que a presente análise parte da percepção axiológica da *sociologia política*, tal como definida por Sartori (1972) propriamente, uma vez que se concentra no estudo do poder e das relações entre sociedade, Estado e política. Ou seja, num subcampo amplo que se encaixa entre a Sociologia e a Ciência Política, tendo como campo de análise micro – conforme assevera o *Oxford Bibliographies* – investigar e examinar como as identidades e grupos sociais influenciam o comportamento político dos indivíduos. Por conseguinte, análises sobre a participação política, comportamento eleitoral e a própria estratificação do voto, por exemplo.

A sociologia política se preocupa menos com o funcionamento e mecanismos do sistema político e, muito mais, com a capacidade das forças sociais moldarem o sistema sociopolítico vigente. Por isso, análises de classe, religião, raça, análises intergeracionais, educação e desigualdade são fulcrais, pois ajudam o cientista social a compreender os processos que influenciam o comportamento e a participação política na nova onda populista, de modo especial, sua guinada à direita.

O populismo, enquanto termo, é mais empregado de forma polêmica do que analítica. Populismo não é uma ideologia ou regime político, uma vez que não pode ser atribuído a ele um conteúdo programático específico. Apesar de teóricos políticos, como Margaret Canovan (1981), argumentarem em estudos que o populismo é um tipo de movimento ou de ideologia política que adiciona a ideia de um povo unificado no centro de sua visão, tendemos a considerar alguns ajustes cruciais auferidos nesse ponto de vista ao analisarmos, conforme assevera Cas Mudde (2007), que o populismo não é de fato uma ideologia em sentido estrito,

---

De outro modo, o papel da Sociologia Política é determinar, de forma simultânea, em que medida a sociedade condiciona os processos políticos e é por eles condicionada (Souza, 2008).

como o socialismo ou o liberalismo, mas uma ideologia “fina” que amplia outras ideologias, como o nacionalismo (Tormey, 2019). O populismo, ao longo da história, nunca logrou resultados na floração de um credo intelectual ou uma doutrina político-social e econômica, enquanto instância unívoca.

Não obstante, o populismo é um fenômeno. A filosofia compreende como fenômeno tudo aquilo que está sujeito à ação dos nossos sentidos, ou que nos impressiona de algum modo (física, moralmente etc.). Ao mesmo tempo que é um acontecimento passível de observação, conseqüentemente, pode ser explicado de maneira científica. Populismo, além de ser um fenômeno político, também é uma ferramenta política de representação, em que alguns atores políticos apresentam maior capacidade de transpor certas características populistas enquanto outros não. Muito embora continue sendo utilizado amplamente enquanto discurso e performática em diferentes períodos da história.

De certo, o que fica claro nas várias tentativas de definir o populismo é a centralidade da ideia de “povo”. Para os populistas, o povo é o sujeito da política, em oposição a qualquer classe social, grupo étnico ou nação. Nadia Urbinati (2014) argumenta que é uma forma de ação coletiva com o objetivo de conquista de poder, que explora as falhas da representação democrática. Realizada por meio da canalização, por parte dos líderes, das demandas não atendidas de certos segmentos da população em relação ao sistema político e das instituições democráticas. Dessa forma, permite a entrada em cena, em nível estratégico, do estilo de representação política do líder populista, traçando um imaginário discurso de inimigo, viabilizando a construção de uma retórica política na existência de um binômio: povo soberano e inimigos do povo (párias que oscilaram muito ao longo do tempo: demagogos, elites, oligarquias, estrangeiros, *establishment*, intelectuais, organizações multilaterais, bancos etc.).

Contudo, Urbinati (2014) e Ernesto Laclau (2005), de uma forma oposta, mas congruente, conseguiram dar ao termo populismo um cariz universal, em que a dicotomia diz respeito à clivagem entre democracia liberal representativa, ou seja, uma democracia baseada na tripartição dos poderes e exercida por representantes, e o populismo baseado na ideia de uma democracia exercida de uma forma mais direta (Goulart; Adinolfi, 2018).

Segundo Goulart e Adinolfi (2018), o dilema entre democracia e representação é constitutivo da relação conceitual entre ambos, e agrava-se na

contemporaneidade, visto que se configura um contexto no qual o processo de individuação é cada vez menos coordenado por instâncias de socialização e agregação das vontades, como é o caso dos partidos, dos sindicatos e até das famílias. Ocorre, então, a configuração de um panorama de crise mundial nos mecanismos representativos, pois agrava-se ao longo do século XX o problema da multiplicação das identidades e da “dessubjetivação” do povo enquanto totalidade. No final desse período, tal fenômeno fica mais visível, uma vez que os partidos políticos perdem a centralidade outrora ocupada na ordenação das identidades e preferências dos eleitores.

Dessa forma, o populismo dialoga com um caráter analítico importante das Ciências Sociais, o conceito de dominação carismática de Max Weber. Na dimensão dos regimes representativos, a liderança carismática é exercida como estilo de condução política. Ou seja, refere-se a um mecanismo de aproximação com os eleitores e governados via canal direto de comunicação ou como estratégia que busque apoiar-se explicitamente no poder popular (por meio de plebiscitos e referendos) para garantir a implementação de certas agendas. Nos casos autoritários, o líder exerce o papel de visionário a combater a ordem estabelecida e aqueles que a sustentam, afirmando a necessidade de constituição de uma nova estrutura política. Em outras palavras, o populismo, conforme assevera Sell (2013, p.37), é: “mais do que uma forma personalizada de gestão política, construção discursiva, regime político ou manifestação de classe, constitui-se, em seu núcleo fundamental, com base exatamente neste elemento carismático-emocional”. Neste prisma, o carisma é sempre uma das características que integram o fenômeno populista. Muito embora a dimensão carismática da liderança varie de natureza e intensidade sobre a figura do líder, ela é preponderante em relação à sua base social de apoio.

Laclau (2005) argumenta que a emergência do populismo é historicamente ligada a uma crise do discurso ideológico dominante que, por sua vez, é parte de uma crise social mais geral. De modo que o populismo começa quando elementos populares e democráticos são apresentados como opções antagônicas contra a ideologia dominante.

De fato, os líderes populistas romperam consideravelmente os padrões estabelecidos de competição partidária em muitas sociedades ocidentais contemporâneas. O caso mais emblemático, e que reflete o fenômeno do populismo,

é a eleição de Donald Trump para a Casa Branca em 2016. Uma pergunta relevante aventada no processo após o sufrágio norte-americano foi: como uma figura tão polarizadora e politicamente inexperiente pode ganhar a indicação de um grande partido – e então ser eleita Presidente? (Norris; Inglehart, 2019). No caso brasileiro encontramos – *mutatis mutandis* – certas semelhanças com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Com o arrefecimento da competição dentro dos partidos políticos dos seus quadros de filiados, derivado da ausência de fortes lideranças ou o enfraquecimento das mesmas, seja ligado a escândalos de corrupção no Brasil ou por meio da associação ao *establishment* no caso estadunidense e europeu, como ineficazes na solução dos anseios sociais devido ao vínculo ao sistema político-partidário e econômico, ligado a grandes corporações e atendendo exclusivamente suas demandas.

Trump foi um outsider e um neófito político, sofreu grandes resistências nas primárias republicanas para pleitear sua candidatura na disputa com o Partido Democrata nas eleições nacionais, sendo fortemente atacado, até mesmo por conservadores como George Will<sup>5</sup> e republicanos do *establishment* como Mitt Romney<sup>6</sup>, liberais sociais como Elizabeth Warren<sup>7</sup> e socialistas como Bernie Sanders<sup>8</sup>. Ele foi descrito por alguns comentaristas como um homem forte, ameaçando a democracia, por outros como um demagogo xenofóbico e racista, habilidoso em despertar multidões, e ainda por outros como um vendedor oportunista sem princípios fundamentais (Norris; Inglehart, 2019). Ao contrário de Trump, Bolsonaro – um capitão reformado do Exército Brasileiro que foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira – teve uma experiência de 27 anos como deputado

---

<sup>5</sup> É um jornalista e escritor estadunidense, vencedor do Prêmio Pulitzer, e mais conhecido por seus comentários conservadores.

<sup>6</sup> Mitt Romney é um político americano, empresário e membro do Partido Republicano. Concorreu à presidência dos Estados Unidos em 2012, mas foi derrotado pelo democrata Barack Obama. Em 2018, foi eleito senador pelo estado de Utah. É descrito como um político moderado dentro do Partido Republicano, com posições conservadoras em questões econômicas, mas mais moderadas em questões sociais.

<sup>7</sup> Elizabeth Warren é uma política americana, professora de direito e membro do Partido Democrata, tornando-se uma figura proeminente no campo progressista. Foi eleita em 2012 para o Senado dos Estados Unidos pelo estado de Massachusetts.

<sup>8</sup> Bernie Sanders é um político americano, defensor do socialismo democrático e membro do Partido Democrata. Em 2006, Sanders foi eleito para o Senado dos Estados Unidos, representando o estado de Vermont. Ele se tornou conhecido nacionalmente durante a campanha presidencial de 2016, quando concorreu à nomeação democrata contra Hillary Clinton. Sanders ganhou apoio significativo, especialmente entre os jovens eleitores, com sua mensagem de combate à desigualdade de renda e ao poder corporativo.

federal pelo estado do Rio de Janeiro e em todos esses anos de atuação na Câmara dos Deputados foi considerado como pertencente ao “baixo clero”. Ou seja, com pouca relevância e influência no processo decisório da Câmara. Em geral, esteve preocupado com assuntos relacionados à sua base eleitoral, como garantir o repasse de recursos à sua cidade e tratando de assuntos que mobilizavam seu eleitorado.

Ficou conhecido por ser uma personalidade controversa, marcado por declarações classificadas como discurso de ódio e de suas visões políticas caracterizadas como conservadoras e de extrema-direita, incluindo a simpatia pela ditadura militar brasileira e a defesa das práticas de tortura por aquele regime. Bolsonaro, invariavelmente, buscou se apresentar como um candidato conservador, defensor de valores familiares e de políticas mais rigorosas na área da segurança pública.

Com o desejo de disputar as eleições de 2018, o seu partido, até então o Partido Progressista (PP)<sup>9</sup>, não lhe garantia legenda para concorrer à presidência da República. O primeiro destino de Bolsonaro em busca da construção da candidatura presidencial foi o Partido Social Cristão (PSC), partido que tem muitos políticos evangélicos em suas fileiras. Contudo, o relacionamento começou a estremecer durante a eleição municipal em 2016. Após grande dificuldade e muitas negociações com partidos políticos menores<sup>10</sup> para que uma legenda lhe conferisse a possibilidade de concorrer ao Palácio do Planalto, decidiu concorrer pelo Partido Social Liberal (PSL) partido pequeno, com poucos recursos – até então – e diante da baixa possibilidade de conseguir apoio de partidos maiores, bem como pela dificuldade da escolha de um vice que agregasse apoio. Todo esse périplo partidário demonstra a dificuldade dos partidos políticos, assim como dos “caciques” partidários de aprovarem uma candidatura de neófitos e membros do “baixo clero” ao executivo nacional.

Percebemos Trump e mesmo Bolsonaro como líderes que usam a retórica populista para legitimar seu estilo de governança, promovendo valores

---

<sup>9</sup> Denominado Partido Progressista (PP) entre 2003 e 2017, em 2017 passou a ser denominado Progressistas (PP).

<sup>10</sup> Bolsonaro chegou a divulgar sua mudança para o PEN (Partido Ecológico Nacional, renomeado “Patriotas” em 2018) em 2017 para ser candidato à presidência da República, mas recuou. Foi atraído então pelo deputado Luciano Bivar, presidente do PSL, que disponibilizou diretórios municipais a Bolsonaro e prometeu trabalhar para atrair parlamentares à legenda, para lhe dar mais sustentação e tempo de TV na campanha.

autoritários<sup>11</sup> que ameaçam as instituições e normas da democracia liberal e o Estado de Direito.

Trump e Bolsonaro estão longe de serem os primeiros e únicos a usarem partes de uma retórica populista. Os discursos nativistas irritados de Trump, apelos *antiestablishment* e linguagem muitas vezes radical assemelham-se aos de muitos outros líderes cujo apoio tem aumentado em toda a Europa e América Latina. Além dos líderes, esses sentimentos encontram expressão em partidos políticos, movimentos sociais e na imprensa horizontal (blogs, YouTube e sites de polemistas). O populismo não é novo, como já mencionamos, von Beyme (*apud* Norris; Inglehart, 2019, p. 4) sugere que esse fenômeno sofreu pelo menos três ondas sucessivas. Suas raízes históricas remontam aos cartistas na Grã-Bretanha do início do período vitoriano, aos revolucionários de Narodnik na Rússia czarista do final do século XIX, aos movimentos fascistas nas décadas entre as duas guerras, ao peronismo na Argentina e ao poujadismo<sup>12</sup> na França pós-guerra. O autoritarismo também tem uma longa história que atingiu o auge durante a era do bolchevismo e do fascismo, mas viu um ressurgimento desde o final do século XX.

Todos esses eventos sinalizam que o termo populismo se tornou a palavra de ordem da agenda política do século XXI. É interessante observar que os posicionamentos à direita celebram o novo populismo como uma forma mais direta e melhorada da democracia, especialmente no que diz respeito à maior participação popular da chamada maioria silenciosa à rejeição do politicamente correto e das

---

<sup>11</sup> Principalmente as falas contestáveis dos filhos de Jair Bolsonaro sobre as instituições democráticas brasileiras, bem como ao crescente tensionamento entre Bolsonaro e STF, fazendo discursos criticando à instituição e os ministros da Corte. 1) Eduardo Bolsonaro, deputado federal (PSL-SP), declara sobre hipotética possibilidade de ação do Exército em caso de o STF impedir que Bolsonaro assumira a Presidência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf-disse-filho-de-bolsonaro-em-video.shtml>. Acesso em: 4 nov 2022. 2) O vereador do município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (PSC), afirmou que “por vias democráticas, não haverá as mudanças rápidas desejadas no país”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/carlos-bolsonaro-diz-que-declaracao-sobre-democracia-foi-justificativa-aos-que-cobram-medidas-urgentes.shtml>. Acesso em: 12 set 2022. 3) Eduardo Bolsonaro declarou que, “se esquerda radicalizar”, resposta “pode ser via um novo AI-5”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5.ghtml>. Acesso em: 3 jan 2023. 4) Bolsonaro ameaça o STF. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml>. Acesso em: 10 jan 2023.

<sup>12</sup> O poujadismo foi um movimento político e sindical francês que apareceu em 1953 e que desapareceu em 1958. Este movimento reivindicou a defesa dos comerciantes e dos artistas que considerava estarem em perigo com o desenvolvimento das grandes lojas comerciais na França do pós-guerra, e condenou a ineficiência do parlamentarismo como praticado na Quarta República.

políticas de identidade. Partidários da esquerda alertam para os perigos da polarização política e do autoritarismo em regimes democráticos sem proteção a minorias (Roth, 2017).

É crível salientar que os atores populistas fazem duas alegações fundamentais sobre como as sociedades devem ser governadas. A primeira demarcação é que o populismo desafia a autoridade legítima do *establishment*. Ou seja, questiona a localização correta do poder em qualquer Estado, incluindo o papel dos representantes eleitos nos regimes democráticos. Os alvos incluem a mídia convencional (que esses atores vinculam como *fake news*), eleições (“fraudulentas”), políticos da oposição (“traidores” ou “inimigos da pátria”), partidos políticos (classificados como “disfuncionais”), burocratas do setor público, lobistas (caracterizados como “corruptos”), a comunidade epistêmica, intelectuais e cientistas (como “disfuncionais” e “arrogantes”)<sup>13</sup>, a constituição<sup>14</sup> e organizações internacionais como a União Europeia (“Burocratas de Bruxelas”) e a ONU (“um clube de conversação”)<sup>15</sup>. Os *policymakers* populistas consideram que não somente o *establishment* esteja equivocado em suas decisões, julgamentos e errantes em suas ações, mas que eles são moralmente errados em seus valores fundamentais. Os líderes populistas se descrevem como indivíduos dispostos a erradicar os erros do sistema, logo, da política convencional. A rigor, esse tipo de apelo ressoa entre os cidadãos críticos – aqueles comprometidos com a democracia em princípio, mas desiludidos com o desempenho dos eleitos para o Poder Executivo e de instituições representativas, incluindo partidos, eleições e parlamentos.

Em segundo lugar, argumentam Norris e Inglehart (2019), os líderes populistas afirmam que a única fonte legítima de autoridade política e moral em uma democracia está no “povo”. A voz dos cidadãos comuns (a “maioria silenciosa”) é considerada a única forma “genuína” de governança democrática, mesmo quando em desacordo com julgamentos de especialistas – incluindo os de representantes e juízes eleitos, cientistas e acadêmicos, jornalistas e comentaristas.

---

<sup>13</sup> Bolsonaro exonerou o presidente do Inpe por discordar dos dados apresentados. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>. Acesso em: 6 nov 2022.

<sup>14</sup> Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República pelo PSL, afirmou em entrevista que não aceitaria o resultado da eleição se ele não fosse o vencedor. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml>. Acesso em: 6 nov 2022.

<sup>15</sup> Trump crítica a ONU. Disponível em: <https://www.cnn.com/2016/12/26/trump-criticizes-the-united-nations-on-twitter.html>. Acesso em: 4 nov 2022.

A vontade coletiva do “povo” é considerada unificada, autêntica e inquestionavelmente moralmente correta. Portanto, a retórica populista tende a corroer a fé na autoridade legítima dos representantes eleitos nas democracias liberais como ineficazes em atender as demandas e anseios do “povo” e partícipes da “corrupção” do *establishment*.

Em outras palavras, o populismo reflete o profundo “cinismo” e ressentimento nas autoridades, grandes bancos, corporações multinacionais, na imprensa, nos políticos eleitos e no funcionalismo público, intelectuais e cientistas. Construindo um enredo discursivo em torno do cidadão comum, visto como homogêneo e inerentemente “bom” ou “decente” – no caso brasileiro o enaltecimento do “cidadão de bem” –, principalmente no populismo de direita, em contrapartida estão as elites desonestas e a imprensa divulgadora de *fake news* que corroem a moralidade e civilidade dos “bons cidadãos”.

Soma-se a isso o fato de os líderes populistas terem a característica de se mostrarem capazes de mitigar a corrupção, transpor o sistema/*establishment* em favor do “povo” e desvelarem-se por meio do favorecimento de sua personalidade a exortando como um líder forte, bem como sua capacidade de liderança carismática, de modo a refletir o desejo do “povo”. Utilizam meios não oficiais/institucionais de comunicação, através de suas contas pessoais no Twitter e Facebook, para informações de governo como um meio direto de contato com seus eleitores e a sociedade em geral.

Se o aspecto comunicativo do líder personalista com as massas é fundamental para a compreensão do populismo, é crível ressaltar, assim como analisado por Dahl (1971) e Mainwaring e Torcal (2005), a questão da participação e institucionalização do sistema partidário, de modo a assegurar maior previsibilidade e estabilidade ao sistema, e a ampliação democrática, tendo em vista que o populismo esgarça o processo eleitoral e partidário ao concentrar toda mobilização em torno de sua persona.

Os sistemas partidários institucionalizados, de acordo com os autores supracitados, são dotados de estabilidade na competição entre os partidos, legendas com razoável grau de enraizamento societário, aceitação da legitimidade dos partidos e do processo eleitoral como instituições capazes de determinar quem exerce o governo, e organizações partidárias com estrutura e regimento estáveis. Não obstante, esse conjunto de características seria considerado fundamental à

consolidação da democracia. Por outro lado, sistemas partidários, como no Brasil, de baixa institucionalização estariam mais suscetíveis a níveis elevados de personalismo e escândalos de corrupção, podendo acarretar, até mesmo, em casos de rupturas institucionais.

Esses fatores, baixa institucionalização partidária e personalismo, possibilitam a emergência de lideranças políticas, em processos de crises conjunturais, de “fora” ou contra o “sistema” como verdadeiros representantes do povo e seus anseios. Nesse contexto, percebemos eleições de presidentes com partidos pouco institucionalizados, pequenos e pouco enraizados socialmente nas unidades federativas do país, como em 1960 (Jânio Quadros), 1989 (com Fernando Collor) e em 2018 (Bolsonaro).

A proposta deste trabalho não é descrever a conceituação polêmica do populismo na atualidade, mas tratá-lo como um projeto político e, com isso, demonstrar os elementos condicionantes, bem como a capacidade de influência eleitoral do populismo nos eleitores. Acreditamos, assim como apresenta Urbinati (2019), que o populismo – enquanto fenômeno global – se caracteriza pela transformação dos três pilares da democracia moderna: o povo, o princípio da maioria e a representação. Populismo, à medida que é uma nova forma de governo representativo, capaz – através de seus movimentos e base de apoio – de construir um determinado regime a partir da democracia constitucional. Ainda que o populismo seja uma forma de governo representativa, ele se situa na categoria de “desfiguração”, conforme analisa Urbinati (2019), pois a democracia populista polariza radicalmente o espaço público, esgarçando a divisão de poderes da República, as instituições liberais e mobilizando a opinião sem nenhuma intermediação institucional, uma vez que a opinião é uma forma de ação tão importante quanto os mecanismos que organizam as votações e mobilizam as decisões.

Como podemos perceber, se para alguns cientistas sociais o populismo é um tipo de desfiguração da política democrática que pode declinar para formas autoritárias (Urbinati, 2014; 2019), há quem defenda que o perigo é aparente e longe de se concretizar em democracias consolidadas (Weyland, 2020). De todo modo, a vitória eleitoral de Trump nos Estados Unidos (2016) e de Bolsonaro no Brasil (2018) reacendeu o debate sobre a existência de um novo populismo, no caso de ambos, de cariz de direita radical e conservador, trazendo evidência à temática,

sobretudo, diante da presente conjuntura brasileira e dos desafios que as instituições democráticas vêm enfrentando.

Nesta pesquisa, procuramos compreender as implicações do populismo e seu reaparecimento ativo em relação à democracia constitucional contemporânea. A democracia constitucional, assevera Urbinati (2019), é a ordem política que promete proteger os direitos básicos (essenciais ao processo democrático), limitando o poder da maioria no governo, proporcionando oportunidades estáveis e regulares de mudança de maiorias e governos, garantindo mecanismos sociais e processuais que permitem que a maior parte possível da população participe do jogo da política, influenciando as decisões e mudando quem toma as decisões. Isso se efetiva através da separação de poderes e da independência do Poder Judiciário.

Temos como objetivo geral da presente investigação descrever e analisar, sobre o prisma conceitual do populismo de direita, sobretudo de extrema extrema-direita, e da crise representativa, as estratégias políticas dimensionadas e executadas por Bolsonaro em sua campanha até a vitória nas urnas em 2018.

Considera-se o argumento de que o populismo pode ser entendido como uma tendência global, com um padrão fenomenológico reconhecível, mas que cada instância particular de populismo retém gradações específicas de recursos. Compreenderemos, assim, o papel desvelado por Jair Bolsonaro dentro da onda populista contemporânea, em nível internacional, em que o Brasil é refratário. Ou seja, receptor desse padrão epistemológico do populismo que encontrou bases sociopolíticas e econômicas que possibilitaram germinar, em solo nacional, a tendência populista internacional.

Os objetivos específicos que nos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa perpassam quatro dimensões de análise para a compreensão do populismo contemporâneo no Brasil, partindo do fenômeno macro ao contexto específico que presenciamos nos últimos anos. A saber: a) compreender e conceituar a natureza e as manifestações da onda populista como fenômeno global contemporâneo, e analisar como essas repercussões se refletem no contexto brasileiro; b) comparar o populismo de direita e autoritário atual com os populismos dos anos 1930/1960 e dos anos 2000, na América Latina e no Brasil, identificando suas características distintivas e compreendendo suas implicações políticas e sociais; c) investigar a força eleitoral do populismo de direita liderado por Bolsonaro e examinar como esse fenômeno reflete mudanças estruturais mais amplas na sociedade brasileira; d)

avaliar as ações e políticas implementadas e articuladas por Bolsonaro no exercício do Poder Executivo e analisar de que maneira elas se colocam em oposição aos pressupostos da democracia liberal, sobretudo sua relação com o Poder Legislativo e Judiciário.

Para isso, a metodologia objetivou impressões atuais que representem o estado da arte das discussões e mais fontes cruciais que possam garantir maior aprofundamento sobre este tema. A metodologia deste trabalho se elucida a partir da literatura referente ao tema. O método empregado na tese é a pesquisa qualitativa, de cunho explicativa, no sentido de desvelar populismo, em especial sua relação com a participação/representação política e comportamento eleitoral nos regimes populistas de direita/conservadores, com ênfase em temas ligados à representação política, instituições políticas e democracia. Do ponto de vista empírico, a pesquisa privilegiou os estudos sobre populismo, mas em atenção especial a formação do populismo de direita radical no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República (2019-2022), perpassando pela compreensão dos ciclos de populismo em nossa região, os pilares de suspensão no processo eleitoral de 2018 e as relações institucionais do populismo no poder.

Assim como abordamos estatísticas descritivas referentes aos processos eleitorais, preferências ideológicas, perfil religioso, de gênero, escolaridade e renda, com a consulta a livros, artigos e outros textos acadêmicos, pesquisas e *surveys* com temáticas afins. A fim de melhor compreensão e discernimento na pesquisa de modo a lograr os resultados almejados.

Sabemos que a presente pesquisa trata de um fenômeno social muito recente, num espaçamento temporal curto, todavia, temos a consciência de sua necessidade e de seu enquadramento enquanto uma pesquisa descritiva e explicativa que teve como finalidade a descrição das características de um determinado fenômeno e seu estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo Selltiz *et al.* (1965), buscamos descrever um fenômeno em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com o mínimo de plausibilidade, as características do populismo, suas condutas conservadoras, a conjuntura nacional e o comportamento e cultura política no Brasil a fim de desvendar a relação entre os eventos.

Ao mesmo tempo, é explicativa, pois, como argumenta Gil (2019), temos como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem

para a ocorrência de um fenômeno, na tentativa de explicar a razão e as relações de causa e efeito desses fenômenos. Para Lakatos e Marconi (2017), este tipo de pesquisa visa estabelecer relações de causa-efeito por meio da manipulação direta das variáveis buscando identificar as causas dos fenômenos. Contudo, as relações de causa e efeito não são simples como o senso comum acredita: a existência de uma única causa é responsável pelo efeito, tornando-se determinística. Também sabemos que é difícil a atribuição de causalidade e raramente esperamos encontrar uma única causa. E, como muito aludido, temos a consciência de que pode haver várias causas possíveis para o efeito pressuposto. Mas, na necessidade do exercício heurístico, hierarquizamos algumas causas que nos parecem ser mais plausíveis e críveis analiticamente por meio da variação concomitante, ou seja, por meio de uma ocorrência de variação conjunta entre uma possível causa e um efeito. E a ordem de ocorrência das variáveis no tempo, em que a causa deve anteceder o efeito para que se possa estabelecer a relação entre os dois.

Reconhecemos, assim, nossas limitações diante de um vasto e recente fenômeno, e por isso mesmo buscaremos proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca da temática analisada. Acreditamos que com a presente tese poderemos diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novos atores e processos sociais que afixaram diretamente significados na sociedade até agora ocultos, ou não analisados com a finalidade de procurar esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas.

Por conseguinte, tendo em vista o objetivo geral e aqueles mais específicos citados anteriormente, esta tese está estruturada em cinco capítulos, sendo o último deles de considerações finais. No capítulo inicial, intitulado “A ascensão populista: crise da democracia representativa, populismo de direita e aspectos sociopolíticos no Brasil”, pretende-se compreender a crise da democracia representativa e sua correlação com o populismo, enquanto fenômeno global. Trazendo luz a este fenômeno, apresentamos o contexto sociopolítico e a cultura política brasileira, que, no vazio político criado pelo enfraquecimento da confiança nos partidos políticos tradicionais e a ausência de lideranças, fez com que a política de outsiders florescesse e impulsionasse os discursos populistas. Uma série de mudanças sociológicas na sociedade estão se alimentando de novos tipos de demandas e novos tipos de reivindicação representativa. Assim, buscamos operacionalizar

teoricamente o populismo de direita na contemporaneidade e suas nuances neoconservadoras.

No capítulo seguinte, “As ondas do populismo na América Latina e seus desdobramentos no Brasil”, buscamos explorar as três ondas estruturantes e conjunturais do populismo na América Latina: a primeira onda, da década de 1930 até 1960; a segunda onda, décadas de 1980/90; e a terceira onda iniciada no final dos anos 1990. Como o nosso foco é o Brasil, abordaremos de modo detalhado as configurações e as bases sociopolíticas enquanto uma variável histórica-social do populismo no Brasil entre 1945 e 1964, período denominado como República Populista, através das análises de duas grandes “escolas” do pensamento social: a Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. E, a partir da análise dessa terceira onda, apresentaremos a emergência dos fatores conjunturais que possibilitaram as bases para o surgimento de uma quarta onda no Brasil, a partir de 2013, com as Jornadas de Junho e o processo de impeachment de Dilma Rousseff, e que acabaram consubstanciando conjuntamente para o resultado do processo eleitoral de 2018, de um populismo de direita, que aqui denominamos conservador-autoritário.

Argumentaremos que a quarta e atual onda, personificada no contexto brasileiro, mas não circunstanciada na América Latina, é refratária da onda populista internacional, no que diz respeito às mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais como novos elementos mobilizadores e discursivos, já presentes em países da Europa e Estados Unidos. Em que esse novo populismo tem um cariz mais autoritário, marcado pelo desprezo às instituições democráticas, ao *establishment*; a tentativa de cooptação do Judiciário e de homogeneidade dos grupos sociais, contra a pluralidade democrática e direito das minorias; a alteridade, *nós* versus *eles*, como um dos principais elementos interpelativos de mobilização, bem como a utilização massiva das mídias digitais, e muitas vezes *fake news*, para moldarem as preferências políticas, sociais, culturais e econômicas dos cidadãos. Além da utilização retórica e enunciativa de um discurso mais conservador, religioso e moralista.

No capítulo “A estratégia política populista: os pilares da ascensão ‘redentora’ de Jair Bolsonaro”, abordaremos as eleições de 2018 e Jair Bolsonaro como ator político populista de direita, de modo especial as estratégias utilizadas para a vitória nas eleições. Ele foi o terceiro outsider que a direita brasileira levou

ao cargo de presidente da República, conforme argumenta Avritzer (2021) – a direita chegou ao poder pela via eleitoral três vezes: com Jânio Quadros, Fernando Collor e, recentemente, com Bolsonaro. Sendo que os dois primeiros eram *outsiders* do sistema político, de modo que seus partidos não compunham uma base eleitoral conservadora com forte expressão popular no Congresso Nacional, enquanto Bolsonaro ocupou as fileiras do baixo clero na Câmara dos Deputados por 27 anos em partidos com significativas bancadas<sup>16</sup>. Estabeleceu-se, à primeira vista, uma análise cognitiva de que sua vitória foi uma resposta eleitoral à crise política, representativa, cultural e econômica que o Brasil vivenciava. O movimento populista possui aspectos formal, informal, direto e indireto que constituem suas especificidades, pois tratam-se de estratégias utilizadas em contextos específicos distintos no intuito de ampliar a força política do movimento populista. O movimento populista de Bolsonaro, que precede e continuou ativo após as eleições, destaca-se pelo uso do moralismo político e religioso, pelo impulsionamento de desinformações e *fake news*, a polarização política na esteira do lavajatismo, a aproximação do setor agropecuário e a militarização da política.

Bolsonaro, ao contrário dos atores políticos presidenciais ao longo da histórica democrática no Brasil, não optou por um discurso moderado para tentar angariar eleitores do centro, mas apostou na radicalização e no esgarçamento da democracia liberal. Portanto, o objetivo deste capítulo é traçar, ainda que de forma preliminar, o perfil da base eleitoral e os pilares da ascensão de Bolsonaro, dando a devida ênfase à onda conservadora que reforçou a polarização política na esfera pública. Apresentaremos, nesse capítulo, cinco pilares de sustentação de Bolsonaro em 2018, como estratégia política-eleitoral (Weyland, 2001).

Não obstante, é notório que a atual onda populista, ao mesmo tempo que é produto, traz desafios à representação e às instituições liberais que estão imersas em uma crise de legitimidade. Essa forma de populismo apresenta-se como uma tipificação autêntica e exclusiva da vontade popular e dos interesses legítimos da nação, de modo que todos aqueles que discordam são apresentados como inimigos a serem combatidos, inclusive as instituições democráticas, aproximando-se da

---

<sup>16</sup> Os três presidentes se colocavam, discursivamente, como *outsiders* do jogo político, mesmo tendo ocupado cargos públicos anteriores às respectivas candidaturas presidenciais. Além disso, assim como Collor, Bolsonaro, em sua candidatura em 2018, filiou-se a um partido pouco expressivo no Congresso Nacional, o Partido Socialismo e Liberdade - PSL, até então sem grandes bases eleitorais no sistema político.

concepção elaborada por Carl Schmitt (1996) de política, cujo objetivo final é a eliminação do outro. Nesta perspectiva, pode-se dizer que o populismo com raízes autoritárias emerge como antítese da democracia constitucional.

A rigor, os populistas com um viés mais autoritário como Donald Trump e Jair Bolsonaro tentam empregar, uma vez no poder, procedimentos jurídicos e prerrogativas institucionais com o objetivo de subjugar a legalidade e capturar as instituições jurídicas, subvertendo sua própria essência.

Dessa forma, no penúltimo capítulo desta tese, intitulado “O populismo de direita no poder: formação do governo, relações institucionais e mobilização do ‘povo’”, buscamos fazer esforço inicial para compreender o bolsonarismo no poder e sua estruturação no Poder Executivo, bem como suas relações com o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, e a formação do governo federal ao longo de sua gestão. No intuito de ilustrar a relação do líder populista e o apoio das massas, mesmo em contexto de enfraquecimento político, abordaremos o desenrolar dos acontecimentos durante a pandemia da Covid-19. Em outras palavras, analisaremos a articulação institucional envolvendo os três poderes da República, e a mobilização das massas estimuladas pelo populismo de direita conservador-autoritário no exercício do poder.

No encerramento, nas “Considerações finais”, apresentaremos as conclusões da pesquisa realizada, procurando sublinhar os aspectos mais característicos do populismo de direita no Brasil presente no cenário político no período de 2018 a 2022, ressaltando o papel do bolsonarismo como movimento político, uma vez que possui um caráter mais estrutural do que conjuntural, pela sua capilaridade na sociedade brasileira.

## **A ascensão populista: crise da democracia representativa, populismo de direita e aspectos sociopolíticos no Brasil**

O populismo é um conceito amplo que pode ser definido de várias maneiras. De acordo com Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo é uma ideologia que coloca o povo contra as elites e afirma que a vontade popular deve prevalecer sobre a vontade das elites. O populismo geralmente é associado com líderes carismáticos que prometem proteger os interesses do povo contra as elites e se caracteriza pela sua retórica *antiestablishment*, pela defesa de valores tradicionais e pela mobilização popular contra a imigração e a globalização. Pode ser encontrado em diferentes ideologias políticas, tanto de esquerda quanto de direita.

No século XXI, o populismo tem sido associado principalmente a movimentos de direita, que defendem políticas nacionalistas e conservadoras. Baseia-se em uma agenda que promove valores tradicionais e uma identidade nacional homogênea. Esse movimento político tem sido crescentemente popular em todo o mundo, com líderes como Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Viktor Orbán na Hungria. Dessa forma, o atual fenômeno político do populismo se opõe à integração regional e à cooperação internacional, afirmando que a identidade nacional é mais importante do que qualquer outra consideração, além da defesa dos valores tradicionais, como a família, a religião e a moralidade. Este movimento político se opõe às mudanças culturais e sociais, defendendo a manutenção das tradições e costumes.

Apesar das definições de populismo serem ainda objeto de muitas discussões, compartilhamos da análise clássica de Ernesto Laclau (2013) de que o populismo é uma estratégia política que procura mobilizar as massas em torno de um líder carismático e de um discurso que afirma representar o “povo” contra as “elites”. O populismo se baseia em uma retórica simplista e maniqueísta, que divide a sociedade entre “nós” e “eles”.

No contexto da democracia representativa<sup>17</sup>, a crise institucional deflagrada pelo populismo pode ser compreendida como um período em que a confiança nas

---

<sup>17</sup> A democracia liberal é um sistema político que combina a democracia representativa com o Estado de direito e a proteção das liberdades individuais. Nesse sistema, os cidadãos têm o direito de

instituições políticas e nos seus representantes é abalada, gerando um sentimento de desencanto e desilusão nos cidadãos. A crise da democracia representativa se manifesta de diferentes formas, mas seus sintomas incluem o aumento da desigualdade e a perda de legitimidade das instituições políticas, a erosão das instituições democráticas, a polarização política e o surgimento de movimentos populistas.

Em termos gerais, a crise pode ser entendida como um período de transição em que um sistema ou instituição enfrenta dificuldades e desafios significativos. De acordo com o sociólogo italiano Giovanni Sartori (1994), a crise é caracterizada por uma desestruturação do sistema, uma perturbação da ordem estabelecida e um questionamento das suas premissas e fundamentos.

Autores como Yascha Mounk (2019), Nadia Urbinati (2019) e Francis Fukuyama (2022) têm argumentado que a crise da democracia representativa é resultado de fatores como a globalização, a tecnologia, a desigualdade econômica e a corrupção. Esses fatores têm minado a capacidade das instituições políticas de responder aos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, gerando um sentimento de frustração e desconfiança nas instituições democráticas.

Além disso, a crise da democracia representativa também tem sido associada ao surgimento de movimentos populistas, que se aproveitam da desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas para promover uma agenda *antiestablishment*. Esses movimentos podem ameaçar a estabilidade democrática ao minar a confiança nas instituições e ao promover políticas que comprometem os direitos civis e políticos.

Essa crise se manifesta de diferentes formas em diferentes partes do mundo. Alguns dados estatísticos ajudam a ilustrar a crise da democracia liberal e representativa e sua relação com o populismo contemporâneo. Segundo o Relatório sobre a Democracia de 2020 do projeto *Varieties of Democracy*<sup>18</sup>, o número de países em que as democracias se deterioraram superou o número de países em que

---

escolher seus representantes por meio de eleições livres e justas, e esses representantes são responsáveis por tomar decisões em nome do povo. Além disso, a democracia liberal também pressupõe a existência de instituições independentes que protegem os direitos civis e políticos, como a imprensa livre, a justiça independente e as organizações da sociedade civil. Na democracia liberal, a vontade da maioria é respeitada, mas há também um forte compromisso com a proteção das liberdades individuais e a limitação do poder estatal. Isso significa que a maioria dos cidadãos decida algo, o Estado não pode violar os direitos de minorias ou impor restrições arbitrárias à liberdade dos indivíduos.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 4 abr 2023.

as democracias melhoraram, pela primeira vez desde que o projeto começou a acompanhar esses dados em 2001. O relatório aponta que a erosão da democracia tem sido mais pronunciada em países onde a polarização política é elevada.

Concomitantemente, um estudo do *Pew Research Center* realizado em 2020<sup>19</sup> em 14 países da Europa Ocidental revelou que o apoio à democracia diminuiu significativamente nos últimos anos, com uma média de apenas 51% dos entrevistados expressando apoio à democracia como sistema de governo. Esse mesmo estudo revelou que os eleitores populistas geralmente têm menos confiança nas instituições democráticas do que os eleitores não populistas – 48% dos entrevistados expressaram apoio à democracia como sistema de governo<sup>20</sup>, e os eleitores populistas geralmente têm menos confiança nas instituições democráticas do que os eleitores não populistas.

Dados semelhantes são apresentados pelo *Latinobarómetro* em pesquisa realizada em 2018<sup>21</sup>, ao indicar que apenas 48% dos latino-americanos declaram apoio a democracia. A taxa é a menor desde 1995, quando o levantamento começou a ser realizado. Ainda de acordo com o estudo, somente em 9 países da América Latina o apoio ao sistema democrático supera 50%. No Brasil, o apoio à democracia alcança apenas 34%; na Argentina, 59%; e no Uruguai, 61%.

Esses dados destacam a significativa importância da análise da crise da democracia liberal e representativa em todo o mundo e a necessidade de entender sua relação com o populismo contemporâneo.

A literatura europeia e estadunidense se debruçam a analisar esse fenômeno almejando compreender a gênese e as consequências desse contexto. Jacques Rancière (2014), por exemplo, argumenta que a crise da democracia liberal está relacionada à ideia de que as sociedades democráticas se tornaram oligárquicas. Isso significa que a classe política e a elite econômica detêm o poder, enquanto a maioria da população é excluída do processo político. Neste cenário, a democracia

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2021/12/07/global-public-opinion-in-an-era-of-democratic-anxiety/>. Acesso em: 14 abr 2023.

<sup>20</sup> No Brasil, a pesquisa Datafolha comparou o apoio à democracia entre os anos 2018 e 2022 e os resultados apontaram que o apoio à democracia cresceu consideravelmente (10 pontos percentuais) e os apoiadores da ditadura caíram sete pontos percentuais entre esses dois anos comparativos. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2022/10/apoio-a-democracia-chega-a-79-e-bate-recorde.shtml>. Acesso em: 14 abr 2023.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp#collapse2>. Acesso em: 19 jul 2023.

é reduzida a uma formalidade, onde as eleições são realizadas, mas o resultado é determinado pelos interesses da elite.

Francis Fukuyama (2022) assevera que a crise da democracia liberal é resultado do fracasso em reconhecer e enfrentar os desafios associados à globalização e à migração. O autor afirma que a globalização econômica e a imigração em massa geraram perda de empregos e salários mais baixos para muitas pessoas, o que criou uma sensação de alienação e desesperança entre os eleitores.

Já Yascha Mounk (2019) afirma que a crise da democracia liberal está relacionada à diminuição da confiança nas instituições democráticas, indicando que muitos eleitores não confiam mais nas instituições democráticas, como o governo, o parlamento e os partidos políticos, o que tem levado à polarização política e à ascensão do populismo.

Uma outra concepção, que encontra eco nas análises de populismo, é a compreensão de Nadia Urbinati ao argumentar que a crise da democracia liberal é resultado de um sistema político que se concentra na representação, em detrimento da participação e da deliberação. A autora revela que representação política tem falhado em garantir a inclusão política e a igualdade, levando à alienação e ao desinteresse dos cidadãos. E Chantal Mouffe (2019) argumenta que a crise da democracia liberal está relacionada ao fracasso do consenso liberal-democrático em garantir a inclusão política e a igualdade.

Dessa forma, existe uma miríade de concepções teóricas e conceituais acerca de um mesmo fenômeno, da relação interdependente entre o populismo e a crise da democracia liberal e representativa. No entanto, é importante lembrar que a crise da democracia liberal não é um fenômeno homogêneo. Ela se manifesta de diferentes formas em diferentes países e contextos políticos. E é sobre essas diferenciações e especificidades conceituais do populismo que iremos discutir ao longo deste capítulo. Porém, antes é preciso conceituar teoricamente a interseção entre crise e populismo, e o que compreendemos como populismo de direita e radical.

## 2.1

### A crise da democracia e sua inter-relação com o populismo

A democracia constitucional, assevera Urbinati (2019), é a ordem política que promete proteger os direitos básicos (essenciais ao processo democrático)<sup>22</sup>, limitando o poder da maioria no governo, proporcionando oportunidades estáveis e regulares de mudança de maiorias e governos, garantindo mecanismos sociais e processuais que permitem que a maior parte possível da população participe do jogo da política, influenciando as decisões e mudando quem toma as decisões. Todo esse arcabouço é efetivado através da separação de poderes e da independência do Judiciário.

Dessa forma, interessa-nos uma análise do contexto democrático constitucional e representativo em que o populismo agora se desenvolve e sua relação de possível produto da crise da democracia representativa. Do mesmo modo, enfatizamos que o populismo pode ser entendido como uma tendência global, com um padrão fenomenológico reconhecível, mas que a, cada instância particular de populismo, retém parcelas significativas do contexto local e suas especificidades de recursos (sociais, econômicos, políticos e jurídicos). Em outras palavras, apesar de se inserir em um contexto internacional, existem gradações e variáveis sociopolíticas e econômicas do fenômeno (como analisaremos na última seção deste capítulo sobre o caso brasileiro).

A democracia representativa é um modelo de governo no qual os cidadãos elegem seus representantes para tomar decisões em seu nome. A democracia representativa foi considerada uma das grandes conquistas da modernidade e da liberal-democracia. No entanto, nos últimos anos, a democracia representativa tem enfrentado desafios significativos, tais como: a) crescimento do desencanto político: a crescente desconfiança e descontentamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos e às instituições democráticas; b) crise de representatividade: a incapacidade dos representantes eleitos para representar efetivamente os interesses e as preocupações dos eleitores; c) corrupção e má conduta da administração pública: a percepção de que os representantes eleitos estão mais preocupados em

---

<sup>22</sup> Tais como: direito a vida e liberdade, liberdade de opinião e de expressão, acesso a trabalho e educação, igualdade perante a lei, entre muitos outros.

proteger seus próprios interesses e benefícios do que os interesses dos eleitores; d) globalização e austeridade econômica.

É interessante observar que a democracia constitucional foi feita para neutralizar os problemas que o populismo, principalmente suas lideranças, têm tentado capitalizar. São elas, segundo Urbinati (2019): 1) a resistência dos cidadãos democráticos à intermediação política e, em particular, aos partidos políticos organizados e tradicionais; 2) a desconfiança da maioria nos controles institucionais sobre o poder que a maioria legitimamente deriva do voto dos cidadãos; e 3) o clima de angústia com o pluralismo, ou com as visões e grupos que não se enquadram no significado majoritário de “o povo”. Nesse sentido, reafirmamos e corroboramos com a análise da autora de que a representação é o terreno no qual a batalha populista sobre essas questões ocorre. Sendo, por muitas vezes, o populismo um teste decisivo das transformações da democracia representativa.

Ainda segundo Urbinati (2019), existem indiscutivelmente razões sociais, econômicas e culturais para o sucesso das propostas populistas em nossas democracias. Pode-se afirmar que seu sucesso equivale a admitir que a democracia partidária falhou em cumprir as promessas feitas pelas democracias constitucionais pós-1945, principalmente do *Welfare State*. Entre as promessas não cumpridas, duas em particular gravitam a favor dos sucessos populistas: o crescimento da desigualdade social e econômica, de modo que para grande parte da população não há possibilidade de aspirar a uma vida social e política digna; e o crescimento de uma oligarquia global desenfreada e voraz que transforma a soberania em um fantasma. Em outras palavras, o dualismo entre poucos e muitos e a ideologia *antiestablishment* que fomenta o populismo vem dessas promessas não cumpridas.

Eventos nacionais específicos como o *Brexit* no Reino Unido ou o processo de imigração na Europa são causas próximas que ajudam a explicar por que algumas ações populistas deram certo em um determinado país, mas não explicam por que o voto para partidos e líderes populistas em muitos países aproximadamente dobrou nas últimas décadas.

Conforme analisam Norris e Inglehart (2016), existem algumas explicações comparativas para o sucesso eleitoral de partidos e líderes populistas que podem ser subdivididas em três categorias, enfatizando: 1) as regras institucionais do jogo que regulam o mercado para a competição partidária (como leis de acesso eleitoral, tipos de sistemas eleitorais, acesso ao fundo partidário e demais regulamentações

financeiras para as campanhas); 2) os apelos estratégicos do lado da oferta dos líderes partidários e partidos políticos, por meio de atores racionais ao decidir se devem enfatizar apelos ideológicos ou populistas nesse contexto institucional; e/ou 3) o papel da demanda do eleitorado através das atitudes, valores e opiniões.

É interessante notar que, dentro desta última categoria, tais fatores procuraram explicar as atitudes dos eleitores. As explicações para os fatores que impulsionam as mudanças no apoio de massas aos populistas geralmente enfatizam: desigualdade e privação econômica, concentrando-se em queixas decorrentes de mudanças estruturais que transformam as economias pós-industriais; ou relatos culturais, enfatizando o papel da mudança cultural e dos valores.

O argumento de que o populismo reflete crescentes desigualdades socioeconômicas em sociedades ricas, asseveram Norris e Inglehart (2016), tem raízes históricas longas, uma vez que foi aplicado nas décadas de 1950 e 1960 em clássica análise pelos “fundadores” da sociologia política, Seymour Martin Lipset e Daniel Bell, na tentativa de explicar o apelo do fascismo na Alemanha de Weimar, do *poujadismo* na França e do *McCarthyismo* nos Estados Unidos. Cada um desses movimentos foi visto como uma reação autoritária contra a modernidade, com apoio concentrado principalmente entre a pequena burguesia – pequenos empresários, comerciantes, artesãos independentes e agricultores independentes – espremidos entre o crescente poder dos grandes negócios e a coletiva influência do trabalho organizado. Estimulados por temores de mobilidade arrefecida e perda de status social, acreditava-se que partidos fascistas e movimentos extremistas seriam capazes de reduzir os medos e inseguranças entre aqueles que perderam com a industrialização.

Contudo, nas últimas décadas, a renda real da maioria das pessoas nos países ocidentais desenvolvidos estagnou ou diminuiu, como desvelado pela tese de Thomas Piketty (2014) que trouxe atenção renovada ao aumento dos níveis de riqueza e desigualdade de renda. Apesar do crescimento econômico substancial, os ganhos foram quase inteiramente para os dez por cento mais ricos da população, em grande parte para o um por cento mais rico<sup>23</sup>. A desigualdade econômica foi exacerbada pelo aumento da automação e terceirização, a globalização e crescente

---

<sup>23</sup> É interessante analisar a percepção de desigualdade global, a formação do 1% mais ricos que detêm a metade da riqueza do mundo e os movimentos sociais que se originaram como demandantes de uma nova estrutura global (Harvey *et al.*, 2012).

mobilidade de capital e trabalho, a erosão dos sindicatos operários, políticas de austeridade neoliberal, os fluxos de imigração etc. (Norris; Inglehart, 2016, p. 11).

Na contemporaneidade, o argumento da desigualdade econômica liga esses desenvolvimentos diretamente ao crescente apoio de massas ao populismo, que deve refletir as divisões entre os vencedores e perdedores dos mercados globais e, portanto, se as vidas são economicamente seguras ou inseguras. Nesse argumento, a vulnerabilidade econômica é propícia à solidariedade dentro do grupo, à conformidade com as normas do grupo e à rejeição a pessoas de fora. Quando ameaçados, pensa-se que os grupos buscam líderes fortes e autoritários para protegê-los do que são vistos como estranhos perigosos, vistos como ameaças a empregos e benefícios (Norris; Inglehart, 2016; Monuk, 2019).

Essa nova onda populista de direita, que presenciamos, revela o fracasso dos partidos de centro-esquerda em restabelecer uma sensação de segurança e prosperidade para os desempregados e os menos privilegiados nas sociedades ricas, afirma esse relato, significando que seus partidários tradicionais fugiram para partidos populistas que prometem restaurar a era de ouro do passado. Baseando-se nesses argumentos, a tese da insegurança econômica explica o populismo como um produto da crescente desigualdade de renda, queixas entre os perdedores dos mercados globais, insatisfação com os principais partidos de centro-esquerda e perda de fé na capacidade dos principais partidos ou atores políticos de responderem a essas preocupações.

Todavia, concordamos com Cas Mudde (2007) em relação às dúvidas sobre explicações puramente econômicas para a ascensão do populismo. Além disso, partidos populistas também surgiram em várias das sociedades europeias mais igualitárias, com estados assistenciais – que executam políticas públicas desde o início da vida ao fim da existência, contendo algumas das populações mais instruídas e seguras do mundo – exemplificadas pela Suécia e pela Dinamarca. Ou mesmo, a exemplo da península ibérica, Portugal e Espanha foram duramente atingidas com a crise de 2008 e suas consequências econômicas, porém, não houve tamanho desempenho dos partidos e líderes populistas – especialmente na formação de governos. Parece-nos que há um outro forte ingrediente para a ascensão do populismo conservador além da variável estritamente econômica.

Neste cenário, surge uma abordagem que considera a própria democracia liberal como responsável pelo avanço do populismo de direita no cenário

internacional e que, portanto, defende sua superação. Essa abordagem tem ecoado nas teses de Chantal Mouffe (2019; 2015), Manuel Castells (2018), Wendy Brown (2019) e Nancy Fraser (2020).

## 2.2

### **Crise da democracia liberal e populismo de direita**

Mouffe (2019; 2015), Castells (2018), Brown (2019) e Fraser (2020) partem da crítica conceitual de que, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, estaríamos no “fim da História”, como formulado por Fukuyama (1992), bem como da ideia de que a democracia liberal seria o ápice do desenvolvimento democrático, em que o consenso em torno do político e do econômico seria cristalizado desde então, sem nenhum conflito dialógico tão proeminente. Isso tem se mostrado equivocado diante de inúmeros acontecimentos, como a própria ascensão do populismo, especialmente o de direita.

A democracia liberal, segundo essa percepção, especialmente através da concepção de Mouffe (2015), seria incapaz de reconhecer a importância do conflito para a democracia. Ao invisibilizar o conflito e sobrevalorizar o consenso, a democracia liberal criou obstáculos para a vocalização das demandas daqueles que não fazem parte do projeto hegemônico, ou seja, criou barreiras para o agonismo<sup>24</sup>. É nesse cenário de falta de canais para a vocalização de suas demandas legítimas que determinadas parcelas da sociedade se sentem obrigadas a praticar o antagonismo (Rodrigues; Bellato, 2021), a prática de alteridade (Connolly, 2004; Laclau, 2013), *nós versus eles*. Para Mouffe, este seria o cerne para o surgimento do populismo de direita na cena atual.

O populismo de direita emergiu como a voz dos excluídos desse consenso ao centro, como uma vocalização de protesto do “povo” contra as grandes coalizões de governo. De modo que o populismo de direita organizou com relativo sucesso em quase todos esses países a oposição entre o “povo” e as “elites” do consenso liberal, através de uma plataforma *antiestablishment* (Mouffe, 2015).

Outrossim, explicita Castells (2018, p. 16): “cada vez menos gente confia nessa forma de democracia, a democracia liberal, ao mesmo tempo que a grande

---

<sup>24</sup> Para uma análise teórica mais detalhada sobre o modelo agonístico de Mouffe, ver Mendonça (2010).

maioria continua defendendo o ideal democrático”. Os cidadãos desejam a democracia enquanto conceito e ideal, mas não a democracia liberal do consenso neoliberal que os deixou reféns da austeridade econômica e que mitigou a vocalização de anseios sociais.

Ao predizermos sobre o consenso neoliberal cristalizado na década de 1990, encontramos o argumento de Wendy Brown (2019) que caracteriza que o problema da democracia liberal é o neoliberalismo<sup>25</sup>, uma vez que, para a autora, o modelo neoliberal, na democracia liberal, foi partícipe de seu próprio esgarçamento, enquanto ideal, e de sua deterioração. Ao referenciar abordagens foucaultianas, neomarxistas e dos pensadores neoliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, Brown apreende que temas neoliberais como gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e até mesmo opróbrio em relação a ela (Rodrigues; Bellato, 2021).

Contudo, é importante frisar que, para Brown (2019), o neoliberalismo não é a causa originária do populismo de direita apenas por uma ótica da economia política, sobretudo aquela que presenciamos ao longo das primeiras décadas do século XXI. O populismo de direita é fruto do ressentimento de classe daqueles que foram “deixados para trás”, abandonados economicamente, mas também da “raiva do masculinismo branco destronado” (Brown, 2019, p. 217) e da perda das referências morais de conduta cristalizadas ao longo de séculos.

Por conseguinte, corroboramos com esse último viés de autores que analisam o populismo não somente pela abordagem economicista, mas como predisposição também a um cenário de crise em que o populismo avança como prática de articulação política por fora dos limites da democracia liberal, entrelaçando estratégia política (Wyland, 2001), estilo político (Moffit, 2019) e como ideologia fina (Mudde, 2017). Todas essas nuances analíticas do populismo são, ao nosso ver,

---

<sup>25</sup> O Consenso de Washington foi um conjunto de políticas econômicas neoliberais recomendadas por economistas internacionais para países em desenvolvimento no final da década de 1980 e início de 1990. Essas políticas incluem a abertura comercial, a privatização de empresas estatais, a liberalização financeira e a redução do papel do Estado na economia. O Consenso de Washington é frequentemente criticado por ter gerado desigualdades econômicas e sociais em países em desenvolvimento e por promover a dominação econômica de países desenvolvidos sobre países em desenvolvimento. Alguns argumentam que o Consenso de Washington e o neoliberalismo que o sustenta são responsáveis pelo aumento da pobreza e da desigualdade em todo o mundo, enquanto outros afirmam que essas políticas têm levado a uma maior eficiência econômica e ao crescimento. Mais informações ver: Sitglitz (2002) e Harvey (2005).

complementares para compreender o fenômeno como um todo, contudo, destacaremos maior atenção à abordagem da estratégia política. Em nossa perspectiva, argumentaremos, ao longo da presente tese, que a crise da democracia liberal e representativa não apenas desencadeia o populismo, mas que o populismo também tenta agir como um gatilho para a própria crise, sendo sua interface comunicativa e interpelativa a ação do “povo” através de uma estratégia política ao mesmo tempo particular e generalizante.

Contudo, precisamos desvelar o que se configura como “novos” populismos na política contemporânea, que temos presenciado e exaustivamente comentado nas mídias e analisado nas universidades. Afinal, conforme argumentou Gramsci (2007, p. 184), “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”. Por analogia, é necessário compreender como se percebe esse “novo” populismo, sobretudo de direita, sua ascensão vitoriosa e sua necessidade de se estruturar e se manter no poder.

Cabe aqui destacar um ponto chave conceitual do populismo analisado por Laclau (2005; 2013), o populismo como uma lógica política, “uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos ‘excluídos’ [contra] aqueles que estão no poder” (Mouffe, 2018, p. 25). Em outras palavras, trata-se de um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, em que a noção do povo tem centralidade. Em concomitância, é construído discursivamente um inimigo e que “produz efeitos estruturantes que se manifestam principalmente no nível dos modos de representação” (Laclau, 2005, p. 34).

O papel da representação, através de uma estratégia política populista, se torna a própria premissa da constituição da identidade popular uma vez que é na identificação de uma demanda popular hegemônica que reside a capacidade de representar toda a heterogeneidade popular. Conforme destaca Laclau (2013, p. 159), “desse modo, quase imperceptivelmente, a lógica de equivalência conduz a uma singularidade e esta leva a uma identificação da unidade do grupo com o nome do líder”.

Para compreendermos os “novos” populismos, sobretudo de direita, é preciso identificar o populismo como uma lógica política capaz de construir uma nova identidade popular que se opõe antagonicamente ao seu “outro”, ou seja, além de ser uma estratégia política e comunicativa, o populismo necessita como axioma da

dimensão antagônica da política e o papel dos afetos em sua construção (Mouffe, 2019).

Deste modo, torna-se necessário realizarmos a distinção referente aos populismos de direita e de esquerda, uma vez que o populismo se constitui de uma identidade popular a partir do estabelecimento de uma fronteira antagônica – tal diferenciação se dará a partir da fundação do próprio antagonismo, ou seja, da definição do “povo” e do “outro”, visto como adversário/inimigo.

No que concerne ao populismo de direita, ele comumente é construído ao redor de uma narrativa que define o “outro” em termos étnicos, nacionais-nativistas, religiosos, linguísticos e políticos. Os antagonismos políticos, essenciais para a própria lógica política populista, são enquadrados em um vocabulário moral e, assim, o oponente deixa de ser um adversário político para se tornar o inimigo que deve ser erradicado (Freire, 2021). Conforme analisam Samela e Von Scheve (2018, p. 440):

A retórica e o discurso populista de direita promovem a raiva e o ressentimento dirigidos àqueles que têm uma ‘vida boa’ sem trabalho duro, como políticos e altos executivos com renda alta e segura, beneficiários da previdência social e refugiados “cuidados pelo Estado” e os desempregados de longa duração que “evitam trabalhar”, mas também àqueles grupos percebidos como diferentes de “nós”: minorias étnicas, culturais, políticas e sexuais.

Portanto, mais do que propriamente a retórica em si, argumenta Freire (2021), o conteúdo do discurso populista de direita é capaz de construir o medo com sucesso, sejam os perigos expressos reais sejam imaginários, ao escolher um inimigo – e nomeá-lo como ameaça – que representa em si a maioria das tragédias pelas quais o “povo” está passando e que, por consequência, é visto como uma ameaça pelo pretenso “nós”.

Nesse sentido, a abordagem de direita, conforme conceituada por Bobbio (1995), fundamenta-se no mérito individual e preconiza uma redução da intervenção governamental na sociedade, tanto em questões sociais quanto econômicas, mantendo o respeito pela democracia liberal. Nesse sentido, essa perspectiva propugna que o mercado deve, por si só, estabelecer suas próprias regras e regular seu funcionamento, promovendo assim maior responsabilidade individual e a completa autonomia das empresas. Por outro lado, a direita radical, como Mudde (2019) observa, rejeita os princípios liberais, tais como os direitos

humanos, a proteção das minorias, a separação de poderes e outros elementos que constituem o Estado de Direito. Enquanto isso, a extrema direita, por sua vez, repudia o aspecto democrático, rejeitando a regra da maioria expressa nos processos eleitorais que tratam todos os cidadãos como iguais. Além disso, muitos adeptos desse grupo manifestam resistência à globalização e à cooperação econômica, enfatizando a importância da nacionalidade e, em alguns casos, adotando atitudes preconceituosas e xenófobas. Dessa forma, na presente tese, classificaremos Bolsonaro como uma figura política de extrema direita (como será enfatizado nos capítulos 4 e 5).

Já no populismo de esquerda, o antagonismo comumente construído é contra a oligarquia, as elites econômicas neoliberais que contribuem para a insatisfação das demandas populares e que relegam o povo à pobreza, gerando desigualdade e insegurança (Mouffe, 2018). Essas elites podem ser tanto internas, responsáveis pela imposição de políticas austeras contra os interesses do “povo” e a favor do grande capital, quanto elites externas, atores e instituições internacionais que exigem das elites internas o cumprimento dessas políticas, como, por exemplo, o Banco Europeu, Fundo Monetário Internacional e os Estados Unidos (Freire, 2021). Neste contexto, aponta Tushnet (2019), os populismos de esquerda tendem a definir seus referenciais em categoriais mais classistas ao invés de moralistas ou nacionalistas.

Segundo Mendonça e Resende (2021, p. 14), “o populismo de esquerda ainda que igualmente tenha sua dimensão reativa em relação ao seu polo antagônico, tem por característica apresentar demandas inclusivas e/ou emancipatórias”. Por conseguinte, muitos autores enxergam o populismo de esquerda como mais inclusivo, enquanto o de direita é visto como excludente. Como podemos compreender em Mouffe (2018, p.35):

Uma estratégia populista de esquerda visa aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um “nós”, um “povo”, confrontando um adversário comum: a oligarquia. Isso requer o estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre as demandas dos trabalhadores, dos imigrantes e da classe média precarizada, assim como outras demandas democráticas, tais como as da comunidade LGBT. O objetivo dessa cadeia é a criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia.

A partir da operacionalização teórica dessas diferenças entre populismo de direita e de esquerda, Laclau (2013, p. 28) aponta que “o populismo não possui uma

unidade referencial, pois não é atribuído a um fenômeno delimitável, e sim uma lógica social, cujos efeitos perpassam muito fenômenos. O populismo é muito simplesmente um modo de construir o político”. Para o autor, seria limitador a realização de julgamentos com relação à categorização do populismo como “bom” ou “mau”, tendo em vista que tal avaliação dependeria, na realidade, dos discursos e ideologias acopladas quando da constituição do “povo” e, por consequência, de seu “outro” dentro da dinâmica da lógica populista (Freire, 2021).

Desta feita, ao analisarmos o conceito por meio do qual o presente trabalho entende o fenômeno dos populismos contemporâneos e estabelecidas as diferenciações básicas entre o que entendemos por populismos de direita e de esquerda, concentraremos nossa análise em compreender a constituição conceitual do populismo de direita e seu elemento conservador. Mas, antes, é preciso identificar brevemente o que são os “novos populismos” que auferem contornos ao fenômeno do populismo atual.

### 2.3

#### **Novos populismos: o populismo como de direita e conservador**

Cas Mudde (2017) alega que a amplitude do círculo eleitoral dos novos populismos é a fonte da indignação com que os líderes populistas apresentam a exclusão da vida política. Quando os novos populistas falam do “homem comum” e da sua exclusão da política contemporânea, por vezes parece ser uma evocação dos excluídos e não dos incluídos. O “homem comum” é o ocupante típico do centro do coração. Portanto, em termos ideológicos, o novo populismo presente no Brasil, Estados Unidos, Polônia e Turquia, está à direita do espectro político, contra o sistema representativo e o *establishment*, e define-se a si próprio, enquanto movimento, como maioria. É de direita, antissistema e populista.

A ideia de “povo”, ou “cidadão do bem” no caso brasileiro<sup>26</sup>, é o seu fim e objeto enquanto discurso. Consequentemente, o crescimento que presenciamos do

---

<sup>26</sup> O termo “cidadão do bem” não foi inventado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, mas tornou-se popular entre seus apoiadores durante sua campanha presidencial em 2018 e durante seu mandato. Geralmente, é usado para se referir a pessoas que se consideram defensoras da moral, da ordem e da família, e que se opõem a certos valores e comportamentos associados à esquerda política, como o feminismo, o ativismo LGBTQIA+ e a defesa dos direitos humanos de grupos minoritários. No discurso político de Bolsonaro e seus aliados, o “cidadão do bem” é frequentemente contraposto a grupos considerados problemáticos ou perigosos para a sociedade, como criminosos, “vagabundos”,

novo populismo é, em si mesmo, o repúdio de qualquer ideia de que a política tradicional é uma política que funciona, que traz resultados experimentados pelo “povo”. Esta orientação antissistema tem tido implicações na forma como o partido – muito mais presente na experiência europeia – e os líderes populistas se organizam e se comportam. Marcam a opção perene por “quebrar as regras” porque elas são as regras de um sistema que esses indivíduos percebem como em decadência, ou mesmo, em processo terminal.

Nesse sentido, os novos populistas elegeram como seus principais inimigos os políticos tradicionais, imigrantes, burocratas, intelectuais, artistas e qualquer outra classe que dirija críticas a sua forma de atuação sociopolítica. Embora a lista varie ligeiramente de país para país, de acordo com as circunstâncias, a lógica central da exclusão permanece uma constante.

Estamos utilizando o termo “novos populismos” ou “novos populistas” porque concordamos com o argumento de Mudde (2017, p. 161) para descrever esse “novo” por dois motivos principais. Em primeiro lugar, para salientar que esta é uma manifestação historicamente contingente de populismo que, embora apresentando fortes semelhanças com outros populistas, tem algumas características peculiares, tornando-o distinto. O novo populismo, tal como destacamos, é de fato “novo” porque está dependente de um contexto histórico e político particular. Sendo ligado ao colapso de muitas das “metanarrativas” predominantes como: o “fim” da Guerra Fria, o “colapso” do comunismo, a “crise” do *Welfare State*, a vigência da economia globalizada e as inovações tecnológicas e seus impactos no mercado de trabalho.

Em segunda razão, porque o novo populismo partilha da mesma base comum com os movimentos da nova política, como os partidos verdes e os novos movimentos sociais que refletem sobre os processos da modernidade (Beck; Giddens; Lash, 1995). Em muitos aspectos, o novo populismo encontra-se nas mesmas linhas que deram origem à nova política – apesar de seguirem em uma direção diferente, partilham a mesma orientação antissistema e são uma consequência das mudanças sociais, políticas e econômicas particulares que Mudde (2017) caracteriza como o “acordo do pós-guerra”. Em outras palavras, esse acordo pode ser retratado como o consenso que cresceu em torno de ideias como a

---

“maconheiros” e “comunistas”. No entanto, o termo não possui uma definição precisa ou consensual, e seu uso pode variar de acordo com o contexto político e ideológico em que é empregado.

socialdemocracia, o Estado-Providência, o corporativismo e o keynesianismo na maioria dos países da Europa Ocidental após o fim da Segunda Grande Guerra e que chegou em certo grau ao Brasil nos anos 1980, enquanto reflexo da Constituição Federal. O novo populismo emergiu à medida que esses consensos articulados no pós-guerra entraram em processo de crise efetivamente (Norris; Inglehart, 2019). Essas crises (sociais, econômicas, culturais e políticas) serviram como facilitadores do novo populismo, sobretudo o de direita e os mais reacionários.

### **2.3.1 Direita e conservadorismo: apontamentos**

A direita e os conservadores<sup>27</sup> tornaram-se uma força política nos Estados Unidos, no Brasil, na Polônia e na Turquia. Os movimentos conservadores influenciaram, nesses países, a política pública, as eleições e o discurso público sobre questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, educação sexual, impostos, imigração e posse de armas e no caso de países europeus com agendas racistas, xenófobas, e/ou antissemitas proliferaram. No Brasil as agendas antipetista, anticomunista e anticorrupção também ganharam força.

Muitos estudiosos, como Blee e Creasap (2017), que analisam termos como extremistas, conservadores, tradicionais ou fundamentalistas e uma variedade de movimentos – assim como as suas ideologias, doutrinas culturais, estratégias, estilos de organização e táticas – optam por usar, enquanto definição, o termo conservadores para movimentos que apoiam o patriotismo, o capitalismo de livre iniciativa, e/ou uma ordem moral tradicional, inspirado numa ética de conduta cristã, e para os quais a violência não é uma tática ou objetivo frequente. Enquanto “extrema-direita”, segundo essas autoras, deve ser utilizado para movimentos que se concentram especificamente na raça/etnicidade, nacionalidade, os componentes

---

<sup>27</sup> A matriz ideológica do conservadorismo é, reconhecidamente, balizada pelo pensamento de Edmund Burke. O conservadorismo é um pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais (como a família, a comunidade local e a religião), além dos usos, costumes, tradições e convenções. Um dos principais teóricos do conservadorismo do século XX foi Russel Kirk, especialmente com sua tese *The Conservative Mind: From Burke to Santayana* (1953). Já no Brasil, no século XXI, o pensamento conservador tornou-se mais difundido pelo polemista Olavo de Carvalho (inclusive influenciando o alto escalão do Governo Bolsonaro, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo [2019-2021], e da Educação, Ricardo Vélez [2019]).

democráticos (respeito aos poderes constituídos e a escolha da maioria) e/ou que promovem a violência como tática ou objetivo primário.

É interessante destacar, segundo as autoras, que um único movimento também é suscetível de ter ambos os aspectos, conservadores e de extrema-direita. Os movimentos antiaborto são conservadores no seu apoio à moralidade tradicional, mas alguns praticam a violência contra as clínicas de aborto<sup>28</sup>. Os movimentos patriotas são de direita sobre a raça, mas conservadores no seu abraço de mercados livres. Muitos movimentos de direita e conservadores usam estratégias e retórica semelhantes de vulnerabilidade, medo e ameaça (Blee; Creasap, 2017).

### 2.3.2

#### **O neoconservadorismo: dos Estados Unidos da América para o Brasil**

Ignazi (2017) compreende o surgimento do novo conservadorismo ou neoconservadorismo enquanto fenômeno da contemporaneidade, como uma reação ao consenso pós-guerra sobre a economia política keynesiana, à mudança cultural/geracional da sociedade e ao rápido crescimento e custo do sistema de *Welfare*. Esse movimento defende, em contraste com a “sobrecarga” da provisão estatal, o renascimento dos princípios liberais do *laissez faire* do mercado livre, empresários individuais, privatização do setor público e cortes no sistema de bem-estar. Esta nova atitude em relação à política socioeconômica foi acompanhada de grandes mudanças de valores, em resultados nos quais a autoridade, o patriotismo, o papel da família e os valores morais tradicionais foram parcialmente reformulados e parcialmente redefinidos em resposta a questões pós-materialistas.

Ainda segundo o Ignazi (2017, p. 325), a distinção entre valores tradicionais e neoconservadores é necessária porque o conservadorismo contemporâneo não apenas lembra os valores morais tradicionais do passado, mas também oferece uma certa “visão alternativa e paralela da realidade” circunstancial em justaposição à de esquerda progressista:

---

<sup>28</sup> No Brasil, um caso recente pode ser enquadrado como exemplificação da forma de ação. Uma menina de 10 anos foi estuprada e teve seus dados vazados pela extremista de direita Sara Giromini que também divulgou a localização do hospital onde aconteceria o aborto, como consequência, um grupo de indivíduos interpelados por Giromini tentou invadir o hospital. Matérias disponíveis em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2020.; e <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2020.

The main future of neo-conservatism, in fact, lies in presenting itself to the mass public as a non-materialistic answer to the agenda of the New Politics: “the New Left issues ... have helped to crowd the economic issues off the agenda and have provoked the emergence of the... New Right set of moral and religious issues... This new set of issues includes right to life, antiwomlib, creationism, antipornography, support for traditional and moral values, strong defence, patriotism, law and order enforcement, antiminority rights, xenofobia”. (Ignazi, 2017, p. 325).

O neoconservadorismo, conforme evidência Lacerda (2019), designa um movimento e também o “modo de pensamento” ou “conjunto de preferências” que resultam desse movimento, em que o movimento intelectual precede o político. Em um primeiro momento, se refere à produção de acadêmicos defensores do liberalismo econômico e anticomunistas<sup>29</sup>. Em segundo, se refere à coalizão neoconservadora que possibilitou a eleição de Ronald Regan, George Bush II e Donald Trump nos Estados Unidos e, agora, de modo coeso e coordenado, no Brasil com Jair Bolsonaro.

A intelectualidade neoconservadora nos Estados Unidos se organizou a partir do começo da Guerra Fria para construir um movimento baseado no libertarismo econômico e no tradicionalismo moral do anticomunismo. Lacerda (2019) destaca que o que unificava os conservadores então era uma crítica à visão de que o poder público teria um papel de destaque no enfrentamento das desigualdades sociais vistas como necessárias à sociedade. Todavia, conforme o liberalismo estadunidense foi se modificando após a década de 1960 para incluir demandas “mais progressistas”, os intelectuais neoconservadores foram movendo-se para uma posição mais conservadora ou mais à direita. Opunham-se ao “liberalismo alterado”, do programa *Great Society* – programas do presidente democrata Lyndon Johnson pela eliminação da pobreza e da desigualdade racial, fundados nas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, pela libertação da mulher e por cotas e ações afirmativas – desafiando o *status quo* vigente. Por conseguinte, o neoconservadorismo se revelou, então, propriamente conservador por apostar, segundo Diamond, Muller, Noble e Steinfelds (*apud* Lacerda, 2019), na visão de ameaça e não de oportunidade, cultivando pessimismo sobre a democracia e a mudança social.

---

<sup>29</sup> Irving Kristol (2011), Russell Kirk (1978) e, marcadamente no Brasil, o polemista Olavo de Carvalho (mais bem explicado no capítulo 5 desta Tese).

A oposição a essas demandas progressistas, reivindicatórias de direitos, na sociedade estadunidense fomentou a aliança neoconservadora, também denominada de nova direita<sup>30</sup>, que se consolidou na eleição de Regan para a presidência dos Estados Unidos, em 1981, e que deu ao Partido Republicano controle no Senado dos Estados Unidos pela primeira vez desde 1952 (Lacerda, 2019). Houve um enfraquecimento desse movimento ao longo dos anos 1990, mas recuperou protagonismo com os atentados de 11 de Setembro de 2001 e sua articulação com George W. Bush na presidência. Todavia, obteve uma maior coesão e expressividade, desde então, com a eleição de Donald Trump, em 2016.

Sob esse prisma, é interessante destacar a análise conceitual genealógica realizada por Lynch e Cassimiro (2021, p. 231) em que compreendem que:

O conceito reacionário de “liberdade” remete à defesa da autonomia daquelas famílias cristãs contra a ação do Estado, criticado por pretender intervir, regular e modificar aquela organização natural típica do corporativismo organicista. Esse ideal reacionário elaborado contra o liberalismo da Revolução francesa foi reciclado um século depois, no contexto de crise do liberalismo e de emergência da sociedade de massas, por autores como Carl Schmitt, e corporificando-se no fascismo italiano e suas variantes alemã, espanhola e portuguesa. Na última década, marcada por uma nova crise do liberalismo, em um contexto democrático já mais sedimentado, coube a Steve Bannon desenvolver nos Estados Unidos a fórmula de um “fascismo troll”, que adapta antigas técnicas fascistas para um mundo de base digital. São elas que, devidamente adaptadas por Olavo de Carvalho, servem aos Bolsonaro como o modelo de cultura política autoritária a ser difundido e enraizado em seu benefício no Brasil.

A aproximação da nova direita ou da aliança neoconservadora teria acontecido por meio das pautas comuns: a agenda de valores morais tradicionais – prioridade da nova direita secular e da direita cristã –, a luta contra o comunismo, apelo para o Estado de Israel e a defesa da não intervenção do Estado na economia. Tratamos aqui, neste trabalho, o neoconservadorismo como movimento político e o ideário resultantes dessa aliança, não se referindo, em larga escala, ao movimento intelectual que o precede.

No Brasil, as manifestações de junho de 2013 marcaram o início – contundente desta segunda década – da intensificação das ruas como espaços reivindicatórios. Em 2015, dois anos depois, com a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, percebemos a presença significativa dos atores conservadores

---

<sup>30</sup> Compreendido por Sara Diamond (*apud* Lacerda, 2019), como a associação entre neoconservadores, direita secular e direita cristã.

que se tornaram mais coordenados nos espaços públicos, mas nem tanto coesos em relação aos conteúdos pragmáticos conservadores e de direita. Não havia na direita brasileira acordo sobre temas de política econômica, sobre costumes, nem mesmo sobre valores democráticos. O que unia a direita era a luta contra a corrupção e o antipetismo, principalmente a rejeição ao Partido dos Trabalhadores: as suas políticas públicas, sua agenda e suas lideranças (Lacerda, 2019). A pauta conservadora sempre existiu e até então estava fragmentada no espaço público.

O que se entende por neoconservadorismo brasileiro é uma parcela dessa direita, bem como é o ideário que galvanizou a direita e levou Jair Bolsonaro à presidência da República. A nova direita é aquela estruturada em torno da família tradicional, do anticomunismo, do militarismo e dos valores do mercado. A principal atuação do neoconservadorismo brasileiro, e do populismo conservador que aqui se desenvolve, está na articulação coordenada pela direita cristã baseada na ideia de família<sup>31</sup> – e não Estado – como principal resposta para toda ordem de disfunções sociais. De modo que a outra demanda específica é a agência reativa desse movimento (Burity, 2015; Rezende, 2019). Reação, portanto, às demandas mais progressistas que chegaram a ser institucionalizadas, como o casamento de pessoas do mesmo sexo, em torno das questões do aborto e LGBTQIA+ entre outras pautas, justificada na defesa da família tradicional, passando a ser o eixo de uma política cada vez mais radicalizada.

Tais elementos compreendem uma dinâmica específica de reação. Samuel Huntington (1957) traz uma importante definição situacional de conservadorismo, indicando que a ideologia conservadora se desenvolve em uma situação histórica, na qual um desafio importante aparece contra as instituições estabelecidas, contra o *status quo* definido tradicionalmente. De acordo com o autor, a ideologia conservadora é produto de intenso conflito ideológico e social, surge quando forças desafiam a ordem social estabelecida e, por isso, os conservadores se apresentam como resistências articuladas contra possíveis mudanças organizacionais na sociedade. Segundo Lacerda (2019), o neoconservadorismo não seria conservador para Huntington, de acordo com sua teoria situacional, e para ele, os argumentos de Huntington para excluir o neoconservadorismo da definição situacional não

---

<sup>31</sup> Discurso de Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23/09/2020, Bolsonaro afirmando que: “o Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base. Deus abençoes a todos”.

procedem, uma vez que o neoconservadorismo, tal como desvelado na contemporaneidade, procura preservar a ordem social em um contexto específico de ameaça. Ameaças essas que seriam provenientes de políticas de bem-estar social, que reduziriam a desigualdade, e movimentos LGBTQIA+ e feministas, cujas pautas e demandas passam a ser recebidas pelo poder público – e nas quais trabalharemos melhor ao longo da tese. Esses fatores estabelecem fortes indícios de que o neoconservadorismo é conservador e que pertence à direita política.

Percebemos um movimento neoconservador no Brasil, nos moldes – *mutatis mutandis* – do existente nos Estados Unidos. Ou seja, uma articulação em prol da agenda conservadora<sup>32</sup>. Há uma associação de grupos em prol de elementos que compõem o ideário neoconservador, enquanto um movimento político, tais como: a) defesa dos valores morais religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e ao movimento LGBTQIA+; b) o positivismo – como no caso do Brasil, a redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento e a lei antiterror são exemplos de ações que ampliam a violência do Estado sobre a população criminosa ou daqueles que não se enquadrariam na expressão “cidadão de bem”, e nos Estados Unidos o encarceramento de massa dos denominados “desajustados” sociais; c) anticomunismo; d) defesa de Israel; e) neoliberalismo. Todos esses elementos são constitutivos da atuação política da direita cristã no Brasil e nos Estados Unidos.

Nesses termos, a democracia populista é o nome de uma nova forma de governo representativo que se baseia em dois fenômenos: uma relação direta entre o líder e aqueles na sociedade que o líder define como as pessoas “certas” ou “boas”; e a autoridade superlativa do público. Seus alvos imediatos são os “obstáculos” ao desenvolvimento desses fenômenos: órgãos formadores de opinião intermediários, como: os partidos, mídia estabelecida e sistemas institucionalizados de monitoramento e controle do poder político (Urbinati, 2019).

Os populistas querem substituir a democracia partidária pela democracia populista; quando têm sucesso, eles estabilizam seu governo por meio do uso irrestrito dos meios e procedimentos que a democracia partidária oferece. Especificamente, os populistas promovem uma mobilização permanente do público

---

<sup>32</sup> Eduardo Bolsonaro, deputado federal (SP) e filho do presidente Jair Bolsonaro, busca ser o principal articulador da associação do neoconservadorismo estadunidense com o brasileiro. Ver em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/20/bannon-ex-estrategista-de-trump-que-foi-presomantinha-contato-com-os-bolsonaro.ghtml>. Acessado em: 24 set. 2020.

(o público) em apoio ao líder eleito no governo; ou alteram a constituição existente de forma a reduzir as restrições ao poder de tomada de decisão. Por isso, a mobilização e associação com grupos de apoio são fundamentais para a sensibilização de propostas e da articulação política.

O populismo no poder não desafia à prática eleitoral, mas a transforma na celebração da maioria e de seu líder, e em uma nova forma de estratégia de governo elitista, baseada em uma representação (supostamente) direta entre o povo e o líder. Nesse enquadramento, as eleições funcionam como plebiscito ou aclamação. Isso faz do populismo um capítulo de um fenômeno mais amplo: a formação e substituição de elites (Urbinati, 2019).

Assim, o populismo antissistema, como o trumpismo e o bolsonarismo, se apresenta como uma cabeça de ponte do “povo” contra o “sistema” e tenta atrair empresários e intelectuais ressentidos por sua exclusão dos círculos de prestígio social, esperançosos de se converterem em um “novo *establishment*”.

Para construírem a produção de hegemonia, passam por tentar desacreditar a imprensa liberal e estabelecer uma comunicação direta entre o líder e seus seguidores nas redes sociais; bem como pela produção e divulgação de informações falsas ou distorcidas. Por um lado, fomentam o culto à sua personalidade, convertendo os partidos políticos em instrumentos de sua política pessoal. Ainda, segundo Lynch e Cassimiro (2022), os ministros de presidentes populistas, sobretudo autoritários, devem ser suficientemente medíocres e servis, de modo a não se tornarem competidores<sup>33</sup> e cumprirem todas as suas ordens, ainda que atentem contra a legalidade administrativa. Por outro, ocorre a necessidade de criarem deliberadamente polêmicas de caráter moral, a fim de mostrá-lo midiaticamente como o único personagem político relevante da vida nacional, em constante luta contra os inimigos do povo.

Conforme explicitam Lynch e Cassimiro (2021), essa estratégia política visa também a mobilizar permanentemente seus seguidores pela exploração do medo e do ódio ao diferente, atacados como traidores, depravados, esquerdistas ou corruptos em verdadeiros linchamentos digitais.

---

<sup>33</sup> Como o caso do ex-ministro da saúde de Bolsonaro, Henrique Mandetta, que ganhou notoriedade na condução inicial da pandemia e foi exonerado por Bolsonaro em meio ao pico crise sanitária, em 2020. Sendo a pasta de saúde, posteriormente, ocupada por Pazuello, um general do Exército Brasileiro sem conhecimento técnica da área, entre 2020 e 2021.

Essa técnica de intimidação é justificada pela crença de que sem ela um “presidente normal” nunca poderia fazer frente ao “poderoso sistema político” e para fazer prevalecer “a vontade do povo”. Daí a necessidade de mobilização permanente dos “cidadãos de bem” da América profunda, formada por famílias patriarcais, brancas e protestantes, armadas para defender sua “liberdade” contra os ataques dos “comunistas” entrincheirados da grande mídia progressista e nos aparelhos do Estado. (Lynch; Cassimiro, 2021, p. 232)

Dessa forma, segundo Taguieff (1995), os movimentos populistas se baseiam em uma estratégia de mobilização em torno de questões culturais, que têm como objetivo criar um vínculo emocional com seus seguidores. Essas questões incluem a defesa da identidade nacional, a crítica à imigração e a promoção de valores tradicionais. Os movimentos populistas também são marcados por uma forte presença nas redes sociais, que permitem uma comunicação direta com seus seguidores e uma mobilização mais rápida e eficaz (Mudde, 2017). Ao mesmo tempo, se beneficiam da crise da democracia representativa, que gera um sentimento de desilusão e desconfiança em relação às instituições políticas tradicionais.

No entanto, é importante notar que a relação entre a crise da democracia representativa e a eleição de políticos populistas de direita não é simples ou direta. Há uma série de fatores complexos que contribuem para essa dinâmica, incluindo a economia, a cultura política e o papel dos meios de comunicação – em especial o caso do Brasil, que analisaremos na próxima seção. Além disso, nem todos os movimentos populistas são de direita, e nem todas as crises da democracia representativa levam ao surgimento de movimentos populistas.

Isto posto, após a análise conceitual do que compreendemos por populismo e populismo de direita e conservador, bem como sua relação direta com a crise da democracia representativa, é preciso compreender, como mote de análise, como se desenvolveu a crise da democracia representativa no Brasil, sua estrutura e diferenciação com os países europeus e com os Estados Unidos.

## 2.4

### **Crise da democracia representativa no Brasil: institucionalização partidária e voto personalista**

Como analisado, o populismo é um fenômeno político que tem se manifestado em diferentes partes do mundo. É um fenômeno complexo e multifacetado, que

pode ser observado tanto em países democráticos como em regimes autoritários, e pode assumir diferentes formas e características.

Em termos gerais, como visto, o populismo é caracterizado pela mobilização de uma base popular por um líder político que busca construir um discurso em torno de temas que são importantes para essa base, como justiça social, identidade cultural ou combate à corrupção. O populismo geralmente se baseia em uma retórica simples e emocional, que busca mobilizar os eleitores em torno de um projeto político que é apresentado como uma alternativa aos partidos tradicionais.

O populismo tem sido associado a uma série de características, como a simplificação da política, a polarização do debate público, a deslegitimação das instituições democráticas e a personalização do poder. Além disso, o populismo muitas vezes se baseia em uma visão maniqueísta do mundo, que divide a sociedade em grupos antagônicos.

Apesar de ser um fenômeno global, como já afirmado, o populismo tem assumido diferentes formas e características em diferentes contextos. Na Europa, por exemplo, o populismo tem se manifestado em torno de questões como a imigração, a soberania nacional e o euroceticismo. Na América Latina, como veremos no próximo capítulo, o populismo tem sido classicamente associado a líderes carismáticos que buscam mobilizar as massas em torno das questões que envolvem desigualdade e justiça social.

Não obstante, a teoria do populismo analisada somente sob o prisma de autores anglo-saxões e europeus, em geral, tem sido criticada por sua falta de consideração em relação às particularidades históricas, culturais e políticas dos países não desenvolvidos. O conceito de populismo foi difundido na Europa Ocidental, durante o período entreguerras, como uma resposta ao fascismo e ao comunismo. Sendo assim, a literatura europeia sobre populismo foi construída a partir das experiências históricas próprias e, portanto, suas premissas e suposições podem não se aplicar diretamente a outras realidades políticas, como é o caso do Brasil.

Uma das principais críticas às premissas gerais sobre populismo eurocêntrico no contexto brasileiro é a sua falta de atenção às características únicas da política e cultura brasileira. Como, por exemplo, nossa experiência histórica com o populismo e nosso profícuo debate acadêmico sobre a temática desde a década de 1950, como analisaremos no próximo capítulo. É notório que o populismo contemporâneo, os

“novos populismos”, são fenômenos globais com interseções entre os países do mundo devido à inevitável ação do processo de globalização. Contudo, cabe-nos destacar que a crise da democracia representativa, ponto fulcral de análise do fenômeno populista contemporâneo, é a chave explicativa para compreender a ascensão populista, sobretudo de direita, na Europa e nos Estados Unidos, que apresentam índices elevados de institucionalização do sistema partidário, conforme analisam Mainwaring e Torcal (2005), ao contrário de países como o Brasil.

Ou seja, no Brasil sempre estivemos em processo de “crise” representativa porque nunca alcançamos um elevado padrão de institucionalização partidária e, por isso, sempre optamos, eleitoralmente, pelo voto personalista – em que os eleitores votam em indivíduos em vez de partidos. Portanto, não foi uma crise representativa iniciada há poucas décadas como na Europa e Estados Unidos, tendo em vista que o sistema político brasileiro é marcado pela presença de um grande número de partidos políticos, eleições frequentes e uma forte tradição personalista.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005), a institucionalização dos sistemas partidários pode ser medida a partir de dois principais aspectos: a estabilidade e a programação ideológica dos partidos políticos. No caso da Europa e dos Estados Unidos, os sistemas partidários são considerados altamente institucionalizados, uma vez que possuem partidos políticos historicamente consolidados, com programas ideológicos claros e estabilizados, além de uma participação eleitoral estável.

No Brasil, por outro lado, a institucionalização do sistema partidário é considerada baixa. Isso se deve ao fato de que o país passou por diversos períodos de instabilidade política e rupturas institucionais, como o golpe militar de 1964 e o impeachment de Fernando Collor em 1992 e de Dilma em 2016. Além disso, a formação e dissolução frequente de partidos políticos e a falta de uma clara programação ideológica desses partidos também contribuem para a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro. Nessa direção, os vínculos entre eleitores e candidatos são mais personalistas nas democracias de países menos desenvolvidos do que nas democracias industriais avançadas (Mainwaring; Torcal, 2005).

Por conseguinte, a baixa institucionalização dos sistemas partidários e o voto personalista estão diretamente relacionados ao populismo, especialmente nos sistemas presidencialistas. Esse espaço é aberto porque o voto personalista é aquele

em que o eleitor escolhe seu candidato com base em características pessoais do candidato, como sua popularidade, carisma ou proximidade com o eleitor, em vez de se orientar por ideias ou propostas partidárias. Esse tipo de voto é muito comum em países com sistemas partidários pouco institucionalizados, onde os partidos políticos não são vistos como organizações que representam diferentes visões de mundo ou projetos políticos, mas sim como meros veículos para a eleição de determinados indivíduos.

Em outras palavras, a análise da institucionalização partidária do Brasil evidencia que a crise da representativa é uma fonte perene para a predisposição ao voto personalista, e não propriamente aos partidos e seus programas, como analisado por Mainwairng e Torcal (2005) na Europa e Estados Unidos, que apresentam uma institucionalização elevada, consequentemente, uma maior estabilidade democrática. Dessa forma, a chave da crise da democracia representativa é um fundamento analítico interessante para analisarmos populismo contemporâneo, especialmente de direita e seus contornos atuais, mas essa crise no Brasil é anterior ao fim do “socialismo real” da União Soviética, à crise do *Welfare State* e da crise econômica de 2008, como abordado pela literatura europeia e estadunidense como seus principais elementos. Esses elementos também são presentes, porém, na crise representativa o Brasil sempre apresentou uma predisposição ao voto personalista.

É interessante destacar que o fato de amplas parcelas da população terem aceitado essa crítica do populismo de direita tão facilmente revela como o projeto da democracia liberal nunca foi um consenso legítimo nas sociedades, sobretudo nos aspectos sociopolíticos no Brasil com baixa institucionalização partidária e personalismo. Mas isso não significa dizer que essas amplas parcelas sociais concordem plenamente com toda a crítica organizada pelo populismo de direita, seja em nível global seja nacional.

Nesse contexto, os partidos políticos tendem a perder sua importância como intermediários entre a sociedade civil e o Estado, uma vez que as lideranças populistas tendem a se apresentar como a única forma de alcançar os objetivos populares. Concentram-se no personalismo como forma de reforçar a figura do líder populista e sua suposta capacidade de representar a vontade popular. Na sequência analítica, precisamos apreender, após a análise conceitual, as diferentes formas que

o populismo se manifestou na América Latina e, em especial, no Brasil, possibilitando a eleição de um líder populista e de direita em 2018.

No próximo capítulo, abordaremos a formação e os ciclos do populismo na América Latina e, principalmente, no Brasil. No intuito de compreender os tipos de populismos e as figuras populistas através de seus aspectos conjunturais, objetivaremos identificar as rupturas e disrupções entre eles e, de sobremaneira, a emergência do populismo de direita em nosso país.

### 3

## **As ondas do populismo na América Latina e seus desdobramentos no Brasil**

Os cientistas sociais que analisam o populismo partilham a ideia de que se trata de um fenômeno moderno, que surgiu no final do século XIX na Rússia e nos Estados Unidos e está intimamente relacionado com a propagação da democracia tanto como uma ideia quanto um regime. Na atualidade, o populismo faz-se presente em quase todos os continentes e regimes políticos, mesmo que seja mais prevalente nas democracias da Europa e das Américas.

Embora todos os populistas partilhem de um discurso comum, o populismo é um fenômeno político extremamente heterogêneo. Os atores populistas individuais podem ser de esquerda ou de direita, conservadores ou progressistas, religiosos ou seculares, como podemos compreender a partir das eleições de lideranças populistas no século XXI como Donald Trump (EUA), Jaroslaw Kaczynski (Polônia), Beppe Grillo (Itália), Jörg Haider (Áustria), Viktor Orban (Hungria), Jair Bolsonaro (Brasil), Recep Erdogan (Turquia) e Rodrigo Duterte (Filipinas).

O populismo é um conceito essencialmente contestado. Alguns analistas o definem como forma de governo, outros como regime político ou estilo de governo, ou mesmo, como uma “ideologia fraca” (Mudde, 2007). Para tornar as coisas ainda mais complicadas, conforme argumentam Mudde e Kaltwasser (2017), em diferentes regiões do mundo o populismo tende a ser equiparado, e por vezes confundido, com fenômenos bastante distintos. Por exemplo, no contexto europeu, o populismo refere-se frequentemente à anti-imigração e à xenofobia, enquanto na América Latina alude frequentemente ao clientelismo e à má gestão econômica, principalmente quando referido à variável histórica social da região na década de 1930 a 1970.

Os estudos produzidos nas décadas de 1960 a 1980, a maioria dedicada a casos da América Latina, tomavam o populismo como categoria econômico-estruturalista, estabelecendo relações entre desenvolvimento tardio e políticas distributivas tidas como irresponsáveis (Bielschowski, 2000; Posternak, 2008). O populismo, na América Latina, e especialmente no Brasil, foi empregado como um termo para categorizar a emergência de líderes desenvolvimentistas e carismáticos,

com realçado viés nacionalista, que contavam com apoio construído em forte base popular contra as oligarquias estabelecidas (Gonzales, 2007 *apud* Morelock; Narita, 2019).

Nesse sentido, tal abordagem considera o populismo, inicialmente, como uma estratégia política empregada por um tipo específico de líder que busca governar com base no apoio direto e imediato de seus seguidores, enfatizando que o populismo implica o surgimento de uma figura forte e carismática, que concentra o poder e mantém uma conexão direta com as massas. É interessante prever, segundo Mudde e Kaltwasser (2017), que, a partir desta perspectiva, o populismo não pode persistir ao longo do tempo, pois o líder mais cedo ou mais tarde morrerá e um processo conflituoso para sua substituição é inevitável. Deste modo, percebemos a não perenidade, mas sua intermitência ao longo da história política da América Latina.

Temos como objetivo, neste capítulo, analisar o fenômeno do populismo no contexto latino-americano e, especialmente, brasileiro. É notório que o conceito de populismo se reveste ainda de uma série de ambiguidades, muito embora vários estudos mostrem a existência de algumas dimensões sobre as quais é desde já possível reconstruir as características principais do ideal-caracterização. Contudo, almejamos compreender o populismo não somente no seu aporte teórico/conceitual, mas a sua performática – populismo enquanto um produto decorrente de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais presentes na teia social cuja variáveis podem se alterar ao longo do tempo, bem como uma estratégia política no decurso da história.

Buscaremos explorar nas seções deste capítulo as três ondas estruturantes e conjunturais do populismo na América Latina: a primeira onda, na década de 1930 a 1960; a segunda onda, na década de 1980/90; e a terceira onda iniciada no final dos anos 1990. Como o nosso foco é o Brasil, abordaremos de modo detalhado as configurações e as bases sociopolíticas, enquanto uma variável histórico-social, do populismo no Brasil entre 1945 e 1964, período denominado como República Populista, através das análises de duas grandes “escolas” do pensamento social: a Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. E, a partir da análise da terceira onda, apresentaremos a emergência dos fatores conjunturais que possibilitaram as bases para o surgimento de uma quarta onda no Brasil, a partir de 2013 com a Jornadas de Junho, o processo

de impeachment de Dilma Rousseff, e que acabaram se consubstanciando conjuntamente para o resultado do processo eleitoral de 2018, de um populismo que aqui denominamos de conservador-autoritário. Argumentaremos que a quarta e atual onda, personificada no contexto brasileiro, mas não circunstanciada na América Latina, é refratária da onda populista internacional no que diz respeito às mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais como novos elementos mobilizadores e discursivos já presentes em países da Europa e Estados Unidos.

### **3.1**

#### **As três ondas do populismo latino-americano: os ciclos intermitentes**

A América Latina é a região com a tradição populista mais duradoura. Mudde e Kaltwasser (2017) argumentam que tal afirmação é uma consequência da combinação de altos níveis de desigualdade socioeconômica e períodos relativamente longos de governo democrático, o que explica, em grande parte, porque o populismo é um processo vitorioso em muitos países latino-americanos. A concentração do poder econômico e político em uma pequena minoria (elite) torna o discurso populista particularmente atraente, pois ajuda a identificar a existência de uma oligarquia corruptível e autocrática que atua contra a vontade do povo, ao passo que a realização periódica de eleições relativamente livres e justas fornece um mecanismo pelo qual os eleitores podem canalizar sua insatisfação com a situação vivenciada cotidianamente.

Conseqüentemente, não devemos nos surpreender que muitos cidadãos latino-americanos apoiem partidos e líderes populistas que prometem estabelecer um governo em que o povo governe a si mesmo, em vez de ser governado por uma oligarquia. Criam, através de uma interpelação discursiva, a base da alteridade entre “nós, o povo” versus “eles, a elite/oligarquia”, em um direcionamento direto às massas sem intermediação de elos institucionais. Nesse entendimento, o populismo alude ao comportamento político amador/improvisado e não profissional que visa maximizar a atenção da mídia e o apoio popular. Ao desrespeitar o código de vestimenta e os modos de linguagem, os atores populistas são capazes de se apresentar não apenas como diferentes e inovadores, mas também como líderes corajosos que se posicionam com “o povo” em oposição à “elite” (Mudde; Kaltwasser, 2017).

Contudo, embora o sucesso eleitoral do populismo na América Latina esteja relacionado à combinação de política democrática e a desigualdade social, é importante compreender que a região viu a ascensão e queda de diferentes versões de populismo. Ao longo da história da América Latina podemos identificar três ondas de populismo. Cada uma dessas diferentes ondas não apenas promoveu uma compreensão particular de quem faz parte da noção de “povo” e da “elite corrupta”, mas também adotou características ideológicas específicas que facilitaram a construção de uma narrativa em torno das queixas sociais percebidas na teia social.

### 3.2

#### **A primeira onda populista: o populismo “clássico”**

A primeira onda populista na América Latina é compreendida como tendo início no período posterior à queda da bolsa de valores de Nova York em 1929 e que perdurou na região até os sucessivos processos de golpes de estado pelos movimentos civil-militares no início dos anos 1960. Nesse período, os países latino-americanos passaram por uma crise de incorporação com o êxodo rural e crescente urbanização, por meio da exponencial migração da população rural para as áreas urbanas e a implementação de reformas econômicas que levaram à industrialização e que abriram caminho para o surgimento de demandas por direitos políticos e sociais. Consequentemente, em toda a região, diferentes líderes e partidos promoveram programas políticos voltados para questões sociais. É significativo, conforme asseveram Mudde e Kaltwasser (2017), que o socialismo e o comunismo ganharam terreno em boa parte dos países latino-americanos, mas em alguns deles o populismo teve muito mais sucesso. Este foi o caso em países como Argentina, Brasil e Equador, onde Juan Domingo Perón (1946 -1955), Getúlio Vargas (1930-1945) e José María Velasco Ibarra (1934 -1956)<sup>34</sup>, respectivamente, se tornaram

---

<sup>34</sup> As datas em que esteve no poder oscilaram expressivamente. Devido a popularidade de Ibarra foi eleito à presidência da República em cinco ocasiões, mas somente conseguiu concluir um único mandato. Nos outros quatro foi derrubado por revoltas sociais, golpes militares e conspirações de seus ex-aliados políticos. Foi eleito pela primeira vez em 1934, mas derrubado em 1935. Foi novamente eleito em 1944 e derrubado pelos militares em 1947. Ao voltar do exílio, em 1952, foi eleito presidente. Sendo este o único que completou até 1956. No ano de 1960 foi eleito novamente. Mas, só durou dois meses e uma semana no cargo, pois foi destituído pelo Parlamento. E seu último retorno à presidência foi em 1968. Muito embora, após ser influenciado pela revolução cubana, manifestou sua intenção de “esmagar a oligarquia”. Cinco meses antes de terminar o mandato, em 1972, foi derrubado pelos militares em um golpe de Estado. Todos esses fatores só comprovam a instabilidade política do Equador no período.

presidentes desenvolvendo uma linguagem política centrada no “povo” e de “classe trabalhadora”, focalizada nos trabalhadores urbanos.

Um ponto digno de destaque é o elemento comum entre as diferentes expressões nacionais da primeira onda de populismo que reside na forma como “o povo” e “a elite corrupta” foram enquadrados. Deve-se ter em vista que boa parte das experiências populistas tinham claras tendências corporativistas, segundo as quais o povo era definido como uma comunidade forte e virtuosa composta por mestiços, camponeses e trabalhadores, negligenciando os cidadãos de ascendência indígena e africana (Mudde; Kaltwasser, 2017). Graças a essa imagem de povo, as lideranças populistas puderam fomentar a mobilização e integração dos setores excluídos, desde que expressassem lealdade ao líder em questão. No que diz respeito à elite corrupta, todos os populistas da primeira onda falavam de uma oligarquia nacional aliada às forças imperialistas que se opunha ao modelo de industrialização por substituição econômica de importações, adotado pelos líderes populistas do período. Na prática, isso significava que nem todo o *establishment* era descrito como a elite corrupta, mas sim aqueles setores da elite que estavam em desacordo com o modelo de governança promovido por líderes populistas.

A partir de 1929 e 1930, ocorreram notórios momentos de crise política que abriram também um período de notável expansão urbana e extraordinário crescimento econômico assinalado pelo fortalecimento do Estado e de sua intervenção na economia e na sociedade. Este período foi também de emergência das massas urbanas que, com todos os seus paradoxos e atropelos, envolveu, em diferentes momentos, graves riscos para a democracia política no país. Também com a expansão do processo eleitoral ocorreu o período do ápice do populismo. O Brasil viveu um processo muito próprio de populismo, mesmo conectado com suas interfaces no continente, e com características significativas. Por isso, consideramos de grande importância realizarmos uma breve análise desse período em nosso país, pois nos servirá não só para compreendermos as interfaces da primeira onda do populismo no Brasil como para alicerçamos a análise do populismo das primeiras décadas do século XXI. Desta maneira, abordaremos as bases sociopolíticas do populismo no Brasil entre 1945 e 1964, período denominado como República Populista, enquanto uma variável histórica-social, através das análises de duas grandes “escolas” do pensamento social: a Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

### 3.2.1 Fenômeno populista no Brasil (1945-1964)

O termo “populismo”, de acordo como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, tem sido utilizado, no Brasil e na América Latina, para designar a liderança política que procura se dirigir diretamente à população sem a mediação das instituições políticas representativas, como os partidos e os parlamentos – ou ainda contra elas – apelando a imagens difusas como as de “povo”, “oprimidos” etc. Na história brasileira, líderes como Getúlio Vargas, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ademar de Barros, Leonel Brizola, e outros, foram denominados de “populistas” (Posternak, 2008).

No caso brasileiro, alguns estudiosos asseveram que foi no início dos anos 1930 que o fenômeno do populismo ganhou relevância no espaço público, notadamente com a ação política de lideranças políticas no pós-1945. Posternak (2008) analisa que com o fim da Segunda Grande Guerra há uma onda de redemocratização no mundo ocidental. A democracia chega ao Brasil com a derrubada da ditadura Vargas, cercada de expectativas. Com o enfraquecimento do sistema oligárquico, tendo em vista a emergência de um novo contexto, marcado, especialmente, pela democracia representativa e pelas novas massas urbanas, as oligarquias já não mais podiam definir o sistema político em um ambiente de expansão do eleitorado e de existência de partidos competitivos. Por conseguinte, passa a haver uma disputa eleitoral real, cujo resultado não pode ser antecipado, como outrora, por acordos oligárquicos. Essas mudanças eram sensíveis nas áreas urbanas. É nesse novo contexto político que o populismo ganha impulso.

Dentre as várias interpretações sobre este fenômeno, apontaremos, nesta seção, o populismo enquanto tentativa de conceituação e compreensão das possibilidades sociopolíticas e culturais que possibilitaram a emergência desse fenômeno no período de 1945 a 1964. Para isso, destacaremos as análises oferecidas pela Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Um adendo importante a este quadro é o debate dos monetaristas a respeito do populismo e seus efeitos na economia. Destacamos as preocupações de Eugenio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, intelectuais que expressaram as preocupações do liberalismo econômico com o populismo, cujas

críticas estavam centradas nas mazelas que percebiam no populismo econômico. É notório, para qualquer observador, que no período de 1945 a 1964, no Brasil, o pensamento keynesiano era dominante. A força das ideias do denominado *Welfare State*<sup>35</sup> facilitava a aceitação dos discursos de políticos que propunham ações desenvolvimentistas através de promessas eleitorais sem preocupações orçamentárias. Neste período, as empresas estatais floresceram.

Conforme assevera Posternak (2008), os monetaristas condenaram a irresponsabilidade com que os gastos dos governos foram tratados, bem como a utilização de critérios políticos na alocação desses gastos. O populismo econômico pode ser entendido como uma política que dá prioridade ao crescimento econômico e à redistribuição de renda, ao mesmo tempo em que ignora (ou não se preocupa com) a inflação, o déficit orçamentário e a reação dos agentes econômicos às políticas não direcionadas ao mercado. Esse é, sem dúvida, um debate muito instigante sobre um dos processos do populismo, todavia, daremos destaque neste capítulo à análise acadêmica da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pois ambos buscaram analisar e conceituar o populismo enquanto fenômeno sociopolítico, propriamente, através das lentes das Ciências Sociais.

### 3.2.2 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Um dentre os principais problemas analisados na agenda do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>36</sup> é o do surgimento do populismo na política

---

<sup>35</sup> A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida. Já nos anos 1970 e 1980, um adendo importante a esta temática são as análises observadas por Draibe e Henrique (1988), sobre a crise econômica que abalou pelo menos a base para o financiamento das despesas sociais do *Welfare State*. Por conseguinte, trazendo questionamentos, a partir da literatura, tais como o grau de autonomia com que a crise do *Welfare State* poderia ser tratada; a interpretação das raízes da crise social, econômica ou política.

<sup>36</sup> O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um programa que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentista”. Seus principais formuladores foram Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck

brasileira. Ele pode ser sugestivamente exemplificado no texto publicado durante o primeiro semestre do ano de 1954, intitulado: “Que é o ademarismo?” – antes portanto do suicídio do presidente Vargas. O artigo, sem autor definido, tem como preocupação imediata a projeção do político paulista Adhemar de Barros<sup>37</sup> como candidato à sucessão presidencial de 1955. Ângela de Castro Gomes (2001) observa que o ensaio considerava imperativo responder à pergunta-título, de forma a situar precisamente a que tipo de manifestação política estava-se assistindo.

Por certo que os intelectuais do ISEB ressaltaram a relevância do estudo do populismo por enxergarem a possibilidade de sucesso da candidatura de Adhemar nas eleições presidenciais de 1955. Na procura do entendimento de o que seria o ademarismo, afirmaram contundentemente: “O ademarismo é um populismo”. Chamava a atenção, no entanto, para o fato de que o populismo ainda não havia sido conceituado nas condições brasileiras (Posternak, 2008). Ainda segundo Gomes (2001, p. 24, grifos nossos) sobre o ademarismo e sua conceituação:

De maneira breve, **descarta-se a identificação do ademarismo com uma expressão da política de clientela**, embora ele também se beneficie de práticas clientelísticas. Neste sentido, ainda que disponha de um partido, o Partido Social Progressista (PSP), sua influência, especialmente sobre o eleitorado de base rural, é de **ordem pessoal. Assim, é o líder que dá substância ao partido, e não a máquina eleitoral que sustenta o líder**, como aconteceria no caso dos políticos do Partido Social Democrático (PSD). Por outro lado, **também não se trata de um fenômeno típico de política ideológica**, embora o líder paulista exerça um certo apelo difuso desta natureza em relação a seu eleitorado urbano, reconhecido como amplo e diversificado.

Em outras palavras, explicita Posternak (2008), o artigo demarca as condições histórico-sociais que fizeram com que o Brasil estivesse propício ao surgimento de movimentos populistas. Por um lado, houve um processo de massificação que não teria sido acompanhado de uma criação de consciência e de organização classista por parte do seu proletariado. No Brasil, a urbanização teria acontecido antes da industrialização, formando um contingente operário oriundo do meio rural agrário.

---

Sodré. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 13 jul 2020.

<sup>37</sup>Adhemar de Barros (1901-1969) formou-se em Medicina e ficou à frente do Executivo paulista em três momentos, o primeiro como interventor federal nomeado por Getúlio Vargas e os outros dois na condição de governador eleito. Como homem público, pregava a defesa dos interesses das camadas menos privilegiadas da população e, por meio de ações paternalistas, angariava apoio popular. Revelou-se um político empreendedor e realizador de obras monumentais, como o Hospital das Clínicas e a rodovia Anchieta, em São Paulo.

Por outro lado, é ressaltada a decadência da antiga classe dominante ligada ao campo, e não substituída por uma burguesia industrial, mas por uma burguesia mercantil, de finalidades especulativas.

Além disso, Gomes (2001) aponta duas condições fundamentais para a emergência/caracterização do populismo, atuando como variáveis histórico-sociais. Em primeiro, o populismo é uma política de massas; é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na complexa sociedade moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. E, conseqüentemente, após essas duas condições mais amplas, é preciso uma terceira para completar os elementos do fenômeno populista no Brasil: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.

A política de massas, uma das características do populismo, poderia ser vista como decorrente da moderna divisão do trabalho, com sua proletarianização e urbanização, mas sem que os trabalhadores tivessem alcançado nem consciência, nem sentimento de classe. Na interpretação de Jaguaribe, um dos intelectuais do ISEB, o populismo representaria uma relação direta entre as massas e um líder, em uma aliança que forneceria ao líder o apoio das massas em seu objetivo de conquista de poder político. O líder necessitaria ser carismático o suficiente para fazer as massas acreditarem que suas expectativas (do povo) de ascensão social seriam atingidas caso ele alcançasse o poder. Além disso, seria típico do populismo que as relações entre o líder e as massas fossem diretas, sem intermediações de qualquer espécie, apoiadas na esperança de que quanto mais rapidamente fosse entregue ao líder a maior quantidade de poder, mais beneficiadas as massas seriam (Posternak, 2008).

Neste contexto, as formulações sobre o fenômeno populista estão imersas na temática mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo ele entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de

expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características. É interessante notar, conforme analisa Posternak (2008), que não era, no entanto, o populismo a questão prioritária para aqueles intelectuais que pensavam no desenvolvimento do Brasil. Ele deveria ser visto como uma fase, ou um estágio, dentro de um processo que, otimistas, enxergavam ser o desenvolvimentismo modernizador.

De outro modo, no ISEB, embora o populismo político não fosse visto como um processo enriquecedor da democracia, o fenômeno não era o alvo maior de suas preocupações, uma vez que o foco destes intelectuais estava no desenvolvimento em um ambiente reformista que, através da industrialização, traria o crescimento da economia. O nacional-desenvolvimentismo traria industrialização e modernização econômica, seguidas das transformações sociais. Embora considerassem que o populismo político não fosse a forma mais avançada de comportamento político, era uma manifestação da democracia, uma vez que abria espaço para que o povo se manifestasse politicamente.

Hélio Jaguaribe aponta como uma das causas do fracasso do populismo a incapacidade de os movimentos populistas conquistarem maiorias suficientemente amplas. Não teriam sido capazes de incorporar, majoritariamente, a classe média, tampouco a maioria do eleitorado. Por outro lado, não tiveram tempo nem disposição para mobilizar os camponeses. De modo que, quando “esta mobilização foi tardiamente começada, como aconteceu com a tentativa de João Goulart, o populismo já estava condenado e podia, em consequência, ser esmagado pelos militares antes de conseguir quaisquer resultados importantes” (Jugaribe, 1967 *apud* Posternak, 2008). Houve, portanto, um esgotamento do populismo diante da instabilidade política, econômica e social e da ausência de capilaridade enquanto uma estratégia política diante da respectiva variável histórica.

### **3.2.3**

#### **Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo**

O contexto predecessor de 1945 a 1964 foi demarcado como a era dos direitos sociais e da organização sindical. Os trabalhadores urbanos foram incorporados à sociedade pelas leis sociais, e não por sua ação sindical e por uma política independente. Faz-se necessário, conforme destaca Posternak (2008), notar que

colocar os direitos sociais à frente dos políticos não impediu a popularidade de Getúlio Vargas, pelo contrário. A ênfase nos direitos sociais encontrava terreno fértil na cultura política da população, principalmente na dos pobres dos centros urbanos. O populismo era um fenômeno urbano e refletia esse Brasil novo que surgia, diferente do Brasil rural da Primeira República.

Ao contrário das análises sobre o populismo dos intelectuais do ISEB, que estavam mais focadas na preocupação com o desenvolvimento nacional, nos escritos da Escola de Sociologia da USP, notadamente nos de Francisco Weffort, constata-se uma interpretação afinada com a perspectiva marxista da divisão social em classes, tendo sido o populismo analisado pelo viés da luta de classes. É crível admitir que tenha sido a partir dos consagrados trabalhos de Weffort, em especial “O populismo na política brasileira”, que os estudos acerca do populismo na política nacional adquiriram relevância e desdobramentos até hoje.

Como referenciado, a Escola de Sociologia da USP, fortemente marcada no período 1945-1964 pelo pensamento marxista, compreendia que o sucesso político de Adhemar de Barros e Jânio Quadros junto ao eleitorado de um estado cada vez mais industrializado como São Paulo trazia preocupações intelectuais aos estudiosos cujo marco teórico estava fundamentado na divisão da sociedade em classes sociais (Posternak, 2001).

Segundo Weffort (2003), o populismo é um fenômeno político de massas, típico das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder tutelar. Weffort afirma que essa dominação é “como uma expressão política de interesses determinados de classe” (Weffort, 2003, p. 25). Ainda neste prisma, o autor destaca o conceito de alienação, ou ausência de consciência e argumenta que essa ausência de uma consciência de classe marcava o comportamento político das classes populares urbanas durante o período populista: “seu caráter de massas está condicionado diretamente à heterogeneidade de sua composição, que tanto obscurece uma possível consciência de seus interesses comuns como classe, quanto cria possibilidades de mobilidade intraclasse” (Weffort, 2003, p. 176).

Por conseguinte, para Weffort, simplificando, pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma:

como estilo de governo e como política de massas. Diante disso, Gomes aponta que a investigação de Weffort se deu em dois tempos:

O tempo das “origens” do populismo, que o remeterá para um estudo da natureza da Revolução de 30 e dos confrontos políticos que dela se desdobraram; e o tempo da república populista de 1945-1964, com a experimentação da liberal-democracia. No que se refere às origens, trata-se de assinalar a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado. Isto não significava, contudo, entender o evento de 1930 como uma revolução burguesa, mas justamente precisá-la como uma transformação ainda encabeçada por forças oligárquicas, capazes de tecer variadas alianças políticas (Gomes, 2001, p. 32).

Dentre estas, figuram aproximações tanto com setores industriais da economia e politicamente pouco articulados quanto com as chamadas classes médias urbanas e também com as classes populares emergentes. Não obstante, Weffort chama a atenção para o papel desempenhado pela pequena burguesia quando esta se devota a um líder populista, o carisma da liderança populista era um importante mobilizador das massas. Ao mesmo tempo, o populismo seria uma traição às massas porque, apesar de ter bases operárias, mantinha os limites da pequena burguesia.

Posternak (2008, p. 35) afirma, através das citações de Weffort (2003), que a participação política das classes populares está relacionada “com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado”. Dessa forma, “o chefe de Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso [...] e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe de Estado”.

Um ensejo importante é a distinção entre populismo e coronelismo, analisada por Weffort (2003). O coronelismo, argumenta Victor Nunes Leal (2012), é uma forma de relação de dominação, reduzido ao cenário do governo local, presente nos municípios do interior, no meio rural, enquanto o populismo é um fenômeno das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização, muito embora eles se assemelhem em um ponto: ambos incluem alguma forma de identificação pessoal na relação entre o chefe e a base. No entanto, no coronelismo, as relações entre o senhor rural e seus empregados e dependentes estão limitadas ao domínio social e econômico do senhor rural, as relações são quase políticas: a dependência eleitoral da base é apenas uma dimensão de sua dependência social em geral; já no

populismo, a relação política é frequentemente a única. Weffort (2003, p. 28) assevera que o

coronelismo expressa um compromisso entre o poder público e o privado do grande proprietário de terra; já o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa.

É perceptível que a questão do populismo é fundamental, nesta concepção, para o entendimento do período de 1945 a 1964 no Brasil. A redemocratização, a industrialização e a urbanização que transformaram as estruturas no país trouxeram um eleitor ansioso pelo discurso que os líderes populistas souberam desenvolver. O fenômeno populista estaria ancorado no binômio industrialização-urbanização. Não obstante, a sociologia marxista enxergava a modernização e a urbanização como avanços em relação ao Brasil tradicional, onde os conflitos teriam sido acomodados através da conciliação (Posternak, 2008).

Por fim, Weffort pontua que o populismo corresponderia a uma fase em que se constatava um vácuo político: “a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como uma forma de dominação nas condições de ‘vazio político’, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la” (Weffort, 2003, p. 178), o que constitui um aspecto convergente com o populismo contemporâneo. Na atualidade, evidenciamos, cada vez mais, a falta de confiança nas instituições liberais, na credibilidade das instituições políticas, sobretudo nos partidos políticos, e ausência de lideranças capazes de auferir um certo grau de previsibilidade diante da instabilidade política. Tais fatores refletem substancialmente no comportamento eleitoral e nas escolhas políticas nas democracias liberais representativas, possibilitando, na esteira da crise econômica global, a disseminação e o impulsionamento de correntes populistas em boa parte dos países ocidentais, dentre os quais, o Brasil ecoa a tendência.

Weffort (1989, p. 28) afirma ainda que o populismo “é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa”. Do mesmo modo, elucida que: “o populismo é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado” (Weffort, 1989, p. 36). O carisma do líder e a massa unificada, identificada pelo autor na população urbana, são as expressões deste populismo que podemos denominar de “clássico”. Clássico

no sentido de pertencer a uma abordagem que pensa a categoria do populismo dentro de uma teoria das relações sociais, conforme argumentam Ricci *et al.* (2021)<sup>38</sup>. Neste escopo axiológico, o populismo se configura como conceito amplo, cumulativo, que se relaciona com distintas teorias, como as do líder carismático, da modernização, do desenvolvimentismo e da mobilização popular (Ricci *et al.*, 2021).

Em síntese, dentre as várias interpretações sobre o populismo, enquanto fenômeno, apresentamos suas principais características, conceitos e teorias explicativas em duas chaves de análise neste tópico: a variável histórico-social no Brasil entre 1945 e 1964 oferecidas pela Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Constatamos que uma das causas da emergência do populismo no Brasil foi entendida por Weffort, um dos expoentes da Escola de Sociologia da USP, como consequência da crise da dominação oligárquica. Como destaca Posternak (2008), nos regimes oligárquicos a burguesia, aliada aos produtores agrícolas, detinha o controle do poder e das instituições políticas. Todavia, com o impacto das duas guerras e da crise de 1929, as oligarquias voltadas à exportação se enfraqueceram, ao passo que os novos grupos sociais, que então surgiam no ambiente urbano, passaram a reivindicar uma participação política ampliada. A urbanização e a industrialização, como os principais elementos, criaram a possibilidade de mobilidade social para as classes populares e médias, que não enxergavam as suas reivindicações em termos de luta de classe. O populismo teria nascido da aliança entre as classes populares e a burguesia nacional, uma vez que o enfraquecimento das oligarquias criou um vazio político, conforme referenciado acima, em que nenhuma classe conseguia ser hegemonicamente dominante, nem capaz de ocupar isoladamente o poder. O populismo teria vindo preencher este vazio, apoiando-se nas novas condições sociopolíticas e forjando uma coalizão temporária com a ideia de “povo”.

Os intelectuais do ISEB, como Hélio Jaguaribe, percebiam o populismo como efeito do processo de modernização da sociedade, muito embora o populismo

---

<sup>38</sup> É preciso ter em vista que Weffort compreendia o fenômeno do populismo por meio da análise de uma sociedade em transição para tratar do caso brasileiro, sendo influenciado por uma abordagem marxista, presente na Escola de Sociologia Paulista. Nesta perspectiva, o populismo é o produto da crise de hegemonia das velhas elites agrárias da Primeira República, mas sem que uma hegemonia burguesa a substituísse (Ricci *et al.*, 2021, p. 14).

político não fosse visto como um procedimento enriquecedor da democracia. Seria uma manifestação da democracia, uma vez que abria espaço para que o povo se manifestasse politicamente. Em outras palavras, o populismo não era o alvo maior das preocupações, pois o foco destes intelectuais estava no desenvolvimento, através da industrialização, que traria o crescimento da economia brasileira e transformações sociais. A principal diferença dos intelectuais do ISEB em relação à Escola de Sociologia da USP estava na crença de que o caminho do nacional-desenvolvimentismo, em especial a aliança entre o Estado e a burguesia industrial, iria trazer modernização econômica, seguida de transformações sociais. Posternak (2008) ainda destaca a importância da conquista de votos em uma democracia que se expande, fazendo com que os líderes populistas desenvolvessem um estilo de comunicação direcionado à satisfação imediata dos desejos das massas.

Em outras palavras, essas duas interpretações estudadas, enquanto variáveis histórico-sociais, almejavam compreender o fortalecimento do fenômeno do populismo no Brasil. Podem ser destacadas, a emergência das massas populares no processo eleitoral e as instituições políticas ainda em formação, que trouxeram instabilidade política e insegurança em relação à normalidade democrática (Posternak, 2008).

### **3.3**

#### **A segunda onda populista: neopopulismo liberal**

Após décadas de regimes militares, que contaram com apoio de segmentos da sociedade civil, alguns países da América Latina iniciaram nas décadas de 1980-90 um extensivo processo de redemocratização e, em consequência, o retorno das eleições diretas para os cargos eletivos como a presidência da República. A segunda onda do populismo se insere nesse contexto, porém, foi muito mais curta e menos prolífica do que a primeira, a qual denominamos de clássica. Surgiu no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e os casos mais paradigmáticos podiam ser encontrados na Argentina, com Carlos Menem (1989-1999), no Brasil, com Fernando Collor de Mello (1990-1992), e no Peru, com Alberto Fujimori (1990-2000). Como esses países estavam sofrendo profundas crises econômicas no final da década de 1980, os líderes populistas conseguiram ganhar as eleições culpando

a elite pela dramática situação do país e proclamando que o povo havia sido roubado de sua legítima soberania.

Conforme analisam Mudde e Kaltwasser (2017), a maioria desses líderes não desenvolveu posturas programáticas claras sobre como enfrentar a situação econômica e, uma vez no poder, optaram por cooperar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para implementar duras reformas neoliberais. Embora essas medidas não fossem populares, elas almejavam estabilizar a economia e eliminar a hiperinflação. Isso explica em parte por que líderes populistas como Menem e Fujimori foram reeleitos – Collor foi a exceção ao sofrer um processo de impeachment em 1992. No caso brasileiro, a primeira eleição direta para presidente da República foi em 1989, em que Collor saiu como vitorioso nas urnas. Coube a ele, desde a redemocratização, enquanto o primeiro presidente eleito pelo “povo”, após 21 anos de ditadura militar, ser o primeiro a sofrer um processo de cassação de mandato por envolvimento em escândalos de corrupção.

Ao adotar um conjunto de ideias neoliberais, a segunda onda de populismo articulou um entendimento particular de quem pertence ao “povo” versus “a elite corrupta”. Em contraste com a primeira onda, a luta foi enquadrada contra a “classe política” e o Estado. Mudde e Kaltwasser (2017) apontam que a suposta elite corrupta foi descrita como os atores políticos que favoreciam a existência de um Estado forte e se opunham ao desenvolvimento de um mercado livre. É interessante notar, prosseguem os autores, que em consonância com a abordagem neoliberal, o povo era retratado como uma massa passiva de indivíduos, cujas ideias podiam ser deduzidas das pesquisas de opinião e análises estatísticas das demandas sociais.

Em outras palavras, a segunda onda compreende a fase do neopopulismo, que se caracterizava pelo surgimento de novos líderes populistas latino-americanos. Há duas dimensões que descreveriam esta nova fase do populismo, conforme destacam Ricci *et al.* (2021). Por um lado, a dissonância em relação às características socioeconômicas típicas do populismo “clássico”. Uma vez que o “clássico” atribuía centralidade aos programas econômicos de redistribuição, sobretudo por meio da Industrialização de Substituição de Importações, enquanto o neopopulismo liberal adotava um forte discurso antiestatizante e de cunho neoliberal (como no discurso de Fernando Collor sobre sua caçada aos marajás<sup>39</sup>). Por outro lado, ainda

---

<sup>39</sup> Na gestão de Collor, enquanto governador de Alagoas (1987-1989), ele empreendeu estrategicamente um combate a alguns funcionários públicos que recebiam salários altos e

que se reiterasse a centralidade do líder que dialogava com a massa popular, estas novas lideranças estariam menos dispostas a criar instituições e organizações.

É importante prever que o populismo, além de ser um fenômeno político, também é uma ferramenta política de representação, em que alguns atores políticos apresentam maior capacidade de transpor certas características populistas enquanto outros não. Ele continua sendo utilizado amplamente enquanto discurso e performática em diferentes períodos da história. Isso não quer dizer, no contexto brasileiro, que lideranças carismáticas ou que usaram de ações governamentais para ampliar sua aderência aos mais diversos estratos sociais sejam populistas, mas, sim, lideranças *populares* – ou seja, sem provocarem nenhum tipo “distensionamento” entre as instituições, sistema político-partidário e a democracia liberal, de modo geral. Entre eles, podemos mencionar, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nos atentaremos mais a este último na próxima seção.

### 3.4

#### **A terceira onda populista: do populismo de esquerda radical aos 14 anos do Partido dos Trabalhadores no poder no Brasil**

A terceira onda de populismo latino-americano foi iniciada pelo triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, que posteriormente se espalhou para países como Bolívia, com Evo Morales, Equador, com Rafael Correa, e Nicarágua, com Daniel Ortega. Também nesse período houve a ocorrência da denominada “Onda Rosa”, devido a uma série de vitórias eleitorais da esquerda (ou da centro-esquerda) na maior parte dos países latino-americanos, entre 1998 e 2006, como na Argentina, com Nestor Kirchner (2003-2007), no Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010<sup>40</sup>), e no Uruguai, com Tabaré Vázquez (2005-2010).

Mudde e Kaltwasser (2017) argumentam que, como esses líderes fizeram uso do americanismo, desenvolvimento nacional e da retórica anti-imperialista, a terceira onda tem alguma semelhança com certos elementos da primeira onda. No entanto, aqueles que atuam na terceira onda de populismo mostraram uma

---

desproporcionais. Com o objetivo de angariar apoios na campanha presidencial de 1989, a imprensa o tornou conhecido nacionalmente como “Caçador de Marajás”.

<sup>40</sup> Em relação a Luiz Inácio Lula da Silva, neste período, existe uma interessante análise sobre se sua liderança política era “popular” ou “populista”, na qual iremos analisar na subseção 3.4.1.

propensão a empregar ideias socialistas, a ponto do partido fundado por Evo Morales se chamar Movimento ao Socialismo (MAS), e o partido fundado por Hugo Chávez se chamar Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Isso difere claramente da primeira onda de populismo, que tentou se posicionar além da divisão esquerda-direita. Boa parte dos líderes populistas da terceira onda se apresentam como esquerdistas radicais, que afirmam lutar contra o mercado livre (*laissez-faire*) e almejam construir um novo modelo de desenvolvimento que trará progresso real para os pobres. É crível salientar que alguns chefes de Estado que se inserem na periodicidade da “Onda Rosa”, como Lula, são algumas exceções que divergem do radicalismo populista de esquerda comparado com Chávez e Morales, como veremos no próximo subtópico, tendo em vista que Lula teve uma grande habilidade de articulação e concessões com o mercado nacional e internacional ao longo de sua gestão<sup>41</sup> – o que o torna *popular* e não *populista*, mesmo apresentando alguns aspectos discursivos de característica populista, como veremos mais adiante.

Basta analisarmos que no populismo de Chávez, Correa e Morales a argumentação discursiva notória é de que há a necessidade de devolver a soberania “ao povo” através da formação de uma “assembleia constituinte” encarregada de redigir uma nova constituição, que deve ser ratificada por referendo. Esses três líderes implementaram esse tipo de mudança constitucional assim que chegaram ao poder. Desenvolvimentos recentes mostraram que as novas constituições não apenas diminuíram o poder das velhas elites, mas também restringiram seriamente a capacidade da oposição de competir de maneira livre e justa contra os governos populistas (Mudde; Kaltwasser, 2017).

A interpelação ao discurso populista de esquerda está relacionada às queixas sociais decorrentes das reformas neoliberais implementadas na América Latina nas últimas duas décadas do século XX. Embora gerassem estabilidade macroeconômica, nada fizeram para ajudar a reduzir os altos níveis de desigualdade socioeconômica em quase todos os países da região. Ao politizar a questão da

---

<sup>41</sup> André Singer (2009) aponta que essa exceção de Lula em relação aos seus pares da América Latina deve-se ao fato de que o autor denomina de “Lulismo”. Ou seja, o “lulismo”, enquanto ação e articulação política, buscou um caminho de conciliação, a partir do carisma de Lula, com amplos setores conservadores brasileiros. E é sob o signo da contradição que o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o Governo Lula (2002-2010). Analisaremos melhor no subtópico “o Brasil da terceira onda: do crescimento econômico ao início da instabilidade da esquerda no poder”, neste capítulo.

desigualdade e condenar as elites no poder, os atores populistas da terceira onda conseguiram se destacar. Além disso, ao combinar ideias socialistas e populistas, esses líderes desenvolveram um conceito inclusivo de povo, que consistia em todos aqueles que eram excluídos e discriminados (Mudde; Kaltwasser, 2017). Na prática, a terceira onda do populismo foi caracterizada pela implementação de programas de combate à pobreza direcionados aos setores informais e aos extremamente pobres, como o programa de transferência de renda direta no Brasil, denominado de “Bolsa Família”.

### 3.4.1

#### **O Brasil na terceira onda: do crescimento econômico ao início da instabilidade da esquerda no poder**

O presente subtópico tem como objetivo compreender que o governo Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de diálogos mútuos com Morales, Chávez e Correa, e de ser um ator político expressivamente popular no Brasil, não apresentou ao longo de sua gestão um discurso populista radical de esquerda, muito menos convocou assembleia constituinte para alterar a constituição e plebiscitos<sup>42</sup>, como seus pares latino-americanos.

Lula continuou com o receituário mais liberal, em comparação às ideias de seus correligionários partidários, como o tripé macroeconômico estruturado pela equipe liberal de seu predecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As concessões ao livre mercado no Governo Lula e as metamorfoses ocorridas em seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), desde que assumiu o cargo de presidente da República, demonstram um viés mais pragmático do que ideológico dentro da denominada terceira onda populista. Também estava em sua agenda o fortalecimento de programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família”, e de desenvolvimento e crescimento econômico. Ao mesmo tempo, faz-se necessário, neste subtópico, um olhar atento a sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), até então ministra de Lula – passando pela Casa Civil e pelo ministério de Minas e Energia – sem conexão com as bases eleitorais e eleita na esteira da

---

<sup>42</sup> A única exceção de consulta popular direta foi o Referendo das Armas de 2005, que foi promulgada pelo Senado Federal em 7 de julho de 2005 pelo Decreto Legislativo nº 780. A consulta à população brasileira tinha como objetivo decidir se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido ou não no Brasil.

popularidade de Lula no final de seu mandato. A atenção especial em Rousseff é necessária pois foi na condução de seu segundo mandato que houve a articulação de movimentos e a possibilidade da ascensão do que aqui denominamos de quarta onda populista no Brasil.

Destarte, não se pode analisar a condução política e econômica dos dois mandatos do presidente Lula sem começar pela metamorfose pela qual passou o Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. No final das eleições municipais de 2000, o PT patrocinou um plebiscito que indagava se o governo deveria de fato pagar suas dívidas interna e externa. Dessa forma, não seria surpreendente que a perspectiva de vitória do PT em 2002 provocasse reações negativas no mercado financeiro, temeroso da política econômica que poderia ser conduzida no então possível Governo Lula. É interessante frisar que a eleição logo se polarizou entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), José Serra. Em termos comparativos, a candidatura de Serra era vista pelo mercado como mais intervencionista do que a política de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então presidente, por estar mais próximo de um projeto desenvolvimentista do tipo defendido pelo PT (Lacerda *et al.*, 2018).

Diante desse quadro, o candidato Lula sinalizou ao mercado duas ações. A primeira, ao escolher como candidato a vice-presidente o mineiro José Alencar (filiação ao Partido Liberal, PL, no período), presidente da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), importante grupo da indústria têxtil brasileira, indicando que no seu possível governo adotaria uma política econômica conservadora, com os cumprimentos dos contratos, especialmente nos setores privados. A segunda ação adveio da possibilidade de botar a perder a vitória de Lula com o cenário de incertezas por parte do mercado, que levou o PT à guinada no seu discurso econômico, em junho de 2002, com a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro*<sup>43</sup>, manifestando o compromisso com a manutenção do esforço fiscal celebrado com o novo acordo do FMI, com a preservação do superávit primário, e respeitando os marcos institucionais (Werneck, 2014).

---

<sup>43</sup> Essa carta foi um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à presidência da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, respeitaria os contratos nacionais e internacionais. Ou seja, tratou-se de uma sinalização ao mercado de que haveria continuidade no possível Governo Lula em relação ao de seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em outras palavras, o documento é o principal indicador da adoção de políticas em prol do capital financeiro como diretriz do governo de Lula.

A sinalização ao mercado foi ainda reforçada pela indicação de Antônio Palocci, ex-integrante das alas mais à esquerda do PT e que realizava como prefeito de Ribeirão Preto, em São Paulo, uma administração bastante pragmática, inclusive com um programa de privatizações das empresas municipais, reproduzindo o que ocorria nas esferas estaduais e federais, conforme apontam Lacerda *et al.* (2018).

Com a efetiva eleição de Lula, Palocci tornou-se o ministro da Fazenda e para a presidência do Banco Central do Brasil foi indicado Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do BankBoston. De modo que ficou claro, para o mercado, que a política econômica não seria alterada no Governo Lula, dando continuidade àquela conduzida pela dupla Pedro Malan e Armínio Fraga, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Isso levou, como argumentam Lacerda *et al.* (2018), a uma forte redução no risco-país, com taxa de câmbio recuando para R\$ 3,00 no segundo semestre de 2003 (a cotação do dólar chegou a R\$ 3,90 em setembro de 2002).

Em contrapartida, o discurso econômico do novo governo foi visto com enorme desconforto no âmbito do PT. Afinal, assevera Werneck (2014), uma mudança tão pronunciada no discurso seria difícil de ser absorvida em qualquer agremiação política. Isso fez com que a cúpula dirigente do PT estivesse enfrentando sérias dificuldades de assegurar uma coesão interna. Tentando apaziguar alguns membros do PT, em fevereiro de 2003, o presidente Lula sublinhou a importância de evitar mudanças muito pronunciadas na condução da política econômica, ressaltando a importância de sua continuidade para auferir credibilidade e crescimento nos anos seguintes. A política econômica do Governo Lula manteve o tripé macroeconômico apoiada no câmbio flexível, no regime de Metas de Inflação e na austeridade fiscal.

A reconstrução da confiança, pós eleições de 2002, foi facilitada pela rápida melhora da balança comercial, na esteira da prolongada depreciação cambial e do aumento de demanda mundial por exportações brasileiras. Ou seja, o cenário de incertezas deu lugar a bons indicadores econômicos com a vigorosa apreciação cambial e a forte queda nos indicadores de risco-país ao longo do primeiro semestre de 2003.

A economia cresceu em 2003, conforme demonstra Werneck (2014), o percentual de crescimento da economia era de 1,2% e a inflação era 9,3%, e passou em 2004 para 5,7% o crescimento econômico, e 7,6% a inflação.

Em outras palavras, o presidente Lula acabou colhendo os louros do processo de estabilização macroeconômica que vinha sendo estruturado e deu continuidade às metas desse processo. Seu primeiro mandato decorreu na trilha da expansão da economia mundial e do boom de preços dos commodities, advindo do rápido crescimento da Ásia, criando, assim, um ambiente propício para que a política econômica de seu governo logo redundasse em aceleração do crescimento.

É interessante observar que, em 2005, a equipe econômica, na figura do então Ministro da Fazenda, Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo, chegaram até a propor medidas de ajuste fiscal a longo prazo para conter a rápida expansão de gastos do governo. Mas, com a brusca mudança do quadro político que se deu com a eclosão do escândalo do Mensalão<sup>44</sup>, a correlação de forças dentro do governo mudou o cálculo político do Palácio do Planalto, que passou a ser dominado por preocupações mais imediatas.

O escândalo de corrupção enfraqueceu e fragmentou a cúpula partidária do PT e fragilizou politicamente o próprio presidente. O governo entendeu que a contenção de gastos se tornaria inoportuna. Não seria tão surpreendente que essa crise política tão grave acabasse afetando a condução da política econômica. Afinal, a correlação de forças políticas já não era a mesma. A prioridade passou a ser: fazer o melhor uso possível do círculo virtuoso por que passava a economia para assegurar a reeleição do presidente. Mas sem esticar a corda mais do que o necessário (Werneck, 2014).

Consequentemente, o discurso econômico mudou. A mudança é nítida a partir de 2006, quando Antônio Palocci foi substituído por Guido Mantega no Ministério da Fazenda e dirigentes que ocupavam posições de primeiro escalão no governo foram substituídos, como o caso da renúncia de José Dirceu e a nomeação de Dilma Rousseff para a Casa Civil – então ministra de Minas e Energia. Tal mudança é visível pela proposta dos então ministros Palocci e Paulo Bernardo em medidas de contenção de despesas. Propunham que o programa de ajuste fiscal de longo prazo teria de estar focado na atenuação da expansão do dispêndio previdenciário, no

---

<sup>44</sup> O Mensalão foi o esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo, sendo o principal escândalo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Foi revelado em 2005, quando o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista com o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), na qual ele revelava a existência do pagamento de propina para parlamentares. Mais informações em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/>. Acesso em: 21 jun 2020.

controle do gasto com o funcionalismo e em medidas de desvinculação do processo orçamentário. Proposta torpedeada, como afirma Werneck (2014), pela nova ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelo futuro ministro Mantega. Em parte, também porque a perspectiva de rápido aumento da arrecadação erodiu o apoio daqueles que haviam sido convencidos de que o ajuste seria a única forma de abrir espaço para o aumento de gastos discricionários no segundo mandato. Ou seja, o bom desempenho da arrecadação de 2006 foi visto como sinal verde para o acirramento de gastos que se seguiu.

Por conseguinte, a reeleição do presidente Lula não se deveu apenas ao crescimento econômico relativamente rápido da economia a partir de 2004. Boa parte do seu bom desempenho eleitoral, no final de 2006, pode ser atribuído ao sucesso das políticas de redistribuição de renda que haviam sido adotadas no seu primeiro governo. De fato, a economia brasileira no segundo mandato do presidente Lula apresentou um ritmo de crescimento bem mais intenso do que no mandato anterior. Esse crescimento apoiou-se, de modo contundente, no forte crescimento das exportações e no aumento do consumo das famílias, o que se baseou no aumento do salário-mínimo real, nos programas redistributivistas e no aumento do crédito (Lacerda *et al.*, 2018).

Conforme argumenta Werneck (2014), a adoção de políticas distributivas mais ousadas sempre foi o ponto central do programa do PT. Desde a campanha presidencial de 2002, o partido vinha defendendo a implementação imediata de um programa de erradicação da pobreza extrema, o Fome Zero, que evoluiu rapidamente para o Bolsa Família, em 2004, um programa mais abrangente de transferência de renda resultante da unificação, em outubro de 2003, de programas mais específicos criados no governo anterior. Foi condicionado ao cumprimento, pelas famílias beneficiadas, de exigências relacionadas à nutrição, à saúde e à frequência escolar das crianças. A abrangência do programa foi rapidamente expandida. O número de famílias beneficiadas, apontado por Werneck (2014, p. 369), saltou de 3,6 milhões, em 2003, para 11 milhões em 2006, e chegou a 12,8 milhões em 2010, ao final do segundo mandato do presidente Lula. Focalizado nas faixas mais pobres da população, o Bolsa Família pôde atingir mais de um quinto do total de famílias do país mantendo custos relativamente baixos. Em 2010, o dispêndio com programa foi na ordem de 0,4% do PIB (Werneck, 2014, p. 370).

Atrelado ao Bolsa Família, no segundo mandato, a evolução do salário-mínimo passou a ser pautada por regra estabelecida em acordo do governo com as centrais sindicais, que previa percentual de reajuste igual à taxa de inflação acumulada no ano anterior acrescida da taxa de crescimento do PIB de dois anos antes. Ao longo de oito anos do Governo Lula, o valor nominal do salário-mínimo aumentou 155% enquanto a inflação acumulada, medida pelo IPCA, foi de 56,7%. O aumento real acumulado foi de quase 63% (Werneck, 2014, p. 370). Em consequência, essa elevação tão rápida do valor real do salário-mínimo teve grande impacto sobre as contas públicas.

Ao mesmo tempo, ressalta Werneck (2014), seja em função das políticas redistributivas, seja em decorrência do crescimento econômico mais rápido e de seus efeitos sobre o mercado de trabalho, num quadro de crescente escassez de mão de obra, houve redução expressiva no grau de desigualdade da distribuição de renda ao longo dos mandatos do presidente Lula. A renda *per capita* dos 20% mais pobres cresceu muito rapidamente, mais do que a dos 10% mais ricos. A redução da pobreza que havia sido possibilitada pela estabilização da economia no governo anterior foi marcadamente acentuada no período Lula (Werneck, 2014, p. 370).

É importante salientar que na contramão do esforço de redução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda, conduzidos nos dois mandatos, o Governo Lula promoveu também programas que implicaram dispendiosa distribuição de benesses estatais a grandes empresas. Entre tais programas, citamos a política de escolha de “campeãs nacionais” promovida pelo BNDES, com vultosos empréstimos subsidiados de longo prazo concedido pelo banco, financiados pelo Tesouro com recursos provenientes da emissão de dívida pública. Werneck (2014) aponta que tais generosos subsídios implícitos e explícitos concedidos às grandes empresas superavam os custos da transferência de renda aos mais pobres por meio do Bolsa Família.

Em relação ao melhor desempenho da economia nesse período, Laura Carvalho (2018) identifica a alta dos preços das commodities e três fatores propulsores da decolagem da economia brasileira a partir de 2006: distribuição de renda; expansão do crédito; e investimentos públicos. O crescimento maior do PIB e de vários de seus componentes é acompanhado de inflação menor, dívida pública e externa em queda e acúmulo expressivo de reservas internacionais. Fatores que possibilitaram dinamizar o mercado interno, expandindo as vendas das empresas e

estimulando as decisões de investimento para atender a essa demanda maior. A alta dos preços dos commodities reforçou esse processo, com aumento de investimentos e recursos disponíveis para o investimento nos próprios setores produtores de commodities (destacando a Petrobras), do mesmo modo que gerou efeitos em cadeia para os setores relacionados (como fornecedores) e elevando a arrecadação do governo, auxiliando a criar espaço fiscal para a expansão dos investimentos públicos.

Em síntese, para Carvalho (2018) o melhor desempenho econômico e a redução da pobreza se deu por meio dos programas de transferência de renda para as classes mais pobres, especialmente o Bolsa Família; os aumentos do salário mínimo em percentuais acima da inflação acumulada no período anterior; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para a infraestrutura e com total programado de R\$503,9 bilhões (US\$ 252,9 bilhões à taxa de câmbio média de 2007) para o período 2007-2010, dos quais R\$ 287 bilhões (56,9% do total) proviriam do setor público (empresas estatais e orçamento público); e os mecanismos de estímulo ao crédito para as famílias.

Assim, segundo Carvalho (2018), diferentemente do “milagre” econômico do regime militar (1968-1973), em que se registraram no Brasil taxas médias de crescimento anuais de cerca de 10%, mas enorme concentração de renda no topo da pirâmide salarial, no período decorrido entre 2006 e 2010 o país conseguiu, simultaneamente, crescer à média de 4,5% ao ano e reduzir o nível de desigualdade social, que a autora denomina de “Milagrinho”. Em outras palavras, ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao crescimento acelerado dos rendimentos dos trabalhadores da base da pirâmide, em grande medida fruto da valorização do salário-mínimo e do crescimento de setores muito intensivos em mão de obra menos qualificada, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve concentrada nas mãos dos mais ricos.

Antes de prosseguirmos na análise socioeconômica e política brasileira na terceira onda, torna-se fulcral compreendermos que a identificação de um discurso populista em Lula é importante tendo em vista o debate sobre o populismo na América Latina. Para muitos autores, Lula não é um líder populista em comparação com os demais presidentes latino-americanos, como já demonstrado. Pelo menos é o que alguns estudiosos defendem (Bethell, 2018; Hunter; Power, 2007; Levitsky; Loxton, 2013 *apud* Ricci *et al.*, 2021). Muito assim exemplificam através da *Carta*

ao Povo Brasileiro, em que Lula se compromete com a ordem neoliberal. A força política de Lula estaria na sua capacidade de acomodar vários atores, mitigando o conflito social. Já para outros autores, há traços singelos de populismo nos discursos de Lula, conforme aponta Hawkins (2009). Contudo, na comparação realizada por Hawkins e Selway (2017)<sup>45</sup> com outros líderes políticos mundiais (Hugo Chávez, Evo Morales e Michelle Bachelet, na América Latina; Silvio Berlusconi, Viktor Yushchenko e Vladimir Putin, na Europa), o grau de populismo de Lula foi classificado como baixo, situando-o “na extremidade inferior da escala populista” (Ricci *et al.*, 2021, p. 7).

De outro modo, conforme analisam Ricci *et al.* (2021, p. 10):

As discordâncias registradas entre os autores resultam das diferentes abordagens adotadas. Em muitos casos, quem não reconhece o caráter populista de Lula não enfatiza seu discurso, mas sua atuação política. Nesta perspectiva, destaca-se sua responsabilidade fiscal e econômica, além da defesa das instituições democráticas e do diálogo com as instituições representativas (Bethell, 2018). [...] Ainda que Lula adote uma política conciliadora, não há como não reconhecer que frequentemente ele flerta com a ideia de que a sociedade brasileira deve ser interpretada a partir do antagonismo entre dois grupos: de um lado, os pobres e, de outro, os ricos.

### 3.4.2

#### **Dilma Rousseff: a mudança de política econômica, percalços econômicos e o início da instabilidade política**

O presidente Lula, em 2009, contava com nada menos do que 84% de apoio popular, segundo as pesquisas<sup>46</sup>. Sua enorme popularidade entre todas as classes, em especial entre a população mais pobre, permitiu a indicação da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata do PT à presidência da República. O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff abrangeu o período 2011-2014. E seu segundo mandato foi iniciado em 2015, sendo interrompido em 12 de maio de 2016 com o impedimento da presidente reeleita no decorrer do

---

<sup>45</sup> Hawkins e Selway (2017) distinguiram usos mais coloquiais do termo que se referem às políticas ou estratégias políticas de um líder, objetivando estabelecer uma definição ideacional de populismo. Dessa forma, categorizaram a análise de conteúdo, uma metodologia empírica amplamente usada em trabalhos transnacionais sobre populismo, para identificar o discurso populista. Para isso, tiveram como base três etapas de análise metodológica: identificação dos termos potencialmente populistas; adoção de um critério de classificação do discurso – do ponto de vista conceitual, sobretudo sobre as referências ao povo e à elite; e a identificação das frases populistas.

<sup>46</sup> Para mais informações ver: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 21 jun 2020.

processo de impeachment no Congresso Nacional, assumindo em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, interinamente. Em 31 de agosto de 2016, Dilma foi afastada do cargo e Michel Temer assumiu a presidência da República.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008 e em um cenário de grande otimismo. Após a implementação de uma política fiscal anticíclica, com redução do superávit primário para 2% (menor valor durante o Governo Lula) do PIB, em 2009, esse superávit voltou a crescer, atingindo 2,8% do PIB em 2010. Em 2011, Lacerda *et al.* (2018), apontam que no primeiro mandato de Dilma o superávit alcançou 3,11% do PIB. A política monetária, após a manutenção da taxa básica de juros em 10,75% entre julho de 2010 e janeiro de 2011, incorreu num novo processo de altas, levando a taxa Selic (taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a 12,5% em julho de 2011. Tal política econômica, como bem salientam Lacerda *et al.* (2018), manteve as ambiguidades do Governo Lula, almejando fortalecer o lado social do governo ao mesmo tempo que implementava uma política monetária contracionista e concentradora de renda. Uma série dessas medidas macroprudenciais limitava a expansão do crédito, fazendo com que houvesse a redução do ritmo da atividade econômica, com um crescimento do PIB que atingiu 3,9% em 2011, contra um crescimento de 7,6% em 2010.

Como percebido, a política fiscal foi fortemente contracionista em 2011. Bastos (2017) argumenta que as receitas cresceram à taxa de 5,4% em 2010 e de 8,1% em 2011, mas as despesas cresceram à taxa de 6,1% em 2010 e apenas 1,7% em 2011, ressaltando a mudança no perfil do gasto público. Em termos reais, o investimento público caiu 13,4% (ou R\$8,6 bilhões). Entretanto, os subsídios aumentaram 35%, ou R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 9,3 bilhões para o programa Minha Casa Minha Vida. É interessante observar, conforme analisa Bastos (2017), que entre 2011 e 2014 o investimento público cairia 1,1% a.a., mas os subsídios aumentavam 23,8% a.a.

Em 2012, o crescimento do PIB brasileiro foi de 1,8% contra um crescimento médio de 3,1% do PIB latino-americano e caribenho e a taxa de investimentos no Brasil foi de 19% em 2012, contra uma taxa média de investimento de 23,9% na região (Lacerda *et al.*, 2018). Já em 2013, o PIB cresceu 2,7%, ao passo que, em 2014, cresceu apenas 0,5%, posteriormente levando a uma aguda desaceleração econômica.

A política econômica do primeiro Governo Dilma Rousseff tinha atendido a várias das bandeiras defendidas pela FIESP, no que se chamaria de “Nova Matriz Econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Como muito bem analisado por Bastos (2017) e Carvalho (2018), algumas dessas iniciativas foram, inclusive, solicitadas em documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011.

Já no seu segundo governo, a presidente reeleita Dilma Rousseff resolveu realizar um ajuste fiscal e monetário abrupto que surpreendeu muitos de sua base eleitoral. Indicou para o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy, então economista-chefe do Banco Bradesco. Levy é um economista formado pela ortodoxa Universidade de Chicago, mas sua escolha causou desconforto entre alguns apoiadores do governo, principalmente porque seu perfil conservador não se harmonizava com a discurso econômico progressista utilizado pela campanha de reeleição de Dilma Rousseff. Ele foi indicado como um nome para “trazer credibilidade” ao segundo Governo Dilma, numa tentativa de conciliação de opostos, como a executada por Lula em 2003, moderando a oposição empresarial e do mercado.

Ao mesmo tempo, assinala Bastos (2017), os conflitos sociais se ampliavam de um modo que o governo não conseguia controlar, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes. No plano da relação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais manifestada, por exemplo, nas Jornadas de Junho de 2013<sup>47</sup>, empurrava uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública.

Evidentemente, esta aguda recessão sofrida pelo país apresentava razões políticas, além das razões econômicas. Parece-nos, como mote principal desse trabalho, que as escolhas políticas pesaram demasiadamente na vitalidade da economia brasileira. Para Lacerda *et al.* (2018), a política econômica do Governo Dilma Rousseff padecia das mesmas contradições do Governo Lula, muito embora em um contexto econômico mais adverso, especialmente em relação ao comércio internacional, com a queda dos preços das commodities exportadas pelo país e

---

<sup>47</sup> Em relação às manifestações de junho de 2013 ver: Alonso, 2017; Freixo, 2016; Gohn, 204; Harvey, 2013.

principalmente pela adoção da chamada “Nova Matriz Econômica”, que buscava aprofundar uma política econômica desenvolvimentista, como demonstrado por Lacerda *et al.* (2017) e Pessoa (2016). Laura Carvalho também aponta, neste mesmo quadro, a orientação da política econômica por meio do que chama “Agenda FIESP”, agenda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que buscava elevar a competitividade da indústria nacional. Tal agenda baseou-se na desvalorização do real, em fortes desonerações tributárias para os industriais, na redução brusca da taxa de juros, no uso intensivo do BNDES e no controle de tarifas e preços (como a de energia elétrica). A aposta no investimento público, ressalta Carvalho, é trocada pelo privado, e o mercado interno pelo externo. E, em vez de reforçar os “pilares” do Milagrinho, como já mencionado anteriormente, a “Nova Matriz Econômica” se tornou uma aventura desastrosa.

Desde o segundo mandato do ex-presidente Lula, os problemas estruturais da economia, como o câmbio valorizado e a falta de uma política industrial que desse conta da questão do aumento da produtividade e da competitividade externa, não foram efetivamente enfrentados. Lacerda *et al.* (2018) apontam que as políticas industriais apresentadas em 2004 (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), em 2008 (Política de Desenvolvimento Produtivo) e em 2011, no Governo Dilma (Plano Brasil Maior), não alteraram substancialmente esse quadro. Além do imenso desafio à elaboração e à implementação de políticas industriais em um cenário mundial cada vez mais competitivo, no Brasil há uma grande dificuldade para a implementação de políticas industriais ativas, considerando que a estrutura produtiva brasileira é controlada por empresas multinacionais, logo, possuem estratégias próprias de produção e de desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos (Lacerda *et al.*, 2018).

Por conseguinte, é nessa conjuntura específica que ocorre um amplo debate sobre a diminuição da importância relativa da indústria no PIB do Brasil. Segundo o IBGE, a participação da indústria de transformação atingiu um máximo de 36% do PIB, em 1985, caindo para 16,5% em 2008. Em 2011, na balança comercial, houve um superávit comercial de US\$ 78,5 bilhões dos setores agropecuário e de extração mineral, contra um déficit no total de US\$ 48,7 bilhões da indústria de transformação, como observam Lacerda *et al.* Isto posto, é crível notar que a balança comercial brasileira está cada vez mais dependente do volume e dos preços

das commodities exportadas, especialmente para o mercado chinês, nosso principal parceiro comercial, comprando basicamente minério de ferro e soja.

Lacerda *et al.* (2018) destacam que nos setores industriais com alta intensidade tecnológica, média-alta e média-baixa tecnologia incorporada, os déficits comerciais são crescentes, mitigados em boa parte na balança comercial pelos expressivos superávits de setores de baixa tecnologia incorporada. Algumas das explicações apontadas pelos autores estão relacionadas à estrutura tributária brasileira, que beneficia a exportação de produtos não industrializados, às políticas protecionistas chinesas, que aplicam tarifas mais elevadas para importação de farelo e de óleo de soja, e à própria taxa de câmbio, que trona a exportação de produtos semi-industrializados menos rentável.

Diante do cenário de falta de competitividade da indústria nacional e dos desequilíbrios externos que surgiram, alguns economistas e autores passaram a defender uma mudança de modelo econômico no Brasil. Em vez do estímulo ao mercado interno por meio dos pilares já mencionados (distribuição de renda, expansão do crédito e investimentos públicos), apresentados por Laura Carvalho (2018), o país precisaria, na visão desses economistas, de um modelo de crescimento centrado no desenvolvimento industrial nos modelos asiáticos, com mais destaque para as exportações. A primeira pré-condição para iniciar esse processo de crescimento, segundo Carvalho, seria dar fim ao real excessivamente valorizado, que impediria a competição dos setores industriais no mercado internacional. Outro obstáculo enfrentado pela indústria brasileira seriam as altas taxas de juros. De outro modo, a estratégia para o crescimento, de tal proposta, começaria por dois elementos: a redução de juros e a desvalorização do real.

No entanto, há um problema nessas pré-condições, o dólar baixo era um dos fatores que mantinham a inflação sob o controle, dada a inflação de serviços que acompanhava o crescimento de salário. Nesse contexto, assevera Carvalho, a defesa da redução de juros e da desvalorização do real veio associada à defesa do ajuste fiscal que auxiliasse a controlar a demanda doméstica e os preços. Ou seja, a mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista (crescimentos de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária contracionista (juros altos) por uma política fiscal contracionista (corte de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária mais frouxa (juros mais baixos), que facilitasse a desvalorização da moeda (Carvalho, 2018).

Quando Dilma Rousseff, em 2011, assume a presidência da República, essa agenda – de propostas para o desenvolvimento industrial – já contava com o apoio de diversos representantes do setor industrial, dentre eles: os então presidentes da FIESP, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, respectivamente, Paulo Skaf, Artur Henrique e Paulo Pereira da Silva (Paulinho). Mesmo todas essas demandas sendo atendidas pela presidente Dilma, o maior dinamismo da indústria não veio. Carvalho (2018) enumera que a produção industrial em volume, que havia crescido 2,7% em 2010, caiu 0,9% em 2011 e 3,7% em 2012.

A equipe econômica de Dilma<sup>48</sup> atribuiu o baixo crescimento da economia de 2012 ao que seria uma fase de transição do país para o que foi denominado de “Nova Matriz Econômica”. Em síntese, essa matriz era a combinação de juros baixos, taxa de câmbio desvalorizada e desonerações fiscais. Portanto, de modo discricionário, a implementação por parte do Governo Dilma da agenda produtivista da FIESP e centrais sindicais como a CUT e a Força Sindical, foram:

(a) redução da taxa básica de juros; (b) uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com aportes do Tesouro de R\$ 400 bilhões, viabilizando o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI); (c) aposta na reindustrialização, dentro do Plano Brasil Maior que incluiu medidas como a redução do IPI sobre bens de investimento e a proposta de que o BNDES investiria R\$ 600 bilhões na indústria até 2015; (d) desonerações fiscais, com o anúncio feito em abril de 2012 da desoneração da folha de pagamentos de 15 setores intensivos de mão de obra. Em 2014, as desonerações atingiram 42 setores, poupando R\$ 25 bilhões aos empresários; (e) plano para infraestrutura; (f) reforma do setor elétrico, com o objetivo de reduzir em 20% o preço da energia elétrica; (g) desvalorização do Real a partir de fevereiro de 2012; (h) controle de capitais externos, com objetivo de impedir a valorização da moeda; (i) proteção ao produto nacional, para fortalecer a produção interna, elevando para 30% o IPI sobre veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local [...] Em setembro de 2012 ainda foram aumentados os impostos de importação de 100 produtos, entre eles pneus, móveis e vidros (Lacerda *et al.*, 2018, p. 257).

Contudo, as ações implementadas da “Nova Matriz Econômica” não surtiram os efeitos desejados, além disso acarretaram efeitos colaterais na economia brasileira. Antes de mais nada, é importante destacar as generalizações criadas em torno dessa matriz econômica. O termo passou a ser muito utilizado pelos

---

<sup>48</sup> Os três nomes fortes da equipe econômica, neste período, eram: Joaquim Levy e Nelson Barbosa que assumiram os ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, e Alexandre Tombini na presidência do Banco Central. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland>. Acesso em: 9 ago 2022.

economistas liberais para denominar o modelo de política econômica do Governo Dilma, sobretudo do primeiro mandato, o associando de modo equivocado aos ideais de esquerda. Como apresentado anteriormente, a estrutura desse modelo de política econômica foi referendada pelas associações patronais como a FIESP, que reúne os principais e mais importantes empresários do país, apesar de suas consequências terem sido, majoritariamente, atribuídas ao Governo Dilma, que as executou em quase totalidade.

A Agenda FIESP resultou, enquanto uma de suas ações, na desvalorização da taxa de câmbio que refletiu na queda dos salários reais, ou seja, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores a curto prazo. Ou seja, essa inflexão reduziu o salário real dos trabalhadores que passaram a pagar mais caro pelos mesmos produtos. Ao mesmo tempo, as exportações, que haviam crescido 11,7% em termos reais em 2010, cresceram apenas 4,8% em 2011 e 0,3% em 2012. No mercado interno, a alta do dólar combinada à inflação de serviços levou a inflação em 2011 para o teto da meta, em 6,5%, contribuindo para desacelerar o crescimento dos salários. E devido, em parte, a essa alta dos preços, o consumo das famílias passou de 6,2% de crescimento em 2010 para 4,8% em 2011 e 3,5% em 2012 (Carvalho, 2018).

Concomitantemente, as desonerações fiscais – que ganharam centralidade na política econômica de Dilma - vão ter forte impacto negativo sobre a arrecadação tributária reduzindo o superávit primário, em consequência a taxa de investimento não se mantém, iniciando um movimento de forte redução a partir de 2014. O caso da política de desoneração é emblemático na gestão Rousseff, visto que houve uma expansão da política para toda a economia, sendo impossível identificar seu caráter industrialista de pretensão originária. Na medida que os setores de transporte e construção somados tinham em fevereiro de 2014, como ressalta Carvalho (2018), mais trabalhadores incluídos no regime desonerado do que o conjunto de ramos da indústria de transformação, é crível analisar que o incentivo a tais setores não contribuiu sequer para estimular a competitividade externa, já que transportes e construção não sofriam concorrência internacional.

Com tal característica, a inclusão de setores de serviços e construção civil elevou o custo anual da desoneração da folha de pagamentos de 0,08% do PIB em 2012 para 0,25% em 2014, dados apresentados por Carvalho (2018). O conjunto dessas políticas gerou uma forte perda de arrecadação pelo governo federal. Segundo a autora, o custo anual com as renúncias tributárias, que era de R\$ 140

bilhões em 2010, passou a ser de R\$ 250 bilhões em 2014. De modo que a estimativa é que as desonerações concedidas a partir de 2011 tenham somado mais de R\$ 458 bilhões até 2018. Ainda de acordo com Carvalho, a maior parte das desonerações fiscais concedidas parece ter servido como política de transferência de renda para os mais ricos, contribuindo para também deteriorar as contas públicas.

Diante desse mesmo quadro, Samuel Pessoa (2016) aponta que uma das principais características do modelo econômico implementado pelo Governo Dilma foi aumentar demasiadamente a intervenção do setor público na alocação de investimento. E seu resultado é uma queda da taxa de crescimento da produtividade do trabalho em função de má alocação do capital, isto é, programas públicos que alocam o capital nos setores de menor produtividade do trabalho ou com incentivos errados. De outra maneira, na análise do autor parece que a desaceleração da taxa de crescimento está ligada diretamente às decisões de política econômica no período.

Nesse sentido, o custo fiscal elevado das desonerações e subsídios quando combinado ao crescimento menor das receitas federais pela própria desaceleração econômica e ao crescimento estrutural de certos componentes dos gastos sociais (gastos crescentes acima do PIB desde a década de 1990, tanto por fatores demográficos como o envelhecimento da população – logo, crescendo o valor dos benefícios previdenciários – quanto pelo aumento da formalização e do salário mínimo), aumentou as dificuldades do governo no cumprimento das metas do superávit primário e na tentativa de aumentar a taxa de crescimento econômico anual.

Uma das principais assertivas econômicas da gestão Dilma Rousseff é de que houve expansionismo da política fiscal entre 2012 e 2014. O problema, argumenta Carvalho (2018), é que esse estímulo fiscal se deu sobretudo por meio de subsídios e desonerações – principalmente atrelado aos interesses imediatos de um empresariado politicamente influente –, que se mostraram pouco efetivos em dinamizar a demanda agregada, e em detrimento dos investimentos públicos, que na análise de Carvalho teriam um maior efeito multiplicador sobre a renda e o emprego no curto e longo prazo.

A reeleição de Dilma, em 2014, revelou um país dividido politicamente. A partir de 2015, os embates políticos se intensificaram – principalmente derivados da polarização da eleição do ano anterior – e o país mergulhou em um período de profunda recessão econômica, com queda acumulada do PIB de 7,5% no biênio

2015-2016. Tal efeito fez com que a taxa de desemprego no período dobrasse. Como destacado por Lacerda *et al.* (2018), no primeiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego nacional atingiu 13,7%.

Enquanto o primeiro mandato foi marcado por desonerações e subsídios, o segundo teve como objetivo uma política econômica na direção de ajustes, de austeridade – tal como proposto pelo candidato derrotado à presidência da República do PSDB, Aécio Neves, no pleito eleitoral de 2014. Mas mesmo a política de ajustes fiscais, em tese apoiada pela oposição, não recebeu os votos necessários, assim, não foi aprovada a continuidade da DRU<sup>49</sup> (Desvinculação de Receitas da União) conforme proposta por Dilma Rousseff e somente aprovada em 2016, já no governo Michel Temer.

Se no Governo Lula a escolha da manutenção do tripé macroeconômico e a continuidade das medidas fiscais e monetárias restritivas para combater o desequilíbrio externo e o aumento da inflação, além do ciclo virtuoso das commodities, propiciaram uma inflexão da política econômica possibilitadora de um crescimento econômico de cerca de 5% ao ano, programas de transferência de renda e redução da pobreza, a escolha política de Dilma do modelo econômico da FIESP não foi tão assertiva consoante os fatores externos e interno explicitados ao longo desta seção. Conforme pontuam Pessoa, Almeida e Lisboa (2015), a desaceleração da atividade econômica resultou na menor geração de renda e na queda do emprego. A piora do mercado de trabalho e o desequilíbrio das contas públicas prejudicaram os ganhos sociais da década de 2000.

É notório que o afastamento da presidente Dilma e a grave crise econômica do segundo mandato têm um forte componente político, somado ao fato de que o cenário eleitoral de 2014 envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivou o repúdio à corrupção e aos protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. As surpreendentes manifestações de junho de 2013, bem como o acirramento das denúncias da “Lava-jato” foram elementos graduais para o processo de impeachment de Dilma Rousseff iniciado em dezembro de 2015 e concluído em 31

---

<sup>49</sup> A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Para mais informações ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso em: 21 jun 2022.

de agosto de 2016, com a cassação de seu mandato. Em outras palavras, a péssima condição econômica, a incapacidade de articulação e diálogo com o Congresso Nacional e a insatisfação popular – levando milhares às ruas em oposição a seu governo nos movimentos pró-impeachment –, formaram a “tempestade perfeita”, que culminou no fim do Governo Dilma, iniciado em 2011 com o término previsto para 2018, mas interrompido em seu íterim.

### **3.4.3**

#### **Os movimentos sociais, a destituição presidencial e a maior inserção da direita na arena política**

Como visto, a cena pública contemporânea brasileira (2013-2016) apresenta alguns elementos do ambiente sociopolítico e econômico que facilitaram a emergência dos discursos e manifestações massivas em desafio às instituições políticas.

É notório, como assevera Castells (2013), que os movimentos sociais contemporâneos são impulsionados e moldados pela internet e pelas tecnologias de comunicação em rede, uma vez que a internet oferece uma plataforma para a mobilização social, permitindo que grupos antes fragmentados e dispersos possam se conectar e colaborar em escala global. Dessa forma, as redes sociais e outras plataformas digitais são estruturantes na formação de laços horizontais entre indivíduos e organizações, permitindo a criação de uma comunicação descentralizada, rápida e eficiente entre os participantes dos movimentos. Possibilitam a emergência de novas formas de ativismo e protesto, caracterizadas pela sua natureza não hierárquica e pela mobilização rápida e flexível – uma “comunicação em cascata”, no conceito de Castells (2013), ao se referir ao modo como informações e ideias se espalham rapidamente através das redes digitais, influenciando a opinião pública e impulsionando ações coletivas em resposta a eventos ou questões específicas.

É, sem dúvidas, um desafio heurístico identificar as causas de uma mobilização em massa, todavia, é um esforço necessário apresentar alguns argumentos que possam ter auferido processos de significações sociais e que moldaram a conjuntura sociopolítica em 2013 e delinearão – *mutatis mutandis* – o cenário das eleições de 2018.

Dentre eles, destacamos duas mudanças contributivas de conjuntura, conforme destaca Ângela Alonso (2017): em primeiro plano, a experiência da onda de protestos globais, de 2011 a 2013, que funcionou como efeito demonstração e abasteceu um novo modelo de ativismo (o repertório autonomista). Basta recordar que o Brasil sediou megaeventos – Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016) –, oferecendo palco global para os protestos. Outro ponto nevrálgico para a formação da conjuntura incidente foi a relação entre governo e movimentos sociais. Conforme analisa Alonso (2017), a alta aprovação de Dilma no período antecessor aos protestos fez com que a ex-presidente pouco dialogasse com a sociedade organizada, deixando o protesto como caminho para pleitos<sup>50</sup>. A essas agendas de protestos somou-se a tão antiga como atual bandeira: a corrupção – por motivos claros, pois, em agosto de 2012, começou o julgamento de políticos acusados de apropriação indébita de fundos públicos. O julgamento do Mensalão “foi espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo. Ante este clima de opinião pública, as medidas anticorrupção de Dilma foram tímidas” (Alonso, 2017, p. 50).

E o terceiro elemento, como aponta a autora, foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, promovendo o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que em conjunto diminuíram a distância entre estratos sociais. O processo alterou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça).

Adriano de Freixo (2016) vai ao encontro das análises de Alonso ao argumentar que os protestos de 2013 apresentaram três tipos de interpretação para sua ocorrência. O primeiro decorreu do movimento de ascensão da chamada “nova classe média”, que teve seus padrões de vida e consumo melhorados por meio do crescimento econômico e políticas distributivistas na última década e almejando mais o que diz respeito aos serviços públicos como transporte, saúde e educação, sem níveis satisfatórios de qualidade. Do mesmo modo, nutrem uma profunda insatisfação com todas as esferas do setor público com a corrupção presente.

---

<sup>50</sup> É importante salientar que os então prefeitos e governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro (respectivamente, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin; Eduardo Paes e Sérgio Cabral), primordialmente, não souberam também lidar inicialmente com os protestos em 2013, cujas principais reivindicações eram envoltas pelos problemas urbanos e eficiência de políticas públicas. Para mais informações sobre o início e o desenrolar dos protestos de rua neste período, ver os trabalhos de: Gohn, 2017; Freixo, 2016.

A segunda análise, presente na observação de Maria da Glória Gohn (2014) e Leonardo Sakamoto (2013), prioriza a crise da democracia de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política. Ou seja, questionamentos a políticos e a “políticas tradicionais” por parte dos jovens tanto de classe média “histórica” quanto aqueles que fazem parte dos estratos sociais que ascenderam socialmente nos últimos anos. E a última interpretação correspondente a alguns autores do campo da esquerda que analisam as manifestações como um esgotamento do “modelo petista” ou “lulista”, centrado em políticas distributivistas e numa espécie de “capitalismo de Estado”. Todavia, seu limite teria sido a incapacidade de radicalização de reformas estruturais e do enfretamento como grande capital.

De 2013 a 2016, a crise política e o que se entende enquanto seu conceito teve um ponto de partida (*bottom line*), mas houve três ciclos de confronto e formas novas de protesto, conforme assevera Alonso (2017): 1) *A eclosão do protesto*, liderada pelo Movimento Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo de ativismo autonomista do MPL era marcado pela negação de lideranças e hierarquia de gênero, violência simbólica (ao queimarem catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política; 2) *Diversificação*, aumentaram adesões e focos de manifestação. Os movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda chegaram atrasados. Mas buscaram se adaptar. Começava a disputa pela direção do protesto e dos espaços públicos. A pauta, por conseguinte, ultrapassou os vinte centavos, quando ativistas com outras causas, como o aborto, e manifestantes iniciantes/novos, identificados por hashtags como “#vemprarua”, emergiram.

Ao começarem a se avolumar e aumentar o escopo discursivo, os protestos ganharam repercussão internacional e apoio de artistas e intelectuais, ao passo que foram violentamente reprimidos pelas forças policiais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, atraindo solidariedade da mídia e dos setores não mobilizados. O episódio de extrema violência policial acabou modificando a opinião pública, que antes focava somente nos vândalos dos protestos (filmando extensivamente a depredação a bancos e prédios públicos) e com o tom condenatório aos protestos<sup>51</sup>. Até a

---

<sup>51</sup> Basta analisar o comentário de Arnaldo Jabor no *Jornal da Globo*, que compara a ação dos manifestantes às do Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecida facção criminosa de São Paulo, terminando sua fala afirmando que: “Esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”.

multiplicação nas redes sociais e na própria grande mídia de imagens e vídeos que mostravam jornalistas feridos, a mídia trocou de lado. E, por conseguinte, a aderência às manifestações aumentou – conforme elenca Alonso, no dia 13/6/2013, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17/6/2013, o Datafolha afirmou o comparecimento de 65 mil somado a demais grandes atos em doze capitais.

E, diante de todo esse contexto, inicia-se o terceiro ciclo, apontado por Alonso (2017): 3) a massificação dos protestos, com a emergência de novas bandeiras, por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos e contra a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos e à polícia. Aderiram a esse novo ciclo de protestos torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos e famílias. Cidadãos que não possuíam ativismo prévio, convocados por redes virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia. Ativaram o repertório patriota, com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (“o gigante acordou” e etc.) e chamando para si a bandeira da “ética na política” já presente em 1992, no Fora Collor, em slogans: “Fora Partidos!” “Mensaleiros!”, “Corruptos, vocês se preparem, vão cair um por um!” e o início do “Fora Dilma!”. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, com o processo recente do julgamento do Mensalão e a expressão “CorruPTos” (Alonso, 2017, p. 52).

Como argumenta Freixo (2016), nas manifestações de junho de 2013 observa-se a falta, por parte das esquerdas, de uma compreensão das direções e do próprio sentido dos protestos, ao mesmo tempo em que possibilitou à direita uma reentrada no cenário político, após uma década de hegemonia petista. Marcando o início de uma intensa reação conservadora.

É importante predizer que essa direita não é homogênea e se articula em torno de valores ligados ao liberalismo, como individualismo, empreendedorismo, meritocracia e Estado menor, sendo sua principal narrativa, a partir desses eventos, a defesa da moralidade pública e a associação da corrupção ao Estado leviatã (gigante e desproporcional) e ao seu aparelhamento. O fato intrínseco desse processo são que certos simpatizantes da “nova direita” apoiam o regime militar

brasileiro, mas esquecem-se que ele foi responsável pela última expansão do Estado brasileiro, logo, por seu gigantismo.

Junho de 2013 constitui-se, de certa forma, num movimento apartidário ou sem “bandeiras”. Mas mesmo assim, iniciou-se uma espécie de “disputa pelas ruas”, ao se contraporem, de um lado, organizações e partidos de esquerda, movimentos populares e sindicatos, e, do outro, os setores mais à direita e os partidos de oposição que, como assevera Freixo (2016), buscaram instrumentalizar as insatisfações existentes na sociedade para enfraquecer o governo de Dilma Rousseff, que antes do início dos protestos ostentava altos níveis de popularidade e até então parecia que seria reeleita sem grandes percalços em 2014. As Jornadas de Junho de 2013 também atingiram os prefeitos de capitais, que tiveram de recuar do aumento das passagens de ônibus, e governadores, especialmente Sérgio Cabral, do estado do Rio de Janeiro<sup>52</sup>.

Nesse cenário, os partidos de oposição e a própria cobertura midiática dos eventos objetivaram uma “indignação seletiva”, apesar da crença na corrupção generalizada do sistema político, que pode ser explicada pela habilidade das lideranças desses protestos (como Movimento Brasil Livre – MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online e forças políticas e das mídias, a partir de 2015) em canalizar esse descontentamento generalizado em direção a um único foco, o Partido dos Trabalhadores, e com a polarização proveniente das eleições de 2014, a esquerda de modo geral. Ao mesmo passo que exaltavam e bradavam a defesa da moralidade pública (com camisas da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, alvo de investigações por corrupção tendo alguns de seus ex-dirigentes presos) e contra o Governo Dilma.

Podemos perceber que, mais uma vez, o contexto sociopolítico brasileiro enquadra-se num processo de crise, ao tomarmos como base o referencial teórico já trabalhado. As Jornadas de Junho de 2013 geraram uma “conjuntura fluida”<sup>53</sup>, ou

---

<sup>52</sup> Interessante notar que as demandas das Jornadas de Junho de 2013 eram também difusas. Segundo a pesquisa Ibope, realizada em 24/6/2013, 37,6% dos indivíduos que participavam dos protestos reivindicavam como principal demanda o transporte público. Para 29,9% o ambiente político (combate a corrupção, insatisfação com os governantes etc.), 4,5% dos entrevistados com gastos com a Copa do Mundo/ das Confederações, 12,1% com a saúde e 5,3% com a educação entre outras. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>53</sup> Nessa mesma perspectiva, outra teoria muito utilizada entre os cientistas sociais para compreender os antagonismos sociais e o processo da crise política – principalmente, a brasileira após as Jornadas de Junho de 2013, é a noção de conjunturas fluidas do francês, Michel Dobry (2014), que propõe que as reflexões sobre as crises políticas devem concentrar-se nos métodos que formem um esquema

seja, uma situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política. O ambiente de instabilidade já alimentado pelo Mensalão, aumentou consideravelmente com a operação Lava-jato, estimulando o espírito de faxina ética de imprensa e opinião pública (Alonso, 2017). As agendas de junho de 2013 continuaram nas ruas em graus variados de aderência e participação, até as eleições de 2014 – e especialmente após o impeachment – com o protagonismo do setor patriota (sendo a ala mais liberal, o Vem pra Rua; no meio do caminho, o Movimento Brasil Livre (MBL); e na frente reacionária, o Revoltados Online) com discursos patriotas, anticorrupção e moralistas – o MBL acabou capitalizando este último<sup>54</sup>.

Como aponta Laclau em sua teoria, houve um processo de deslocamento das estruturas discursivas. No Brasil, a partir da Constituição de 1988 o discurso hegemônico na pauta política nacional eram, como analisa Tavares (2017), as garantias sociais previstas na Carta Magna e a estabilização monetária e fiscal, e diante da conjuntura, novos repertórios e atores sociais foi alterado por algo ainda em disputa, e, é nesse interim que nos encontramos, o processo de disputa discursiva dentro do deslocamento, o processo de antagonismo que desde 2013 não parece se aplacar, pelo contrário, está fermentando e expandindo, como num ciclo de revigoramento. Lembremos que o desfecho das disputas eleitorais de 2014 se daria pela vitória nas urnas de um dos candidatos, mas os grupos patriotas/liberais se

---

teórico capaz de superar as particularidades e desvelar as suas dinâmicas características gerais. Isso possibilita o estudo dos aspectos constitucionais das crises, sem perder de vista as racionalidades de situações específicas. Para Dobry (2014), a especificidade das conjunturas de crise política está justamente nas complexas relações que se estabelecem entre as mobilizações e as mudanças no estado dos sistemas políticos. De modo que sua real preocupação seja na focalização das mobilizações sociais como principal aspecto das crises políticas. Portanto, desvendar as características particulares de uma crise política a partir de sua dinâmica interna, sendo que nessas conjunturas o grau de objetivação das relações sociais se estabelece de maneira distinta das conjunturas, como o autor denomina, rotineiras. Dentre a distinção feita por Dobry entre conjunturas rotineiras e conjunturas críticas – dentro do escopo da noção de conjunturas políticas fluidas – é crível salientar, devido a diferença das lógicas internas de cada uma: enquanto as conjunturas rotineiras são caracterizadas pelo predomínio da lógica de mobilizações setoriais – que compreende as atividades protagonistas de campos sociais específicos –, as críticas são marcadas pela dinâmica de mobilização multisetorial, caracterizada por um campo social de maior abrangência (Dobry, 2014).

<sup>54</sup> Visto, de modo mais recente, na exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” em 2017, que foi cancelada após diversas manifestações nas redes sociais, sendo o MBL apontado como um dos principais articuladores do protesto. Disponível em: <http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>. Acesso em: 10 jan 2023.

decepcionaram com o desfecho das eleições presidenciais e, conforme evidenciado por Alonso (2017, p. 54): “seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: ‘Fomos roubados nas urnas’”.

Alguns elementos originários de 2013 sumiram – mas voltou a tradição de discursos nos carros de som. E o retorno da cristalização de dois campos de ação estratégica apartados e opostos: um à esquerda, outro à direita do governo (Alonso, 2017, p. 54). Fermentando ainda mais o antagonismo discursivo, o PSDB pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cassação do mandato de Dilma, na virada para 2015, alegando fraude nas apurações. O STF ordenou a prisão de líderes petistas como Delcídio Amaral, e o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e foi instalada a CPI da Petrobras.

O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político via PSDB<sup>55</sup>. A crise política e o antagonismo discursivo galgavam patamares sem precedentes, a bancada do PT votou pela investigação do presidente da Câmara na Comissão de Ética, e Cunha retaliou, autorizando a abertura do processo de impeachment de Dilma, em dezembro de 2015. Na esteira desses acontecimentos, os movimentos MBL, Revoltados Online e Vem pra Rua organizaram atos anti-Dilma, com 40,3 mil participantes, de acordo com o Datafolha (Alonso, 2017, p. 55). Em março de 2016, o ex-presidente Lula foi levado coercitivamente para depor, por ordem do juiz federal Sergio Moro, reacendendo a altivez da militância petista e culminando em dois grandes polos de competição política, um a favor do impeachment e outro contra (considerando a impugnação da presidente eleita como um golpe).

Se podemos sintetizar didaticamente, a conjuntura política brasileira envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivou o repúdio à corrupção. No mesmo ano, ocorreram as surpreendentes manifestações de junho de 2013, que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras reunindo milhões de manifestantes. No ano seguinte, em 2014, houve protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, e em 2015 o acirramento das denúncias da “Lava-jato”, bem como a crescente polarização política decorrente da eleição presidencial do mesmo ano. Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha,

---

<sup>55</sup> Nas eleições de 2016, o MBL também se coligou ao sistema político, na maioria das candidaturas pelo PSDB, como Fernando Holiday, que disputou e venceu para vereador de São Paulo.

aceitou o processo de denúncia por crime de responsabilidade fiscal apresentado pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, dando início ao processo de impeachment, concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff.

Todo esse processo da conjuntura política nacional acabou desaguando em dois processos de agência reativa<sup>56</sup>: a tônica do conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial; e a outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas ruas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu o líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sergio Moro” (Alonso, 2017, p. 54). Por conseguinte, ocorreu um processo de solidificação da retórica moralizadora, como moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional), que muito influenciara o contexto das eleições municipais de 2016, meses após o processo de impeachment, principalmente nas grandes metrópoles – catalizadoras naturais dos protestos –, como a cidade do Rio de Janeiro.

No caso do pleito carioca de 2016, Rezende (2018) e Gracino Júnior e Rezende (2020) demonstram como os discursos políticos são sempre um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, de sistemas de produção de sentido. Derivados da construção discursiva daquele acontecimento, ou uma construção política dos acontecimentos favorecendo determinados candidatos, como Marcelo Crivella (Republicanos), que após sucessivas campanhas para o Executivo, carioca ou fluminense, em que nunca tinha obtido uma vitória nos pleitos, foi eleito em 2016.

Tal capacidade eleitoral perpassa a noção de que os fenômenos foram (são) investidos e atravessados por distintas formações discursivas presentes na sociedade, como apontado por Alonso (2017). Neste contexto, os discursos presentes nas eleições de 2016 foram marcados não somente pela sua capacidade de produzir articulação, mas por meio do contingenciamento capaz de capitalizar o descontentamento, dando-lhe um nome e de modo a incentivar a convocação de indivíduos através de uma interpelação demarcada por uma leitura própria do

---

<sup>56</sup> É derivativo de toda reação discursiva, antagonismos. Logo, ao referirmos agência reativa, consideramos que é um processo ambivalente, ou seja, da mesma forma que setores mais à esquerda se uniram em oposição/reação às ações supracitadas no parágrafo.

acontecimento. A propensão e ostensividade dos discursos conservadores, que surfaram com o declínio da hegemonia petista, se não moldaram, influíram na decisão do voto. Vale lembrar que nas eleições de 2016 o PT não conseguiu eleger nenhum representante nas principais capitais do país.<sup>57</sup>

Dessa forma, os dados analisados por Gracino Junior e Rezende (2020) demonstram que, embora o sucesso eleitoral de Crivella em 2016 extrapole a questão religiosa, envolvendo aspectos sociopolíticos que incidiram sobre o Brasil e, de forma aguda, sobre a capital fluminense, o discurso de fundo religioso serviu como elemento mobilizador, traduzido em adesão eleitoral ao candidato. Dessa forma, a vitória de Crivella, ainda que se tenha dado em um espaço mais conjuntural do que estrutural, parece ter se tornado uma tendência preliminar que foi repetida na eleição presidencial de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro e de um Congresso Nacional consideravelmente coeso com as propostas bolsonaristas, com elementos mobilizadores muito similares: moralidade, anticorrupção, renovação política e a presença de um discurso religioso, voltado para neopentecostalismo.

### 3.5

#### **A quarta onda populista no Brasil: o populismo de direita**

A quarta onda populista, que tem o Brasil como principal exemplo na região, não está circunscrita à América Latina como as ondas anteriores. Ela se insere no contexto internacional global do século XXI. O populismo que presenciamos atualmente no Brasil se deve muito à onda populista internacional que fortaleceu ou incentivou a criação de partidos e elegeu líderes populistas na Europa e nos Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha e Itália) Polônia, Áustria, Hungria, Turquia e Filipinas.

Na terceira onda estavam lideranças do campo da esquerda iniciada pelo triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, que posteriormente se espalhou para países como Bolívia, Equador e Nicarágua e também se registra a ocorrência da denominada “Onda Rosa” – as vitórias eleitorais da esquerda (ou da centro-esquerda) em grande parte dos países latino-americanos, entre 1998 e 2006.

---

<sup>57</sup> Uma análise detalhada sobre o processo eleitoral de 2016 e seus condicionantes foi feita por Monteiro e Ismael (2017).

As lideranças da quarta onda se apresentam, em certa medida, como antagônicas às lideranças da terceira ao se posicionarem mais no espectro político à direita e centro-direita, pelo conservadorismo nas pautas sociais como gênero, ações afirmativas, na cultura, bem como no apelo à securitização da sociedade, no enaltecimento aos valores tradicionais e à religião (como no caso de Kaczynski e Bolsonaro).

Essa nova onda populista internacional, que nos contextos já abordados da América Latina insere o Brasil em uma quarta onda, é caracterizado pela dificuldade dos *policymakers* e instituições liberais de gerenciarem as sucessivas crises econômicas e políticas após a crise de 2008, com a precarização do trabalho no mundo pós-industrial e globalizado, a crescente desigualdade social em quase todos os países democráticos, as crises humanitárias em países em guerra civil, como na Síria, e seus consequentes fluxos migratórios (cujo destino dos contingente de refugiados são os países da Europa) e a financeirização econômica que em um ritmo crescente promove a clivagem profunda entre ricos e pobres, entre a parcela dos 1% mais ricos do mundo que detêm mais do dobro da riqueza possuída por 6,9 bilhões de pessoas, segundo relatório global produzido pela Organização Não Governamental Oxfam<sup>58</sup>. Tais elementos marcam a tênue relação e ruptura entre governantes e governados, e a desconfiança nas instituições liberais que acabam deslegitimando a representação política de lideranças e partidos políticos. Trata-se, conforme argumenta Castell (2018), de um colapso gradual de um modelo político de representação e governança que conhecemos como democracia liberal, consolidada nas últimas décadas – como no caso brasileiro, após a redemocratização – e quem vem sendo esgarçada no espaço público. Principalmente, através de amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e da democracia representativa sob o lema: “não nos representam”, mobilização que já vem acontecendo na Espanha, Grécia, Estados Unidos e Brasil, como já visto anteriormente nas ações posteriores a junho de 2013 e suas consequências.

É através dessa rejeição que surgem lideranças políticas com discursos síncronos e carismáticos que fortalecem a narrativa do desajuste entre a vontade do “povo” e a “elite”, agora personificada na forma de *establishment*, já que a crítica

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>. Acesso em: 9 ago 2023.

não se restringe a um grupo de poderosos (ou oligarquia como na primeira onda populista), mas também às instituições e à própria democracia liberal. Em outras palavras, um dos elementos chave para o populismo do século XXI é a crise da democracia liberal e o descrédito da legitimidade dos representantes políticos – vistos, muitas vezes, como não representantes dos interesses do povo, mas de seus próprios interesses, sendo percebidos como corruptos, injustos, burocráticos e alheios às necessidades sociais do “povo”.

O populismo contemporâneo, ou novo populismo, emerge em um contexto de crises econômicas e financeiras e de uma crise mais profunda da democracia liberal, em que a crescente desigualdade econômica e social favorece a ascensão de lideranças ou partidos populistas e a intensificação da descrença na política que representaria a incapacidade das elites liberais em cumprir sua promessa de uma prática política baseada na moderação, no consenso, no reconhecimento de direitos de minorias e na tolerância mútua. Neste interim, o populismo apresenta premissas muito distintas das que fundamentam o liberalismo pluralista, como a polarização da política, em detrimento do consenso; a homogeneização popular, em detrimento da heterogeneidade dos grupos sociais e políticos; e, sobretudo, a sobreposição de valores conservadores sobre o progressismo (Gouvêa; Castelo Branco, 2020).

Uma nota importante, relativa ao discurso conservador e moral mais amplo, que no caso do populismo brasileiro refere-se a algumas especificidades que não encontramos em outros países, e todavia, podem ser associadas a outros elementos nacionais. Como o Brasil quase não tem uma forte imigração de refugiados e com forte presença muçulmana, e praticamente não convive com a tensão do terrorismo, ao contrário dos países do ocidente desenvolvido, para o populismo brasileiro o espaço do terrorismo é ocupado pelo crime. No lugar da imigração e da mudança cultural que este processo acarreta, temos em sua vacância as mudanças sociais – ou seja, novas demandas – trazidas pelos movimentos sociais mais progressistas, bem como o espaço do islã e o seu combate no discurso populista europeu vem a ser ocupado pela esquerda, categorizada como um dos principais inimigos e empecilhos para a concretização do mundo ideal de seus interlocutores/ eleitores. Diacronicamente, conforme analisa Jan-Werner Müller (2016), um líder ou partido populista não pode ser enquadrado como populista apenas por criticar as elites; é crucial que manifeste uma atitude antipluralista.

Essa forma de populismo apresenta-se como uma forma autêntica e exclusiva da vontade popular e dos interesses legítimos da nação, de modo que todos aqueles que discordam são apresentados como inimigos a serem combatidos. Aproxima-se da concepção elaborada por Carl Schmitt de política, cujo objetivo final é a eliminação do outro. O populismo como antítese da democracia constitucional, ao mesmo tempo que é populista com um viés mais autoritário como Donald Trump e Jair Bolsonaro, tenta empregar, uma vez no poder, procedimentos jurídicos e prerrogativas institucionais com o objetivo de subjugar a legalidade e capturar as instituições jurídicas, subvertendo sua própria essência (Gouvêa; Castelo Branco, 2020).

O papel da mídia é fundamental para qualquer líder populista, pois é o elemento direto de diálogo com o eleitorado, com o “povo”. De fato, os meios de comunicação de massa revolucionaram as nossas formas de estar e vivenciar o mundo. A mídia transformou os fluxos de informações, produziu novos rituais cotidianos e quantidades inimagináveis de vivências diárias de informação ou entretenimento. Se na primeira onda o rádio foi o principal difusor, na segunda e terceira foi a televisão e o avanço da internet. O novo populismo, inovou-se, com as propagações das redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp entre outros – como fonte inesgotável de informação e formação de preferências políticas, bem como de *fake news*. As fakes news, muito utilizadas pelos líderes populistas da atualidade, tem como o objetivo nortear, por meio de (des)informações e/ou conteúdos inverídicos, segmentos da sociedade para formar a opinião pública sobre determinados assuntos, principalmente as preferências políticas, apresentando uma influência decisiva no processo de decisão do eleitor e o mantendo mobilizado. Como veremos no próximo capítulo, os correligionários de Trump e Bolsonaro utilizaram massivamente essa prática falaciosa<sup>59</sup>.

Outra especificidade é que, enquanto a extrema-direita em países como a França e a Itália recebe apoio desproporcional das regiões mais pobres e das pessoas mais pobres, o Brasil, nas eleições de 2018, com a vitória de Bolsonaro, não demonstrou tamanha reciprocidade desses segmentos socioeconômicos. Na

---

<sup>59</sup> Inclusive no Brasil, no ano de 2020, foi instaurado o Inquérito das Fake News pelo Superior Tribunal Federal, com o objetivo de investigar a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denúncias caluniosas e ameaças contra a Corte, seus ministros e familiares. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445860&ori=1>. Acesso em: 19 ago 2021.

verdade, é neste ponto que reside, de modo especial, o apoio evangélico a Bolsonaro, que foi expressivo e substancial, conforme argumentam Almeida (2019) e Rezende (2020). Em outras palavras, percebemos no Brasil o crescimento do protagonismo evangélico na arena política e na mobilização eleitoral de modo mais geral, como já vislumbrado no tópico anterior.

Então, além de um populismo vocalizado por Bolsonaro aos militares e forças de segurança, seria possível falarmos de um populismo evangélico brasileiro, com maior ênfase nesse grupo social? Em primeiro lugar, é preciso frisar que existe uma ambivalência evangélica com relação ao populismo. Ou melhor dizendo, duas ambivalências. Uma mais global, relacionada com características centrais da religião evangélica, e a outra mais brasileira, relacionada à história nacional e a posição ainda ambígua da confissão evangélica no Brasil.

A primeira, a relação global, o uso populista do cristianismo na Europa, por exemplo, têm mais a ver com cultura e identidade do que com fé e valores. É mais avaliado como cultura e identidade. Mas a tradição evangélica, nasce da recusa de entender a religião dessa forma, distanciando a religião “verdadeira”, de apropriação pessoal e internalizada, por meio da conversão das externalidades de cultura e identidade nacional. Enquanto a segunda ambivalência, a dimensão brasileira, apresenta alguns elementos convergentes internacionalmente com a Polônia e Hungria. Nesses países europeus também há um povo bastante religioso e tradicionalmente católico – embora sem a pujança evangélica que há no Brasil – bem como há pouca imigração e, após três décadas de democratização, há uma reação cultural contra a ascensão de valores liberais/progressistas.

Seja no Brasil, seja nos Estados Unidos e em certos países da Europa, os movimentos e líderes populistas têm a consciência de estarem avançando do relativismo para o ativismo, para a disputa da agenda política – o que não deixa de ser um interesse do conservadorismo no espaço público. Isso traz um novo *modus operandi*, tendo em vista que até então o próprio projeto político neopentecostal era baseado no voto corporativo, por meio de apresentação e mobilização que as igrejas fazem para mobilizar seus fiéis a votarem em seus candidatos nos pleitos, como já analisado por Oro (2003) e Freston (1994). Desse modo, perfazem a constituição de uma agenda política mais ampla, abrindo o escopo de mobilização e discurso para questões e debates mais universais, muitas vezes não atrelado aos interesses e a realidade de certas igrejas, mas atentos aos interesses políticos e sociais.

Por fim, apresentamos neste capítulo as três ondas do populismo na América Latina chamando atenção sobre seu desenvolvimento político, econômico e cultural no Brasil, recorte do presente estudo. Muito embora alguns autores como Mudde e Kaltwasser (2017) ainda não tenham atualizado os processos das ondas para a contemporaneidade, no presente capítulo auferimos mais uma onda no contexto geral do populismo no continente, sendo o Brasil um estudo de caso. Uma onda que não está circunscrita à América Latina, mas é derivada e perpassa a onda populista internacional/global, tendo no continente latino-americano o Brasil como seu principal expoente. Esse novo populismo tem um cariz mais autoritário marcado pelo desprezo às instituições democráticas, ao *establishment*, à tentativa de cooptação do judiciário e de homogeneidade dos grupos sociais, contra a pluralidade democrática e direito das minorias; tem a alteridade, *nós versus eles*, como um dos principais elementos interpelativos de mobilização, bem como a utilização massiva das mídias digitais, e muitas vezes *fake news*, para moldarem as preferências políticas, sociais, culturais e econômicas dos cidadãos. Além da utilização retórica e enunciativa de um discurso mais conservador, religioso e moralista, que vem recebendo expressivos apoios de grupos religiosos como os evangélicos no Brasil, no caso de Bolsonaro em 2018, nos *evangelicals* nos Estados Unidos, no caso da eleição de Trump em 2016 e 2020, e nos católicos na Polônia, no caso de Andrzej Duda em 2015 e 2020.

No próximo capítulo, atentaremos para essa capacidade de mobilização do comportamento eleitoral em torno dessas lideranças populistas, com o foco na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, de modo a melhor compreender essa performance e, até que ponto, conjuntural ou não, ela é capaz de converter a mobilização e o descontentamento com a democracia representativa em engajamento eleitoral, transmutando-os em votos. Algumas abordagens iniciais da conjuntura política, já presentes na terceira onda, como a perda da hegemonia petista, processo de impeachment e a maior inserção da direita na política, já foram explanadas sobre a realidade brasileira no presente capítulo. Portanto, vamos aprofundá-las para compreender o processo eleitoral de 2018, cujo representante eleito se enquadra na quarta onda populista.

## 4

### **A estratégia política populista: os pilares da ascensão “redentora” de Jair Bolsonaro**

A onda recente de populistas de direita radical ou extrema-direita no mundo, sobretudo no Brasil, enuncia um discurso mais atraente ao liberalismo econômico<sup>60</sup> e a virtudes conservadoras como ordem e disciplina do que os populistas de esquerda da década de 2000 com seus apelos progressistas como inclusão e diversidade. De fato, o grupo de dirigentes de direita tem atribuído ao discurso uma importância muito maior e com muito mais veemência do que seus predecessores fizeram. Esse papel crucial do discurso, principalmente nas redes sociais, tem moldado a imagem dos populistas de direita como Donald Trump, Viktor Orbán, Jair Bolsonaro entre outros.

Tamanho engajamento retórico por parte dessas lideranças em face à mobilização das massas faz com que o populismo, como já aludido no capítulo 2, possa ser definido “como uma estratégia política através da qual um líder personalista busca ou exerce o poder do governo com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores desorganizados” (Weyland, 2017, p. 82). Essa definição se concentra não no que os populistas dizem, mas no que eles realmente fazem, especialmente como perseguem e sustentam o poder político. Tendo em vista que para o populismo de quem emana o poder é o “povo” – mas como esse agregado abrangente é muito heterogêneo e amorfo para ter ação por conta própria – cabe a um líder excepcional fornecer direção e mobilizar os seguidores para os objetivos que o líder identifica como “a vontade do povo”.

Para a catarse da mobilização dos anseios do “povo”, bem como para o manter

---

<sup>60</sup> Interessante destacar que muito se alude a Trump (EUA) e Bolsonaro (Brasil) como neoliberais. Contudo, não é o que presenciávamos no cotidiano desses governos – Trump, por exemplo, se posicionou contra os acordos de livre comércio, um dos princípios neoliberais, porque, segundo ele, não favoreceriam os Estados Unidos. Também defendia medidas protecionistas que procuravam evitar que economia norte-americana perdesse indústrias para o gigante asiático, discurso que teve repercussão junto aos trabalhadores de alguns estados norte-americanos. No Brasil, mesmo Bolsonaro verbalizando discursos neoliberais com o então ministro Paulo Guedes (formado na neoliberal Universidade de Chicago nos Estados Unidos) e tendo iniciado políticas de privatização de empresas estatais (como a BR Distribuidora), a gestão Bolsonaro incentivou reduções fiscais diante do aumento da gasolina e liberou auxílios como o Auxílio Brasil, vale gás, auxílio caminhoneiro entre outros. Ver em: <https://epoca.negocios.globo.com/Economia/noticia/2022/06/epoca-negocios-economia-tenta-limitar-gasto-fora-do-teto-com-auxilio-caminhoneiro-e-vale-gas.html>. Acesso em: 22 jul 2023.

aguerrido à sua liderança, o líder procura estabelecer vínculos de intensidade em total potência, especialmente atacando inimigos e mobilizando os seguidores para missões “heroicas”. Muitas pessoas, por sua vez, anseiam pelo sentimento de pertencimento à comunidade forjado pelo forte compromisso com um líder notável e ousado ao ter a coragem de enfrentar os inimigos do “povo”, em que cabe ao líder comandar o carisma e o grande número de pessoas que se sentem interpeladas a segui-lo, estabelecendo uma profunda identificação pessoal (Weyland, 2001; 2017).

Muito embora o carisma não seja uma característica definidora somente do populismo, ele tem a capacidade de solidificar a relação quase direta do líder e apoiadores personalistas que constitui o núcleo do populismo. Contudo, conforme apontam Mudde (2017) e Weyland (2017; 2021), a principal novidade do populismo, dentro do debate acadêmico, é o ressurgimento de definições baseadas no discurso e na ideologia. Esses padrões básicos de pensamento – ideologia – moldam as maneiras pelas quais os políticos populistas apelam para seus seguidores e criticam seus adversários, em seus discursos e retóricas, que por sua vez são reproduzidos pelos seus apoiadores.

As conceituações ideacionais destacam o contraste que informa a visão de mundo populista, que exalta as pessoas “puras” e autênticas em seu confronto com adversários poderosos e “perigosos”, especialmente elites egoístas e corruptas. Neste embate, o populismo promove a vontade geral do “povo” contra interesses especiais gananciosos do *establishment*. Os inimigos do povo variam muito com as circunstâncias. Devido à sua visão de mundo genérica, o populismo pode combinar com uma grande diversidade de ideologias específicas (Mudde, 2007).

Para se apresentar como legítimo representante do “povo”, o líder personalista precisa capturar a conexão distinta entre si e os seguidores da massa que é constitutiva do populismo – essa noção é mais bem conceituada como uma estratégia política. Tal estratégia, analisada por Weyland (2001 p. 12), compreende “os métodos e instrumentos para conquistar e exercer o poder”, constitui um conjunto coerente de abordagens e mecanismos para estruturar relações de participação política, construção de apoio e autoridade governamental. Dessa forma, uma estratégia política determina as principais formas e meios pelos quais um ator político pode capturar suas alianças e alcançar o poder, ao mesmo tempo em que já instituído de poder pode impor decisões autoritárias. Em particular, os

líderes populistas combatem a “classe política” estabelecida e tentam superá-la. Assim, a clara predominância de um líder poderoso é uma pedra angular do populismo, sobretudo, na estratégia política que diz respeito ao tipo de ator político que luta para ganhar e exercer o poder do governo.

A análise da estratégia política populista se apresenta com um campo interessante e promissor para analisarmos a correlação de forças e suas respectivas capturas no apoio e ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018. Tendo em vista que, segundo Weyland (2017), o papel central das lideranças personalistas é sua tendência de operar de maneira oportunista e pragmática, em vez de buscar consistentemente orientações programáticas, o objetivo do presente capítulo é elucidar as estratégias políticas de Bolsonaro até a sua vitória, e suas repercussões sociopolíticas de engajamento. Em outras palavras, partimos da análise dos componentes centrais de sua estratégia política-eleitoral. Para isso, dividiremos o capítulo em cinco seções de análise que compreendem a estratégia bolsonarista em cinco pilares de sustentação: a primeira sobre o fenômeno do lavajatismo; a segunda, a respeito da construção do apoio militar; a terceira, a arregimentação eleitoral evangélica; a quarta, sobre a construção do apoio do agronegócio, setor produtivo que mais cresce economicamente no país. Por último, a quinta seção, versaremos sobre o papel das redes sociais digitais como elemento essencial de comunicação populista e de interpelação retórica da representação personalista.

#### **4.1**

##### **Lavajatismo: da narrativa moral ao antipetismo**

A crise é um acontecimento histórico, bem como é uma condição de vida duradoura e fundamental para uma condição humana transcendente. Conforme argumenta Roitman (2012), a palavra “crise” apresenta-se como mobilizadora de construções narrativas para marcar um “momento de verdade” ou como um meio de pensar a própria “história” e faz com que certos momentos de verdade possam vir a ser definidos como pontos de viragem na história, quando as decisões são tomadas ou eventos são decididos, estabelecendo, assim, uma teleologia particular.

Todavia, a apropriação narrativa de “crise” traz consequências quanto às delimitações temporais, de identidade e o que se considera como “verdade”. Evoca, por conseguinte, o significado da crise como um problema axiológico ou o

questionamento dos fundamentos epistemológicos, ou mesmo éticos, de certas competências da vida e do pensamento. Toda vez que se fala em crise, o discurso oculto (ou o não dito) encerra um juízo moral e comparativo entre o passado e o futuro, de modo que, nessa esteira, somos levados a nos perguntar sobre o que deu errado.

A própria noção de crise assume significado aberto e mesmo ambíguo, tendendo normalmente a designar uma ruptura súbita, acidental ou até mesmo ruptura passageira de um dado estado (muitas vezes aparente) de equilíbrio ou harmonia, designando uma quebra de estabilidade e de uma certa normalidade. Devemos, portanto, como Roitman (2012) nos interroga – acerca deste referencial teórico –, analisar “crise” como um termo que está ligado à situação de significar a história humana, muitas vezes servindo como um espaço reservado, transcendentalmente, a soluções ostensivas a esse problema.

Como a própria autora revela, é um ponto cego para a produção de conhecimento. E tornar esse ponto cego visível significa fazer perguntas sobre como produzimos significados para nós mesmos. Pelo menos, significa perguntar sobre como produzimos “história”. Ou mesmo, no máximo, significa perguntar como podemos construir produção de conhecimento sem discernir o significado histórico em termos de fracasso ético.

Quando nos aventuramos para os fundamentos da razão crítica caminhamos por terras ainda mais instáveis de verdades, em que a crise não é resolvida. Pelo contrário, o conceito de crise torna-se um motor principal, por exemplo, para o pensamento pós-estruturalista: “enquanto a verdade não pode ser assegurada, é, no entanto, realizada em momentos de crise, quando os fundamentos das afirmações da verdade são supostamente desvelados e os limites da inteligibilidade são potencialmente subvertidos ou transgredidos” (Roitman, 2012, p. 7).

Nesse sentido, a autora observa que ao analisarmos o trabalho de Michel Foucault e nos atentarmos com os conceitos disciplinares ou técnicas que nos permitam pensar como sujeitos, os limites às formas de conhecimento implicam necessariamente em crises. Para Foucault, crise significa um impasse discursivo e o potencial para uma nova forma de sujeito histórico, enquanto Laclau, com sua noção de deslocamento estrutural dentro da teoria do discurso, nos apresenta um jogo de estrutura agente (movimento de coconstituição) dando lugar à ideia de subjetividade política. Conforme sintetiza Mendonça (2012, p. 214):

[O momento do deslocamento] reside justamente no momento em que a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. O deslocamento é, portanto, o momento do Real, o momento em que o extradiscursivo apresenta o limite do sentido. Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

Por conseguinte, não é possível estabelecer o não contingenciamento deste campo para reivindicar a crítica. Uma vez que a verdade, de acordo com Roitman, é – necessariamente – imanente e crítica, sendo expedida por sua abertura constante das latências. Essas últimas foram caracterizadas em termos de relações invisíveis, como: sedimentos da tradição, falsa consciência, ideologias, categorias naturalizadas ou normalização. Mesmo quando o critério da verdade não é mais definido em termos da lógica da não contradição – ou consistência interna –, a crítica é pensada para ocorrer através do paradoxo: através da clarificação da contradição e paradoxo, com o compromisso de demonstrar obstinadamente o paradoxo do poder, ou as exclusões necessárias (como os “outros”).

Mas, se tomarmos a crise como um ponto cego – ou uma distinção – que torna certas coisas visíveis e outras invisíveis, é meramente uma noção *a priori*. A crise é, assim, reivindicada, mas permanece uma latência, nunca é explicada por que permite uma maior redução da “crise” a outros elementos, como a economia, a política, a cultura e a subjetividade. Portanto, a crise, como argumenta Roitman (2012), não é uma condição a ser observada (perda de sentido, alienação, conhecimento falho), é *uma observação que produz significado*.

Dessa forma, a cena pública contemporânea brasileira (notadamente a partir de 2013) apresenta alguns elementos do ambiente sociopolítico que facilitaram a emergência dos discursos e manifestações massivas em desafio às instituições políticas em um momento de crise. Sem dúvidas, é um desafio heurístico identificar as causas de uma mobilização em massa, todavia, é um esforço necessário apresentar alguns argumentos que possam ter auferido processos de significações sociais e que moldaram a conjuntura sociopolítica atual. Especialmente os desdobramentos da Operação Lava Jato, mencionada brevemente no contexto do capítulo anterior, como um dos elementos que possibilitaram Jair Bolsonaro ocupar a presidência da República.

#### 4.1.1

#### **A Operação Lava Jato: do âmbito jurídico à narrativa sociopolítica**

Antes de iniciarmos o presente tópico, é preciso recordar que desde 2005 o Brasil vive uma intensificação do “ativismo judicial”<sup>61</sup>, não somente pela preponderância do Poder Judiciário e o impacto das decisões de grande repercussão na política e na sociedade, mas pelo destaque dado pela mídia às coberturas jornalistas dos casos.

O “ativismo judicial” ganhou força, a partir de 2005, como já mencionado, com o escândalo do Mensalão, também conhecido como Ação Penal 470, após a denúncia feita pelo ex-deputado Roberto Jefferson ao acusar o governo petista de Lula de comprar votos de parlamentares em troca de apoio em votações conduzidas pelo governo federal (Moro, 2018). Essa prática de corrupção política envolvia a captação e distribuição de recursos não declarados, revelando formas clandestinas de arrecadação financeira pelo PT, lideradas por figuras-chave do partido na época, como José Dirceu, ex-presidente do partido (1995-2002) e ministro da Casa Civil, José Genoíno, ex-deputado federal (1983-2003) e presidente do PT entre 2002 e 2005, além de Delúbio Soares, então tesoureiro do PT (Santos; Tanscheit, 2019).

Após a denúncia, o Ministério Público e a Polícia Federal conduziram uma série de investigações que levaram ao indiciamento de 38 réus ao Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República. Em 2 de agosto de 2012, teve início o julgamento da Ação Penal 470, marco da primeira operação judicial com ampla cobertura dos meios de comunicação e apoio dos partidos políticos de oposição ao governo (Santos; Tanscheit, 2019). O PT foi o partido mais afetado por esse julgamento, culminando na prisão, em 15 de novembro de 2013, de José Dirceu, identificado como o suposto “chefe” do escândalo do Mensalão.

---

<sup>61</sup> O ativismo judicial é uma abordagem adotada por juízes e tribunais que envolve a interpretação da lei e a tomada de decisões com base em suas próprias visões e crenças pessoais, em vez de se limitar estritamente ao texto da lei ou da Constituição. Em outras palavras, os juízes ativistas tendem a tomar decisões que vão além do que está claramente estabelecido na legislação ou nas decisões judiciais anteriores e, muitas vezes, buscam promover mudanças sociais ou políticas por meio de suas sentenças. Um dos autores que se debruça nessa análise é Ronald Dworkin (1977; 1985), ao argumentar que o papel dos juízes não é apenas aplicar as regras de forma mecânica, mas sim interpretar a lei à luz dos princípios morais e valores fundamentais que estão subjacentes ao sistema jurídico. Contudo, é importante destacar que Dworkin também enfatiza que o ativismo judicial deve ser exercido com responsabilidade, de acordo com princípios que estejam enraizados nos valores democráticos e constitucionais.

Em 17 de março de 2014, apenas três dias após o encerramento do julgamento da Ação Penal 470, é iniciada a operação Lava Jato, realizada pela Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público e o Judiciário, com a finalidade de apurar crimes de corrupção envolvendo o sistema político e o empresariado no Brasil (Moro, 2018).

A Operação Lava Jato começou como uma força-tarefa que incluiu delegados e agentes da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal (MPF), como resultado de investigação do MPF, em Curitiba (PR), que apontava para práticas de lavagem de dinheiro de quatro organizações comandadas por doleiros, como Alberto Youssef. A denominação “Lava Jato” é uma referência ao uso de postos de combustíveis e lava jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma organização criminosa inicialmente investigada. As suspeitas de ilicitude tiveram como ponto de partida uma empresa situada em Londrina (PR). Em função disso, as investigações aconteceram na Vara Federal Especializada em Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro em que atuava o juiz Sergio Moro, em Curitiba.

Nos primeiros momentos das investigações, foi identificada uma relação entre o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, fomentando a decretação da prisão preventiva de Paula Roberto. Houve desdobramentos da Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no Distrito Federal, além de inquéritos e outras ações tramitando nos tribunais superiores, quando se tratava de investigações envolvendo pessoas com foro privilegiado por prerrogativa de função. Entretanto, foram as denúncias do MPF na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba que ganharam maior repercussão, por envolver a Petrobras, maior empresa estatal do país, e grandes empresas nacionais como Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez entre outras, e alguns partidos políticos como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Progressistas (PP), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT, Partido dos Trabalhadores (Ismael, 2020).

A Operação Lava Jato como um todo teve diversas “fases”, marcadas pela captura e pelo aprisionamento de pessoas públicas de circulação na política ou no mercado. Os nomes das fases foram criativos e chamativos para o público em geral como “Dolce Vita”, “Casablanca”, “Julgamento Final”, “Radioatividade”, entre outros. Cada nome foi, além de seus desdobramentos, tema de explicações pelos

policiais e procuradores, que não somente permitiram à imprensa cobrir a Operação Lava Jato a cada um de seus atos, mas também concederam extensas entrevistas coletivas logo em seguida às operações, utilizando-se dessas oportunidades para explicar os detalhes e procedimentos, o que também se tornou um símbolo da Lava Jato (Bello *et al.*, 2020; Avrizter, 2020).

Conforme analisa Ismael (2020), a Operação Lava Jato recebeu um forte apoio popular verificado em sondagens sucessivas realizadas pelos institutos de opinião pública. De fato, a Lava Jato fez aumentar a percepção social sobre o problema de corrupção no Brasil à medida que avançavam as investigações e ocorriam as sucessivas fases com repercussão midiática, fazendo com que os brasileiros identificassem nela uma oportunidade de enfrentamento à corrupção na administração pública e do arrefecimento do sentimento de impunidade e a relevância da atuação de órgãos como a Controladoria-Geral da União e MPF na prevenção e detecção de atos corruptos (Sadek, 2019).

Tamanha popularidade, assevera Ismael (2020), advinha de uma ação deliberada da força tarefa composta pelo MPF e a Polícia Federal, em Curitiba, que colocou em prática uma intermitente estratégia de comunicação social. O objetivo desses atores era conquistar apoio da sociedade para assegurar a continuidade da operação e “neutralizar” possíveis ações em contrário, já que interesses políticos e econômicos estavam sendo contrariados. Logravam atenção e empatia em cada nova fase deflagrada.

Um dos momentos mais tensos foi a decisão do juiz Sérgio Moro de recorrer à condução coercitiva para ouvir o depoimento do ex-presidente Lula, ação controversa no âmbito jurídico acerca dos requisitos legais autorizadores dessa medida (art. 260, Código de Processo Penal - CPP), uma vez que é praxe da Justiça convidar a testemunha ou o investigado a prestar esclarecimentos primeiro e, apenas em caso de recusa ou de não comparecimento injustificado, emitir mandado de coerção. Dessa forma, a condução coercitiva do ex-presidente Lula, seus depoimentos ao juiz Sergio Moro e sua prisão em 2018, após sua condenação em segunda instância, tomaram conta do debate público nacional.

Neste interim, foi aberto o processo de impeachment de Dilma Rousseff, o que ilustrou a capacidade da Operação Lava Jato de agir e produzir efeitos na política e na reorganização do bloco hegemônico no poder bem como seu modo de funcionamento em conjunção com a mídia. No dia 16 de março de 2016, em outra

ação controversa e debatida, o juiz Sergio Moro deu ao maior conglomerado de mídia empresarial do Brasil, as Organizações Globo, acesso ao teor de áudios sigilosos de interceptações em linhas telefônicas do Palácio do Planalto. Em um diálogo entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, ela ofereceu a ele um cargo ministerial em seu governo no intuito de Lula ter prerrogativa de foro privilegiado. O vazamento inviabilizou a nomeação de Lula para a chefia da Casa Civil e contribuiu para a escalada do processo de impeachment de Dilma e tensão nos debates públicos.

No âmbito jurídico, Sergio Moro foi alvo de representação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não resultou em sanção. Conforme analisam Bello *et al.* (2020), ao entregar as gravações com as chamadas telefônicas à imprensa, Moro, por um lado, reforçou as conexões entre a Operação Lava Jato e a mídia, dando conteúdo exclusivo e elevando a audiência, e, por outro, incrementou a narrativa que unia elementos e os justificava em um enredo de redenção, limpeza e solução de um problema social crônico: a corrupção endêmica. Percebe-se, portanto, que o Judiciário por um lado busca “normalizar” a sociedade e, portanto, vê-se no papel de falar a ela, de dizer o que é “correto”, podendo, para tanto, querer ampla divulgação através dos meios de comunicação em massa. A grande mídia, por sua vez, pauta-se pelo “valor notícia”.

O ápice da Lava Jato ocorreu em 7 de abril de 2018, quando Lula passou de condenado a detento, com enorme cobertura midiática, seis meses antes das eleições presidenciais. O ex-presidente Lula era o líder nas pesquisas de opinião pública, estava à frente de Bolsonaro, tentou manter sua candidatura, mas foi impedido por decisão do Tribunal Superior Eleitoral baseada na Lei da Ficha Limpa<sup>62</sup>. Lula recorreu ao STF contra a decisão da justiça eleitoral, mas sua solicitação foi rejeitada pelo ministro Celso de Mello, ao afastar o principal fundamento do pedido,

---

<sup>62</sup> Lei Complementar nº 135 de 2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, foi elaborada com o objetivo de estabelecer critérios mais rigorosos para a candidatura de políticos a cargos eletivos. Ela entrou em vigor em 7 de junho de 2010 e representa um marco significativo no combate à corrupção e na promoção da ética na política. A Lei da Ficha Limpa prevê uma série de inelegibilidades, ou seja, situações em que um cidadão fica impedido de se candidatar a cargos eletivos, com base em diversas condenações ou práticas ilegais. Entre as principais disposições da lei, destacam-se a inelegibilidade de candidatos condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, mesmo que ainda caibam recursos.

a incorporação do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos ao ordenamento jurídico brasileiro<sup>63</sup>.

Independentemente das críticas que existam em relação aos acontecimentos, é fato que a Operação Lava Jato produziu e utilizou imagens e retratos de uma sociedade que necessitava ser normalizada, limpa ou moralizada. Por isso contava com massivo apoio popular e suas ações repercutiram nas eleições de 2018, não só para a presidência da República, mas para os demais cargos eletivos em que *outsiders* do meio político e/ou candidatos antissistema – muitos desconhecidos da opinião pública e que ganharam notoriedade na conjuntura de crise política – conquistaram vagas no Congresso Nacional. Foram eleitos pela maré conjuntural de crise pela qual o Brasil passava.

Para identificar as conexões, relações e composição do novo espaço-problema fruto de múltiplos processos, compreendemos a função da narrativa de seus acontecimentos através da espetacularização (Debord, 1997) midiática dos eventos e, por conseguinte, a construção ideológica de uma narrativa/retórica uníssona contra a corrupção estrutural, ao mesmo tempo, com a criação de um inimigo nacional, o Partido dos Trabalhadores – por elementos óbvios de corrupção interligados ao partido. Tendo em vista que, no caso específico da Lava Jato, a relação estrutural entre o Judiciário e a imprensa funcionava por meio da narrativa e seus elementos, explicando a “ideologia da forma” (Jameson, 1982 *apud* Bello *et al.*, 2020).

A forma, aqui, deve ser entendida socialmente como a criação de “senso comum”, matéria prima para a síntese dos acontecimentos sociopolíticos e econômicos, mobilizados estrategicamente e habilmente por vários segmentos da população auferindo – naturalmente – sentido ao antipetismo, associado sobretudo ao conservadorismo comportamental e à corrupção. Bolsonaro, um dos principais vocalizadores dessa semântica, ao mobilizar de modo mais intenso o que havia sido estimulado por adversários do partido em eleições anteriores, fez com que sua campanha em 2018 anulasse a discussão da tradicional agenda das conquistas sociais e econômicas dos governos do PT, priorizando a narrativa da corrupção, os vínculos do petismo com os governos de Chávez/Maduro e a política do governo

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=389385>. Acesso em: 24 jul 2023.

petista de combate à homofobia nas escolas, aludido pejorativamente como “Kit gay” (Nicolau, 2020).

Essa “forma” como eram expressos os acontecimentos da Operação Lava Jato auferiu, conseqüentemente, uma capacidade de produção de significados (Laclau, 2014). Esses significados, frutos de uma narrativa, produzem efeitos ideológicos não só pelas histórias que contam, mas sobretudo pelas formas que usam para apresentar, mostrar e formatar modos de entendimento, engajamento e práticas. Isto é, essas formas atuam, agem, regulam e formatam. A Lava Jato produziu formas que tiveram efeitos sobre a crise política, social e econômica no Brasil; e ao construir narrativas sobre a política brasileira, tornou-se uma linha de força adicional no processo que levou à crise geral em 2018 (Avritzer, 2020).

É crível salientar que a Operação Lava Jato é também parte de um movimento mais amplo na sociedade brasileira que passou a demandar ação contra a corrupção específica e alegadamente causada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O que já estava em latência pelo menos desde 2005, com o escândalo do “mensalão” (Ação Penal 470). A Lava Jato também está inserida em um processo maior de uma crise econômica que remonta a 2008, mas que, de fato, somente atingiu o Brasil em 2014, ano em que as investigações começaram. Conforme já analisado no capítulo anterior, quando o mercado financeiro nos EUA colapsou, o Brasil inicialmente foi capaz de resistir à crise econômica, mas, no ano de 2014, o Brasil entrou em uma recessão que o levou a retrações do PIB de 3,55% e 3,28% em 2015 e 2016, respectivamente (Carvalho, 2018).

Outro elemento, já no cenário nacional, a que a Lava Jato também se vinculou, foram os imensos protestos urbanos de 2013, explanados no capítulo predecessor, que marcaram um momento de vasta e heterogênea crítica ao sistema político e clamor por amplas reformas sociais. O que começou, conforme elenca Bello *et al.* (2020), como protestos contra a brutalidade policial, a favor de mais e melhores serviços públicos, assim como a desaprovação ao imenso dispêndio de recursos pelo Estado brasileiro em estádios para a Copa do Mundo de 2014, terminou questionando o sistema político como um todo, repetindo a retórica da “corrupção endêmica e sistêmica” da política brasileira.

É notório que a Operação Lava Jato vem à cena e se vincula a processos que já estavam em curso. A interação e as conexões estabelecidas entre a Lava Jato e todos esses processos é o que permitiu que seus atores fossem interpelados a

desafiar o sistema político para desestabilizar o bloco hegemônico no poder, que havia se constituído em torno do Partido dos Trabalhadores desde 2003 (Bello *et al.*, 2020; Avritzer, 2020), sob a marca narrativa de corrupção endêmica, levando adiante e midiaticamente a crise política do Brasil como um todo. Ademais, extremamente hábil em produzir uma narrativa que interpelou e mobilizou forças sociais e estatais em nome de uma “boa” moralidade.

De fato, a Operação Lava Jato, diferentemente da Ação Penal 470 (Mensalão), atingiu as principais organizações do sistema partidário, destacando-se, sobretudo, o PT, o PSDB e o MDB, como pode ser averiguado na tabela 1, onde são apresentados os dados da operação em âmbito federal.

**Tabela 1 – Partidos políticos envolvidos na Operação Lava Jato**

<b>PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>CONDENADOS</b>	<b>INDICIADOS, INVESTIGADOS E RÉUS</b>
<b>PT</b>	4	12
<b>MDB</b>	2	8
<b>PP</b>	2	30
<b>PSDB</b>	0	2
<b>PSB</b>	0	1
<b>PTC</b>	0	1

Fonte: Santos e Tanscheit (2019) a partir dos dados do Ministério Público Federal.

Além do PT, tanto o MDB quanto o PSDB, embora com um menor número de condenados e/ou indiciados, foram afetados por importantes lideranças envolvidas em operações decorrentes da Lava Jato. No caso do MDB, além do envolvimento de políticos do partido em âmbito nacional, também houve escândalos e condenações de políticos na esfera regional, no Rio de Janeiro, onde se concentravam as principais figuras da agremiação, como o ex-governador Sérgio Cabral, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o ex-presidente da Assembleia Legislativa Jorge Picciani e o ex-governador “Pezão”. Apesar de, a princípio, o núcleo central do PSDB não ter sido diretamente afetado pela Lava Jato, a investigação envolvendo Aécio Neves, senador e ex-governador de Minas Gerais e candidato do partido nas eleições presidenciais de 2014, expôs a agremiação de maneira decisiva. A divulgação de conversas com o empresário

Joesley Batista, nas quais Neves busca interromper a operação e anistiar o crime de “Caixa 2”<sup>64</sup>, desencadeou uma crise no interior da organização partidária (Nicolau, 2018).

É notório, como já mencionado, que a Ação Penal 470 é considerada a precursora da operação Lava Jato. E isso fez com que o cenário midiático brasileiro sofresse mudanças radicais com a exposição do escândalo do Mensalão, quando a Revista *Veja* publicou 18 capas sobre o assunto entre 2005 e 2006, tornando-o o tema de maior destaque nas coberturas jornalísticas de 2005 e permanecendo em evidência em 2006 (Feres Júnior; Barbarela; Bachini, 2018). Embora a corrupção seja recorrente no Brasil, esses episódios tornaram-se marcos judiciais de impacto político considerável, politizando a questão da corrupção e colocando-a em um lugar sem precedentes nos debates públicos do país, um fenômeno anteriormente observado apenas na Itália (Kerche; Feres Júnior, 2018).

A rigor, o discurso lavajatista invocou termos morais no cotidiano popular. O próprio discurso jurídico tem elementos narrativos típicos e a própria sentença constrói esse arcabouço valorativo. Isso significa que o efeito narrativo, o espaço e a produção discursiva, cristalizaram “linhas de força” capazes de contar uma história sobre uma dada realidade que, por sua vez, é fruto de disputas e lutas sociais – por meio de iterações e relações de poder específicas – que se rearranjam societariamente. Auferiram à Operação Lava Jato também um processo de disputa social, conforme asseveram Bello *et al.* (2020, p. 1672):

[A Lava Jato] é um processo que produziu uma narrativa em razão, ou como efeito, da tentativa prática de reorganizar, desarticular, o bloco hegemônico no poder até então capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores. Apesar de o bloco hegemônico ter sido estável por um período, a crise econômica mundial, a crise política localizada, a reconfiguração de relações de produção devido a avanços tecnológicos, tudo isso interrompeu os termos do sempre instável compromisso. A interrupção foi expressa, foi dada voz, pelos atos de frações de classe que se valeram de específicos aparelhos do Estado, como o judiciário, para requerer e reafirmar a necessidade de Estado. [...] recompor, reorganizar, unificar a nação em torno de um “outro tipo”. Esta é, via de regra, a retórica dos que almejam liderar uma “outra” hegemonia.

É certo que a Operação Lava Jato teve um papel fundante no combate à corrupção no Brasil, bem como suas ações desvelaram escândalos vultosos de

---

<sup>64</sup> Compreende-se, de modo geral, como “Caixa 2” o desvio de recursos financeiros não contabilizados e não declarados aos órgãos competentes.

corrupção na Petrobras, mas nosso objetivo neste capítulo é compreender a sua narrativa e seus desdobramentos para a conjuntura sociopolítica nacional.

Dessa forma, a Lava Jato parece ter auferido, ao menos, três desdobramentos no aspecto conjuntural nacional: a) deu início a uma reconfiguração do sistema político partidário, com reflexos negativos para o PT, PMDB e PSDB (o PT se recuperou em 2022, o que não aconteceu com os outros dois grandes partidos da redemocratização); b) fortaleceu o tema do combate à corrupção na agenda pública, mas fracassou na tentativa de avançar o marco legal de combate à corrupção no Congresso Nacional; c) abriu caminho para ascensão em 2018 de uma liderança populista de direita como Jair Bolsonaro, na medida em que o centro político fracassou e a nova polarização político-ideológica se deu entre esquerda (PT) e direita (PSL).

Na intrínseca vinculação narrativa do cenário que se consubstanciou, temos o então deputado federal Bolsonaro visto como um autêntico disruptor de um processo político em decadência moral e que utiliza dessa interpelação no processo eleitoral de 2018, perfazendo o processo ideológico de interpelação que produz – por meio de processos sociais dos mais variados – posições, funções, papéis a serem cumpridos. Se o cenário necessitou de atores que primaram pelo “bem” moral como a Lava Jato, assim como Sergio Moro e Deltan Dellagnol, Bolsonaro surge no aspecto conjuntural pela necessidade de alguém realizar a rearticulação dos fragmentos soltos, fruto do desarranjo no bloco hegemônico produzido, em parte, pela Lava Jato. Neste transcurso, esses atores e *policymakers* se encontram e se retroalimentam de modo a produzir uma linha de força capaz de realinhar – ou ao menos tentar – o funcionamento da nação, pelo menos em seus pontos de vista.

Por conseguinte, essa narrativa – interpelação – é o efeito de processos como a Operação Lava Jato, em que as imagens, conexões e informações nela desenvolvidas a fazem presentes na vida cotidiana através de um aparato de mídia de massa. Tais conexões oferecem às pessoas um vocabulário envelopado na forma de notícias-mercadorias que, como dissemos, não apenas contam uma história, mas impõem os termos, as palavras com as quais as pessoas discutem a “vida cotidiana” (Bello *et al.*, 2020).

O lavajatismo e, conseqüentemente, o antipetismo serviram de pano de fundo e de elemento agregador para o cenário eleitoral de 2018, como um caminho estratégico de segmentos da direita, em antagonismo à hegemonia petista no Poder

Executivo nacional para chegar ao poder (Santos; Tanscheit, 2019; avritzer, 2020). Mas só essa conjuntura não era capaz de capitalizar um candidato à presidência da República, principalmente um candidato até então desconhecido, outros elementos precisaram ser articulados.

## 4.2

### **Brasil Acima de Tudo: a chancela militar ao capitão**

“Brasil acima de tudo” foi um slogan criado por um grupo de paraquedistas no final da década de 1960 (Dieguez, 2022). O brado não só “pegou” como repercutiu como um dos lemas da campanha de Bolsonaro ao longo de sua carreira política até à presidência da República, já que o próprio candidato atuou como militar.

Em 1973, Jair Bolsonaro, então com 18 anos, entra na Escola Preparatória de Cadetes e quatro anos depois se forma na Academia Militar de Agulhas Negras – AMAN<sup>65</sup>. Na vida militar, se destacou tanto nas atividades físicas que ganhou o apelido de “Cavalão” e também pelo seu desempenho como paraquedista. Em sua biografia, houve até um salvamento heroico de um amigo. Porém, sua carreira militar foi curta e pouco tranquila (Dieguez, 2022; Alencar, 2020).

Bolsonaro iniciou sua carreira política depois de ter sido mandado para a reserva por liderar um movimento em defesa do aumento do soldo dos militares. Em 1987, uma reportagem da revista *Veja*<sup>66</sup> revelou que o então tenente Jair Bolsonaro planejava colocar bombas no quartel e na adutora de águas do Guandu como protesto pelos baixos salários, a chamada “Operação Beco Sem Saídas”. Ele foi condenado inicialmente, mas o caso chegou ao Supremo Tribunal Militar (STM) em 1988, e, com votação 9 a 4 votos a favor, foi inocentado. Encerrou a vida militar como capitão reformado (Alencar, 2020).

Ao término de um ciclo, inicia-se outro. Após ser absolvido pelo STM, se candidatou a vereador pelo município do Rio de Janeiro tendo como bandeira a

---

<sup>65</sup> A Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) é uma instituição de ensino superior do Exército Brasileiro, localizada na cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1811, a AMAN tem como principal missão formar os oficiais combatentes das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, bem como da Intendência do Exército. É uma instituição de grande prestígio no Brasil e tem papel fundamental na formação de líderes militares que atuarão em prol da defesa da nação, da estabilidade institucional e da segurança nacional.

<sup>66</sup> Revista *Veja* n° 999, edição de 28 de outubro de 1987.

melhoria do salário dos militares e conseguiu eleger. Sua identificação com as Forças Armadas era tanta que adotou o slogan “Basil acima de tudo”, da época em que era paraquedista, para as suas campanhas para a Câmara dos Deputados. De 1988 até 2022 circulou por muitas legendas: PDC, PPR, PPB, PFL, PP, PSL e PL.

Foram 28 anos, sete mandatos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Todavia, em todos esses anos de atuação na Câmara dos Deputados foi considerado como “baixo clero”, ou seja, com pouca relevância e influência no processo decisório na Câmara. Em geral, esteve preocupado com assuntos relacionados à sua base eleitoral, como garantir o repasse de recursos ao seu estado e à sua cidade, bem como tratando de assuntos que mobilizavam seu eleitorado.

Ficou conhecido por ser uma personalidade controversa, marcado por declarações classificadas como discurso de ódio e de suas visões políticas caracterizadas como conservadoras e de extrema-direita, incluindo a simpatia pela ditadura militar brasileira e a defesa das práticas de tortura por aquele regime. Bolsonaro, invariavelmente, buscou se apresentar como um candidato conservador, defensor de valores familiares e de políticas mais rigorosas na área da segurança pública.

Com o desejo de disputar as eleições de 2018, o seu partido, até então o Partido Progressista (PP)<sup>67</sup>, não lhe garantia legenda para concorrer à presidência da República. O primeiro destino de Bolsonaro em busca da construção da candidatura presidencial foi o Partido Social Cristão (PSC), partido que tem muitos políticos evangélicos em suas fileiras. Contudo, o relacionamento começou a estremecer durante a eleição municipal em 2016. Após grande dificuldade e muitas negociações com partidos políticos menores<sup>68</sup> para que uma legenda lhe conferisse a possibilidade de concorrer ao Palácio do Planalto, decidiu concorrer pelo Partido Social Liberal (PSL), partido pequeno com poucos recursos, e diante da baixa possibilidade de conseguir apoio de partidos maiores – assim como pela dificuldade da escolha de um vice que agregasse apoio. Todo esse périplo partidário demonstra a dificuldade dos partidos políticos, bem como dos “caciques” partidários, em

---

<sup>67</sup> Denominado Partido Progressista (PP) entre 2003 e 2017, em 2017 passou a ser denominado Progressistas (PP).

<sup>68</sup> Bolsonaro chegou a divulgar sua mudança para o PEN (Partido Ecológico Nacional, renomeado “Patriotas” em 2018) em 2017 para ser candidato à presidência da República, mas recuou. Foi atraído então pelo deputado Luciano Bivar, presidente do PSL, que disponibilizou diretórios municipais a Bolsonaro e prometeu trabalhar para atrair parlamentares à legenda, para lhe dar mais sustentação e tempo de TV na campanha (Dieguez, 2022).

aprovarem uma candidatura de neófitos e membros do “baixo clero” ao Poder Executivo nacional.

Sua candidatura foi um fato singular na arena política nacional, tendo em vista que em 2016 parecia quase impossível imaginar que alguém tão controverso quanto um ex-capitão do exército e um deputado federal sem expressividade decisória tivesse alguma chance de chegar à presidência da República. Entretanto, sua plataforma ultraconservadora já tinha garantido um índice de aceitação surpreendente, sobretudo para um presidenciável que nunca concorreu a cargo majoritário e era ignorado por praticamente todos os meios de comunicação. Como aponta Dieguez (2022), a pesquisa feita pelo Instituto Datafolha em meados de julho de 2016 revelou que o político oscilava entre 7% e 8% das intenções de voto empatando tecnicamente com dois veteranos em eleições nacionais, Geraldo Alckmin e José Serra (ambos do PSDB), ficando atrás apenas de Lula (PT), com 32%, e de Marina Silva (Rede), com 18%.

#### **4.2.1**

##### **Os amigos de farda endossam o apoio político**

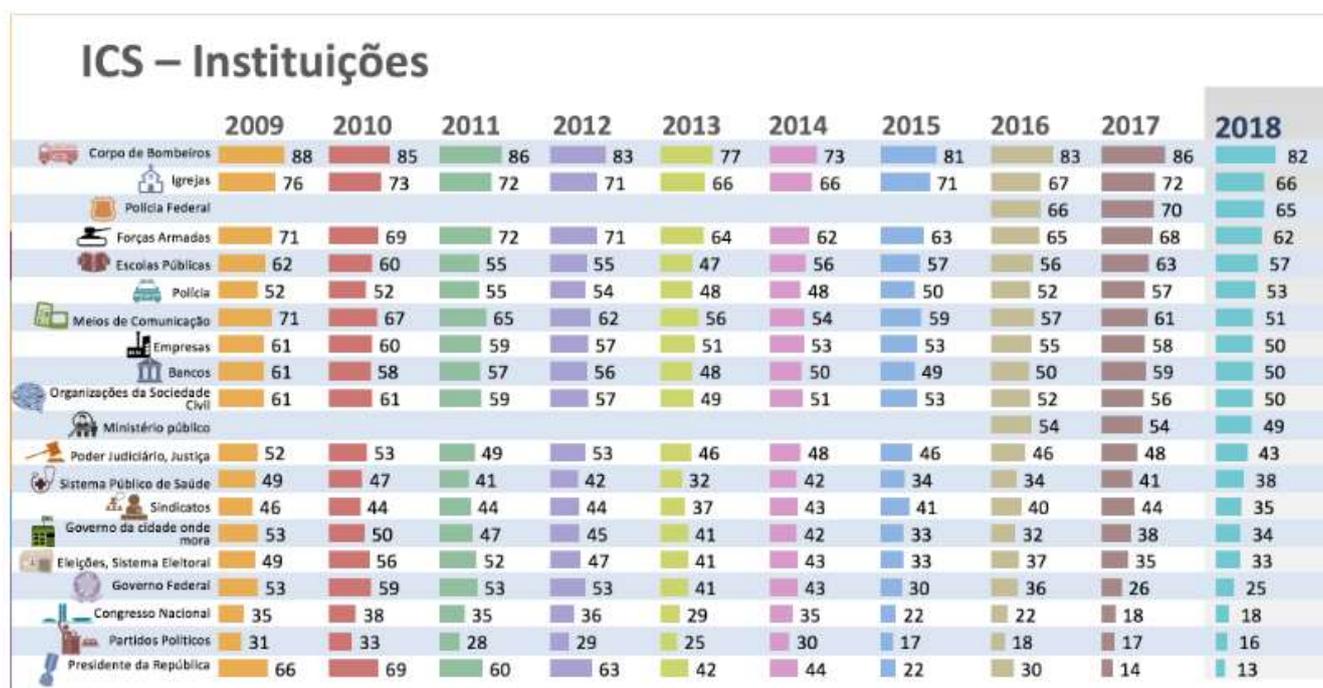
O anúncio público da candidatura de Bolsonaro ocorreu em 2016, porém sua preparação e articulação política é datada de muito antes. Não foi no Congresso Nacional que começou sua busca de apoio – nem teria como, pois era do baixo clero e não participava das negociações importantes do Parlamento; em todos os anos como político profissional só conseguira aprovar dois projetos: uma emenda constitucional propondo voto impresso, que não foi adiante no Senado, e um Projeto de Lei que autorizava a “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina, que comprovadamente não tem efeito terapêutico (Goulart, 2024). O respaldo para uma candidatura veio dos colegas de farda. Principalmente, daqueles amigos que décadas antes atuaram juntos no Exército, muitos dos quais chegaram a altas patentes, como generais.

Como assevera Dieguez (2022), o momento era mais do que oportuno e estrategicamente favorável. Os militares, em comparação com outras instituições, logravam força e visibilidade diante da conjuntura política de crise. Tal análise é corroborada pela figura 1 (a seguir), resultado de uma série de pesquisas do Índice de Confiança Social, o ICS do Ibope (atual Ipec, a partir de 2021), em que consta

que a cada ano os brasileiros desconfiam das instituições que os governam. Não há registro de um ano com desconfiança maior do que 2018, ano das eleições gerais.

Todas as instituições, segundo os dados da pesquisa, perderam confiança dos cidadãos. Congresso Nacional, governo federal, partidos políticos e presidência da República foram as instituições menos creditadas pela população; já o Corpo de Bombeiros, Igrejas, Polícia Federal (na esteira da Operação Lava-Jato) e as Forças Armadas obtiverem os maiores índices de confiança institucional.

**Figura 1 – Confiança Social nas Instituições (2009-2018)**



Fonte: Índice de Confiança Social, o ICS do Ibope (2009-2018).

Após às as chamadas Jornadas de Junho de 2013, como aludido em capítulo anterior, muitas manifestações de rua, principalmente grupos minoritários de direita e extrema-direita, pediam a intervenção militar no Brasil, ou seja, o retorno dos militares ao comando da nação. E Bolsonaro, além do seu conservadorismo, seu modo direto e não polido e com discursos em apologia ao regime militar (tinha como adorno de parede de seu gabinete, na Câmara dos Deputados, fotografias dos cinco generais-presidentes de 1964 a 1985), acabou estabelecendo uma narrativa que o transformava em sinônimo de ordem e autoridade, em contraponto à desorganização e à baderna como costumava dizer em suas redes sociais e discursos. Tal estratégia retórica permitiu canalizar as frustrações de parte do

eleitorado em um cenário marcado pela desmoralização da classe política e pelo antipetismo.

De fato, não havia instituição em que o antipetismo fosse mais acentuado do que nas Forças Armadas, que ficaram indignadas com as denúncias de corrupção desveladas pela Operação Lava Jato (Dieguez, 2022). O marco dessa indignação na corporação foi quando o então Comandante Militar do Sul, general Hamilton Mourão, fez duras críticas ao governo do PT e à presidente Dilma Rousseff sendo exonerado pelo Ministério da Defesa<sup>69</sup>.

Outro caso emblemático de apoio militar a Bolsonaro foi o do general Augusto Heleno, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (RJ), assim como Bolsonaro, e visto pelos oficiais como alguém com grande capacidade de articulação e com boas relações com as Forças Armadas. Um histórico interessante, em que nos anos 1970 o general se identificava com a linha dura do regime militar e ainda assim não perdeu prestígio. De 2004 a 2005, no Governo Lula, foi o primeiro comandante militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Em 2007, assumiu o comando militar da Amazônia – o mais importante do Exército – e atacou publicamente a política indigenista do governo. Posteriormente, em uma palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro, criticou a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, posicionando-se ao lado dos arroteiros e contra as políticas do governo para os povos indígenas na localidade. Foi demitido pelo então presidente Lula em razão de insubordinação. Em 2011, o general entrou para a reserva (Dieguez, 2022).

Augusto Heleno foi um dos primeiros oficiais a se engajar na campanha de Bolsonaro, participando de quase todas as manifestações em favor do candidato e fazendo ataques à classe política e ao Governo Dilma Rousseff<sup>70</sup>. O general chegou a ser cotado para vice na chapa de Bolsonaro pelo Partido Republicano Progressista (PRP), mas o partido não concordou, em razão das alianças que seriam feitas nos estados. Mesmo assim, continuou como grande apoiador e articulador do presidencialismo dentro das Forças Armadas<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/ministerio-da-defesa-exonera-general-que-criticou-governo-17918775>. Acesso em: 28 ago 2022.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/manifestantes-fazem-passeata-em-apoio-bolsonaro-em-brasilia-23052977>. Acesso em: 2 set 2022.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/general-heleno-entra-no-radar-de-bolsonaro-como-possivel-vice/>. Acesso em: 24 jul 2023.

É notório que o antipetismo estava presente e ganhava cada vez mais força com os desdobramentos da Operação Lava Jato e suas repercussões midiáticas, que tinha, neste período, Bolsonaro como seu defensor e contundente crítico da esquerda, começando a conquistar apoio e espaço entre os oficiais. Além dos dois generais supracitados, nomes de grande prestígio das Forças Armadas cancelaram sua candidatura, como os generais Santos Cruz, Eduardo Villas Bôas, Sérgio Etchegoyen, Otávio Rêgo Barros e Maynard Santa Rosa.

Nesse sentido, é crível salientar o episódio do Tweet do General Eduardo Villas Bôas, então Comandante do Exército Brasileiro, às vésperas do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2018, suscitou intensos debates no cenário político brasileiro. O pronunciamento do General nas redes sociais, no qual ele afirmava que o Exército estava atento à “comunidade nacional” e repudiava a impunidade, foi amplamente interpretado como uma intervenção das Forças Armadas na esfera política e jurídica do país<sup>72</sup>. Essa ação do alto escalão militar trouxe à tona questões cruciais sobre o papel das instituições democráticas, a separação de poderes e a autonomia do STF, desencadeando uma série de reflexões e preocupações sobre o estado da democracia brasileira.

A reação ao Tweet do General Villas Bôas foi polarizada, com alguns setores da sociedade brasileira interpretando-o como uma tentativa de pressionar o STF. Não obstante, tal ação foi vista com uma ruptura do paradigma de não interferência do Exército Brasileiro em assuntos de política doméstica.

Outro importante elemento para o endossamento dos militares a Bolsonaro foi o estabelecimento da Comissão da Verdade no Brasil, oficialmente denominada Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>73</sup>, criada em 2011 com o objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar que governou o país de 1964 a 1985.

O relatório final da CNV, divulgado em 2014, trouxe à tona informações importantes sobre os abusos cometidos durante o regime militar, identificou os

---

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43640244>. Acesso em 19 jun 2023.

<sup>73</sup> A CNV foi composta por um grupo de sete membros, incluindo juristas, historiadores e representantes da sociedade civil, que foram encarregados de conduzir investigações, coletar depoimentos e documentos, e elaborar um relatório final que detalhasse as violações de direitos humanos cometidas durante o período da ditadura militar. O trabalho da comissão abrangeu uma série de questões, incluindo prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos de opositores políticos.

responsáveis por essas violações e apresentou recomendações para garantir que tais eventos não se repetissem no futuro. A Comissão da Verdade desempenhou um papel fundamental na promoção da transparência, na preservação da memória histórica e na consolidação da democracia no Brasil, ao permitir que a sociedade confrontasse seu passado autoritário e buscasse caminhos para a reconciliação. No entanto, também gerou controvérsias e desentendimentos, especialmente entre os militares, que contestaram algumas das conclusões do relatório.

A percepção dos militares, em sua maioria, foi de resistência e desconfiança em relação aos trabalhos da Comissão, alegando que as investigações poderiam comprometer a coesão e a reputação das Forças Armadas. Além disso, muitos militares argumentaram que a Comissão da Verdade teve uma abordagem parcial e ideológica, destacando casos de violações de direitos humanos cometidos por agentes do Estado durante o período da ditadura militar, enquanto deixaram de lado ações de grupos guerrilheiros e movimentos de esquerda. Essa percepção negativa por parte dos militares gerou um grande atrito e tensão, sobretudo no Governo Dilma, uma vez que a Comissão foi criada em seu primeiro mandato presidencial e a ex-presidente foi torturada durante a ditadura. Refletindo um desgaste entre alguns setores militares e o, próprio, governo do PT.

De modo que, segundo Dieguez (2022), o apoio dos oficiais não era somente de confiança plena e irrestrita às posições políticas e econômicas e à retórica de Bolsonaro, mas uma previsão de que participariam do governo caso o ex-capitão ganhasse. Somente assim teriam condições de colocar o país em ordem, trazendo a moralidade institucional e o fim da corrupção, além do apoio das forças de segurança, como a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal.

De fato, a chancela dos militares auferiu azo a Bolsonaro, conferindo uma aura de credibilidade, perante as Forças Armadas e a sociedade de modo geral. E, após eleito, como analisaremos no próximo capítulo, boa parte desses generais foram instituídos de cargos no Poder Executivo Federal, inclusive em ministérios<sup>74</sup>. A rigor, quando os setores demonstram a intensidade particular de suas

---

<sup>74</sup> É interessante destacar que desde a redemocratização, Bolsonaro, após eleito em 2018, foi primeiro presidente a ir em todas as cerimônias da Aman. Como uma forma de prestigiar os militares, bem como uma motivação política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-ja-formou-135-mil-militares-policiais-comparecendo-em-media-uma-cerimonia-por-mes-24817530>. Acesso em: 19 jun 2023.

preferências, especialmente de maneira onerosa, eles também podem adquirir peso especial e contar mais do que os cidadãos comuns. Todas essas formas de peso especial causam desvios do princípio da igualdade política. E dentro de uma democracia liberal e pluralista, acabam abrindo avenidas e mecanismos para promover preferências “pesadas” de alguns setores na percepção política e eleitoral (Weyland, 2017). Nesse sentido, no âmago da retórica da moralidade, do combate à corrupção e da restituição da “ordem”, a chancela militar foi um importante sustentáculo para as pretensões eleitorais de Bolsonaro, principalmente a imagem que essa associação transmitia. Mas ainda era preciso agregar outro elemento basilar da moralidade pública, refratário ao discurso conservador vocalizado pelo então deputado federal, para a “salvação” da nação.

### 4.3

#### **Deus Acima de Todos: em busca do segmento evangélico**

O conservadorismo na política brasileira não chega a ser uma novidade como argumento político, antes aparece de tempos em tempos, ora como ator principal, ora como coadjuvante (Alonso, 2018). No entanto, esta nova asserção traz a novidade de ser articulada a partir do discurso evangélico que, ao contrário do catolicismo, não tomavam parte em contendas políticas até a década de 1980. Até então, com raras exceções, o mote que vigorava no meio evangélico até as eleições de 1982, quando foram eleitos 12 deputados evangélicos, era “política não é lugar para crente”. No entanto, com o aprofundamento do processo de reabertura, os evangélicos foram se legitimando na esfera pública e se avolumando no Parlamento nacional, quando passaram de 12 para 32 deputados federais eleitos em 1986, trancando também o jargão “irmão vota em irmão”, em referência ao título do livro de Josué Sylvestre (1986) lançado naquele mesmo ano.

Desde então, a presença evangélica na arena pública brasileira aumentou de forma considerável, beneficiários de primeira hora pelo processo de democratização do país, que reivindicavam seu lugar na sociedade brasileira, invariavelmente, articulando esta demanda a partir do lugar de minoria religiosa, perseguida e subsumida na cultura nacional pela hegemonia católica, no que Burity (2018) chama de minoritização religiosa, tal como analisado por Connelly (2004).

À medida que o catolicismo declinava, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), saindo de 82,7% da população no Censo de 1991 para pouco mais de 64% em 2010, avolumavam-se numericamente os evangélicos, que no mesmo período saltaram de 9,0% em 1991 para 22,6% da população em 2010, como podemos perceber na tabela 2. Tal crescimento estava somado à presença pública cada vez mais franca, marcada pela aquisição de importantes meios de comunicação, como a Rede Record de Televisão, em 1989, atualmente umas das três maiores emissoras de televisão do Brasil, com grande audiência nacional, junto com a TV Globo e SBT.

**Tabela 2 – População Residente por religião – 1980 a 2010 (%)**

ANO	1980	1991	2000	2010
<b>Católicos</b>	89,0	82,7	73,6	64,6
<b>Evangélicos</b>	6,6	9,0	15,4	22,6
<b>Espíritas</b>	0,7	1,1	1,3	2,0
<b>Umbanda / Candomblé</b>	0,6	0,4	0,3	0,3
<b>Outras religiões</b>	1,5	1,4	1,8	2,9
<b>Sem religiões</b>	1,6	4,8	7,4	8,0

Fonte: IBGE; Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme argumentam Machado e Nacif (2016), os evangélicos estão subdivididos em uma miríade de denominações, que podem ser agrupadas em dois grupos mais expressivos: os históricos (evangélicos de missão, enquanto denominação do IBGE) e os pentecostais<sup>75</sup>. O grupo evangélico que mais cresceu é o pentecostal, com destaque para a Assembleia de Deus, ao passo que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tem mostrado sua força principalmente no campo político, mesmo com número de adeptos menor do que outras igrejas. Dessa

<sup>75</sup> No Brasil o pentecostalismo é compreendido, principalmente, através das “três ondas” do movimento pentecostal (ver: Freston, 1993). Sendo as igrejas da primeira onda: Assembleia de Deus, Congregação Cristã etc.; segunda onda: Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor etc.; e a terceira onda: Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus entre outras. Contudo, essa classificação não é tão bem aceita entre os estudiosos da religião, uma vez que desde o início dos anos 2000 até os dias de hoje, a sociedade brasileira cresceu, apresenta novas demandas e necessidades sociais, bem como novas tendências pentecostais surgiram, logo, passível de releituras no âmbito acadêmico.

forma, de acordo com o IBGE 2010, os evangélicos somam 42.275.440 no Brasil, e deste total 60% são evangélicos pentecostais, ou seja, 25.370.484. Dentre os evangélicos pentecostais, 60% são da Igreja Assembleia de Deus, isto é, 12.314.410, e 7% da IURD, 1.873.243 (conforme tabela abaixo).

**Tabela 3 – Número de Evangélicos por Igreja – 2000 a 2010**

<b>IGREJA</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Assembleia de Deus</b>	8.418.140	12.314.410
<b>Batista</b>	3.162.691	3.723.853
<b>Congregação</b>	2.489.113	2.289.634
<b>Igreja Universal</b>	2.101.887	1.873.243
<b>Quadrangular</b>	1.318.805	1.808.389
<b>Adventista</b>	1.209.842	1.561.071
<b>Luterana</b>	1.062.145	999.498
<b>Deus é Amor</b>	774.830	845.883

Fonte: IBGE; Censos de 2000 e 2010

É interessante destacar que os pentecostais são os grupos evangélicos mais competitivos e com maior capacidade de transferir influência da esfera religiosa para a esfera política, como assevera Machado (2006). O sucesso que este grupo encontra nas disputas eleitorais (Trevisan, 2013; Rezende, 2018; 2019) é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis, que, como expressa Machado (2006), deriva-se de uma revisão na concepção de política e de cidadania de parte dos grupos evangélicos.

Utilizaremos aqui, em alguns momentos, o termo evangélico para nos referir tanto aos pentecostais e neopentecostais quanto aos pertencentes a igrejas renovadas, que não se identificam com os grupos descritos acima, porém guardam traços teológicos, características discursivas e práticas públicas que se assemelham aos grupos pentecostais e neopentecostais. É importante notar que Mariz e Gracino Júnior (2013) chamam a atenção para esta diluição das fronteiras denominacionais no campo religioso evangélico. Destacamos ainda que “os evangélicos”, como

adverte Burity (2018), passou a denominar o campo formado por um coletivo heterogêneo do ponto de vista ideológico, partidário e ético-político.

Feita essa breve análise conceitual, retornemos ao cenário do ano eleitoral de 2018 que, após décadas, findou a disputa petistas versus tucanos que tinha estruturado as eleições presidenciais por duas décadas. Contribuíam para um desfecho de uma conjuntura de crise econômica, a alta do desemprego, da pobreza e da desigualdade, a escalada de facções criminosas e homicídios, a Operação Lava Jato, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a impopularidade do Governo Temer (Mariano; Gerardi, 2019) – um ambiente clivado de incertezas econômicas e disputas sociais e políticas.

Ao traço desse panorama sociopolítico, é nítido o apoio dos líderes evangélicos ao candidato Jair Bolsonaro, por considerá-lo, conforme assevera Mariano e Girardi (2019), representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos apresentados por esse partido, segundo as visões dessas lideranças, tais como: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família. Como expressões desses líderes, temos Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra, que afirmava que Bolsonaro seria o “único que empunhava a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”; bem como o pastor da Igreja Assembleia de Deus Silas Malafaia, ao argumentar que o candidato do PSL seria “o único que defende diretamente a ideologia da direita”, sendo “a favor dos valores de família, e contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer” (Mariano; Gerardi, 2019, p. 71).

Alguns segmentos evangélicos, sobretudo pentecostais, encontraram em Bolsonaro uma forma de impor suas pautas políticas contra o aborto, a união de pessoas do mesmo sexo, entre outras causas LGBTQIA+, e demais demandas mais progressistas, apoiando sua candidatura. O meio de apoio implícito e, por vezes, explícito, se deu por meio de discursos inflamados através da internet, principalmente nas redes sociais. Encontraram apoio em muitos adeptos, promovendo, em muitos casos, a polarização de grupos cristãos que enxergavam as questões políticas de formas distintas (Valerio, 2020). Esse maciço apoio pastoral a Bolsonaro recrudesceu o antipetismo evangélico. Bolsonaro, portanto, com sua pauta conservadora e sua fala contundente, personificava e reverberava a mensagem

dos parlamentares evangélicos pentecostais que, por sua vez, não tinham os meios para que um pentecostal chegasse ao cargo político máximo da nação.

Não se pode negligenciar, entretanto, no contexto eleitoral, que o capital político do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva Lula entre nordestinos, estratos mais pobres e mulheres e menos escolarizados, levou o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), ao segundo turno, momento em que o antipetismo já havia se imposto como vetor principal da definição do pleito, fomentando o ativismo e reação conservadora no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, entre dois candidatos antagônicos, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad.

Partimos, assim, da compreensão que tal conjuntura desenvolveu-se, a priori, pela ocorrência da personificação do conservadorismo na esfera pública, atrelado ao desejo de uma “nova” política sem a macula da corrupção, que possibilitou não apenas a publicização do pentecostalismo, mas que também conferiu relevo ao discurso conservador, mais amplo, como argumento legítimo nos assuntos públicos, notadamente, na arena política nacional. As erupções das pautas morais se apresentaram, muitas das vezes, mais ligadas a uma reação diante dos processos de democratização vividos nos últimos anos no Brasil.

As eleições de 2018 também trazem alguns dados importantes sobre o Congresso Nacional, visto que a Bancada evangélica elegeu candidatos em 25 dos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Como analisa Camurça (2020), a bancada de 84 parlamentares na legislatura passada (2014-2018) cresceu para 91 deputados e 7 senadores, correspondendo à expectativa do bloco de aumentar sua influência no Parlamento por meio do alinhamento ao Governo Bolsonaro, ao invés de atuar somente no sentido de barrar os projetos de ampliação dos direitos humanos que incorporavam direitos sexuais e reprodutivos.

Na análise de Almeida (2019), os evangélicos pentecostais possuem um conservadorismo ativo e reativo, ao almejam a influir no campo da moralidade pública, tendo em vista que, estrategicamente, não planejam apenas salvaguardar a moralidade dos evangélicos do meio profano, mas lutar para que seus valores morais se inscrevam “na ordem legal do país”.

Nesse sentido, Gracino Junior *et al.* (2018) chamam a atenção para as estratégias que algumas denominações religiosas – não só pentecostais – têm lançado mão para traduzir discursivamente o *mal-estar* atual vivido pela sociedade brasileira e organizá-lo tanto em dispositivos normativos quanto em consensos

públicos (no sentido proposto por Habermas, 1989; 2003), capazes de mobilizar capital político suficiente para eleger expressivas bancadas na Câmara Federal, Assembleias estaduais e alguns representantes no executivo municipal e estadual.

Antes disso, é preciso lembrar que várias das lideranças que se apresentavam contra o governo do PT e a esquerda em geral, engrossando o campo conservador, apoiaram os Governos Lula e Dilma em algum momento. Entre essas lideranças, destacamos o Pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus), Bispo Robson Rodovalho (Sara Nossa Terra) que, em 2002 lançou um manifesto pró-Lula e apoiou Dilma Rousseff em 2010, Bispo Edir Macedo (IURD), além de Marcelo Crivella bispo licenciado da IURD, ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro, que inclusive, integrou o ministério da Pesca no Governo Dilma – e tendo votado a favor do impeachment da ex-presidente.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que esta onda “conservadora” (Almeida, 2019), que aqui aparece com contornos religiosos, apresenta-se mais como uma tônica do que como uma exceção na longa duração da moderna história das democracias ocidentais (Alonso, 2017). O contexto social e político possibilitou, ou até estimulou – *mutatis mutandis* –, o uso da palavra religião e seus desdobramentos como um meio de falar para todos, como um código que estabelece uma comunicação dentro e fora da esfera da política partidária (Vital da Cunha *et al.*, 2017). O mesmo código foi ativado durante a votação do encaminhamento do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 15 de março de 2016, cujo processo foi fundamentado por crimes de responsabilidade fiscal (Prandi; Carneiro, 2018), quando os parlamentares usaram a palavra “Deus” 43 vezes durante a votação, bem como no slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, ou nas inúmeras vezes em que o então candidato usou a frase bíblica extraída do evangelho de João (8,32), “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, como forma de destacar sua crença e seus valores morais no combate da corrupção e em prol da integridade. Em outras palavras, a religião como código emerge para comunicar posicionamentos, principalmente, como forma de identificação que fortalece o capital político.

Por conseguinte, as sinalizações e a estratégia política de Bolsonaro em direção ao segmento evangélico foram fortes, de modo que além de ser um segmento religioso expressivo demograficamente, mostrou-se, em boa medida,

alinhado a ele eleitoralmente. Conforme analisa Almeida (2019), até a composição do novo Governo Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, não incluindo referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporando o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americano<sup>76</sup>. Bolsonaro se declara católico, mesmo sem acentuar as características desse segmento, e sempre indicando aos evangélicos que pode ser ou mesmo parecer, evangélico<sup>77</sup>, auferindo efeito eleitoral.

A eleição de Bolsonaro, como tantas outras eleições, foi resultado de situações conjunturais e de processos estruturais. Para traçarmos essa razoabilidade, elencamos alguns vetores sociais que configuraram – e configuram – parte da conjuntura brasileira pelo menos desde 2013<sup>78</sup>, que transpassaram a conjuntura brasileira na qual o conservadorismo e os evangélicos estão implicados. Não necessariamente seriam causas para a eleição de Bolsonaro, mas vetores que encontraram o então candidato do PSL como melhor representação, conforme argumenta Almeida (2019).

Nesse sentido, temos a crescente crítica nos últimos anos ao que se refere a qual papel deve ter o Estado na economia, mais especificamente às políticas de proteção social. Como analisa Almeida (2019), essa crítica advém da desconsideração do reconhecimento parcial dos benefícios das proteções sociais, e que teriam gerado a possível acomodação das pessoas e fidelização a um partido político. Passa a ser enaltecida e valorizada a ideia de esforço individual e a iniciativa privada em contraposição às políticas compensatórias e identitárias. A crítica veio, principalmente, dos setores médios que não se viram contemplados por diversas políticas dos governos petistas por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade (como as cotas raciais nas universidades públicas e demais políticas afirmativas, por exemplo). Ao mesmo tempo que esses setores foram atingidos indiretamente pelos efeitos de uma economia aquecida pelo consumo, também sentiram os efeitos da crise econômica (2015-2016) e se acentuou a crítica ao Estado e seu caráter protetivo.

---

<sup>76</sup> Durante a campanha presidencial de 2018 é possível ver inúmeros registros jornalísticos do então candidato Jair Bolsonaro e seus apoiadores com bandeiras do Brasil, Israel e dos Estados Unidos.

<sup>77</sup> Em 2016, Bolsonaro viajou a Israel e deixou-se batizar, nas águas do Rio Jordão, por Everaldo Dias Pereira, pastor da Assembleia de Deus e candidato à presidência da República em 2018, ficando em 5º lugar, com 0,75% dos votos.

<sup>78</sup> Sobre os processos conjunturais de 2013, ver Alonso (2017).

Esse entendimento de esforço individual possui uma grande afinidade de sentido com a orientação da Teologia da Prosperidade<sup>79</sup> dos neopentecostais e que se expande no meio evangélico ao estimular uma postura empreendedora com o objetivo não mormente de sobrevivência financeira, mas de acúmulo e mobilidade social. Como bem ressalta Almeida (2019), esse sentido de insatisfação com o papel do Estado na economia não significa que os evangélicos não tenham usufruído de políticas afirmativas e compensatórias nos últimos governos, bem como não dispensam as exigências dos serviços públicos na saúde, educação, segurança etc., mas sim que o discurso da prosperidade material é valorizado pela religião como ética econômica. De outro modo, o discurso que questiona intervenção do Estado na economia apoia-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio incondicional às agendas neoliberais – que apresentam pouco apoio popular. Não despropositadamente, Pierucci (1987) e Almeida (2019), demonstram que são frequentes as alianças estratégicas entre conservadorismo moral e liberalismo econômico como forma de melhorar o desempenho eleitoral<sup>80</sup>.

Outro vetor social de crucial importância foi a pauta dos costumes e moralidade. O Brasil, com a redemocratização, avançou em mudanças e direitos considerados progressistas em termos de direitos sexuais, reprodutivos e união de casais do mesmo sexo. Em movimento oposto, fez com que houvesse um recrudescimento das reações para conter esses valores mais progressista e liberais. Tal cenário tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida. Almeida (2019) destaca que a família tradicional foi e é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, principalmente associado a setores religiosos à direita, com ênfase em temas como aborto, gênero, sexualidade, casamento e adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

---

<sup>79</sup> A Teologia da Prosperidade é uma corrente teológica de cunho cristão que enfatiza a crença na prosperidade material como um sinal da vontade divina. Popularizada principalmente em alguns movimentos evangélicos, essa doutrina argumenta que a fé, expressa através de doações financeiras e uma vida piedosa, pode resultar em bênçãos materiais e sucesso financeiro. No entanto, essa abordagem teológica é alvo de debates e críticas dentro do próprio meio religioso, levantando questões éticas e teológicas sobre o papel da fé em relação à riqueza material e a relação do cristianismo com as desigualdades sociais.

<sup>80</sup> Basta vermos a aliança entre Bolsonaro e sua pauta conservadora com Paulo Guedes, que foi Ministro da Economia, um liberal formado pela Universidade de Chicago.

No entanto, o conservadorismo dos costumes, sobretudo os propagados por segmentos evangélicos – e católicos – não pretendem se limitar aos seus fiéis, mas alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública (Almeida, 2019). Buscam construir uma narrativa, uma gramática comum (no sentido laiclauliano), capaz de transpor as fronteiras religiosas e absorver outros grupos ou estratos sociais religiosos ou não, havendo uma publicização e reconhecimento da pauta moral na esfera pública.

Por fim, sem esgotar as possibilidades conjunturais dos vetores sociais, destacamos o recrudescimento de posturas e ações mais punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento e a lei antiterror são exemplos de ações que ampliam a violência do Estado sobre a população criminosa ou daqueles que não se enquadrariam na expressão “cidadão de bem”. Consideravelmente, essa linha de força do sistema político tende a encontrar apoio popular em grande medida. Como destaca Almeida (2019), a demanda por segurança amplia a oferta de serviços privados, que muitas vezes são prestados por agentes públicos. A campanha e a eleição de Bolsonaro capitalizaram, mas não foram a única expressão dessa linha de força. Ainda segundo Almeida, no Congresso Nacional, o número de deputados e senadores pertencentes a corporações ligadas à segurança pública saltou de 18 para 73 (entre bombeiro militar, policial civil, policial militar, militar reformado e membro das Forças Armadas). Sem contar que boa parte dos que falam em nome dos evangélicos apoia uma maior ação repressiva dos aparelhos de segurança do Estado. Basta lembrarmos que cerca de dois terços dos deputados evangélicos votaram a favor da redução da maioria penal.

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro e seus aliados buscaram sensibilizar o eleitorado passível a esses vetores sociais elencados. Abraçando as pautas dos costumes, da crítica ao papel do Estado na economia, da ineficiência burocrática e da corrupção no meio político de modo geral, bem como a necessidade do liberalismo econômico como demiurgo do progresso e da eficiência, ganharam grande apoio, principalmente dos evangélicos, que sempre foram sensíveis às questões relativas ao corpo e ao comportamento. Também é importante frisar que nem todos os evangélicos são conservadores e que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores. Nesse aspecto, dessa pauta participam também católicos, pessoas de outras religiões e atores não religiosos.

Contudo, temos a consciência que a variável religião não é a única que explica o resultado eleitoral de 2018, embora tenha tido um peso fundamental, principalmente na formação e mobilização discursiva da ágora pública brasileira. De fato, o voto evangélico foi um forte pendore nas eleições presidenciais de 2018.

**Tabela 4 – Distribuição do eleitorado por religião**

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espiritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
<b>Total de votos</b>	<b>57.796.074</b>	<b>47.080.987</b>	<b>10.715.087</b>

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

Ao tomarmos como base os dados da Tabela 4 (DataFolha), referente ao segundo turno de 2018, impressiona o relativo equilíbrio em números percentuais das intenções de voto dos católicos no segundo turno. Contudo, as intenções de voto em Bolsonaro entre os evangélicos fizeram uma grande diferença a seu favor. Foram mobilizados, conforme assevera Almeida (2019), pelas pautas dos costumes, pelo receio da ameaça comunista e pelo apelo à honestidade das pessoas de bem, fazendo com que tivesse grande aderência eleitoral. Outras demandas também estavam em associação e eram de interesse mais amplo da população, como a crise econômica, o antipetismo, a demanda por um candidato “novo” e que fizesse uma “nova política” são alguns exemplos.

A candidatura de Haddad mobilizou o discurso pela democracia frente à ameaça de um governo de militares, o Estado como o principal fomentador do aquecimento econômico e a oferta de proteção social e pautas progressistas entre outras. Contudo, tais concepções foram derrotadas pela vitória de Bolsonaro, sobretudo relacionadas ao passivo criminal dos representantes dos Partidos dos Trabalhadores, tendo sua principal figura política presa em Curitiba (PR).

Diante da estratégia política de Bolsonaro, fica clara a importância do voto evangélico para a sua base eleitoral. Sua importância se deu mais por aspectos qualitativos do que quantitativos, principalmente no ambiente dialógico do espaço

público contemporâneo. Visto que a campanha do candidato do PSL fora substancialmente direcionada aos evangélicos em vários níveis, inclusive na pauta moral e de valores<sup>81</sup>, ela favoreceu o avanço de Bolsonaro em um segmento populacional em que este grupo é mais presente – especialmente por sua capacidade em atingir setores que, na eleição de 2014, haviam votado mais na candidatura do PT.

Em outras palavras, presenciamos uma expansão do alcance da moralidade tradicional para além da esfera privada, assumindo contornos na esfera pública (vida pública e comercial). Conforme assevera Wendy Brown (2019), a ascensão dos valores morais tradicionais e do neoliberalismo decorrem de um processo de ressonância em relação à cultura capitalista e ao pentecostalismo contemporâneo, bem como de uma lógica de convergência entre o neoliberalismo e a defesa da família tradicional, em que a família passa atuar no lugar de políticas sociais. É a família e não o Estado o principal responsável pela educação, saúde, cuidado com crianças<sup>82</sup>. Há também, segundo Brown (2019), a dinâmica da exploração mútua. De um lado, o segmento evangélico precisa do Estado para a promoção dos seus valores; de outro, a campanha de Bolsonaro percebeu de átimo a importância do voto evangélico e capturou sua pauta narrativa e a vocalizou nacionalmente, prometendo, inclusive, um “ministro terrivelmente evangélico”<sup>83</sup> no Supremo Tribunal Federal.

#### 4.4

#### **“Agro é pop, agro é tudo”: o apoio do setor produtivo que mais cresce no Brasil**

O agronegócio é um dos setores mais importantes da economia brasileira, responsável por uma significativa parcela do PIB e das exportações do país. O conceito de agronegócio se refere a todo o conjunto de atividades relacionadas à

---

<sup>81</sup>É inegável que a campanha de Bolsonaro assumiu tanto no discurso como na prática (orações, visitas e articulações com líderes evangélicos) uma preferência para com este segmento. Tanto que o principal articulador político de Bolsonaro, ex-Ministro da Casa Civil e depois Ministro da Cidadania, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), é membro da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

<sup>82</sup> Confirmado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que estimulou políticas públicas para fortalecer a família, durante o Governo Bolsonaro.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em: 5 out 2022.

produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas, incluindo também os insumos e serviços envolvidos nesse processo (Contini *et al.*, 2006).

Durante a década de 2000, o cenário internacional foi marcado por um aumento significativo no preço das commodities agrícolas e agroprocessadas, impulsionado por uma série de fatores. Um dos principais motivadores desse aumento foi a crescente demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas por parte de países em desenvolvimento, como a China e a Índia, que passaram por um processo acelerado de industrialização e urbanização. O rápido crescimento econômico dessas nações resultou em um aumento da classe média e, conseqüentemente, uma maior demanda por produtos alimentícios e produtos agrícolas para atender às necessidades de suas populações urbanas em expansão (Farias, 2021).

Além disso, a instabilidade do mercado de combustíveis fósseis na década de 2000 levou à busca por fontes alternativas de energia. Os “biocombustíveis” ou “combustíveis verdes” surgiram como uma alternativa promissora, visto que eram produzidos a partir de matérias-primas vegetais, como milho, cana-de-açúcar, soja e óleo de palma. Essa perspectiva de substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis impulsionou o interesse global pelo desenvolvimento e produção de biocombustíveis.

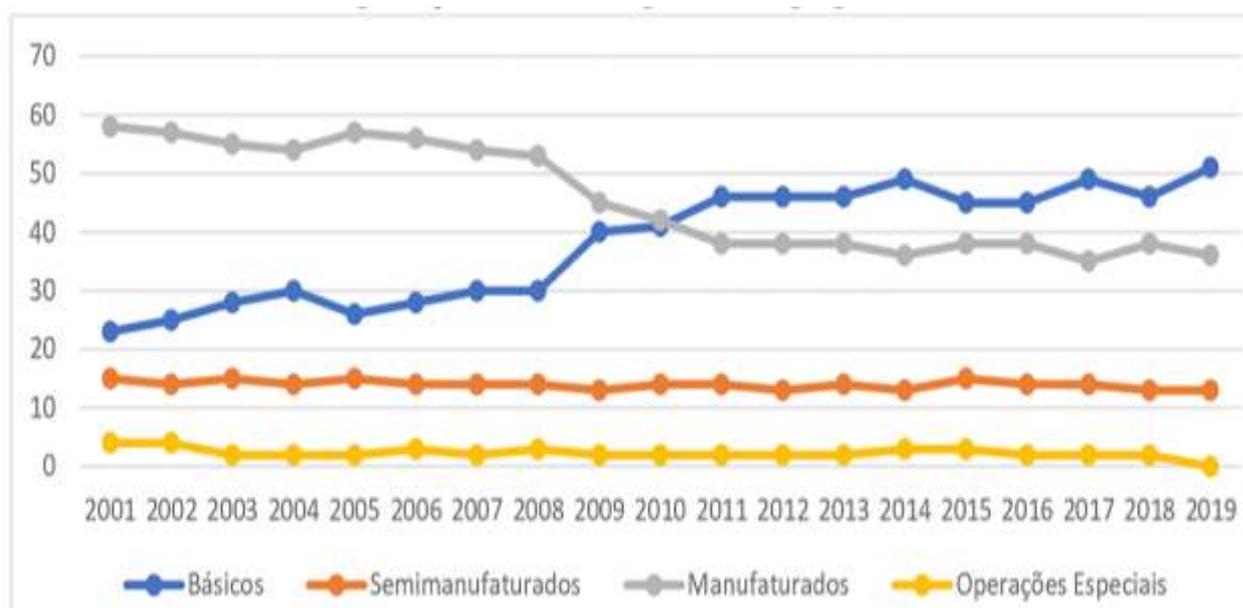
No contexto brasileiro, a combinação desses fatores teve um impacto significativo na economia e nas dinâmicas sociais do campo. A crescente demanda por produtos agrícolas no mercado internacional abriu novas oportunidades para os produtores brasileiros, impulsionando a expansão do agronegócio no país. A agricultura, especialmente aquela voltada para a produção de commodities, ganhou destaque como uma atividade econômica fundamental para o Brasil.

Esse boom do agronegócio beneficiou a burguesia agrária e a agroindústria, levando a um aumento de investimentos no setor e contribuindo para o crescimento econômico do país. A agroindústria, por sua vez, ganhou relevância na cadeia produtiva, agregando valor aos produtos agrícolas, tanto através da produção de alimentos processados, rações, óleos, biocombustíveis como de outros produtos derivados.

Nesse cenário, segundo Farias (2021), as exportações brasileiras aumentaram de 2,8% em 2000 para 27,9% em 2018. Este incremento das relações comerciais com a China levou a um aumento da exportação brasileira de produtos básicos como

minério de ferro e soja em grãos e ao aumento de importações, especialmente de produtos manufaturados, provocando o enfraquecimento de determinadas cadeias produtivas industriais nacionais enquanto se fortaleciam cadeias produtivas ligadas às commodities minerais e agrícolas, como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 1 – Exportações brasileiras por fator agregado (2000-2018)**



Fonte: Farias (2021) a partir dos dados do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços.

É interessante destacar que, durante este período, a soja e seus derivados consolidaram-se dentre os principais produtos da pauta de exportações brasileira: segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras de soja em grãos, farelo e óleo saltaram de US\$ 4,2 bilhões, ou 7,5% das exportações totais do país, em 2000 para US\$ 40,7 bilhões, ou 17% das exportações totais do país, em 2018 (Farias, 2021).

Esse ponto de inflexão reacende um debate muito interessante sobre a reprimarização da economia (Lamoso, 2020) que, na pauta exportadora, é o fenômeno que ocorre quando há maior exportação de produtos primários em detrimento dos produtos industrializados. Ocorre quando o país deixa de exportar, relativamente, mais bens industriais do que primários, comumente representados por commodities agrícolas e minerais<sup>84</sup>, como podemos observar no quadro 1.

<sup>84</sup> O agronegócio brasileiro é altamente diversificado, envolvendo desde a produção de commodities como soja, milho e açúcar, até a criação de animais como bovinos, suínos e aves, além de frutas, verduras e legumes (Contini *et al.*, 2006).

Esse fenômeno se dá por duas variáveis interligadas, segundo Lamoso (2020): o preço das commodities no mercado internacional (chamado “boom das commodities”), movimento cíclico da economia internacional; e um potente mercado consumidor, não apenas das exportações brasileiras como em geral, que é a China, motivada pela execução de seu plano de urbanização e implantação de infraestrutura.

### Quadro 1 – Taxas de crescimento do PIB e de seus componentes

#### Projeções: taxas de crescimento do PIB e de seus componentes

(Em %)

	Observado				Previsto			
	2019	2020	2020-T4	2021-T1	2021-T2		2021	2022
			Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Anterior dessazonalizado		
PIB	1,4	-4,1	-1,1	1,0	12,6	0,2	4,8	2,0
Agropecuária	0,6	2,0	-0,4	5,2	6,9	1,3	1,7	3,3
Indústria	0,4	-3,5	1,2	3,0	17,0	-0,7	5,4	1,4
Serviços	1,7	-4,5	-2,2	-0,8	10,6	0,7	4,8	2,1
Consumo das famílias	2,2	-5,5	-3,0	-1,7	12,5	1,1	4,1	2,2
Consumo do governo	-0,4	-4,7	-4,1	-4,9	3,9	0,5	1,8	2,0
FBCF	3,4	-0,8	13,5	17,0	27,7	-6,8	10,9	3,5
Exportações de bens e serviços	-2,4	-1,8	-4,3	0,8	13,5	10,6	7,7	3,9
Importações de bens e serviços	1,1	-10,0	-3,1	7,7	30,0	5,6	11,4	5,3

Fonte: Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o agronegócio representou cerca de 21% do PIB brasileiro, além de ser responsável por mais de um quarto do total das exportações do país. Esses números evidenciam a importância econômica do setor para o desenvolvimento do Brasil. Em contrapartida, o peso da indústria de transformação (que reúne todo o setor manufatureiro) caiu de 11,79% do PIB em 2019 para 11,30% em 2020, evidenciando o que já ocorre há décadas ao analisar a série histórica do PIB por setores realizado pelo IBGE, em que o setor do agronegócio vem apresentar anualmente significativos índices de crescimento em compensação a outros setores como a indústria.

Notadamente, conforme assevera Farias (2021), o desempenho positivo do agronegócio possibilitou às burguesias agrária e agroindustrial fortalecerem sua posição entre as frações da classe dominante que compõem o bloco de poder no Brasil. Paralelamente, observou-se uma aceleração na construção de um “moderno”

conjunto de relações que abrange desde conglomerados financeiros até instituições acadêmicas. Essas relações foram responsáveis por apresentar o agronegócio como a melhor oportunidade de integração do país com a economia internacional, removendo quaisquer obstáculos à expansão do mercado fundiário e de commodities e multiplicando os canais de pressão e negociação dentro do Estado, articulando-se no Congresso Nacional em torno da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), denominada “Bancada Ruralista”<sup>85</sup>, reunindo um total de 374 parlamentares<sup>86</sup>.

#### 4.4.1

##### **O apoio ruralista à campanha bolsonarista**

A FPA, no primeiro turno das eleições de 2018, declarou publicamente apoio a Bolsonaro. Embora o ex-deputado não tivesse fortes vínculos com o setor rural, o então candidato deixava satisfeito, ao menos retoricamente, os produtores rurais com suas declarações efusivas contra o Movimento Sem Terra (MST). Sem nenhum tipo de reservas, proferia discursos como: “Cartão de visita para marginal do MST é o cartucho 762” (Dieguez, 2022, p. 242).

O apoio dos ruralistas foi pela capacidade de Bolsonaro vocalizar suas demandas e ter captado a insegurança do setor, que alegava a existência de violência no campo como justificativa para se armar. Deste modo, a interpelação de Bolsonaro à defesa, quase irrestrita, da posse de arma, corroborava perfeitamente com as pautas do setor, que almejava a defesa da propriedade a qualquer custo.

Talvez, o mais interessante consista no fato que sua plataforma de governo não continha quase nenhuma proposta de políticas públicas para a solução do problema da insegurança no meio rural que não passasse pela defesa do armamento. Isso agradava os setores rurais desacreditados da capacidade do governo de dirimir

---

<sup>85</sup> A bancada ruralista é um grupo de parlamentares brasileiros que atuam de forma articulada e representam os interesses do agronegócio e do setor rural no Congresso Nacional. Essa bancada é composta por deputados federais e senadores que têm como objetivo promover e defender os interesses dos produtores rurais, grandes proprietários de terras, agroindústrias e demais setores ligados à agricultura e pecuária. Possuem influência significativa nas discussões e votações de projetos de lei relacionados à política agrícola, ambiental, fundiária, trabalhista e outros temas que afetam direta ou indiretamente o setor rural. São conhecidos por defenderem pautas como a flexibilização das leis ambientais em áreas rurais, a redução de impostos para o setor agropecuário, a resistência à demarcação de terras indígenas e quilombolas, entre outras questões que impactam diretamente os interesses dos produtores rurais e do agronegócio.

<sup>86</sup> Quantitativo de membros disponível no site oficial da Frente Parlamentar: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em: 25 jul 2023.

conflitos, sendo eles os próprios agentes pacificadores e mitigadores dos conflitos que surgissem.

Segundo analisa Dieguez (2022), entre os anos de 2015 e 2018, Bolsonaro realizou várias viagens para o interior do país para explorar esse nicho ruralista descontente com as políticas ambientais até então implantadas. Fazia um grande sucesso, e os produtores rurais se aglomeraram nos aeroportos para recepcioná-lo<sup>87</sup>.

Segundo os relatos da autora supracitada, nesses encontros convidavam Bolsonaro para conhecer o campo e ouvir suas reclamações – sobretudo como esse segmento se sentia ameaçado pelo MST, pela questão indígena, pelos fiscais do Ibama, pelo governo, a morosidade da Justiça nas questões de conflito de terras etc. A questão indígena era alvo principal das queixas em relação à retomada de terras por indígenas que comprovavam a posse da área (Dieguez, 2022). Além das legislações ambientais no que se refere ao meio ambiente e agricultura, como o Código Florestal, aprovado em 2012, que estabelece limites para o desmatamento nas propriedades rurais, visto como uma ingerência do Estado na propriedade privada e os seus órgãos fiscalizadores como corruptos favorecendo outras partes envolvidas, menos os ruralistas.

Outra demanda, segundo Pereira, Origuéla e Coca (2021), era o vislumbre com a possibilidade de os setores ruralistas, através da bancada ruralista, serem mais ouvidos e terem seus interesses atendidos. Sobretudo aqueles objetivos que incluíam a defesa de políticas agrícolas favoráveis, a flexibilização das leis ambientais e a proteção dos interesses do setor agropecuário, além da desaprovação contundente dos governos anteriores do PT, criticados pelo setor ruralista por políticas que foram percebidas como mais restritivas ao agronegócio, como questões ambientais e demarcação de terras indígenas. Havia espaço para que o então candidato Bolsonaro assumisse uma retórica de crítica a essas políticas, encontrando receptividade no setor agrícola que esperava uma mudança de rumo em relação a essas questões.

Uma das principais causas do apoio do setor ruralista a Bolsonaro se encontra também na identificação ideológica entre os valores conservadores do candidato e

---

<sup>87</sup> A Revista Piauí elaborou um conteúdo sobre a aproximação de Bolsonaro com o agronegócio, perpassando uma linha histórica de aproximação deste setor com o então candidato Bolsonaro, de participação em eventos a articulação de apoios. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 25 jul 2023.

os interesses do agronegócio. Bolsonaro se destacou por suas posturas políticas e sociais alinhadas ao conservadorismo, como a defesa da propriedade privada, a redução da intervenção do Estado na economia e a oposição a pautas de esquerda, como a reforma agrária (Pereira; Origuéla; Coca, 2021). Essas posições encontraram eco entre os representantes do agronegócio.

Somada a esta questão particular ruralista, acrescia-se o combate à corrupção, o lavajatismo, o antipetismo e a crise moral na esteira conjuntural. O receio e a indignação contra as lideranças de esquerda e tradicionais só aumentavam. Foi quando surgiu a figura de uma liderança que não só entendia, mas vocalizava os interesses e as angústias dos produtores rurais, com o discurso de proteger o homem do campo. Conforme aponta Nabhan Garcia (*apud* Dieguez, 2022, p. 249): “Bolsonaro, embora não fosse proprietário de terra, entendeu o drama do produtor rural”.

Em outras palavras, o agronegócio é o setor produtivo mais refratário ao petismo e às políticas pró-ambientais. Os produtores rurais, em sua maioria, adeririam ao discurso bolsonarista, e o objetivo político deste grupo passou a ser derrotar qualquer candidato minimamente mais tolerante do que o ultradireitista, como se o ex-deputado fosse a única garantia de sobrevivência pessoal do agronegócio, de seus valores e suas propriedades (Dieguez, 2022). Não é difícil compreender o motivo pelo qual Bolsonaro conquistou esse setor tão significativo economicamente em termos de percentual do PIB nacional e de geração de divisas para o país, assim como esse apoio foi fundamental para a capilarização de sua candidatura no interior do país e no mercado de capitais.

## 4.5

### **As redes sociais como estratégia retórica populista**

É notório que os meios de comunicação em massa revolucionaram nossa forma de estar e de interpretar as nossas relações no mundo. A mídia transformou os fluxos de informações, produziu novos hábitos na vida cotidiana e proporcionou uma quantidade inimaginável de vivências e compreensões da realidade em boa parte dos aspectos sociais.

Conforme argumentam Miguel e Biroli (2017), os estudos da área da informação indicam duas vias principais de influência da mídia sobre a política. Por

um aspecto, a influência dos agentes políticos, que adaptam seus discursos às formas exigidas pelos meios e moldam suas formas de ação na expectativa do que pretendem obter. Por outro, há o impacto sobre o público, que se situa a partir das representações do mundo que recebe da mídia, que tem, portanto, uma influência decisiva no processo de formação das preferências políticas.

São essas ações políticas, a partir da comunicação em novos espaços, que permeiam o debate contemporâneo, através das redes sociais on-line ou digitais. Esses ambientes comportam novos fluxos que garantem uma comunicação entre diferentes atores e instituições, do campo político e social, abarcando a comunicação entre representantes e representados, intensificando-se em um tipo específico de construção política que se dá por meio de uma dimensão discursiva e retórica, o populismo. Por conseguinte, o cenário digital tende a atender e a potencializar uma lógica populista das relações representativas dentro da lógica comunicacional.

As redes sociais digitais se tornaram um *locus* fundamental para observação e compreensão da cultura digital e da democracia na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, o populismo também pode ser compreendido como uma forma de comunicação (Canovan, 1999) – um estilo comunicativo e não necessariamente um tipo de ideologia – característica que se orienta em se dirigir à população de forma massiva, explorando a retórica independentemente da vertente ideológica do discurso.

Como já conceituado no capítulo 2, o populismo apresenta uma relação direta entre a massa e o líder, sem níveis intermediários de representação – como os partidos –, e a expectativa da concretização rápida dos objetivos prometidos. Um fenômeno populista tende a surgir em sociedades em que há crises de representatividade institucional e abertura para o surgimento desse líder, que se apresentará como carismático, disposto a suplantar essa representatividade de forma imediata. Dessa liderança, destaca-se ainda a capacidade retórica de articular o discurso e, nele, representar demandas. E, como já apresentado neste capítulo, a sociedade fraturada brasileira em face às várias crises – política, moral, econômica e representativa – tornou-se terreno fértil para esta ação estratégica.

Laclau (2010) compreende que o populismo – enquanto estilo retórico – torna-se uma opção viável e disponível de construção da política. Dessa forma, apreende-se a capacidade de mobilização por meio de palavras que, às vezes

desassociadas de seus significados, invocam imagens que influenciam a multidão. Ainda segundo o autor, muitas vezes, as palavras cujos significados são imateriais e abstratas – como democracia, igualdade, liberdade – são aquelas que têm maior capacidade de mobilização, para Laclau, em sua teoria, esse é o conceito de significantes vazios. No discurso, além da instabilidade na relação entre significantes e significados, destaca-se que a força de associação entre palavras e imagens influi na exclusão do uso da racionalidade nas relações políticas e públicas, pois a razão e os argumentos são incapazes de superar a comunicação imagética (Carvalho; Cervi, 2018). Tal retórica necessita de alguns recursos fundamentais como: repetição, afirmação e contágio – sendo que estes atuam diretamente na eliminação da racionalidade nessa forma de comunicação.

Muitas vezes, as ideias articuladas retoricamente pelo discurso populista podem ser absorvidas nos mais variados contextos culturais, uma vez que importa mais seu caráter performativo enquanto retórico do que o seu conteúdo, e, por tal razão, podem modificar significados de acordo com o ambiente em que estão inseridas. Entre os aspectos performativos destaca-se a relativa simplicidade do discurso, de modo que a inteligibilidade seja mais fácil de apreender e multiplicar a informação (compartilhamento).

O estilo da comunicação populista é caracterizado pelo uso de uma linguagem simples, emocional e negativa (Engesser *et al.*, 2017 *apud* Carvalho; Cervi, 2018), a partir da redução da complexidade do discurso como uma das primeiras estratégias de um líder populista, de forma a se aproximar do povo. Segundo analisam Engesser *et al.* (2017 *apud* Carvalho; Cervi, 2018), a literatura registra raiva, medo, ressentimento e esperança como algumas das emoções presentes na comunicação populista. Bem como a noção de negatividade, que, segundo os autores, é evidenciada ao colocar os oponentes – elite, *establishment* etc. – como uma ameaça à soberania popular e traçar uma imagem negativa deles ao povo. Essas características são potencializadas na internet, em especial nas redes sociais. A comunicação online já era caracterizada pela simplificação da linguagem, mais coloquial e sem formalismos, fomentando o caráter emotivo e negativo da comunicação digital. Esses fluxos de comunicação estimulam determinadas ações, moldando o comportamento e a interação nos espaços digitais ou na ágora pública.

Como analisado por Mouffe (2015), o afeto e o ressentimento passam a ser uma dimensão importante no ambiente comunicacional virtual, sendo, muitas

vezes, responsáveis por consolidar o elo entre os representantes e os representados. Por afeto entendemos a relevância de aspectos emocionais mais exacerbados, ou seja, tanto positivo entre o povo e o líder populista, quanto negativo, entre o povo e os “inimigos” retóricos. É o afeto, principalmente, e o ressentimento – como *background* – que explicam a adesão da massa à imagem do líder, projetada enquanto tipo ideal, ressaltando, mais uma vez a ausência de racionalidade na relação, que assume um caráter muito mais subjetivo, baseado em emoções em detrimento da razão (Carvalho; Cervi, 2018).

É, portanto, substancial a interseção da importância das tecnologias de mídia para a comunicação mais direta, personalista, entre o líder político e seus apoiadores. Além disso, perfis nas redes sociais são um canal ainda mais direto de comunicação à disposição dos políticos, independente do jornalismo ou outras formas de comunicação midiática, pavimentado o caminho para vários tipos de liderança se articularem, principalmente os populistas. Redes sociais como o Facebook, Twitter, grupos de WhatsApp entre outros permitem uma comunicação constante e permanente entre líder e liderados, não restrita ao período de campanha. São ambientes potenciais para o desenvolvimento de campanhas permanentes, assim como para legitimação das ações dos representantes.

As mídias digitais são mecanismos essenciais da comunicação populista e canais diretos para difundir um discurso populista no século XXI, explorando sentimentos, desconfiança nas instituições e explorando ferramentas da plataforma como a mobilização de *hashtags*. Isso possibilita o seu uso para a dimensão estratégica com uma lógica atinente para atender três objetivos principais: poder, mobilização e legitimidade (Engesser *et al.*, 2017 *apud* Carvalho; Cervi, 2018). A relação direta entre o líder populista e os eleitores, via redes sociais, identifica-se como um tipo de representação personalista. E essa independência das instituições tradicionais para ativar os sentimentos do povo é o que une o líder populista ao discurso personalista.

#### 4.5.1 Bolsonaro e as redes sociais: breves aspectos

Na cena política contemporânea, Donald Trump<sup>88</sup> e Jair Bolsonaro são alguns dos atores políticos que mais usam as redes sociais para conferir legitimidade às suas ações e mobilizar sua base de apoio. No caso do Brasil, Bolsonaro sempre apareceu na mídia tradicional como um parlamentar polêmico, agressivo, excêntrico, conservador e representante da pauta militar e de costumes. Já nas mídias digitais, também atrelado a esses elementos, buscou trabalhar uma imagem de quem defende os valores da família e da sociedade, da moral, dos bons costumes.

Encontrou terreno fértil no processo de crise política, econômica e moral em que o Brasil passava nos anos precedentes às eleições de 2018. Ao longo desses anos, fez uso de um discurso populista agressivo no qual convenceu o “cidadão de bem” (seus apoiadores) que acabaria com os corruptos, os destruidores da família e os comunistas, ou seja, aqueles que supostamente apoiavam o PT. O seu posicionamento como “inimigo” do PT contribuiu para sua agenda eleitoral à presidência da República.

Sempre que tinha a oportunidade midiática, conforme argumentam Mendes e Silva (2022), reafirmava sua pauta conservadora e defendia predominantemente o direito dos militares, propondo uma política dura de combate à criminalidade que se baseava em um modelo policial “punitivista” e em uma justiça penal cada vez mais rígida. Assim como também enaltecia a ditadura militar, sendo um dos políticos primeiros a vocalizarem essa defesa no pós-1988, segundo aponta Nicolau (2020).

O significativo conhecimento de um deputado federal do estado do Rio de Janeiro e pertencente ao baixo clero só se deu graças à intensa utilização das redes sociais que conferiram espaço retórico que as mídias tradicionais não lhe ofereceram – apenas polemizaram sua figura. Foram as redes sociais que garantiram

---

<sup>88</sup> A estratégia de comunicação política adotada por Donald Trump nas redes sociais durante sua presidência foi marcada por um uso intenso e singular dessas plataformas para a disseminação de sua mensagem política. Ao utilizar o Twitter como sua principal ferramenta de comunicação direta com o público, Trump conseguiu contornar a mídia tradicional e alcançar uma audiência vasta e engajada. Seus tweets frequentemente provocativos e polêmicos foram amplamente divulgados e debatidos, o que lhe permitiu criar uma imagem de autenticidade e alinhamento com sua base de apoiadores. Essa abordagem contribuiu significativamente para sua popularidade entre seus seguidores e também gerou críticas e controvérsias sobre o uso das redes sociais para fins políticos. Uma estratégia singular do populismo contemporâneo.

a consolidação da imagem pública de Bolsonaro. Estima-se, de acordo com Mendes e Sila (2022), que o intenso investimento na construção de redes sociais com intenção política começou no Brasil a partir de junho de 2013, ano das manifestações de diferentes segmentos sociais em todo o Brasil e da projeção de movimentos políticos conservadores como o #VemPraRua e o Movimento Brasil Livre (MBL) – posteriormente, apoiadores de Bolsonaro na eleição de 2018. Foi nessa conjuntura que houve a construção estratégica das redes sociais de Bolsonaro, sendo o seu filho, Carlos Bolsonaro, o primeiro articulador da criação e supervisão das estruturas de apoio ao seu pai.

Em 2014, Jair Bolsonaro já era o deputado federal do Rio com o maior número de interações no Facebook, rede social na qual ele chegou na eleição de 2018 já com um posicionamento consolidado (Ituassu *et al.*, 2019; 2023). Durante o contexto da crise econômica e política que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e as ações da Operação Lava Jato envolvendo sobretudo figuras do PT, a hashtag #Bolsonaro2018 ganhou força nas redes digitais. No pleito eleitoral de 2018, a campanha bolsonarista alcançou em apenas uma única transmissão 1,3 milhão de interações e 6,6 milhões de visualizações (Mendes; Silva, 2022). Também fez intenso uso de interações via grupos públicos de WhatsApp, vários dos quais distribuindo desinformação, conforme asseveram Ituassu *et al.* (2019)<sup>89</sup>. No primeiro turno das eleições de 2018, Jair Bolsonaro foi o candidato que mais engajou internautas e dominou as conversas virtuais, mesmo com o seu tempo mínimo na propaganda eleitoral na televisão, contado com apenas com 1,09% do tempo total, contra 19,2% de Fernando Haddad (PT), e 44,4% do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (Ituassu *et al.*, 2019).

Essa estratégia de comunicação política foi crucial para a eleição de Bolsonaro, não só porque o ex-deputado e seu partido, PSL, possuíam apenas alguns minutos de propaganda eleitoral na TV, mas também porque não dispunham de uma grande estrutura partidária em nível nacional para bancar as despesas políticas e de marketing, e para formação de palanques estaduais. Entretanto, segundo Mendes e Silva (2022), o apoio progressivo de empresários e membros do

---

<sup>89</sup> A reportagem da *Folha de S. Paulo* de 18 de novembro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno da disputa presidencial, revelou que empresários brasileiros estavam financiando ilegalmente uma campanha a favor de Bolsonaro no WhatsApp e contra o candidato do PT, Fernando Haddad, com contratos de até R\$ 12 milhões. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 9 nov 2022.

setor financeiro, em sua maioria impactados com a Operação Lava Jato e antipetistas, permitiu uma maior alocação de doações para a campanha, bem como a contratação de algumas agências que foram responsáveis pela circulação de mensagens no WhatsApp, que levaram ao engajamento de milhões de usuários e impulsionaram a campanha bolsonarista. O candidato também atuava em outras redes sociais como o Twitter, em uma forma direta e intermitente de representação personalista e de contato com os seus apoiadores, possibilitando apoio, legitimidade e mobilização.

Desde então, a rede digital bolsonarista tem se ampliado de maneira consistente, articulando movimento espontâneo e conteúdos dirigidos de acordo com uma lógica estratégica previamente traçada em torno de uma forte retórica antipetista e no discurso anticorrupção (Gallego, 2019). Dessa forma, as estratégias de comunicação populista se mostraram fundamentais para a performance eleitoral de Jair Bolsonaro desde antes do pleito de 2018. Como um elemento aglutinador de todo “mal-estar social”, da Operação Lava Jato, do antipetismo, da busca pela moralidade e dos valores tradicionais – apresentado como perdidos –, a retórica populista canalizada pela direta comunicação com as massas buscou auferir sentido ao processo de apoio e, conseqüentemente, fidelizou os apoiadores em torno da figura de um líder, o único capaz de trazer “ordem” ao Brasil após a fratura sociopolítica vivenciada. Vinculando a crise representativa ao discurso personalista de uma liderança populista do campo ideológico da direita, arregimentou estrategicamente os pontos de apoio e sustentação para seu projeto de poder.

#### **4.6**

#### **O fechamento do mosaico: as partes se unem ao todo**

Observamos, neste capítulo, que a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República no Brasil se apresentou com um forte crescimento na onda de conservadorismo na sociedade. Decorrente da reação conservadora na esfera pública brasileira, dos impactos da Lava Jato e do antipetismo, a influência das lideranças religiosas conservadoras sobre seu público, o apoio do setor agropecuário e a articulação das redes sociais em torno da narrativa populista reacionária foram capazes de mobilizar o amplo segmento social não só para a

eleição de 2018, mas uma interlocução sociopolítica para além, configurando o bolsonarismo como movimento político.

Diante desse contexto, tais atores buscam e apoiam soluções autoritárias e mais severas para os crimes (como o caso recente da maioria penal) e todo discurso envolvido, em que os direitos humanos, por exemplo, são logo associados à ideia de mordomia para os presos (como o auxílio reclusão), criando desinformação e, com isso, enaltecimento da retórica política nacional. Pierucci (1987) afirmou que, para a direita, o discurso moralista se tornou o melhor meio de chegar até as massas e conquistar os seus votos. E, de fato, diante desse cenário de medo e de tensão, a vertente moralista tem tido uma grande acolhida nesse grupo, já que, para eles, a crise geral nada mais é que uma crise cultural. Lembrando que essa pauta, agora ligada de modo significativo ao segmento evangélico, acabou transcendendo para a pauta pública nacional, diante da crise representativa que o Brasil enfrenta nos últimos anos, corroborando, assim, para a polarização política recente e para consolidar uma direita cristã, em que o antipetismo e antiesquerdismo passaram a nortear crescentemente posições políticas de lideranças, políticos e segmentos da sociedade civil, não evangélicas propriamente.

Consubstancialmente, Bolsonaro foi muito hábil em articular esses pilares que sustentaram sua candidatura, além do apoio do mercado, que em termos de estratégia foram imprescindíveis para sua vitória e apoio subsequente. Assim, o populismo não concebe a representação como um processo, mas como assegurada via identidade, ou seja, a identificação do líder com o povo, e vice-versa. Essa profunda associação dá ao populismo a intensidade que proporciona a muitos seguidores um sentimento de pertencimento, que falta à democracia liberal e pluralista, com sua dependência de mecanismos processuais “frios” e distante da realidade do cidadão médio (Weyland, 2017).

A criação de antagonismos (Connolly, 2004), a partir das narrativas e retóricas desveladas ao longo deste capítulo, demonstram que o carisma não é um componente definidor do populismo, mas uma crença generalizada nas capacidades surpreendentes, autênticas ou extraordinárias de um líder – é a principal maneira pela qual a conexão entre líder e seguidores pode adquirir a intensidade especial que dá origem e sustenta o populismo (Weyland, 2017). Se as pessoas estão convencidas das qualidades salvadoras e redentoras de um líder, elas oferecerão um profundo compromisso e apoio – quase que incontestável. Essa é definição

estratégica do populismo de Bolsonaro no Brasil – bem como seu personalismo ao se mostrar como o principal vocalizador dessas narrativas –, através da combinação de vários fatores conjunturais, dentre eles, o lavajatismo e o antipetismo, a chancela dos militares, o apoio do setor produtivo que mais cresce economicamente que é o agronegócio, o direcionamento simbiótico com o segmento evangélico e a mobilização de segmentos da sociedade pelas redes sociais. Todos constituíram-se elementos basilares e estratégicos para sua vitória na eleição presidencial de 2018.

## O populismo de direita no poder: formação do governo, relações institucionais e mobilização do “povo”

O populismo é avesso à institucionalidade e destaca o amplo apoio de massa como a base legítima do governo. Embora, por razões pragmáticas, os líderes personalistas tenham que conversar com o mercado, especialmente depois de ganhar a presidência da República, eles tentam afirmar e demonstrar sua independência dos grupos de elite e contornar a sociedade civil organizada na estrutura governamental. Ao mesmo tempo para provar e aumentar sua distância do *establishment*, os políticos populistas continuam mobilizando seu apoio de massa, sua principal base de sustentação. Para isso, realizam eleições e plebiscitos frequentes (como Chavez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia), divulgam constantemente seus índices de popularidade e convocam seus apoiadores para manifestações de rua, principalmente quando enfrentam um desafio político. No caso brasileiro, a demonstração de apoio via manifestações públicas foram motocicletas<sup>90</sup> e discursos inflamados, com teor de campanha eleitoral – mesmo após a vitória no pleito de 2018 –, marcado por uma alteridade de “nós” (patriotas, cidadãos do bem) versus “eles” (*establishment*, políticos tradicionais, instituições etc.).

É nesse sentido, conforme aponta Gandesha (2018), que os populismos alinhados à direita tendem a interpelar narrativas de “o povo” como uma nação em guerra que enfrenta, em geral, inimigos externos e tende a definir esses inimigos em termos personalizados, isto é, focando em grupos particulares. No contexto europeu e norte-americano de democracias liberais, esses populismos são caracterizados, por exemplo, pela preferência em três temas: imigração, segurança e corrupção. Ao redor desses três eixos, oscilam temáticas que auxiliam na

---

<sup>90</sup> As motocicletas de Bolsonaro se referem a eventos em que Jair Bolsonaro participava de passeios de motocicleta ao lado de apoiadores. Essas motocicletas ganharam destaque durante o seu mandato como uma forma de demonstração de apoio e engajamento político. Durante esses eventos, Bolsonaro e seus seguidores percorriam trajetos em motocicletas, muitas vezes acompanhados por uma caravana de veículos. As motocicletas foram caracterizadas por uma atmosfera de celebração política e fervoroso apoio ao ex-presidente, mas também causaram controvérsia devido à aglomeração de pessoas em meio a pandemia da Covid-19 e questões de segurança viária.

construção narrativa polarizada do “nós” versus “eles” em relação à ideia de povo, de elites e dos “outros”.

Nos aspectos conjunturais nacionais, em anos recentes, para além do antipetismo e hostilidades em relação aos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e da população negra e indígena, há ainda uma explícita adesão de Jair Bolsonaro ao militarismo, à chamada guerra cultural contra a esquerda e a valores autoritários da ditadura civil-militar que perdurou no país por trinta anos. Estes valores são amplamente defendidos nos posicionamentos públicos de Bolsonaro nas redes sociais, em discursos oficiais e em entrevistas à imprensa desde sua atuação, há mais de duas décadas, como deputado no Parlamento brasileiro.

Como asseveram Mudde e Kaltwasser (2017), líderes políticos não agem no vácuo e o caldo político-cultural que permite a Bolsonaro e seus apoiadores tensionarem os limites democráticos a outros poderes da República no Brasil está relacionado a uma variedade de valores culturais e estereótipos de cunho autoritário que emergiram na conjuntura específica pós-impeachment de 2016. Esses elementos servem como pano de fundo para que sejam traçadas estratégias comunicativas de construção de sua própria imagem como líder legítimo e autêntico.

Este interstício de uma relação estreita entre populismos de direita e autoritarismos (Mudde, 2019; Norris; Inglehart, 2019) se refere, especificamente, à crença de uma sociedade ordenada na qual qualquer violação deve ser punida de forma severa (Mudde, 2019). Dessa forma, líderes de direita autoritários partem do princípio de que todos os problemas da sociedade passam a ser questões a serem resolvidas de forma punitiva e moral. Constitui-se, portanto, em uma das características do populismo de direita, que ocorre, ideologicamente, quando orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, de modo a descrever o “povo” como um conjunto de famílias e empresários ameaçados em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que ataca a propriedade privada e atenta contra os bons costumes (Lynch; Cassimiro, 2022). Antes mesmo de Bolsonaro, foram expressivos desse tipo de liderança políticos como Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Fernando Collor, embora se possa identificar em cada um deles características pessoais particulares.

Contudo, no que tange às vertentes do populismo de direita, este pode ser categorizado como moderado, radical ou extremista – assim como o de esquerda –

, dessa forma o que os diferencia é a intensidade. O moderado não confronta a democracia e pode até mesmo fortalecê-la, através do dissenso dosado e do diálogo entre alteridades. Na modalidade radical se apresenta como o oposto ao desafiar o Estado Democrático de Direito em nome de uma possível democracia verdadeiramente liberal, apresentada e encarada na figura do líder carismático, segundo Lynch e Cassimiro (2022). Já o extremista, repudia o aspecto democrático, rejeitando a regra da maioria expressa nos processos eleitorais, resistência à globalização e à cooperação econômica, enfatizando a importância da nacionalidade e, em alguns casos, adotando atitudes preconceituosas e tentativas de cooptação de outros poderes através de ações autoritárias. Sendo que o produto deste tensionamento é o enfraquecimento do próprio Estado Democrático de Direito reduzido retoricamente pelo populista radical a um simples ardil, burlando ou violando a democracia, em detrimento da vontade do povo. Já as limitações constitucionais à democracia serviriam apenas para perpetuar o *establishment*, invocando, portanto, a necessidade de destruí-las por medidas excepcionais ou por uma estratégia deliberada de desmoralização para que o povo “vença” no final.

Sincronicamente, o populista radical e/ou extremista se apresentaria como uma espécie de herói antissistema. Por isso, o líder radical e/ou extremista “está menos preocupado em governar o país forjando consensos em torno de projetos institucionais do que em explorar, por via da polarização, o mal-estar gerado por aqueles problemas que tornaram possível sua projeção na cena política” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 19). Cria deliberadamente conflitos para dividir um segmento da população “povo” contra seus inimigos. Esses inimigos, por consequência, são a composição de todos aqueles cidadãos que não se identificam com a ideia de povo veiculada pelo populista, limitada e restrita do ponto de vista histórico, cultural ou territorial.

No pano de fundo do cenário político, grandes escândalos de corrupção criam um terreno fértil para sentimento populista entre faixas importantes da população, como já aludido nos capítulos anteriores. Jair Bolsonaro eleito em segundo turno, em novembro de 2018, com a defesa de um projeto político neoliberal e neoconservador, amparado em um discurso religioso de defesa dos valores tradicionais da família e propriedade, bem como defensor da Operação Lava-Jato, se posicionou desde o início de sua campanha eleitoral contrário ao

presidencialismo de coalizão, considerado por ele como uma troca imoral de favores.

E já no exercício da presidência da República e em plena pandemia do novo coronavírus de 2020, passou a liderar passeatas populares contra o Supremo Tribunal Federal brasileiro e a incitar grupos a defenderem o fechamento do Parlamento nacional em evidente tentativa de desestabilizar os demais poderes da República, sobretudo o Poder Judiciário. Bolsonaro demonstrou durante o primeiro ano de seu mandato uma resistência explícita à formação de uma coalizão partidária, que se alterou em 2020 com uma gradual aproximação do presidente dos partidos do denominado “Centrão”<sup>91</sup>, passando a promover nomeações para o primeiro, segundo e terceiro escalão da administração pública federal de militares, religiosos e pessoas da área ideológica conservadora em sua gestão. Cumpria, de certa forma, a entrega desses cargos aos grupos que foram seus pilares de sustentação na campanha eleitoral sem, contudo, distensionar seu discurso de campanha, não realizando uma gestão integrativa e plural como forma de alocar os interesses dos grupos e partidos políticos arregimentando apoio parlamentar, até mesmo além de sua base eleitora. O que foi visto e interpelado foi a continuidade da narrativa polarizada do pleito de 2018.

Por conseguinte, a crivo de agnição de como o populismo conservador no Brasil se estruturou no poder, dividiremos o presente capítulo em três seções de análise. A primeira, compreendendo o bolsonarismo no poder e sua estruturação no Poder Executivo, bem como sua relação com o Congresso Nacional e a formação do governo no primeiro biênio (2019-2020). A segunda, uma breve análise sobre as relações institucionais entre o governo federal e o Poder Judiciário. Por fim, ilustramos a importante relação do líder populista e o apoio das massas frente ao enfraquecimento político durante a pandemia da Covid-19 e as articulações com o Parlamento nacional no segundo biênio de gestão (2021-2022).

---

<sup>91</sup> O termo “Centrão” é utilizado para se referir a um grupo de partidos políticos no Brasil que ocupam uma posição mais moderada e centrista no espectro político. Essa coalizão de partidos costuma buscar alianças e acordos pragmáticos visando a conquista e a manutenção de poder no cenário político nacional. O Centrão é conhecido por sua capacidade de agir como um “fiel da balança” em questões importantes, pois suas bancadas têm uma significativa representação no Congresso Nacional. Esse termo tem sido frequentemente utilizado na mídia e no discurso político brasileiro, referindo-se ao grupo de partidos que, em determinadas circunstâncias, pode ser decisivo para a formação de maiorias e para a viabilização de projetos e agendas políticas (Abranches, 2021).

## 5.1

### **Bolsonarismo no poder: do movimento político à formação do governo**

Conforme analisado nos capítulos anteriores acerca do apoio eleitoral a Bolsonaro, é preciso destacar o surgimento do bolsonarismo como movimento político nacional, e que tem como ponto arquimediano a centralização personalista em torno da figura de um líder, Jair Bolsonaro. Seu arcabouço ideacional é caracterizado por ser de extrema-direita, conservador e nacionalista, e tem como principais bandeiras a defesa da família, da propriedade privada, da liberdade individual e do combate à corrupção<sup>92</sup>. O bolsonarismo é também marcado pelo discurso antissistema que critica as instituições políticas, judiciais e midiáticas, e pela defesa da liberdade econômica. Tem uma retórica de confrontação e polarização, que divide a sociedade entre “nós” e “eles” (Connolly, 2004). A retórica bolsonarista enfatiza a ameaça da corrupção, da criminalidade, da imigração e da ideologia de gênero, e apresenta o presidente Bolsonaro como o único capaz de enfrentar esses problemas.

O bolsonarismo, centralizado na figura de seu líder, também pode ser definido como populismo de extrema-direita, uma estratégia política que busca mobilizar a população contra as elites políticas e os grupos minoritários, utilizando uma linguagem simples e direta e prometendo soluções fáceis para problemas complexos. Sobretudo por estar relacionado a uma ampla base construída nas redes sociais, que lhe permite estabelecer um canal próprio de comunicação com a liderança personalíssima e os seus apoiadores<sup>93</sup>.

Enquanto movimento, começa a ganhar contornos antes mesmo do pleito de 2018, entre 2015 e 2016, mas se concentrou retoricamente durante o processo eleitoral, possibilitando a ascensão do ex-capitão do Exército brasileiro. Foi uma campanha baseada em discursos fortemente ideológicos, que apelavam para o descontentamento da população com a política tradicional e prometiam uma mudança radical no modo de governar o país.

---

<sup>92</sup> O discurso de combate à corrupção esteve presente na campanha eleitoral e no convite para Sergio Moro assumir como Ministro da Justiça. Mas durante o mandato presidencial perdeu força, e resultou na saída do próprio Sergio Moro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>. Acesso em: 27 jul 2023.

<sup>93</sup> Além do WhatsApp e Telegram, Bolsonaro realizava toda semana, às quintas-feiras, uma transmissão em suas redes sociais, como o YouTube e Facebook, como um canal direto de contato com seus apoiadores.

Desde que assumiu a presidência da República, Bolsonaro governou com forte apoio dos seus seguidores, que endossam suas políticas implementadas e auxiliam no enfrentamento ideológico da oposição, destacando-se por uma retórica beligerante e polarizadora, que muitas vezes gera tensões e conflitos entre os apoiadores e os críticos do presidente<sup>94</sup>. O bolsonarismo é frequentemente associado ao autoritarismo, tanto por causa do histórico de Bolsonaro como um defensor da ditadura militar brasileira como por causa das políticas e atitudes de seu governo. O autoritarismo é uma forma de governo em que a autoridade é exercida sem o consentimento do povo e que tende a reprimir oposições políticas e a limitar a liberdade de expressão de seus críticos (Urbinati, 2019).

Desde sua campanha eleitoral, Bolsonaro tem adotado uma retórica que faz eco a essa tradição autoritária. Ele frequentemente faz referências positivas ao regime militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 e defende medidas duras contra a criminalidade e a corrupção, mesmo que isso signifique limitar direitos civis e políticos.

No exercício do poder, Bolsonaro foi criticado por promover uma série de políticas e atitudes que limitavam a liberdade de expressão e a participação política (Nicolletti; Flores, 2021). Por exemplo, os ataques à imprensa e aos jornalistas, questionando sua imparcialidade e sua legitimidade, e buscando controlar a narrativa através das redes sociais e de veículos de mídia simpáticos ao governo<sup>95</sup>. Além disso, seu governo adotou medidas que limitavam a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais. Reduziu a verba de instituições que trabalham em áreas como meio ambiente<sup>96</sup> e direitos humanos, e buscou limitar a participação da sociedade civil em espaços de decisão política, como conselhos e conferências<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup>Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleicao-de-2018-sera-lembrada-pelos-casos-de-violencia-dizem-analistas.shtml>. Acesso em 28 jan 2023.

<sup>95</sup>No intuito de preservar os jornalistas, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e OAB nacional repudiaram, em 2019, mais um ataque público de Bolsonaro à imprensa. Disponível em: <https://abraji.org.br/abraji-e-oab-repudiam-ataque-publico-de-bolsonaro-a-imprensa>. Acesso em: 27 jul 2023.

<sup>96</sup>Como o caso de Ricardo Galvão, professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que foi exonerado por Bolsonaro. Na ocasião, Bolsonaro sugeriu que o cientista poderia “estar a serviço de alguma ONG” e questionou os dados divulgados pelo Inpe, que apontaram uma considerável aceleração do desmatamento na Amazônia. Seu substituto, o oficial da Aeronáutica Darcton Policarpo Damião, reforçava a estratégia de militarização do Governo.

<sup>97</sup>Em uma de suas medidas, o Governo Bolsonaro decretou a extinção de grupos de trabalho, comitês e conselhos criados até o final de 2018. A principal função destes grupos está em seu caráter consultivo, constituindo importante ferramenta de aproximação entre a sociedade civil e o governo. Mais informações em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra->

Também apresentava uma postura não ativa em relação aos direitos humanos, inclusive em posicionamentos contrários a tratados internacionais que versam sobre direitos e proteção legal a grupos vulneráveis, como a população LGBTQIA+ e os povos indígenas (Nicolletti; Flores, 2021). Bolsonaro defendia ações mais violentas de policiais e suas ações se formam no sentido de fortalecer o seu vínculo com essa classe de operadores do direito – ele nomeou diversos militares e ex-policiais em cargos de destaque em seu governo, além dos quadros da área de segurança pública<sup>98</sup>.

Essas políticas e atitudes têm levantado análises sobre o tensionamento da democracia e sobre o papel do bolsonarismo em relação à institucionalidade e ao Estado de Direito. Conforme asseveram Goulart e Rodrigues (2021, p. 97), somente no primeiro biênio da gestão, houve oito medidas que podem ser categorizadas como autoritárias:

(1) o Decreto com a revisão da Lei de Acesso à Informação; (2) a carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, solicitando que alunos de escolas enviassem vídeos com o Hino Nacional; (3) a proposta do excludente de ilicitude do ministro da Justiça Sergio Moro; (4) o Decreto de extinção dos Conselhos de Participação Social; (5) a Medida Provisória 914, que trata das eleições nas universidades federais; (6) a ressignificação do AI-5; (7) o vídeo da Secretaria Nacional de Cultura com uma estética nazista; (8) e os 116 ataques contra a imprensa contabilizados pela Federação Nacional dos Jornalistas em 2019.

Ademais, o contexto eleitoral e a própria formação do governo, como explicitado no próximo subtópico, possibilitaram – para além do pleito eleitoral – a criação de um “caldo de cultura” a reforçar o ataque às instituições, bem como pressioná-las através de manifestações populares em defesa do fechamento do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal, e isso aumentou a capacidade do presidente de constranger instituições e políticos para a implementação de sua agenda.

O bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo, “ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia

---

que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 4 fev 2023.

<sup>98</sup> A violência policial é um problema grave no Brasil, com diversos casos de abuso de poder, uso excessivo da força e execuções sumárias. Em consequência, a dependência excessiva das forças policiais para resolver problemas de segurança pode desviar recursos e atenção de políticas preventivas mais efetivas, como a educação e o combate à pobreza, tal como previsto na Carta Magna de 1988.

de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda”, conforme assevera Avritzer (2021, p. 18). Esse novo movimento político representa um projeto situado fora dos parâmetros não só do liberalismo, mas também do conservadorismo na modernidade. Seu cerne é o *antiestablishment*, ou seja, a negação da ideia de qualquer forma de governo ligado às tradicionais e convencionais formas de política, a formação de alteridades é seu *locus* inercial.

## **5.2 Gestão Bolsonaro: relação com o Congresso Nacional e a formação do governo no primeiro biênio (2019-2020)**

As relações entre os poderes Executivo e Legislativo sempre foram marcadas por tensões no Brasil. Desde a redemocratização, em 1985, a coalizão governista tem sido um fator determinante para a estabilidade política e para a governabilidade do país. Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, o cenário político mudou, e as tensões entre o Congresso Nacional e o governo federal se intensificaram.

Muito se deu devido ao fato de as eleições de 2018 terem sido disruptivas, rompeu com o eixo político-partidário que organizou o governo e a oposição desde 1994 e por seis eleições gerais, no qual se assentava a disputa entre o PT e o PSDB pela presidência da República (Abranches, 2021). Ou seja, por cerca de ¼ de século, vinte e cinco anos, os partidos miravam a coalizão com o partido governante, visando alcançar bancadas suficientemente fortes para poder participar, compartilhar, com vantagens, os benefícios do poder.

Daí surge um dos conceitos mais centrais da ciência política para compreender o funcionamento do sistema político brasileiro, o denominado “presidencialismo de coalizão”. A definição clássica de Abranches (1988) compreende o presidencialismo de coalizão como um arranjo institucional em sistemas presidenciais em que os presidentes necessitam construir alianças com múltiplos partidos políticos para garantir a governabilidade e a aprovação de suas políticas no Congresso Nacional.

Abranches (1988) destaca que essa abordagem é uma resposta à fragmentação partidária característica do cenário político brasileiro. Da mesma forma, Cheibub e Limongi (2007) analisam a relação entre o Poder Executivo e o Legislativo no Brasil, enfatizando que o presidencialismo de coalizão surge como uma estratégia

para superar as limitações do poder presidencial, exigindo negociações e compromissos políticos com diferentes atores partidários. Por conseguinte, tal articulação também pode levar a coalizões instáveis e complexas, apresentando desafios para a governabilidade e a implementação efetiva de políticas públicas, na tentativa de garantir a governabilidade em um cenário multipartidário. Na tabela 5, podemos perceber o aumento da fragmentação partidária no Congresso Nacional ao longo dos pleitos eleitorais, configurando um crescimento nominal dos partidos e consequentemente de sua força de capitalização política.

**Tabela 5 – Partidos com representação na Câmara dos Deputados (2002-2018)**

Anos	2002	2006	2010	2014	2018
<b>Número de Partidos</b>	19	21	22	28	29

Fonte: Santos; Tanscheit, 2019.

À vista disso, o presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988), caracterizado pela formação de coalizões partidárias que sustentam o governo federal e baseado na premissa de que o Poder Executivo precisa de apoio parlamentar para aprovar leis e executar suas políticas públicas, garantir a governabilidade e a estabilidade do governo, já se encontrava em mutação desde o segundo governo da presidente Dilma Rousseff (2015-2016).

Um dos principais fatores que tem levado à crise dos últimos anos do presidencialismo de coalizão é a polarização política que se intensificou nos últimos anos. Esse fenômeno tem gerado dificuldades para a formação de coalizões políticas sólidas, já que os partidos estão cada vez mais divididos em torno de questões ideológicas e programáticas. Conforme assevera Abranches (2021), o aumento da fragmentação partidária acaba por mitigar a dominância de um partido presidencial, associado a um ou dois partidos-pivôs, para organizar a governança política, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Este sistema já havia atingido a hiperfragmentação, com mais de 10 partidos efetivos, em 2010, e foi essa, posteriormente, uma das razões da instabilidade da governança do Governo Dilma Rousseff.

Nas eleições de 2018, com a vitória de Bolsonaro e levando o seu então partido político, PSL, para a posição de segunda maior bancada – um partido sem

expressividade alguma antes das eleições presidenciais – e a perda do PMDB da posição de pivô das coalizões, a alteração do presidencialismo de coalizão foi disruptiva. Na verdade, com o sistema partidário hiperfragmentado, segundo Abranches (2021), não havia mais partidos pivôs para arregimentar grandes coalizões. O que ocasiona o aumento do número de coalizões minoritárias e coalizões majoritárias fragmentadas, heterogêneas e instáveis no total de coalizões possíveis.

Ao prosseguir com a análise, verificamos, de acordo com as discussões apresentadas, o colapso do sistema partidário vigente até 2018, evidenciado pela polarização e fracionamento do cenário político. Esse fracionamento resultou na substituição das principais maiorias parlamentares, como pode ser observado nas tabelas 6 e 7. Como asseveram Santos e Tanscheit (2019), o crescimento notável do PSL, que expandiu de 1 para 52 deputados, conferiu-lhe um protagonismo na direita política da Câmara. Além disso, o deslocamento do MDB fez com que esse partido deixasse de ser o fiel da balança do sistema e crucial para a formação de coalizões governistas – ele agora aparece com número de parlamentares marginalmente acima ou abaixo do PP, do PSD, do PR e do PSB.

**Tabela 6 – Bancada eleita em 2014**

Partido	PT	PMDB	PSDB	PP	PSD	PSB	PR	PTB	PRB	DEM	PDT
<b>2014</b>	68	65	54	38	36	34	34	25	21	21	20

Fonte: Barbosa 2018 *apud* Santos; Tanscheit, 2019.

**Tabela 7 – Bancada eleita em 2018**

Partido	PT	PSL	PP	PSD	MDB	PR	PSB	PRB	DEM	PSDB	PDT
<b>2018</b>	56	52	37	34	34	33	32	30	29	29	28

Fonte: Barbosa 2018 *apud* Santos; Tanscheit, 2019.

Observa-se, a partir das tabelas acima, a diminuição do número de parlamentares tanto do PSDB quanto do MDB. É relevante ressaltar que, em conjunto com o PT, esses partidos estão entre os três que mais perderam representantes na Câmara dos Deputados, como demonstrado na Tabela 7. O que reforça a percepção, segundo Santos e Tanscheit (2019), de que a estratégia do

impeachment aprofundou o colapso do sistema partidário, culminando em sua concretização em 2018 – fortalecendo o denominado Centrão no Congresso Nacional, a partir do Governo Michel Temer e que continuou no Governo Bolsonaro, especialmente a partir de 2020; de outro modo, Bolsonaro, ao chegar ao poder em 2019, encontrou as forças políticas do Centrão revigoradas, e o presidencialismo de coalizão enfraquecido. Por outro lado, o PSL e o PRB foram os partidos que mais ganharam parlamentares, impulsionados pelo êxito da candidatura de Bolsonaro, no caso do PSL, e pelo engajamento político dos evangélicos, que encontram no PRB sua principal representação partidária. Do mesmo modo que a significativa reconfiguração do sistema partidário brasileiro em 2018 confirma a sua baixa institucionalização apontadas em estudos como o de Mainwaring e Torcal (2008).

No contexto de hiperfragmentação partidária e polarização radicalizada do processo eleitoral de 2018, desde o início do mandato de Bolsonaro as tensões entre os Poderes Executivo e Legislativo ficaram evidentes. O presidente chegou ao poder sem uma ampla base partidária e sem uma coalizão parlamentar forte. Seu discurso contra a política tradicional e a corrupção o levou a conquistar o apoio de setores conservadores e de parte da sociedade brasileira. No entanto, esse discurso não se traduziu em um diálogo construtivo com o Congresso Nacional, o que gerou conflitos e dificuldades na aprovação de projetos importantes.

Ou seja, o relacionamento entre Bolsonaro e o Congresso Nacional começou a deteriorar-se logo no início do seu mandato, em parte por causa de sua falta de experiência política e diplomacia, apresentando dificuldades em construir alianças com outros partidos políticos no Congresso Nacional, o que dificultou a aprovação de alguns projetos de lei de autoria do Executivo. Coube, no primeiro biênio, ao deputado federal Rodrigo Maia<sup>99</sup>, então presidente da Câmara dos Deputados, o papel de articulador, não necessariamente do Governo Bolsonaro, mas de modo pragmático para o avanço de algumas reformas como a da Previdência<sup>100</sup>. Mas o

---

<sup>99</sup> Rodrigo Maia buscava também se manter independente do Governo Bolsonaro porque tinha como objetivo concorrer à presidência da República em 2022, na esteira do protagonismo que assumira como presidente da Câmara dos Deputados – fato que não se concretizou em 2022. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/quero-ser-presidente-um-dia-pelo-voto-afirma-rodriigo-maia-em-entrevista-a-pedro-bial.ghtml>. Acesso em: 27 jul 2023.

<sup>100</sup> Apesar das dificuldades, Bolsonaro conseguiu aprovar algumas reformas importantes no Congresso Nacional, por intermédio pragmático do então presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM), incluindo a reforma da previdência em 2019 e a reforma administrativa em 2021. No

congressista também fez duras críticas ao governo federal por não ter uma agenda clara para o país e por não ter uma estratégia para lidar com os desafios políticos e econômicos, o que mostrava sua intenção de resguardar a independência da Câmara dos Deputados.

Uma das primeiras disputas que gerou conflito entre os poderes da República foi a destinação de recursos orçamentários. O Governo Bolsonaro acusou o Congresso Nacional de fazer “chantagem” e de tentar “sabotar” o Executivo ao aprovar emendas que beneficiavam as bases eleitorais dos parlamentares. O impasse se agravou em 2020, quando o governo federal vetou partes do Orçamento da União que previam recursos para áreas como educação, saúde e infraestrutura. O Congresso Nacional, por sua vez, derrubou parte dos vetos e promoveu uma intensa negociação para a aprovação do Orçamento.

Concomitantemente, as relações entre o Congresso Nacional e o Governo Bolsonaro foram marcadas por divergências ideológicas e de personalidade. O presidente e seus aliados frequentemente criticavam os parlamentares, chamando-os de “velha política” e questionando suas intenções. Portanto, na estruturação inicial de sua gestão, Bolsonaro optou por não formar uma coalizão governamental com a qual pudesse garantir o controle da agenda legislativa. Poucos foram os ministros de filiação partidária, sendo os principais Onyx Lorenzoni (Casa Civil, depois Cidadania), Tereza Cristina (Agricultura), e Luiz Henrique Mandetta (Saúde – exonerado em plena pandemia), pelo Democratas (DEM); Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), pelo Partido Social Liberal (PSL); Osmar Terra (Cidadania), pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e Damare Alves (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), pelo Progressistas (ver apêndice com a composição dos ministérios do Governo Bolsonaro entre os anos 2019 a 2022).

Contudo, em pouco tempo, a falta de uma coalização pragmática e a fragilidade de articulação do governo inicialmente pavimentaram o caminho para o crescimento incessante da presença militar na gestão política e administrativa. Conforme explicitam Santos e Barbosa (2021), os militares, que desde o início do mandato já tinham presença ostensiva no governo (estando à frente, entre outros, do Ministério da Infraestrutura, de Minas e Energia, e do Gabinete de Segurança

---

entanto, muitas outras propostas do governo – medidas provisórias e orçamentos – foram bloqueadas ou enfraquecidas pelo Congresso, como a reforma tributária e a reforma política.

Institucional), assumiram completamente a organização do governo com as indicações dos generais Walter Braga Netto para a Casa Civil e Luiz Eduardo Ramos para a Secretaria de Governo, em um padrão de substituir lideranças civis e políticas em benefício dos militares. O exemplo emblemático foram as sucessivas demissões no Ministério da Saúde durante a pandemia, até a indicação para o cargo do general Eduardo Pazuello.

A presença de um número significativo de militares pode ter atendido a dois objetivos: a) pessoas da confiança de Bolsonaro sem pretensões políticas, mas que não possuem conhecimento/vivência para se relacionar e articular com os políticos e o Congresso Nacional; b) pessoas com experiência administrativa de comando sem envolvimento com corrupção. Contudo, não possuem experiência em lidar com a sociedade civil.

Dessa forma, a gestão Bolsonaro apresentou duas ações centrais no que tange à relação entre Executivo e Legislativo, no biênio 2019-2020. Na primeira, como visto, o presidente optou por ignorar a representatividade das bancadas partidárias no Congresso Nacional em seu ministério, escolhendo nomes de sua confiança. Na segunda ação, militarizou o primeiro e segundo escalões da Esplanada dos Ministérios, revertendo de forma brusca o lento processo de avanço civil na condução das questões públicas desde o processo de redemocratização (Santos; Barbosa, 2021).

Os militares nomeados ocuparam cargos estratégicos, como os ministérios da Defesa, da Infraestrutura, da Secretaria de Governo e da Casa Civil, entre outros. Já os evangélicos, outra base de apoio do então presidente, foram nomeados para a Secretaria de Governo e para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A preferência de Bolsonaro por militares e evangélicos na formação de seu governo pode ser interpretada como uma tentativa de estabelecer um padrão ideológico mais coeso e de fortalecer o apoio de setores específicos da sociedade. Além de continuação de sua estratégia de apoio eleitoral ao acenar a determinados segmentos, como ao nomear o ex-juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato<sup>101</sup>, como ministro da Justiça e Segurança Pública. No entanto, o governo de Bolsonaro foi criticado por minar a independência da Lava Jato,

---

<sup>101</sup> Analisada em capítulo anterior, que resultou em diversas prisões e condenações, incluindo a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

incluindo a demissão do ex-diretor da Polícia Federal Maurício Valeixo, que foi indicado por Moro, e a tentativa de interferir nas investigações do órgão. Esses eventos levaram à renúncia de Moro do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública em abril de 2020, um pouco mais de um ano depois de assumir o ministério.

É bem verdade que a nomeação de militares para cargos de destaque no Governo Bolsonaro pode ser vista como uma continuidade de uma tendência histórica de politização dos militares no Brasil (Lynch; Cassimiro, 2022). A presença dos militares na política brasileira tem raízes profundas na história do país, remontando ao regime militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. A presença de militares no Governo Bolsonaro é vista pelos seus apoiadores como uma forma de reafirmar a importância das Forças Armadas na sociedade brasileira e de consolidar uma imagem de liderança forte e disciplinada.

A presença de militares no governo é analisada como uma tendência e ameaça ao Estado Democrático de Direito e um retrocesso em relação às conquistas democráticas alcançadas após o fim do regime militar. Essa nomeação de militares para cargos civis no governo provocou militarização excessiva do Poder Executivo em decisões de grande impacto para as políticas públicas e à sociedade civil.

Um caso significativo, para exemplificar, é a nomeação do general Fernando Azevedo e Silva para o cargo de Ministro da Defesa. Azevedo e Silva é um militar com longa carreira no Exército e foi o primeiro oficial-general a ocupar o posto de Comandante Militar da Amazônia. Sua nomeação foi vista por muitos como uma tentativa de Bolsonaro de se aproximar ainda mais das Forças Armadas e gerou preocupações sobre a possibilidade de uma militarização excessiva do governo. Segundo o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), havia 6.157 militares lotados em cargos civis na administração pública federal em meados de 2020, um aumento de 108,2% em comparação com o ano de 2016 (Inácio, 2021, p.78).

Também a nomeação de evangélicos para cargos de destaque no Governo Bolsonaro gerou controvérsias e debates na sociedade brasileira, pois a presença de líderes religiosos no governo tenderia a comprometer a laicidade do Estado e a neutralidade da administração pública. A aproximação de Bolsonaro com lideranças evangélicas poderia ter ocasionado, de modo mais contundente, uma politização da religião e a uma perda de independência do Estado em relação às pressões religiosas.

A ocupação dos ministérios também mostra o protagonismo evangélico na condução de algumas pautas do executivo. É importante predizer que o Poder Executivo vinha sendo ocupado por evangélicos desde o Governo Dilma Rousseff, como o senador Marcelo Crivella (PRB, atual Republicanos/RJ) e o deputado George Hilton (PRB/MG), ambos da Igreja Universal do Reino de Deus, e que chefiavam respectivamente os ministérios da Pesca e do Esporte, dois pequenos ministérios na estrutura governamental. Não se tratava, propriamente, de uma ocupação numérica e ostensiva, apesar de simbólica.

No Governo Temer, essa mesma ação foi mantida, com espaço reservado para a IURD na pessoa do bispo Marcos Pereira (Republicanos/SP) no Ministério da Indústria e do Comércio, ao lado do pastor da Assembleia de Deus Ronaldo Nogueira (PTB/RS) no Ministério do Trabalho.

Já na gestão Bolsonaro, os evangélicos passaram a ter presença expressiva no governo, dividindo este poder como militares em vários cargos do primeiro e segundo escalões. Como a ministra Damares Alves e Onyx Lorenzoni, já citados e filiados a partidos políticos; André Luiz Mendonça, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, que foi ministro da Advocacia Geral da União, e indicado por Bolsonaro a compor um dos onze assentos do Supremo Tribunal Federal, em 2022. Além da ocupação do Ministério da Educação pelo pastor presbiteriano Milton Ribeiro e a criação do Ministério das Comunicações, concedido ao deputado federal Fábio Faria, da igreja Batista.

A relevância dessas nomeações torna-se importante quando observamos que, mesmo com pressões políticas e instabilidade após dois anos de governo, quase todas essas indicações foram mantidas. Como argumenta Cunha (2021), a estratégia de Bolsonaro de incluir boa parte da diversidade evangélica nesses cargos foi bem planejada, revelando sua habilidade no trato com o segmento religioso:

não é por acaso que não há um pentecostal sequer entre os ministros do Estado, já que têm presença garantida no poder legislativo. Para a composição ideológica do Executivo, o governo articulou aliança com o segmento evangélico histórico, batista, presbiteriano e luterano. Este grupo, historicamente, exerce influência na vida nacional, é proprietário de escolas e universidades, e tradicionalmente promove projetos de ação social, tendo ocupado, no passado recente, por exemplo, posições no Conselho Nacional de Educação e em instâncias jurídicas (Cunha, 2021, p.2).

Especificamente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves, foi ali que havia, até 2021, o maior

número de religiosos evangélicos ocupando cargos de liderança. Segundo o levantamento de Alexandre Brasil Fonseca (não publicado e cedido ao Instituto de Estudos da Religião)<sup>102</sup>, dos quarenta e quatro cargos mais importantes do ministério, além da própria ministra, diretorias, secretarias, assessorias, coordenação, quinze estavam ocupados por evangélicos e outros três por pessoas que se identificavam como cristãs, totalizando dezoito. Entre os quinze, dez eram lideranças ou membros das Igrejas Batista, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Presbiteriana, Graça e Vida e IURD.

De outra forma, além das nomeações de militares para cargos de destaque, o Governo Bolsonaro também se destacou por sua aproximação com lideranças evangélicas. Além de Damares Alves, conhecida militante evangélica que se destaca por suas opiniões conservadoras, sobre a chamada "ideologia de gênero" e a luta contra o aborto, outro caso relevante foi a nomeação do pastor Milton Ribeiro para o cargo de ministro da Educação. Ribeiro é um líder evangélico com forte atuação na área de educação, criticado por suas opiniões contrárias à diversidade e à inclusão. Em uma de suas primeiras declarações como ministro, Ribeiro afirmou que o "homossexualismo" é fruto de "famílias desajustadas" e que a escola não deve tratar do tema da diversidade sexual.

Esses casos exemplificam a presença de militares e evangélicos no Governo Bolsonaro, que não só representam a significativa simbiose do governo com esses grupos que foram base de apoio durante a campanha, mas como estratégia política para permanecer em simbiose com seu eleitorado mais nuclear, principalmente diante das dificuldades de governabilidade no primeiro biênio, visando às eleições de 2022, o tensionamento com o Judiciário e o projeto de implementar sua agenda moral, conservadora e neoliberal.

Antes de findarmos esta primeira seção, se torna fundamental versarmos sobre a agenda conservadora e neoliberal presente na estrutura do Governo Bolsonaro, e mesmo anterior a ele, desde as movimentações da campanha eleitoral, vocalizada na denominada "ala ideológica" que gravitou influentemente ao longo do primeiro biênio do bolsonarismo no poder.

---

<sup>102</sup> Uma parte do levantamento está disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo-parte-2/>. Acesso em: 29 ago 2022.

### 5.2.1 Conservadorismo e a ala ideológica

Além da militarização do primeiro e segundo escalões da Esplanada dos Ministérios, das nomeações de evangélicos alinhados ao bolsonarismo, e da atenção especial à pauta neoliberal, com o ministro da economia Paulo Gudes, houve também a alocação de cargos para a denominada “ala ideológica” do Governo Bolsonaro. Essa ala é composta por um grupo de ministros e assessores que compartilham da visão conservadora do presidente, tendo grande influência na definição das políticas públicas do governo federal. Esses membros têm se empenhado em promover medidas que visam o endurecimento das leis de combate ao crime, a defesa da família tradicional e dos valores cristãos (tem sido materializada por meio da oposição a pautas como a legalização do aborto e a descriminalização das drogas, bem como pela defesa do ensino religioso nas escolas), a valorização das Forças Armadas e a defesa da soberania nacional. A existência desta ala pode ser interpretada como um reflexo da polarização política e ideológica que permeia a sociedade brasileira contemporânea.

Sendo assim, a ala ideológica é liderada pelo chamado “núcleo duro” do Governo Bolsonaro, que inclui o próprio presidente Jair Bolsonaro, seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL – SP) e o, à época, ministro da Educação<sup>103</sup>, Abraham Weintraub, entre outros. Esses líderes se identificam com o pensamento conservador e de direita e se colocam em oposição aos movimentos sociais e políticos que defendem agendas mais progressistas. Seu ideólogo e principal expoente era o polemista Olavo de Carvalho<sup>104</sup> que contribuiu para a formação da agenda política e para a mobilização da base eleitoral do presidente.

---

<sup>103</sup> Na educação, uma das principais bandeiras da ala ideológica do Governo Bolsonaro era a defesa do ensino domiciliar (ou *homeschooling*) e a crítica à educação pública, vista por eles como “doutrinação ideológica” de esquerda. Essa posição foi reforçada pela nomeação de Abraham Weintraub como Ministro da Educação, que tinha um histórico de declarações polêmicas sobre temas como racismo, feminismo e política.

<sup>104</sup> Olavo de Carvalho foi um polemista brasileiro conhecido por suas opiniões e ideias controversas em diversas áreas, incluindo filosofia, política e cultura. Carvalho é frequentemente associado à direita brasileira, sendo uma figura de grande influência dentro desse espectro político. Suas ideias e posicionamentos foram recebidos com entusiasmo por uma parcela significativa de adeptos da direita, que enxergavam nele um pensador provocador e incisivo, capaz de desafiar o pensamento dominante e questionar conceitos estabelecidos. Uma das características marcantes das ideias de Olavo de Carvalho era sua crítica contundente ao que ele chama de “marxismo cultural”. Para o autor, a esquerda teria supostamente infiltrado suas ideias nas instituições educacionais, culturais e midiáticas, moldando a sociedade de acordo com seus valores e princípios (Carvalho, 2013). Ele defendia a importância de combater essa influência por meio do resgate de uma suposta tradição

Uma das principais ideias de Carvalho era a defesa da cultura ocidental e da tradição cristã, que ele considerava ameaçadas pelo marxismo cultural e pelo relativismo moral. Ele criticava a influência da esquerda nas universidades e nos meios de comunicação, e defendia a criação de uma rede de intelectuais conservadores para combater a hegemonia da esquerda na cultura e na política (Carvalho, 2013). Essa visão foi incorporada pelo bolsonarismo, que tem adotado políticas culturais que privilegiam os valores cristãos e a tradição ocidental, como a defesa do ensino do criacionismo nas escolas e a promoção de eventos culturais conservadores. Faz também a crítica à globalização e à suposta perda de soberania dos países, defendendo a necessidade de fortalecer as fronteiras e de reduzir a dependência do Brasil em relação a organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa visão também foi adotada pelo bolsonarismo, que assumiu uma política externa mais isolacionista e nacionalista, com críticas à China e à Venezuela e uma aproximação com os Estados Unidos e Israel. Tinha como principal articulador dessa agenda internacional o então ministro das Relações Exteriores e olavista Ernesto Araújo (2019-2021).

Além disso, Olavo de Carvalho foi um dos principais defensores da chamada “nova direita” no Brasil, que rejeita o conservadorismo tradicional e busca uma renovação da direita brasileira. Essa corrente é marcada pela defesa da liberdade individual, do livre mercado e da redução do Estado, em contraposição ao conservadorismo autoritário e nacionalista que predominou no Brasil durante o regime militar (Lynch; Cassimiro, 2022). Incorporada pelo bolsonarismo, que adotou políticas neoliberais na economia, com a privatização de estatais e a reforma da previdência.

A rigor, a ala ideológica do Governo Bolsonaro tinha uma posição de beligerância contra a hegemonia aos direitos garantidos e conquistados ao longo das três décadas de promulgação da Constituição de 1988, principalmente em relação à ampliação do escopo dos direitos civis alcançados pela população LGBTQIA+, indígena e minorias; bem como aos governos do Partidos dos

---

conservadora e valores cristãos, considerados por ele como fundamentais para a preservação da ordem social. Suas principais obras são: *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* e *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César - ensaio sobre o materialismo e a religião civil*.

Trabalhadores que engendram, em parte, essa agenda mais progressista, vista como uma imposição cultural à população, conseqüentemente, ferindo a liberdade do indivíduo e da família tradicional. Por isso, a necessidade de uma “guerra” contracultural – contra a hegemonia do marxismo cultural<sup>105</sup>, na visão dos membros dessa ala.

Porém, à medida em que as crises políticas e da pandemia da Covid-19, como veremos adiante, começaram a minar os índices de confiança e popularidade do Governo Bolsonaro, a necessidade de uma base no Parlamento nacional para aprovação de projetos e evitar a abertura de processos de impeachment fez com que a “ala ideológica” perdesse, gradualmente, força, deixando os espaços de poder para os militares e políticos tradicionais para a condução da agenda administrativa e de poder.

Entretanto, a perda paulatina de influência da “ala ideológica” não cedeu perda de espaço para a agenda econômica liberalizante. No campo das privatizações, Guedes anunciou em 21 de agosto de 2019 uma lista com cerca de 16 empresas estatais que seriam privatizadas até o fim do governo. Entre elas estariam Correios, Telebrás, Eletrobrás, Casa da Moeda, EBC, Serpro e tantas outras. Não obstante o anúncio, a única empresa estatal que de fato foi privatizada, em 2019, foi a BR Distribuidora, maior distribuidora de combustíveis do Brasil. Em fins de julho, a Petrobras se desfez de mais de 30% das ações da BR Distribuidora e a participação da Petrobras no capital social da BR Distribuidora passou de 71,25% para 37,5%. A consequência direta da privatização foi a redução do quadro de trabalhadores da empresa. Em 12 de novembro, a empresa anunciou seu Plano de Desligamento Optativo (Goulart; Rodrigues, 2021).

O governo federal também se desfez de ativos em empresas que no passado já haviam sido privatizadas, mas que ainda contavam com participação pública, como o Instituto de Resseguros do Brasil, IRB. Em julho de 2019, a participação da União via Banco do Brasil e Caixa Econômica foi desfeita com a venda bilionária de ações na Bolsa. No Banco do Brasil, uma situação polêmica aconteceu, em julho

---

<sup>105</sup>A teoria marxista clássica, proposta por Karl Marx e Friedrich Engels, enfatiza a luta de classes e a importância das relações de produção na determinação das estruturas sociais. Dessa forma, marxismo cultural ressalta a importância da cultura como uma arena de relevância social, em que a classe dominante usa sua posição de poder para moldar a cultura de acordo com seus interesses.

de 2020, com a venda de uma carteira de créditos ao BTG Pactual, banco privado fundado pelo então ministro da economia.

Em relação ao salário-mínimo, política pública que afeta diretamente a parcela mais pobre da população, o governo acabou com a possibilidade de aumento real. Com a proposta de apenas corrigir o valor pela inflação, o Governo Bolsonaro acabou com o ganho real sucessivo ocorrido anualmente desde o início do Governo Lula, além da flexibilização dos direitos trabalhistas, com a elaboração da “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada pelo presidente em 20 de setembro de 2019. Entre os principais pontos da nova lei, constavam a dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, a flexibilização de regras trabalhistas (desde o Governo Temer com a reforma sindical e trabalhista de 2017) e a separação do patrimônio de empresas e sócios em casos de falência ou execução de dívidas (Goulart; Rodrigues, 2021).

É necessário fazer um contraponto, pois mesmo com o discurso liberalizante na economia e o ministro da Economia Paulo Guedes como articulador dessa agenda houve também fases do Governo Bolsonaro que não se enquadram como neoliberais devido a sua complexidade propriamente. Uma vez frente à pandemia da Covid-19 e ao novo cenário eleitoral de 2022 que se apontava, Bolsonaro e sua equipe optaram pelo pragmatismo político eleitoral ao destinar recursos extras para o SUS e o Auxílio Emergencial durante a pandemia, bem como o Auxílio Brasil em 2022<sup>106</sup> (Fernandes; Pereira, 2020), além da intervenção ocorrida na Petrobrás para baixar preços de combustíveis<sup>107</sup>, contrariando a perspectiva neoliberal na esteira do processo eleitoral.

### 5.3

#### **As turbulentas relações institucionais da gestão Bolsonaro: crise governamental, Congresso Nacional e o Poder Judiciário**

Em meados de 2019, o Governo Bolsonaro enfrentou sua primeira grande crise política, quando um escândalo envolvendo o ministro da Justiça Sergio Moro e a investigação da Lava Jato abalaram a confiança do público no governo com as

---

<sup>106</sup> O Auxílio Brasil, que era o programa de transferência de renda do Ministério da Cidadania, destinou a 21,53 milhões de famílias no mês de novembro de 2022, um investimento de R\$ 13 bilhões. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/11/auxilio-brasil-chega-a-21-53-milhoes-de-familias-em-novembro-de-2022>. Acesso em: 27 jul 2023.

<sup>107</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/apos-intervir-na-petrobras-bolsonaro-diz-que-gasolina-poderia-estar-15-mais-barata.shtml>. Acesso em: 27 jul 2023.

suspeitas de interferência na Polícia Federal para favorecer membros de sua família<sup>108</sup>. Desde então, Bolsonaro enfrentou uma série de crises políticas e escândalos, que afetaram sua popularidade e dificultaram ainda mais sua relação com o Congresso Nacional.

Essas crises políticas e escândalos afetaram a popularidade e levantaram dúvidas sobre a capacidade de Bolsonaro ocupar o cargo de presente da República. Vieram à tona crises enfrentadas por Bolsonaro como a demissão do então ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez em abril de 2019, que foi amplamente criticada por ser resultado de disputas internas e falta de coordenação dentro do governo<sup>109</sup>. Em seguida, Bolsonaro enfrentou uma crise relacionada ao desmatamento na Amazônia, que levou a tensões diplomáticas com outros países e críticas da comunidade internacional<sup>110</sup>. Outro momento conturbado foi a prisão de seu ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz, em junho de 2020, acusado de envolvimento em um esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Essa crise levantou questões sobre a integridade do Governo Bolsonaro e o envolvimento de membros da família Bolsonaro em esquemas de corrupção<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> Em abril de 2020, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sergio Moro, acusou publicamente o então presidente Jair Bolsonaro de tentar interferir politicamente na Polícia Federal. A acusação de Moro veio à tona após sua saída abrupta do governo, gerando uma grande crise política no país. De acordo com as declarações de Sergio Moro, Bolsonaro teria buscado influenciar a indicação de cargos estratégicos na Polícia Federal com o objetivo de obter informações privilegiadas e interferir em investigações em curso. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>. Acesso em: 21 fev 2023.

<sup>109</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>, Acesso em: 21 fev 2023.

<sup>110</sup> Durante o governo de Jair Bolsonaro, a Amazônia se tornou objeto de uma significativa crise internacional, suscitada por questões ambientais e de preservação da maior floresta tropical do mundo. A política ambiental adotada pelo governo brasileiro foi alvo de fortes críticas por parte de líderes políticos, organizações ambientalistas e da comunidade internacional. Como parte da resposta a essa crise, alguns países decidiram retirar investimentos do Fundo Amazônia, um mecanismo criado em 2008 para financiar projetos de conservação, combate ao desmatamento e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Esses países justificaram suas ações alegando preocupações com o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia sob a gestão do Governo Bolsonaro, bem como a redução da efetividade das políticas de preservação e controle ambiental. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/apos-fundo-amazonia-pais-pode-perder-bilhoes-sem-acao-ambiental.shtml>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>111</sup> A prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor parlamentar e amigo próximo do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, ocorreu em junho de 2020 e teve significativos impactos sobre a família Bolsonaro. Queiroz foi detido em um desdobramento das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro que apuravam supostos esquemas de “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro quando este era deputado estadual. A prisão de Queiroz trouxe à tona uma série de questionamentos e polêmicas envolvendo a família Bolsonaro, uma vez que o ex-assessor era apontado como o responsável por movimentações financeiras atípicas em suas contas bancárias, levantando suspeitas de possível prática de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. Essas investigações repercutiram negativamente na imagem política do

Contudo, a mais desafiadora crise enfrentada por Bolsonaro foi em 2020, a pandemia do coronavírus (Covid-19), causada pelo vírus SARS-CoV-2, que mobilizou discursos políticos polarizantes, negacionismo, distanciamento social e grandes impactos econômicos até então sem precedentes.

Apesar das orientações da Organização Mundial da Saúde e o número expressivo de óbitos ocasionados pela proliferação do vírus no Brasil, mais de 200 mil vidas ceifadas até 8 de janeiro de 2021<sup>112</sup>, Bolsonaro minimizou a gravidade da doença, criticou medidas de isolamento social e promoveu medicamentos sem comprovação científica, como a hidroxicloroquina.

Segundo análise de Duarte e César (2020), após 6 meses desde a chegada do novo coronavírus ao Brasil, o site *Aos Fatos*<sup>113</sup>, que checa a veracidade das declarações presidenciais, contabilizou nada menos que 653 declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro sobre a pandemia e sobre as ações adotadas pelo governo no seu enfrentamento, totalizando uma média de três informações enganosas por dia sobre o assunto entre 11 de março e 11 de setembro de 2020.

Bolsonaro abordou o tema da pandemia em 1417 frases, priorizando afirmações que visavam promover confusão, dúvida e desinformação entre os cidadãos brasileiros. Seu foco estava na defesa do uso da cloroquina, crítica à OMS e suas recomendações sanitárias, bem como ataques políticos ao Supremo Tribunal Federal, governadores de Estado e prefeitos, os quais foram acusados de impedir o presidente de agir para conter a pandemia (Duarte; César, 2020).

Ainda segundo Duarte e César (2020), Bolsonaro utilizou sua conta no Twitter para defender a cloroquina repetidamente, afirmando sua suposta eficácia em 21 ocasiões. Em 9 dessas declarações, o presidente chegou a afirmar que a cloroquina seria o único tratamento disponível contra a Covid-19, enquanto em outras 11 ocasiões, ele admitiu a falta de comprovação científica sobre a eficácia do medicamento, mas defendeu seu uso como uma medida válida, alegando que seria melhor utilizá-lo do que não o fazer. Suas afirmações estavam em sintonia com o pensamento de negacionistas, uma vez que ele fundamentou seus argumentos

---

presidente e de seus familiares, levantando debates sobre ética, transparência e alegações de corrupção. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/rachadinha-relacao-com-familia-bolsonaro-e-prisao-entenda-o-caso-queiroz/>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>112</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 jan 2023. Também disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/08/senadores-lamentam-marca-de-200-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>113</sup> Que tem o seguinte endereço eletrônico: <https://www.aosfatos.org/>.

em estudos médicos observacionais, considerados menos confiáveis, e também se baseou em sua própria experiência individual como usuário do medicamento.

É relevante destacar que essas declarações negacionistas de Bolsonaro sobre a pandemia foram feitas durante transmissões ao vivo (*lives*) e entrevistas divulgadas nas redes sociais, o que permitiu que suas mensagens alcançassem rapidamente milhões de cidadãos, multiplicando seu impacto de forma exponencial. Dentre essas afirmações negacionistas, realizadas pelo então presidente temos as seguintes, compiladas por Duarte e César (2020, p.13):

“Cada vez mais o uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz” (declaração feita em: 08.04.20); “É uma neurose. 70% da população vai pegar o vírus” (declaração em 09.05.20); “Lockdown não dá certo” (declaração em: 14.05.20); “O pessoal que reclama da cloroquina, então dê alternativa” (declaração em: 02.06.20); “Ou a OMS trabalha sem viés ideológico, ou vamos estar fora” (declaração em: 05.06.20); “Se não temos alternativa, vamos com a hidroxicloroquina” (declaração em: 18.07.20); “Efeito colateral (da economia) é mais grave que o próprio vírus” (declaração em: 06.08.20); “Quem não quer tomar cloroquina, não tente proibir” (declaração em: 06.08.20).

Essa postura negacionista e descompromissada com as orientações de saúde pública levou a um aumento significativo no número de casos e mortes por Covid-19 no Brasil. A falta de uma resposta coordenada do governo federal permitiu que a pandemia se propagasse rapidamente pelo país, atingindo especialmente as populações mais vulneráveis.

A pandemia também teve impacto na economia do Brasil, com a paralisação de vários setores, aumento do desemprego e queda expressiva do PIB. Em que a taxa média de desemprego no país atingiu 13,5% em 2020, enquanto em 2019 foi de 11,9%<sup>114</sup> e o PIB, segundo os dados do IBGE, em 2020, tendo em vista os efeitos adversos da pandemia de Covid-19, caiu 4,1% frente a 2019, a menor taxa da série histórica, iniciada em 1996. Houve alta somente na Agropecuária (2,0%) e quedas na Indústria (-3,5%) e nos Serviços (-4,5%)<sup>115</sup>.

<sup>114</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>115</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes#:~:text=Em%202020%2C%20tendo%20em%20vista,s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20iniciada%20em%201996.&text=Houve%20alta%20somente%20na%20Agropecu%C3%A1ria,7%2C4%20trilh%C3%B5es%20em%202020>. Acesso em: 24 jul 2023.

O Governo Bolsonaro tentou mitigar os efeitos da crise econômica com medidas como o Auxílio Emergencial<sup>116</sup>, mas a efetividade dessas medidas foi limitada devido à falta de planejamento e coordenação. Já o impacto fiscal dessas políticas de estímulo, indubitavelmente importantes e necessárias, acarretou um aumento significativo da dívida pública<sup>117</sup>.

A gestão da pandemia da Covid-19 pelo Governo Bolsonaro também ocasionou, explicitamente, consequências políticas, levando a uma maior polarização no país. O negacionismo e a falta de ações concretas para combater a pandemia levaram a críticas e protestos em todo o Brasil. A gestão da pandemia também gerou conflitos com governadores e prefeitos que tentaram implementar medidas de combate à Covid-19, levando a disputas políticas e jurídicas.

Nesse sentido, durante a pandemia, esses conflitos entre as esferas federativas tiveram desdobramentos no Judiciário, devido ao crescente processo de judicialização da política, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 (Vianna *et al.*, 1999). Nesse contexto, conforme analisam Ismael e Pereira (2022), o problema chegou até o Supremo Tribunal Federal. Em março de 2020, o Ministro Marco Aurélio concedeu uma medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.341, cujo objetivo era questionar dispositivos da Medida Provisória (MP) nº 926/2020. Essa medida buscava reforçar a competência concorrente de União, estados e municípios no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela pandemia. Com essa ação, o Ministro Marco Aurélio procurou evitar qualquer interpretação que restringisse ao governo federal a exclusividade na tomada de providências normativas e administrativas pelos

---

<sup>116</sup> Durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Auxílio Emergencial foi uma importante medida implementada pelo governo federal, mediante a atuação do Poder Legislativo, para mitigar os impactos econômicos causados pela crise sanitária. O programa consistiu em uma assistência financeira destinada a trabalhadores informais, autônomos, desempregados e famílias de baixa renda, visando proporcionar um suporte financeiro durante o período de restrições e paralisações econômicas. O Auxílio Emergencial foi criado em abril de 2020 e passou por diferentes fases de prorrogação e ajustes ao longo do tempo. O benefício, inicialmente no valor de R\$ 600,00, foi estendido e reduzido em algumas ocasiões, de acordo com a evolução da situação pandêmica e a capacidade orçamentária do governo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Acesso em 22 fev 2023.

<sup>117</sup> Os recursos financeiros destinados pelo governo federal para as medidas para amenizar os danos da Covid-19 alcançaram R\$ 604,75 bilhões em 2020. Dentre as medidas, destaca-se o montante de R\$ 322 bilhões separados para o auxílio emergencial. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/>. Acesso em: 21 fev 2023.

estados, Distrito Federal e municípios, especialmente em relação à circulação de mercadorias e pessoas entre estados e municípios.

Contudo, pode-se afirmar que o antagonismo político entre os governadores e o presidente da República contribuiu para dificultar os canais de negociação, porém, tudo indica que o problema não era apenas conjuntural. Ficou evidente a falta de uma maior institucionalização da cooperação intergovernamental entre o governo federal e os governos subnacionais desde a redemocratização do país (Ismael; Pereira, 2022).

A gestão da pandemia afetou a imagem do Brasil no cenário internacional com críticas de líderes de outros países e restrições de viagem. O país também sofreu com a falta de insumos e medicamentos essenciais para o tratamento da Covid-19 devido à escassez global e à falta de planejamento do governo federal.

Em 2021, Bolsonaro enfrentou uma série de escândalos, incluindo a revelação de irregularidades na compra de vacinas contra a Covid-19 e o envolvimento do governo em supostos esquemas de corrupção na compra de insumos médicos. Esses escândalos se avolumaram em pedidos de impeachment e manifestações populares em todo o país<sup>118</sup>.

Uma das consequências ocorreu em 13 de abril de 2021, no Senado Federal, que instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021), destinada a investigar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas em janeiro de 2021<sup>119</sup>. Além desses pontos, o centro das investigações também foi pautado pela omissão do governo federal ao não cumprir,

---

<sup>118</sup> Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia acusou governo federal de atraso na compra de vacinas e de negociações ilícitas no caso Covaxin. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/22/relatorio-acusa-governo-federal-de-atraso-na-compra-de-vacinas-e-de-negociacoes-ilicitas-no-caso-covaxin>. Acesso em: 20 fev 2023.

<sup>119</sup> No início de janeiro de 2021, em plena pandemia, Manaus, capital do Amazonas, viveu um colapso com hospitais sem oxigênio, doentes levados a outros estados, cemitérios sem vagas e toque de recolher. De 7/1/2021 a 14/1/2021 a média móvel de mortes no estado cresceu 183%. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/14/covid-19-manaus-vive-colapso-com-hospitais-sem-oxigenio-doentes-levados-a-outros-estados-cemiterios-sem-vagas-e-toque-de-recolher.ghtml>. Acesso em: 24 jul 2023.

parcial ou integralmente, o disposto na Lei nº 14.021/20<sup>120</sup> e as determinações do STF no âmbito da ADPF 709<sup>121</sup>.

Em 26 de outubro de 2021, o relatório final da CPI da Pandemia, com suas 1.180 páginas, foi apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) e recomendava o indiciamento de 66 pessoas físicas (dentre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro<sup>122</sup> e dois ex-ministros da Saúde, Marcelo Queiroga e seu antecessor Eduardo Pazuello) e duas pessoas jurídicas. Esses indiciamentos estavam vinculados ao negacionismo em relação ao vírus e às vacinas, que teria aumentado o número de mortos no Brasil; às suspeitas de corrupção nas negociações para a compra de vacinas pelo Ministério da Saúde; e às mortes que teriam sido provocadas pelo uso de tratamentos sem respaldo científico contra a Covid-19 (Senado Federal, 2021)<sup>123</sup>.

Segundo o relatório final do Senado Federal (2021), os indiciamentos se baseiam nas seguintes normas: Código Penal, sobretudo nos artigos relacionados à propagação da doença – 267 (epidemia com resultado morte), 268 (infração de medida sanitária preventiva) e 286 (incitação ao crime); e à corrupção na compra de vacinas – 299 (falsidade ideológica), 319 (prevaricação) e 333 (corrupção ativa); Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); Lei de Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950); Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992); Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013); Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013).

Inegavelmente, a popularidade de Bolsonaro foi afetada por essas crises políticas e escândalos, sobretudo com as investigações da CPI da Pandemia, que

---

<sup>120</sup> Que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

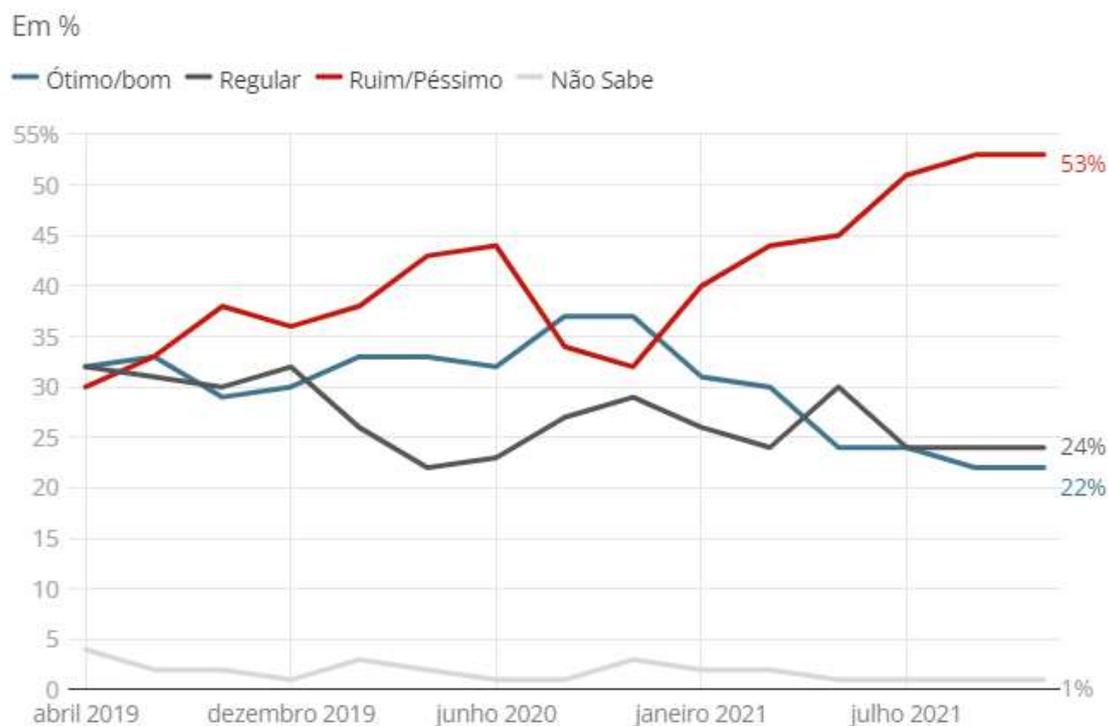
<sup>121</sup> A ADPF 709 é o instrumento jurídico pelo qual a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) propôs, em agosto de 2020, medidas de proteção às comunidades indígenas no Superior Tribunal Federal, para conter o avanço da pandemia nos territórios indígenas. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5952986>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>122</sup> Indiciado pelos seguintes crimes: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) crimes contra a humanidade – nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos (Senado Federal, 2021).

<sup>123</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em: 25 jul 2023.

provocaram uma queda em sua aprovação. Em agosto de 2021, a aprovação do Governo Bolsonaro atingiu seu nível mais baixo de ótimo/bom, com apenas 24% dos brasileiros aprovando seu desempenho, segundo a série histórica do instituto de pesquisa DataFolha, como demonstrado abaixo.

**Gráfico 2 – Avaliação do Governo Bolsonaro (2019-2021)**



Fonte: Datafolha. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/16/datafolha-53percent-reprovam-governo-bolsonaro-e-22percent-aprovam.ghtml>. Acesso em: 20 fev 2023.

A pandemia também desvelou alguns problemas para o Governo Bolsonaro, conforme assevera Avritzer (2020). Em primeiro lugar, implicou uma imediata reabilitação da ciência no plano da opinião pública, com cientistas e professores aparecendo todos os dias nos principais jornais do país e na televisão. O segundo problema refere-se à perda de apoios importantes, uma vez que um dos principais *ethos* de acionamento de apoio, partidário e ideacional engendrados em 2018 era a destacada oposição aos valores do petismo e o que este representava – em que percebiam no bolsonarismo a única alternativa viável, sobretudo para certos grupos sociais como a classe média. Contudo, as posições cientificamente insustentáveis do presidente e a necessidade de estabelecer uma coordenação federativa eficaz, por meio de políticas públicas de saúde, no combate à pandemia, fizeram com que

Bolsonaro perdesse, em partes, esse apoio de alguns segmentos que o apoiaram em 2018.

Com a crise de popularidade, a ineficácia de administrar uma pandemia – muitas vezes a ignorando – formou-se uma nova aliança política no país. Não uma aliança de direita nem de esquerda, mas de centro. Tendo em vista que o novo instrumento de poder passou a ser, até a exoneração de Luiz Henrique Mandetta<sup>124</sup>, as políticas públicas e seus efeitos em vez de posições ideológicas defendidas nas redes sociais. O enfraquecimento da gestão Bolsonaro se dá então no processo pandêmico – *mutatis mutandis* – em que houve a inversão das preocupações nacionais, naquele momento voltadas não para as discussões e polarizações ideológicas, mas ao apelo da sociedade civil e das instituições para um combate mais eficiente e de cooperação em torno das políticas públicas e do SUS de modo geral.

Por conseguinte, o deslocamento da narrativa e da retórica ideológica para o processo de administração de políticas de saúde acabou mitigando um dos cerne fundamentais do populismo conservador e radical, a criação de alteridades. O discurso negacionista que pressupõe a produção de inimigos, porém, não encontrou solo fértil nas mídias sociais e em boa parte dos segmentos sociais, ficando restrito ao “núcleo duro” do grupo de apoiadores do então presidente Bolsonaro.

Avritzer (2020) analisa que a troca de ministro no meio de uma pandemia não pareceu preocupar o presidente. Em uma reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, o Brasil tinha 2000 mortos pelo vírus e o presidente falou por mais tempo sobre velocímetros, armas e tacômetros do que sobre a pandemia. Alguns dias após a reunião, no dia 28 de abril 2020, o Brasil bateu a marca de 5 mil pessoas mortas pela Covid-19, e o presidente foi praticar tiro ao alvo. Ao retornar ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro foi confrontado por um repórter e respondeu: “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”. Quando o Brasil ultrapassou a marca de 10 mil mortes, ele foi andar de jet-ski. Ao atingir a marca de 20 mil óbitos pela pandemia,

---

<sup>124</sup> Luiz Henrique Mandetta, conhecido como Mandetta, é um médico e político brasileiro que ganhou popularidade no combate a pandemia como Ministro da Saúde. Ele foi Ministro da Saúde do Brasil entre janeiro de 2019 e abril de 2020, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Durante sua gestão no Ministério da Saúde, Mandetta enfrentou o desafio de conduzir o país em meio à pandemia da Covid-19, buscando implementar medidas de enfrentamento da doença, como campanhas de conscientização, medidas de isolamento social e aquisição de insumos médicos. Contudo, sua postura em defesa do distanciamento social e de apoio às recomendações científicas entrou em conflito com algumas posições do presidente Bolsonaro, culminando em sua exoneração em abril de 2020.

o Governo Bolsonaro estava sem ministro da Saúde e com o general Eduardo Pazuello (sem experiência alguma na área de saúde) tocando provisoriamente o ministério – em 16 de setembro de 2020 ele foi nomeado para a pasta.

Para o populista radical, o questionamento dos mecanismos clássicos da política e do *antiestablishment* fazem mais sentido do que combater uma pandemia, bem como os princípios elementares da governabilidade. A radicalização e a polarização trazida pelo negacionismo foi tão expressiva entre seus apoiadores que nem se tentasse o ex-capitão poderia flexibilizar seu discurso e ações políticas para um ponto minimamente ao centro, pois tal ação seria vista como um retrocesso e mesmo um enfraquecimento ou concessão “absurda” ao sistema que eles “combatem”. Consequentemente, a estratégia de inflar discursos negacionistas foi mantida, ou ao menos mitigada, até os últimos dias da gestão Bolsonaro.

Portanto, o período da pandemia mostrou a conturbada relação entre Bolsonaro e a sociedade civil, fazendo com que a queda da popularidade de Bolsonaro e a ameaça do impeachment o aproximasse ainda mais do Centrão e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). E assim, sua relação com o Congresso Nacional se tornou menos conflituosa.

Sob a condução do Secretário de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, o Governo Bolsonaro tomou a iniciativa de se aproximar de partidos do Centrão, com o intuito de trazê-los como base do governo, aproximação quase que vital do governo com o Congresso Nacional.

Em outras palavras, o Executivo, diante da queda de popularidade, teve que buscar outras formas de apoio, principalmente para blindar o presidente de possíveis aberturas de processo de impeachment no Congresso Nacional. Para isso, estabeleceu uma nova ligação com o Parlamento, através das negociações com os partidos do Centrão, bloco partidário formado pelo PL, PTB, PP, Republicanos, União Brasil (fusão do DEM com o PSL) PSD, MDB, Patriota, PROS, Avante e PSC (Lynch; Cassimiro, 2022).

### 5.3.1

#### **Bolsonaro e o Centrão: a conciliação política no segundo biênio do mandato presidencial (2021-2022)**

Como já aludido, desde o início de seu mandato o presidente Jair Bolsonaro enfrentou dificuldades para aprovar seus projetos no Congresso Nacional, uma vez

que seu partido, o PSL, não tinha uma base parlamentar sólida. Em busca de apoio, o Governo Bolsonaro decidiu se aproximar do Centrão, bloco de partidos políticos que tem sido tradicionalmente associado à busca por poder e benefícios, sem uma ideologia clara ou sólida.

A aliança do Governo Bolsonaro com o Centrão foi vista como uma estratégia política importante para garantir a aprovação de projetos considerados prioritários pelo governo federal, como a reforma da Previdência, além de outras iniciativas governamentais. No entanto, essa aliança também tem sido criticada pelo fato de que o Centrão tradicionalmente tem sido associado a práticas fisiológicas, como a busca por cargos públicos e liberação de emendas parlamentares em troca de apoio político (Lopes, 2008).

A inflexão pela busca de governabilidade com os partidos do Centrão, principalmente após a pandemia, se deu, de modo mais contundente, depois dos atos de 7 de setembro de 2021. Os atos de protestos ocorreram por todo o território nacional durante o feriado do Dia da Independência e foram marcadas manifestações pelo lado governista e pela oposição ao governo Jair Bolsonaro. Os atos governistas se destacaram pelo teor retórico antidemocrático, como o pedido e apoio declarado para o fechamento do Supremo Tribunal Federal, por requererem a intervenção militar, o voto impresso para a eleição de 2022, e alguns manifestantes solicitarem o impeachment do ministro Alexandre de Moraes e do presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. Foi, inclusive, marcado por discursos ambíguos do presidente elevando a tensão entre o Executivo e o Judiciário<sup>125</sup>.

Os atos de “flerte” autoritário e a avalanche de críticas e reações contra a ação de Bolsonaro pela opinião pública, ao mesmo tempo que receoso sobre possíveis aberturas de processos de impeachment e a necessidade de desmobilização dessas críticas, fez com que o governante alocasse mais espaço para o Centrão, que passou a gerir toda a administração federal, através de “reforma” ministerial – com exceção de áreas sensíveis como educação, cultura, justiça e segurança – além da recriação do Ministério da Comunicação (através da Lei 14.074 de 14 de outubro de 2020, oriunda da Medida Provisória 980/2020) e do Ministério do Trabalho e Previdência (através da Lei 14.261/21 de 16 de dezembro de 2021, oriunda da Medida

---

<sup>125</sup>Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/o-que-foi-o-7-de-setembro-bolsonarista-cientistas-politicos-apontam-intencoes-do-ato-e-suas-consequencias.shtml>. Acesso em: 21 fev 2023.

Provisória 1058/21) para alocar seus aliados na estrutura do poder (ver o apêndice deste trabalho). Conforme asseveram Lynch e Cassimiro (2022, p. 179), o senador Ciro Nogueira (PP-PI) passou à condição de ministro-chefe do gabinete civil e o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, se tornou na prática o líder do governo na câmara baixa “adotando o legalismo autocrático na interpretação do regimento para facilitar a tramitação e aprovação dos projetos de interesse do governo”.

Além disso, a articulação com as principais lideranças do Centrão mitigou o próprio poder do governo ao dispor da prerrogativa desses líderes de participarem ativamente na elaboração do Orçamento da União, negociando recursos para suas bases eleitorais em troca de apoio ao governo nas votações do Congresso Nacional. Esse mecanismo de barganha foi possível através das emendas de relator, que compõem um instrumento pouco transparente de transferência de recursos públicos para atender a interesses de parlamentares, criado em 2020, também denominado de Orçamento Secreto, concessão garantida e autorizada pelo Poder Executivo<sup>126</sup>.

Por fim, é crível salientar que embora os partidos do Centrão oscilem entre pragmatismo e fisiologismo, eles possuem ideologia. O PL, PTB, PP e Republicanos podem ser classificados, conforme analisam Lynch e Cassimiro, como partidos de direita tradicional (descontada a minoria de radicais que foi se abrigar no PL e no PTB<sup>127</sup>); ao passo que União Brasil, PSD, e o MDB pertencem a centro-direita. Muito embora, no conjunto:

predomine o conservadorismo moderado de tintas mais ou menos liberais, conforme se aproxima ou se afasta do centro – conservadorismo elástico o suficiente para aderir a qualquer status quo, dentro dos limites de sua própria moderação, de que depende em primeiro lugar a preservação das instituições. Não foram raras as vezes em que o Centrão recusou pedidos ou projetos típicos do populismo reacionário, como do retorno do voto impresso, anistia para fascistoides investigados por atos antidemocráticos, liberação de armas ou impeachment de ministros do Supremo Tribunal (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 181).

---

<sup>126</sup> Todavia, em 2022, foi considerado inconstitucional pelo STF, por seis votos pela inconstitucionalidade e cinco votos divergentes, com entendimentos diversos entre si. Após a conclusão do julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 850, 851, 854 e 1014. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=499330&ori=1#:~:text=Por%20maioria%20de%20votos%2C%20o,identificadas%20pe-la%20sigla%20RP%2D9>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>127</sup> O caso mais emblemático do radicalismo foi o do ex-deputado federal e ex-presidente do PTB, aliado de Bolsonaro, Roberto Jefferson, que fez disparos de fuzil e atirou granada contra a Polícia Federal após ordem de prisão do ministro do STF Alexandre de Moraes, em 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/24/roberto-jefferson-descumpre-decisao-da-justica-e-atira-contr-pf-leia-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 21 fev 2023.

A aliança do Governo Bolsonaro com o Centrão se mostrou efetiva para a aprovação de projetos importantes no Congresso Nacional. O Centrão, por sua vez, encontrou no Governo Bolsonaro uma oportunidade para ampliar seu poder e influência no governo federal, além de se beneficiar de cargos e recursos públicos. Nesse novo modelo de governabilidade ao qual o Centrão aspirava, o Congresso Nacional assumiria de vez o lugar de centralidade da política brasileira, em face ao enfraquecimento do Executivo em pautar a agenda política e econômica nacional.

Após ter “apaziguado” suas relações institucionais com o Parlamento nacional, Bolsonaro estreitou uma trincheira ainda mais conturbada e com uma narrativa exponencialmente mais beligerante com o Poder Judiciário, sobretudo com o STF e seus ministros, esgarçando, cada vez mais, os limites constitucionais e a mínima harmonia institucional entre os poderes. Demonstrava, de fato, que o populismo radical necessita de crises e formação de polarizações para se sustentar e manter sua base de apoio, principalmente aqueles com um cariz mais autoritário.

Nesse sentido, Bolsonaro acomodou líderes do Centrão em sua administração, como Fábio Faria (PSD-RN) no Ministério da Comunicação, João Roma (PRB-BA) no Ministério da Cidadania e Ciro Nogueira (PP-PI) na Casa Civil. No entanto, isso não implicou a redução da carga ideológica de ministérios cruciais para a vertente populista de direita, como demonstrado na tabela contida no apêndice, tais como Educação, Relações Exteriores (como foi o caso do ex-ministro Ernesto Araújo), Meio Ambiente (com o ex-ministro Ricardo Salles), Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (com a ex-ministra Damares Alves), e durante a fase pandêmica, com uma abordagem negacionista, o Ministério da Saúde (sob o comando do general Eduardo Pazuello). Essa escolha se baseou na necessidade constante de polarização e a contínua guerra cultural presentes nas esferas de ação dessas pastas, constituindo elementos fundamentais para alimentar o bolsonarismo e sua base de apoio, ao mesmo tempo que os demais ministérios ocupados pelo Centrão lhe garantiam uma base de apoio no Congresso Nacional.

### 5.3.2

#### **As relações com o Poder Judiciário: a cisma entre a harmonia dos poderes**

A relação entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal foi marcada por uma forte tensão institucional. Desde que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, Bolsonaro adotou uma postura crítica em relação aos ministros da corte, especialmente aqueles que tomaram decisões contrárias aos interesses do governo. Ao mesmo tempo, o presidente defendia pautas que confrontavam a jurisprudência do STF, assim como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (a respeito do voto impresso e o questionamento da validade das urnas eletrônicas).

É importante ressaltar que o TSE é composto por sete membros efetivos, sendo que três deles são ministros do STF<sup>128</sup>. Essa composição confere ao TSE um elevado grau de expertise jurídica, já que o STF é a mais alta corte de justiça do Brasil e seus ministros têm vasta experiência em questões de interpretação constitucional e julgamento de casos complexos. A peculiaridade do TSE reside no fato de que os três ministros do STF que o compõem se revezam na presidência e na vice-presidência do tribunal, em eleições internas realizadas a cada dois anos. Esse rodízio permite uma maior participação e liderança dos ministros do STF nas atividades do TSE, possibilitando diferentes perspectivas e abordagens no comando das questões eleitorais do país.

Por outro lado, é importante notar que essa articulação entre o TSE e o STF pode suscitar embates e tensões, especialmente em momentos em que questões políticas e eleitorais se sobrepõem a disputas jurídicas. A relação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, então liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, era objeto de atenção e análise na mídia e na sociedade. Sobretudo em algumas ocasiões, Bolsonaro manifestou descontentamento e críticas ao Poder Judiciário, incluindo decisões do TSE e do STF que afetaram temas sensíveis ao governo.

A tensão entre Bolsonaro e o STF pôde ser observada em diversos momentos. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em abril de 2020, quando o presidente, em uma entrevista, afirmou que as Forças Armadas poderiam intervir caso o STF decidisse contra a flexibilização das medidas de isolamento social

---

<sup>128</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/sobre-o-tse/apresentacao>. Acesso em: 24 jul 2023.

durante a pandemia de Covid-19<sup>129</sup>. Essa declaração foi duramente criticada por diversos setores da sociedade, que viram nela uma ameaça à democracia e ao Estado de Direito.

As tensões entre o Executivo e o Judiciário foram ocasionadas quase sempre quando o STF tomou decisões que contrariavam os interesses do governo federal. Por exemplo, em 2020, o STF suspendeu a nomeação de Alexandre Ramagem, um aliado de Bolsonaro, para a Polícia Federal (PF), após a suspeita de intervenção do então presidente na PF, o que gerou forte reação do presidente e de seus aliados<sup>130</sup>. O STF também se posicionou de forma contrária às iniciativas do governo para flexibilizar as medidas de combate à pandemia de Covid-19, defendendo a autonomia de governadores e prefeitos para tomar decisões nessa área<sup>131</sup> (Ismael; Pereira, 2022).

É importante frisar que o Supremo Tribunal Federal, como as cortes constitucionais em geral, exerce o controle de constitucionalidade dos atos normativos, inclusive os emanados do Poder Legislativo e da chefia do Poder Executivo. “No desempenho de tal atribuição, pode invalidar atos do Congresso Nacional – composto por representantes eleitos pelo povo brasileiro – e do Presidente da República, eleito com mais de meia centena de milhões de votos” (Barroso, 2015, p. 36). As múltiplas competências do Supremo Tribunal Federal são enunciadas no art. 102 da Constituição Federal (Brasil, 2021) e podem ser divididas em duas grandes categorias, ordinárias e constitucionais:

O Tribunal presta jurisdição ordinária nas diferentes hipóteses em que atua como qualquer outro órgão jurisdicional, aplicando o direito infraconstitucional a situações concretas, que vão do julgamento criminal de parlamentares à solução de conflitos de competência entre tribunais. De parte isso, o Tribunal tem, como função principal, o exercício da jurisdição constitucional, que se traduz na interpretação e aplicação da Constituição, tanto em ações diretas como em processos subjetivos (Barroso, 2015, p. 35).

Ao longo de seus quatro anos de mandato, Bolsonaro hostilizou e combateu retoricamente o STF e seus ministros por cumprirem a função que lhes cabia, de

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-pode-usar-forcas-armadas-contramedidas-de-quarentena/amp/?hidemenu=true>. Acesso em: 24 fev 2023.

<sup>130</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2020/04/29/ministro-do-stf-suspende-nomeacao-de-alexandre-ramagem-para-a-diretoria-geral-da-pf.ghtml>. Acesso em: 26 fev 2023.

<sup>131</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075&ori=1>. Acesso em: 24 jul 2023.

garantir a aplicação da Constituição. Durante esse período, a democracia constitucional brasileira foi tensionada e teve seu teste de resiliência, uma vez que Bolsonaro, enquanto um líder populista com características autocráticas, promoveu um método singular de ataque e erosão institucional fomentando seus apoiadores nesta causa combativa contra ao STF, corte dotada de múltiplas competências que lhe permitiram exercer de forma ampla a função de defesa da democracia brasileira.

Vieira, Glezer e Barbosa (2022) argumentam que, como os demais populistas de seu tempo, Bolsonaro foi hostil aos valores e instituições da democracia liberal, mas seu método de ataque às instituições possuía particularidades em relação aos fenômenos que vinham sendo mapeados pela literatura. Corroboram os autores que o foco da atuação de Bolsonaro não se deu pela reforma constitucional nem pela promulgação de leis fundamentais contrárias aos valores e regras liberais e democráticas. Bolsonaro valeu-se do que Vieira, Glezer e Barbosa classificam como *infralegalismo autoritário*. Esse método:

privilegiou a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático, amparadas por pressões parainstitucionais sobre agentes públicos e voltadas para a erosão ou neutralização de diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988 (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022, p. 592).

Em outras palavras, as estratégias de um populismo mais autoritário não passaram pela alteração da Constituição ou articulação de nova constituinte (como visto em ondas anteriores do populismo), mas caracterizam-se pelo uso de medidas provisórias, leis e, especialmente, decretos e portarias. O presidente da República tem poderes sobre a agenda – segundo Inácio (2007, p. 170), o “poder de agenda refere-se à capacidade de determinado ator influenciar ou determinar as alternativas consideradas nos processos decisórios, em relação ao conteúdo e aos procedimentos a partir dos quais tais alternativas convertem-se em decisões políticas”. De modo que Bolsonaro tinha amplos poderes de agenda, que incluíam poder de decreto, competência para proposição de Emenda Constitucional, iniciativa legislativa exclusiva em algumas matérias, pedido de urgência e iniciativa legislativa. Essas prerrogativas passam pela esfera Legislativa e incluem a iniciativa privativa de leis orçamentárias e o uso da Medida Provisória (MP), o que possibilita a alteração imediata da ordem jurídica. No caso da MP, há o benefício de prazo determinado para avaliação pelo Congresso Nacional, cujo não cumprimento leva ao

trancamento da pauta. Devido ao poder de agenda que a MP propicia, todos os presidentes fizeram extenso uso do instrumento (Câmara; Almeida, 2022).

Contudo, algumas dessas ações, por natureza, fugiam do âmbito do Legislativo, fazendo com que o ônus de controlar os excessos inconstitucionais de Bolsonaro recaísse, principalmente, sobre o Poder Judiciário. Notoriamente, recaiu especialmente sobre o STF, que já possuía uma posição central no arbítrio dos conflitos ordinários no sistema político brasileiro.

A primeira derrota do governo, durante a pandemia, em 2020, foi imposta pelo ministro Alexandre de Moraes em uma decisão liminar que suspendia os efeitos da medida provisória que restringia a Lei de Acesso à Informação (LAI)<sup>132</sup>. Ainda no mesmo ano, outro ministro, Luís Roberto Barroso, atendendo ao pedido do Partido Rede Sustentabilidade, vetou, também monocraticamente, a campanha publicitária da Secretaria Especial de Comunicação (Secom) denominada “o Brasil não pode parar” – que estimulava a população a retornar às atividades e minimizava os efeitos do coronavírus<sup>133</sup>.

O avanço das decisões do STF sobre agenda do governo não se deu apenas a partir de ações isoladas dos ministros, mas também colegiadamente. Como no caso em que o Supremo reafirmou a autonomia dos governadores de estado e dos prefeitos para determinar medidas restritivas e definir os serviços essenciais, o que na prática esvaziou os poderes do governo para forçar um retorno das atividades econômicas<sup>134</sup>. Ainda, a Corte deu uma interpretação restritiva à Medida Provisória n.º 966 de 2020, explicitando a possibilidade de responsabilização de agentes públicos que adotassem medidas contrárias a recomendações médicas e científicas (Marona; Magalhães, 2021).

Conforme explicitam Marone e Magalhães (2021), em paralelo a essas derrotas no campo de políticas públicas, o governo sofreu ainda com decisões na esfera criminal. Após o midiático pedido de exoneração de Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça, o então decano da Suprema Corte, Celso de Mello, acolheu a solicitação da Procuradoria Geral da República e autorizou a abertura de inquérito

---

<sup>132</sup>Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442475&ori=1>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>133</sup>Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752453503&prcID=5884084&ad=s>. Acesso em: 24 jul 2023.

<sup>134</sup>Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075&ori=1>. Acesso em: 24 jul 2023.

para investigar a denúncia, feita por Moro, de que o presidente Bolsonaro havia tentado interferir na Polícia Federal (PF). Tal decisão fez com que Alexandre de Moraes suspendesse a nomeação de Alexandre Ramagem para o comando da PF, por entender que o ato do presidente incorria em desvio de finalidade. Na esteira dessa decisão, o governo sofreu com mandados de busca e apreensão efetuados contra empresários e blogueiros aliados de Bolsonaro no inquérito das *fake news*<sup>135</sup>, e com a quebra do sigilo fiscal de parlamentares próximos ao presidente na investigação do financiamento das manifestações antidemocráticas (ocorridas em 7 de setembro de 2021).

Em reação à sequência de derrotas, o Governo Bolsonaro passou a escalar a crise política institucional alimentando narrativas de retaliação: de pedidos de impeachment de ministros à redução do teto de idade, bem como o aumento do número de ministros no STF. Mas Bolsonaro e seus aliados não contavam com apoio do legislativo e da opinião pública para efetivamente avançar contra o Supremo. O que restou foram os mecanismos informais de retaliação, muitos deles retroalimentados por sua base de apoio, através de ameaças de violência, ataques retóricos ou físicos contra os magistrados da Suprema Corte. Foi a partir de então que se passou a observar uma série de manifestações favoráveis à intervenção militar no STF. Em outras palavras, a escalada do conflito entre o Palácio do Planalto e o STF se deu, portanto, no campo da informalidade (Marona; Magalhães, 2021).

O tensionamento entre os poderes da República se tornou tão evidente que, em maio de 2020, durante uma manifestação antidemocrática em Brasília, Bolsonaro pediu a “Deus para não ter problemas nessa semana, porque chegamos ao limite”<sup>136</sup>, afirmou ainda que as Forças Armadas estavam do seu lado e que não seriam mais admitidas interferências. No dia seguinte, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, deu uma declaração afirmando que o STF havia

---

<sup>135</sup> O inquérito 4.781, que ficou conhecido como Inquérito das Fake News, foi aberto em março de 2019. O então presidente do tribunal, Dias Toffoli, amparou-se em um dispositivo do Regimento Interno do STF que confere ao tribunal a possibilidade de instaurar inquérito quando há “infração à lei penal na sede ou dependência do tribunal” (art. 43). Toffoli indicou como relator o ministro Alexandre de Moraes. No decorrer do inquérito, e conforme Bolsonaro intensificou suas ameaças, essas investigações acabaram se redirecionando para *fake news* e movimentações de ataque ao tribunal concertadas por apoiadores de Bolsonaro. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445860&ori=1>. Acesso em: 25 jul 2023.

<sup>136</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/bolsonaro-diz-que-pede-a-deus-que-nao-tenhamos-problemas-nesta-semana-porque-chegamos-no-limite.ghtml>. Acesso em: 21 fev 2023.

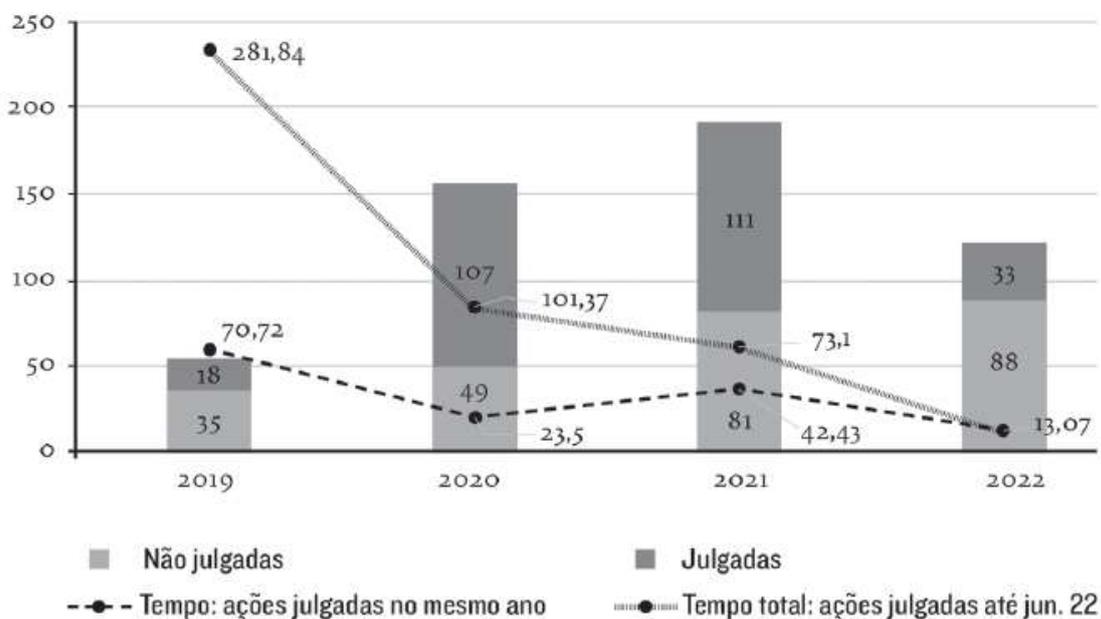
ultrapassado os seus limites (Marona; Magalhães, 2021), evidenciando um quadro de aberto atrito entre o STF e o Palácio do Planalto.

Como destacam Marona e Magalhães (2021), nota-se que as derrotas no STF, capazes de mobilizar as reações de retaliação de Bolsonaro, nada tinham a ver com políticas públicas ou com a agenda do governo propriamente, mas sim com as investigações criminais que afetavam o presidente, seus familiares e aliados diretos. Percebendo esse cenário, Bolsonaro buscou retomar minimamente a governabilidade e avançou com as negociações com o Centrão, como já aludido neste capítulo, inaugurando uma nova etapa não apenas de seu governo, mas também de suas relações com o Supremo.

É interessante analisar os dados da pesquisa realizada por Vieira, Glezer e Barbosa (2022), apresentada no gráfico 3, sobre a demora entre autuação e a primeira decisão das ações ajuizadas contra atos do Governo Bolsonaro pelo STF, em que percebemos uma diferença notável no ritmo de decisões entre 2019 e 2020. Enquanto em 2019 apenas 33,9% (18 de 53) das ações ajuizadas contra o governo tiveram uma primeira decisão proferida no mesmo ano, em 2020 esse número subiu para 68,5% (107 das 156). Além disso, o tempo médio entre a autuação do processo e a primeira decisão diminuiu a partir de 2020: de 70,72 dias em 2019 passou para 23,5 em 2020. Algumas ações ajuizadas em 2019 contra atos do governo foram julgadas apenas nos anos posteriores. Os dados evidenciam que o STF passou a decidir mais ações, e com maior rapidez, a partir de 2020, em comparação com 2019.

Não obstante, além de decidir mais rápido, o STF, sobretudo em 2020, pareceu mais unido, pois proferiu mais decisões colegiadas. Em 2019, 41,67% das decisões liminares e de mérito foram proferidas por um órgão colegiado. Em 2020, esse percentual saltou para 73,68%. Importante mencionar que, em 2021, houve novamente uma queda do percentual para 49,12% (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022).

**Gráfico 3 – Demora entre autuação e primeira decisão das ações ajuizadas contra atos do Governo Bolsonaro**



Fonte: Vieira, Glezer e Barbosa (2022, p.594).

Constitucionalmente, cabe ao presidente da República indicar os ministros do Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro teve essa oportunidade duas vezes, ao indicar Kassio Nunes Marques e André de Mendonça para ocuparem as vagas de Marco Aurélio Mello e Celso de Mello, respectivamente, devido à aposentadoria compulsória de ambos ao completarem 75 anos de idade.

A Suprema Corte recebeu especial atenção no Governo Bolsonaro não apenas porque na Corte aportavam temas associados à sua agenda conservadora no campo dos costumes, mas também porque pairavam sobre o governo e sobre os aliados de primeira linha suspeições que podiam disparar o exercício da competência penal do tribunal. Não por acaso o então presidente chegou a declarar que sua indicação para o STF seria de um nome “terrivelmente evangélico” (Marona; Magalhães, 2021).

Todavia, a tamanha crise institucional entre Bolsonaro e o Poder Judiciário, bem como sua aliança com o Centrão, deixaram em xeque a capacidade do presidente de fixar aliados politicamente leais e ideologicamente alinhados com o governo. O presidente, então, se viu obrigado a renunciar às suas preferências ideológicas em favor do restabelecimento de parâmetros mínimos de governabilidade. E, após questões que demandaram negociações políticas

envolvendo atores políticos tradicionais, principalmente do Centrão, o Planalto optou pela construção do nome de Kassio Nunes Marques, um desembargador indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff para o TRF – 1 e católico, para a primeira vaga do STF em 2021, e André Luiz de Almeida Mendonça, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e ex-ministro da Advocacia Geral da União de Bolsonaro, para a vaga em 2022.

Em suma, conforme argumentam Vieira, Glezer e Barbosa (2022), esse protagonismo do STF se contrapôs à resposta insuficiente de atores políticos e institucionais que compartilhavam a responsabilidade de controlar e fiscalizar os atos do governo, especialmente a Procuradoria Geral da República e a própria Câmara dos Deputados. É importante destacar que o Senado Federal teve, em algumas ocasiões, uma postura vigilante, como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid-19 (determinada pelo STF).

Apesar de se poder mencionar o protagonismo de alguns ministros do STF no confronto com o presidente Bolsonaro (como os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso), o fato é que a maioria do tribunal apoiou essa postura combativa. À medida que os ataques à Constituição e à democracia se intensificavam, o STF respondia de forma mais enérgica, visando conter as tentativas de Bolsonaro e seus apoiadores de enfraquecer o Estado Democrático de Direito. É verdade que, nesse caminho, o tribunal adotou algumas posições controversas e pouco convencionais. O exemplo mais significativo disso é a abertura inédita de inquéritos de ofício, conduzidos por um ministro do tribunal que foi estigmatizado como adversário do presidente (Câmara; Almeida, 2022). É importante ressaltar, conforme asseveram Vieira, Glezer e Barbosa (2022), que decisões e posturas pouco convencionais não são uma novidade para esse tribunal, que ao longo de três décadas viu seus poderes ampliados, especialmente em sua história recente.

Apesar da inflexível crise com o Poder Judiciário ter acarretado a preocupação com a democracia liberal devido às inúmeras ameaças contra o STF, assim como ter desvelado um enfraquecimento de apoio à gestão Bolsonaro por parte de alguns segmentos da sociedade que não compactuavam com arroubos autoritários e a condução da pandemia, Bolsonaro teve a capacidade estratégica de motivar, incitar e arregimentar sua base de apoio através de hábil comunicação política direta e informal. Isso possibilitou o fomento e a sustentabilidade de

estabelecer mobilizações e narrativas próprias de defesa do governo e do seu líder diante de um *front* diversificados de crises enfrentadas. E é, justamente, essa importante variável que vamos analisar na seção abaixo.

#### 5.4

#### **A campanha intermitente: Bolsonaro e a retroalimentação das massas**

Bolsonaro se tornou uma figura pública nas redes sociais ao longo dos últimos anos, especialmente durante sua campanha presidencial em 2018. Desde então, ele tem utilizado suas contas pessoais nas redes sociais, como Twitter, Facebook, Instagram e YouTube, para se comunicar diretamente com seus apoiadores e divulgar sua agenda política (Bolsonaro tinha, em abril de 2018, cerca de 7,8 milhões de seguidores no Facebook, Instagram e Twitter<sup>137</sup> e em setembro de 2022 possuía cerca de 15 milhões de seguidores no Facebook, mais de 24 milhões no Instagram e 9,6 milhões no Twitter<sup>138</sup>). Essa estratégia tem sido eficaz para mobilizar e engajar seus eleitores e apoiadores em temas importantes, bem como para atacar seus críticos e adversários políticos.

Bolsonaro tinha o hábito de postar regularmente, várias vezes ao dia, e utilizava um estilo de comunicação direta, informal e polêmica – o que atrai a atenção da mídia e do público em geral. Do mesmo modo, utilizava as redes sociais para contornar a imprensa tradicional e se comunicar diretamente com seus eleitores, sem a mediação da mídia. Isso permitiu que ele apresentasse sua agenda política sem ser criticado ou questionado pelos jornalistas e comentaristas políticos, ao falar diretamente com seus seguidores sem nenhum tipo de intermediação. Em muitos casos, com comentários controversos e muitas vezes ofensivos, que causavam indignação em vários setores da sociedade, incluindo a imprensa, organizações de direitos humanos e a oposição política.

Com efeito, a noção do populismo como estratégia política (Weyland, 2001 p.12) compreende “os métodos e instrumentos para conquistar e exercer o poder”. Constitui um conjunto coerente de abordagens e mecanismos para estruturar relações de participação política, construção de apoio e autoridade governamental.

---

<sup>137</sup> Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-tem-mais-seguidores-nas-redes-que-principais-rivais-juntos>. Acesso em: 25 jul 2023.

<sup>138</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-58-milhoes-de-seguidores-nas-redes-sociais-lula-24-milhoes/>. Acesso em: 25 jul 2023.

Dessa forma, uma estratégia política determina as principais formas e meios pelos quais um ator político pode capturar suas alianças e alcançar o poder, ao mesmo tempo em que, já instituído de poder, pode impor decisões autoritárias. Em particular, os líderes populistas combatem a “classe política” estabelecida e tentam superá-la. Assim, a clara predominância de um líder poderoso é uma pedra angular do populismo, sobretudo na estratégia política que diz respeito ao tipo de ator político que luta para ganhar e exercer o poder do governo.

Consequentemente, o líder populista precisa também traçar uma estratégia de comunicação política, através de “aspectos performativos do populismo” e da intensificação da alteridade, conforme analisa Moffitt (2015, p. 190), em que a crise política e representativa deve ser explorada ao máximo para as lideranças populistas participem ativamente na “espetacularização do fracasso” subjacente à crise, permitindo-lhes posicionar “o povo” contra “um outro” perigoso. Sendo assim, em contexto de crise, a retórica populista de simplificação dos termos e do terreno do debate político tem especial relevância (e eventualmente eficácia). Como assevera o autor, “se não temos performance da crise, não temos populismo” (Moffitt, 2015).

O discurso populista, muitas das vezes, apresenta um apelo a dramatização, emoção e personalismo e se adequa aos padrões e formatos da mídia tradicional. Basta recordarmos que lideranças populistas de direita, como Trump e Bolsonaro, conseguiram projeção inicial através dos meios de comunicação tradicionais, uma vez que suas declarações polêmicas garantem audiência para a política do espetáculo, valorizam o escândalo político, contribuindo para o questionamento da prática política e da legitimidade das instituições públicas (Guazina, 2021).

Mudde e Kaltwasser (2017, p. 64) argumentaram que “líderes populistas em geral [...] usam linguagem simples e até vulgar”, e há um entendimento compartilhado entre os estudiosos do populismo de que uma especificidade dos atores populistas é a grosseria e a simplicidade de seu discurso. Embora a adoção de uma linguagem mais simples possa ser parte de tal estratégia, de fato, os políticos que adotam o estilo populista procuram-se diferenciar linguisticamente dos políticos convencionais.

Outra estratégia comum na retórica política é o padrão de racionalidade, que encontra sua expressão na política através de um discurso emocional e afetivo. O populismo também é movido por emoções. A comunicação populista geralmente contém emoções, hostilidade e simplicidade. E nas redes sociais, a capacidade de

gerar raiva ou empolgação entre os usuários amplia o alcance de uma postagem, junto com o funcionamento dos algoritmos de relevância. Mensagens curtas e diretas também fortalecem os discursos populistas (Barlett, 2014).

Mesmo que, na prática, a maioria dos políticos mobilizem uma combinação de argumentos racionais e emocionais, a estratégia transgressiva relacionada consiste, portanto, em conceder um papel mais proeminente, ou mesmo dominante, ao discurso afetivo. Segundo Cossarini e Vallespín (2019), é importante considerar a dimensão afetiva do populismo, que é parte central do repertório transgressivo para romper o viés racionalista da política dominante. Contudo, o tipo de emoções e afetos que os populistas escolhem para enfatizar é, no entanto, determinado por sua ideologia, contando, por exemplo, com nostalgia e humilhação do adversário ou mesmo enaltecer programas do governo (para as lideranças que já atuam no Executivo).

Pelo uso das redes sociais na internet, as lideranças e partidos populistas mobilizam temáticas, promovem polarização afetiva e constroem antagonismos que tensionam a legitimidade das instituições políticas e até da ciência. Foi o que Bolsonaro, também enquanto presidente, articulou narrativamente. É um exemplo de liderança populista de direita, com grande popularidade nas mídias sociais, que empregou um discurso contrário à adoção de medidas de restrição de circulação (*lockdown*), que ficaram conhecidas como “isolamento social”, que dificultou a atuação das autoridades sanitárias no Brasil e a definição de uma política nacional contra a Covid-19, muitas delas ajuizadas no Supremo Tribunal Federal, como visto em seção anterior, trazendo dificuldades para a implementação de políticas públicas de saúde.

Bolsonaro, mesmo eleito, como presidente, precisou satisfazer as necessidades comunicativas do populismo de direita, em uma espécie de campanha eleitoral permanente. Fazia *lives* semanais do Palácio da Alvorada, nas quais falava diretamente para o “povo”, vestindo-se de modo precário, com roupas simples, e falando palavras de baixo calão para simular autenticidade e simplicidade de costumes. Nessas *lives*, o presidente justificava as ações de seu governo e atacava violentamente seus críticos como corruptos, esquerdistas e mentirosos. Diacronicamente, de modo estratégico, percorria o país como símbolo de restauração da “boa e velha ordem”, inaugurando obras de infraestrutura (muitas das quais iniciadas em governos antecessores) e agradando suas bases de apoiadores

em aparições nas quais figurava sempre como “homem do povo”, frequentando botequins, padarias, templos religiosos (sobretudo neopentecostais), acenando à beira das estradas ou promovendo motocicletas para arregimentar e fidelizar o apoio das massas (Lynch; Cassimiro, 2022).

Como analisam Lynch e Cassimiro (2022, p. 152):

o essencial é dar visibilidade para a “guerra cultural”, sem demonstrar qualquer disposição para a conciliação ou a transigência. A “normalização” levaria à decepção do eleitorado entretido pelas expectativas disruptivas criadas pelo populismo reacionário, e à sua captura para outra liderança. Daí também a necessidade de Bolsonaro, especialmente quando acuado, dissimular o poder de desfechar um golpe de estado por meio do “seu” exército contra os inimigos.

De sorte que a ação estratégica e comunicativa que fazia parte da gestão política e administrativa do cotidiano do Poder Executivo era delegada a dois grupos: o primeiro composto pelo pessoal palaciano, que efetivamente governava o país, entre eles os militares, cargos comissionados e efetivos e os políticos tradicionais que compuseram a base aliada; e o segundo, pelo denominado “gabinete do ódio” (Lynch; Cassimiro, 2022). Como analisamos o papel dos militares e dos políticos tradicionais, voltaremos agora a atenção ao “gabinete do ódio”, composto por dois núcleos: propaganda e comunicação. O primeiro e principal núcleo detinha uma função de carácter estratégico, era presidido pelos 3 filhos mais velhos de Bolsonaro – o deputado federal por São Paulo, Eduardo Bolsonaro (PSL – SP), o senador pelo estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSL – RJ), e o vereador pelo município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (Republicanos – RJ) – e era encarregado da propaganda e, em consequência, pelo comportamento do presidente como um personagem público. Já o segundo núcleo monitorava a popularidade do presidente nas redes, coordenava ataques aos seus adversários e aconselhava as ações políticas do presidente no lugar dos ministros do Estado, de modo a satisfazer o imaginário do populismo de direita de Bolsonaro como um político corajoso, autoritário e disruptivo, bem como humilde e autêntico, capaz de “romper com o sistema”.

Conforme argumentam Lynch e Cassimiro (2022), o “gabinete do ódio”<sup>139</sup> era um dos principais grupos da gestão do Bolsonaro porque, embora houvesse

---

<sup>139</sup> Para mais informações ver: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf/>. Disponível em: 23 fev 2023.

divisão de tarefas em relação aos militares e membros do Centrão, em caso de conflito o comportamento do presidente permanecia sendo orientado pela tática de propaganda ideológica, devido à necessidade do caráter estratégico para o êxito do seu projeto de poder.

O “gabinete do ódio” explorava e manjava, pelas redes sociais, principalmente através de colaboradores e influencers digitais, a propaganda em larga escala para populismo de direita e a personificação de seu líder. Essa “guerra cultural”, de intermitente alteridade, é baseada em diversas técnicas desenvolvidas por Steve Bannon<sup>140</sup> para promover a permanente intimidação dos críticos e das instituições, assim como a massificação e a expansão do apoio de segmentos da sociedade. Como exemplos: a) simular um poder maior do que aquele que você realmente tem; b) falar apenas a linguagem do seu próprio público; c) não jogar no terreno em que seu adversário tem a vantagem, obrigando-o, ao contrário, a jogar no seu, onde ele não tem familiaridade; d) ridicularizar o adversário, porque é quase impossível o ridículo contra-atacar; e) espalhar boatos ou *fake news* para acuar o adversário; f) polarizar o tempo inteiro, sem se preocupar com discussões racionais em termos de argumentos (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 157).

Essas ações, adaptadas pela direita radical ao ambiente digital, foram de grande eficácia, capazes de manifestar a militância política através de uma linguagem de entretenimento, possibilitando uma comunicação política movida a emoção e afetos, que perpassam o monopólio da mídia tradicional e, através das mídias sociais, estabeleciam a criação de um público encapsulado em uma realidade alimentada diariamente pelos grupos produtores de conteúdo. Estabeleciam um terreno propício para a difusão de uma cultura política da desconfiança, baseada na mobilização permanente contra um inimigo que conspira diariamente, favorece a obediência quase que inquestionável ao líder carismático que representa o povo e o protege. Como asseveram Lynch e Cassimiro (2022, p. 159), as contas em perfis nas redes sociais não são lugares democráticos, “com espaço para crítica pelo cidadão”, mas quase que um altar, cujo “acesso é privativo dos fiéis para fim de adoração de seu ídolo”. Notadamente, quando a liderança carismática foi

---

<sup>140</sup> Steve Bannon é o ideólogo por trás da nova direita radical populista, sendo o principal estrategista do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Bannon é considerado um mentor para a família Bolsonaro e mantém nas suas estratégias de marketing político teorias da conspiração, notícias falsas e manipulações pelas redes sociais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62944023>. Acesso em: 24 fev 2023.

constantemente posta à prova diante da crise política, sanitária, econômica e social vividas no Brasil intensamente a partir da pandemia da Covid-19, contribuindo para a polarização do debate público e para o negacionismo extremado.

Neste sentido, Bolsonaro, comprometido com sua estratégia comunicativa, protagonizou em suas redes sociais notícias falsas durante as transmissões, tendo sua primeira *live* banida pelo Facebook no dia 24 de outubro de 2021 por espalhar desinformação sobre a pandemia da Covid-19. O Facebook justificou a decisão com base em suas diretrizes contra a propagação de informações falsas sobre vacina<sup>141</sup>.

Essa estratégia esteve presente durante os primeiros anos da pandemia. O presidente realizou 70 transmissões ao vivo no Facebook em 2020, em que mobilizou ministros, autoridades, congressistas, líderes evangélicos e outros. Até meados de 2022, antes da campanha eleitoral desse ano, Bolsonaro somava mais de 198 transmissões ao vivo nas redes sociais, em algumas proferia discursos sozinho e em outras acompanhado de autoridades do governo como ministros e em algumas com lideranças como pastores e apoiadores<sup>142</sup>. Sempre em um tom mais informal e direto, comemorava resultados positivos da área econômica e medidas anunciadas pelo governo durante a semana, rebatia reportagens críticas a ele ou ao seu governo e tecia críticas às medidas de combate à Covid-19 e à esquerda.

No entanto, com a ascensão das *fake news*, tornou-se um desafio separar a verdade de notícia falsas ou inverídicas. Como mencionado, Bolsonaro foi um protagonista controverso nesse contexto, utilizando suas plataformas digitais para disseminar informações questionáveis. Ao longo de seu mandato, diversas notícias duvidosas foram compartilhadas em suas redes sociais, o que gerou preocupação em relação à confiabilidade das informações divulgadas. Essas práticas levantaram debates sobre a responsabilidade dos líderes políticos ao utilizar tais plataformas para disseminar informações.

Embora muitos apoiadores do ex-deputado acreditem que sua estratégia de comunicação nas redes sociais tenha sido eficaz em alcançar sua base de seguidores, críticos argumentam que a disseminação de *fake news* pode minar a credibilidade das informações veiculadas em suas postagens. De acordo Ituassu *et al.* (2023), a

---

<sup>141</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/facebook-e-youtube-tiram-do-ar-live-em-que-bolsonaro-faz-relacao-falsa-entre-vacinas-contracovid-e-aids.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2023.

<sup>142</sup> Informação disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/guimaraes-e-tarcisio-destacam-se-em-lives-de-bolsonaro-em-2021/>. Acesso em: 27 fev 2023.

disseminação de informações não verificadas pode contribuir para a polarização da sociedade e prejudicar o diálogo construtivo sobre questões políticas e sociais. A relação entre *fake news* e redes sociais de Bolsonaro colocou em pauta a necessidade de regulamentações mais rígidas em relação à veracidade das informações divulgadas por figuras públicas, garantindo uma maior transparência e confiabilidade no ambiente digital (Ituassu *et al.*, 2019).

Um outro ponto relevante é que as principais decisões de governos eram dadas em primeira mão pelas suas redes sociais e não pelos canais formais e institucionais. Ao mesmo tempo em que as *breaking news* eram publicizadas por suas contas privadas nas mídias digitais, é interessante observar a análise feita pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) que aponta que Jair Bolsonaro foi o político que mais bloqueou jornalistas no Twitter<sup>143</sup>, impossibilitando o acompanhamento das notícias por partes desses jornalistas. Além disso, algumas de suas publicações foram destinadas à estigmatização da imprensa, e ocuparam 1,91% dos posts com maior repercussão junto aos seus apoiadores. A família Bolsonaro bloqueou 157 jornalistas e 12 veículos de comunicação no Twitter, segundo a ABRAJI<sup>144</sup>, ou seja, o objetivo da estratégia política do governo não era a publicização dos conteúdos nas mídias tradicionais, mas sim dentro do seu escopo de controle das redes sociais em que poderiam dar o teor ou a roupagem necessária para mobilizar afetos.

Essa tentativa de distanciar a imprensa e posicionar as suas redes sociais como a principal e a melhor plataforma de informações sobre pautas de interesse público foi consolidada com a criação do “cercadinho” no Palácio da Alvorada. A medida pretendeu diminuir o ritmo de entrevistas na entrada do Alvorada, depois que veículos de comunicação suspenderam a cobertura no local devido à falta de segurança e hostilidade enfrentada na cobertura jornalística cotidiana. No intuito de fugir de perguntas incômodas e driblar os poucos veículos de mídia que frequentavam o palácio, Bolsonaro decidiu prestigiar seus apoiadores com esse tratamento “VIP”.

---

<sup>143</sup>Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/bolsonaro-bloqueou-82-jornalistas-e-seis-veiculos-de-comunicacao>. Acesso em: 27 jul 2023.

<sup>144</sup>Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/familia-bolsonaro-bloqueia-157-jornalistas-no-twitter>. Acesso em: 27 jul 2023.

As redes sociais se tornaram o principal caminho de pavimentação do líder populista, em que buscava inflamar as massas a fim de redefinir o significado das ideais de “povo”, “nação”, “justiça” e “democracia”, intensificadas na era da globalização, em que é estabelecida uma comunicação direta entre líder e massa digital. Essa comunicação direta entre líder e seguidor desestabiliza as instituições democráticas e representativas (Dal Lago, 2017), que também estão sendo transformadas pela invasão do privado e do mercado na esfera pública, inclusive a de formação de opiniões, e pelo crescimento do populismo pelo mundo, que polariza emotivamente a sociedade na qual se assenta (Abranches, 2019).

Em outras palavras, Bolsonaro, como visto ao longo deste capítulo, teve uma grande dificuldade de articulação política no primeiro biênio de sua gestão, em parte devido aos compromissos com seus pilares de sustentação firmados em sua campanha e respectivas acomodações em seu governo, em parte devido à sua falta de experiência administrativa e baixa capacidade de articulação política. Mas a pandemia, as crises subsequentes com outros poderes, especialmente com o STF, e a queda de popularidade junto à opinião pública fizeram com que o então presidente ficasse acuado em uma campanha permanente – mesmo saindo vitorioso das urnas – circunscrito a um papel principal, quase único, de zelar pela preservação e expansão do populismo de extrema-direita e seus valores conservadores que o sustentam nas ruas e nas mídias sociais, por meio de seus apoiadores, em um repertório pendular entre a criação de inimigos (“eles”) e discursos golpistas/autoritários.

## 6

### Considerações finais

A presente tese teve como objetivo analisar as bases sociopolíticas e econômicas da ascensão do populismo de extrema-direita e conservador no Brasil, personalizado e vocalizado pelo então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, em 2018, bem como sua articulação no exercício do poder, no período de 2019 a 2022. Para isso, analisamos os fatores conjunturais e estruturais que possibilitaram a emergência do populismo na contemporaneidade e, especialmente, no Brasil. Do mesmo modo, discorremos como o populismo de direita de Bolsonaro se estruturou no poder, muitas vezes em oposição aos pressupostos da democracia liberal, e sua relação com o Poder Legislativo e Judiciário.

Primeiramente, identificamos que o populismo é um conceito amplo que pode ser definido de várias maneiras. Mas existe um elemento balizador entre esses fenômenos, o populismo como um referencial discursivo que coloca o povo contra as elites e afirma que a vontade popular deve prevalecer sobre a vontade das minorias no poder (Mudde; Kaltwasser, 2017), corroborado pela análise clássica de Ernesto Laclau (2013) que aponta o populismo como uma estratégia política que procura mobilizar as massas em torno de um líder carismático e de um discurso que afirma representar o “povo” contra as “elites”. De modo que o populismo se baseia em uma retórica simplista e maniqueísta, que divide a sociedade entre “nós” e “eles”.

Apesar de teóricos políticos, como Margaret Canovan (1981), argumentarem em estudos que o populismo é um tipo de movimento ou de ideologia política que adiciona a ideia de um povo unificado no centro de sua visão, tendemos a considerar alguns ajustes cruciais auferidos nesse ponto de vista ao analisarmos, conforme assevera Cas Mudde (2007), que o populismo não é de fato uma ideologia em sentido estrito, como o socialismo ou o liberalismo, mas uma ideologia “fraca” que amplia outras ideologias (Tormey, 2019).

Além de ser um fenômeno político, também é uma ferramenta política de representação, em que alguns atores políticos apresentam maior capacidade de transpor certas características populistas enquanto outros não. Muito embora,

continue sendo utilizado amplamente enquanto discurso e performance em diferentes períodos da história.

Desse modo, a crise sociopolítica é o gatilho/motriz para o processo da emergência e interlocução do populismo, uma vez que a crise estabelece uma nova fronteira de possibilidade contra-hegemônica, instaurando um novo discurso e novas práticas políticas que almejam se tornarem hegemônicas após o processo dialético. Caracteriza, assim, uma lógica política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos “excluídos” contra “aqueles que estão no poder” (Mouffe, 2018, p. 25). De outro modo, trata-se de um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, produzindo discursivamente um inimigo e efeitos estruturantes que se manifestam principalmente no nível de representação sociopolítica (Laclau, 2005).

Não sem motivo, a crise da democracia representativa é constantemente associada ao surgimento de movimentos populistas, que se aproveitam da desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas para promover uma agenda *antiestablishment*. Esses movimentos podem ameaçar a estabilidade democrática ao minar a confiança nas instituições e promover políticas que comprometem os direitos civis e políticos.

Nesse sentido, chamamos atenção especial para autores como Mouffe (2019; 2015), Castells (2018), Brown (2019) e Fraser (2020), que partem da crítica conceitual de que, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, estaríamos no “fim da História”, como formulado por Fukuyama (1992), assim como a ideia de que a democracia liberal seria o ápice do desenvolvimento democrático. E que o consenso em torno do político e do econômico seria cristalizado desde então, sem nenhum conflito dialógico tão proeminente – o que tem se mostrado equivocado diante de inúmeros acontecimentos, como a própria ascensão do populismo, especialmente o de direita.

A emergência populista que presenciamos nos últimos anos e mote do presente estudo é o populismo de direita que emergiu como a voz dos excluídos desse consenso ao centro. Como uma vocalização de protesto do “povo” contra as grandes coalizões de governo. Notadamente, como populismo de direita que organizou com relativo sucesso, em um número significativo de países, a oposição entre o “povo” e as “elites”, ao construir uma narrativa que define o “outro” em termos étnicos, nacionais-nativistas, religiosos, linguísticos e políticos. Os

antagonismos políticos, essenciais para a própria lógica política populista, são enquadrados em um vocabulário moral e, assim, o oponente deixa de ser um adversário político para se tornar o inimigo que deve ser erradicado (Schmitt, 1996).

Ademais, o populismo de direita também agregou o repertório conservador, no caso brasileiro, o neoconservador, como exposto ao longo desta tese, perfilando aderência a partir de questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, educação sexual, impostos, imigração e posse de armas e, no caso de países europeus, as agendas racistas, xenófobas, e/ou antissemitas proliferaram. No Brasil, as agendas antipetista, anticomunista e anticorrupção também ganharam força. De outra forma, o estabelecimento de pautas comuns discursivas se fez presente na ágora pública, tais como: a agenda de valores morais tradicionais – prioridade da nova direita secular e da direita cristã –, a luta contra o comunismo, o apelo pelo Estado de Israel e a defesa da não intervenção do Estado na economia.

Por conseguinte, o que se entende por conservadorismo brasileiro é uma parcela da direita, bem como é o ideário que galvanizou essa direita e levou o ex-deputado federal Jair Bolsonaro à presidência da República. Essa direita é aquela estruturada em torno da família tradicional, do anticomunismo, do militarismo e dos valores do mercado. A principal atuação do neoconservadorismo brasileiro, e do populismo conservador que aqui se desenvolve, está na articulação coordenada pela direita cristã baseada na ideia de família, não do Estado, como a principal resposta para toda ordem de disfunções sociais.

Retomando a trajetória desta pesquisa, apresentamos, em um primeiro momento, a conceituação do populismo e sua categorização como de direita e conservador, na esteira do contexto democrático constitucional e representativo em que o populismo agora se desenvolve e sua relação de possível produto da crise da democracia representativa. Enfatizamos que o populismo pode ser entendido como uma tendência global, com um padrão fenomenológico reconhecível, mas que, a cada instância particular de populismo, retém parcelas significativas do contexto local e suas especificidades de recursos (sociais, econômicos, políticos e jurídicos). Em outras palavras, apesar de se inserir em um contexto internacional, existe gradações e as variáveis sociopolíticas e econômicas do fenômeno.

No intuito de identificar essas especificidades, também analisamos o fenômeno do populismo no contexto latino-americano e, especialmente, brasileiro. Almejando compreender o populismo não somente no seu aporte

teórico/conceitual, mas em sua performance, populismo enquanto um produto decorrente de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais presentes na teia social.

Para esse propósito, exploramos as três ondas do populismo na América Latina, já aventadas por Mudde e Kaltwasser (2017): a primeira onda entre as décadas de 1930 e 1960, a segunda onda na década de 1980/90 e a terceira onda iniciada no final dos anos 1990. Como nosso recorte analítico foi o Brasil, focamos nas configurações e bases sociopolíticas do populismo no país desde a República Populista, entre 1945 e 1964. Através da análise de duas grandes escolas do pensamento social, a Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pudemos compreender os processos conceituais e empíricos da primeira onda populista em nosso país.

A primeira onda populista se encerra com o período ditatorial, que restringiu fortemente os direitos civis e políticos – implantando o regime autoritário –, assim como o preceito democrático. Após décadas de regime militar, que contou com apoio de segmentos da sociedade civil, alguns países da América Latina, como o Brasil, iniciaram nas décadas de 1980-90 um extensivo processo de redemocratização e, em consequência, o retorno das eleições diretas para os cargos eletivos, como a presidência da República.

Dessa forma, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, se destacaram casos de liderança paradigmáticas na América Latina, como na Argentina, com Carlos Menem (1989-1999), no Brasil, com Fernando Collor de Mello (1990-1992), e no Peru, com Alberto Fujimori (1990-2000). Na medida em que esses países estavam sofrendo profundas crises econômicas no final da década de 1980, os líderes populistas conseguiram ganhar as eleições culpando a elite pela dramática situação de cada país e proclamando que o povo havia sido roubado de sua legítima soberania. Também se mostravam abertos à agenda neoliberal, à abertura de mercados e à cooperação mais estreita com o Fundo Monetário Internacional.

Já a terceira onda do populismo latino-americano foi iniciada pelo triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, que posteriormente se espalhou para países como Bolívia, com Evo Morales, Equador, com Rafael Correa, e Nicarágua, com Daniel Ortega. Ainda neste período houve a ocorrência da denominada “Onda Rosa”, resultado de vitórias eleitorais da esquerda (ou da centro-esquerda) em grande parte dos países latino-americanos, entre 1998 e 2006,

como na Argentina, com Nestor Kirchner (2003-2007), no Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e no Uruguai, com Tabaré Vasquez (2005-2010).

No contexto brasileiro, na gestão do Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, de modo geral houve um crescimento econômico significativo com o boom das commodities, especialmente no período de 2003 a 2014, a expansão de projetos sociais visando a mitigação da desigualdade social e, por conseguinte, uma alta popularidade do governo, garantindo a permanência do partido por 4 mandatos presidenciais consecutivos. Contudo, houve problemas que afetaram a imagem do PT, e dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, relacionados a escândalos de corrupção na administração pública federal. Isso intensificou diretamente maior inserção da direita nos discursos e na pauta política.

Tais elementos foram mobilizados de modo gradual para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, iniciado em 2015 e concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação de seu mandato. Em outras palavras, a péssima condição econômica, a incapacidade de articulação e diálogo com o Congresso Nacional, por parte da gestão Rousseff, e a insatisfação popular – levando milhares às ruas em oposição a seu governo nos movimentos pró-impeachment –, formaram a “tempestade perfeita”, que culminou com o fim do Governo Dilma, iniciado em 2011 e interrompido em seu ínterim.

Este cenário possibilitou a maior inserção e ascensão da direita nos movimentos políticos, como reação a 13 anos da esquerda no poder. Dessa forma, esses foram os elementos conjunturais que permitiram o surgimento de uma quarta onda populista no Brasil a partir de 2013, com as Jornadas de Junho e o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Esses eventos consubstanciaram, conjuntamente, o resultado do processo eleitoral de 2018, que foi caracterizado pela presença de um populismo conservador/autoritário.

Essa nova onda não está circunscrita à América Latina, mas é derivada e perpassa a onda populista internacional, tendo no continente latino-americano o Brasil como seu principal expoente. Esse novo populismo tem um cariz mais autoritário, marcado pelo desprezo às instituições democráticas e ao *establishment*. Um dos principais elementos interpelativos de mobilização é a utilização massiva das mídias digitais, e muitas vezes *fake news*, para moldarem as preferências políticas, sociais, culturais e econômicas dos cidadãos, além da utilização retórica

e enunciativa de um discurso mais conservador, religioso e moralista, que vem recebendo expressivos apoios de grupos evangélicos no Brasil.

Esses elementos se transubstanciaram em combustível sociopolítico e econômico que proporcionou a maior inserção da direita e do populismo no Brasil. Assim, fez-se mister analisar como Jair Bolsonaro, um ex-deputado federal do estado do Rio de Janeiro, com quase três décadas atuando no Congresso Nacional, mas sem expressão política significativa, que nunca disputou uma eleição majoritária no nível estadual ou nacional, conseguiu se eleger presidente da República por um partido pequeno, sem grande capilaridade nacional.

Diante dessa indagação, após termos percorrido analiticamente os estudos teóricos e conjunturais do populismo de direita, alocamos conceitualmente Bolsonaro como um populista que utilizou categoricamente o populismo como estratégia política (Weyland, 2001), uma vez que conseguiu vocalizar e mobilizar afetos (Mouffe, 2019) e o ressentimento de não representação e antiesquerda, após um pouco mais de uma década do PT no poder.

Ao apreender o cenário conjuntural brasileiro, Bolsonaro se mostrou como o condutor do *antiestablishment*, possibilitando o ressurgimento de definições baseadas no discurso e na ideologia. Esses padrões básicos de pensamento – ideologia – moldam as maneiras pelas quais os políticos populistas apelam para seus seguidores e criticam seus adversários, em seus discursos e retóricas, que por sua vez são reproduzidos pelos seus apoiadores, com o signo do discurso de “cidadão de bem”. Nesse sentido, as redes sociais foram o principal palco do embate discursivo.

Isso nos leva a um dos principais objetivos dessa tese, de não apenas elucidar, mas descrever e analisar, sobre o prisma conceitual do populismo de direita, sobretudo da extrema extrema-direita, e da crise representativa, as estratégias políticas dimensionadas e executadas por Bolsonaro em sua campanha até a vitória nas urnas em 2018. Em outras palavras, partimos da análise dos componentes centrais da estratégia política bem-sucedida que levou um líder populista, até então sem expressividade e sem um grande partido, ao cargo máximo da República.

Analisamos que a vitória de Bolsonaro se apresentou em contexto sociopolítico e econômico do populismo de direita como fenômeno global, mas também com aspectos domésticos, como a tendência do voto personalista no Brasil, devido à baixa institucionalização do sistema partidário no contexto da

redemocratização do país, iniciada nos anos de 1980. Mas, sobretudo, na esteira de um forte crescimento da onda de conservadorismo na sociedade, decorrente da reação conservadora na esfera pública brasileira, dos impactos da Lava Jato e do antipetismo, da influência das lideranças religiosas conservadoras sobre seu público, da moralidade da política através da participação dos militares, do apoio do setor agropecuário e da articulação nas redes sociais em torno da narrativa populista reacionária. Esses foram elementos conjunturais capazes de mobilizar o amplo segmento social não só para a eleição de 2018, mas para uma interlocução sociopolítica para além de um marco temporal circunscrito, permitindo definir o bolsonarismo como movimento político. Além disso, o próprio personalismo de Bolsonaro, ao se apresentar como o principal porta-voz dessas narrativas, foi um elemento-chave dessa estratégia para a vitória em 2018.

Com efeito, Bolsonaro demonstrou grande habilidade em articular esses pilares que sustentaram sua candidatura e apoio subsequente. Foi uma estratégia política fundamental para sua vitória, posto que para o populismo a representação não é vista como um processo, mas sim como algo assegurado através da identidade, ou seja, da identificação do líder com o povo e vice-versa. Essa profunda associação confere ao populismo uma intensidade que proporciona aos seguidores um sentimento de pertencimento que falta à democracia liberal e pluralista, com sua dependência de mecanismos processuais “frios” e distantes da realidade do cidadão comum.

Nesse contexto, a ascensão do populismo de extrema-direita e do conservadorismo, representado pelo então candidato Bolsonaro, pôde ser vista como uma resposta simplista e autoritária aos problemas enfrentados pelo país. A retórica de Bolsonaro, baseada em intolerância e desrespeito aos direitos humanos, mobilizou uma base eleitoral descontente com o status quo e desconfiada das instituições democráticas.

Bolsonaro foi hábil em vocalizar os ressentimentos sociais e se configurar como o único capaz de ir contra o *establishment*. A partir das narrativas e discursos revelados, a emergência de antagonismos foi evidenciada. Isso demonstra que o carisma não é uma característica definidora do populismo, mas sim a difundida crença nas capacidades surpreendentes, autênticas ou extraordinárias de um líder. Essa crença é o principal meio pelo qual a ligação entre líder e seguidores adquire a intensidade singular que origina e mantém o populismo. Quando as pessoas estão

convencidas das qualidades salvadoras e transformadoras de um líder, elas oferecem um comprometimento e apoio profundos, quase inquestionáveis. Essa perspectiva estratégica do populismo de Bolsonaro no contexto brasileiro se revela ao amalgamar diversos fatores conjunturais que conformaram a sociedade brasileira das duas últimas décadas.

Por fim, após a extensa análise constitutiva do processo político que levou o populismo de direita à ascensão (não só no Poder Executivo, mas também entre membros eleitos no Parlamento), apresentamos propriamente o bolsonarismo no poder, desde a estruturação de cargos no Poder Executivo, as relações com o Congresso Nacional e as controvérsias e beligerâncias com o Poder Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal. Também analisamos a relação do líder populista e o apoio das massas frente ao enfraquecimento político durante a pandemia da Covid-19.

Ressaltamos que, nos primeiros dois anos de sua gestão, Bolsonaro enfrentou grandes desafios na articulação política devido aos compromissos assumidos com seus pilares de sustentação durante a campanha e acomodações em seu governo, além de sua inexperiência e falta de habilidade política. Com a pandemia e outras crises subsequentes envolvendo outros poderes e a opinião pública, Bolsonaro se viu acuado e se concentrou em uma campanha permanente para preservar e expandir o populismo de direita e seus valores conservadores, que o mantêm apoiado nas ruas e nas mídias sociais por meio de seus seguidores. Esse repertório incluiu a criação de inimigos, identificados como “eles”, e discursos golpistas e autoritários. Apesar de sair vitorioso das eleições, Bolsonaro se limitou a um papel principal, quase único em sua governança, de ser extremamente combativo com as instituições democráticas, em detrimento da articulação política e da gestão efetiva do país.

Sua grande prova foi no ano de 2019, quando Sergio Moro saiu do governo fazendo denúncias de interferência na Polícia Federal, o que gerou uma crise política. Desde então, Bolsonaro enfrentou uma série de crises e escândalos que afetaram a sua popularidade e dificultaram ainda mais a sua relação com o Congresso Nacional.

Essas crises e escândalos levantaram dúvidas sobre a capacidade do ex-capitão de liderar o Brasil. Mesmo com a necessidade de aproximação do governo federal com os partidos do Centrão, sobretudo após a pandemia da Covid-19, e,

mais evidentemente, depois dos atos de 7 de setembro de 2021, os bolsonaristas, no feriado da independência, praticaram atos que se destacaram pelo teor retórico antidemocrático, com pedido de apoio para o fechamento do Supremo Tribunal Federal, intervenção militar, voto impresso nas eleições de 2022, e alguns manifestantes pedindo o impeachment do ministro Alexandre de Moraes e do então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso.

A repercussão negativa desses atos antidemocráticos na opinião pública, e sobremaneira a avaliação negativa da gestão federal durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19, combinada ao receio de possíveis processos de impeachment e a necessidade de desmobilizar as críticas, levaram Bolsonaro a buscar um apoio maior do Centrão, denominação dada ao conjunto de forças políticas com atuação no Congresso Nacional, que ganharam força a partir do Governo Michel Temer. Como forma de preservação e para garantir a mínima condição de governabilidade (tendo em vista que o presidencialismo de coalizão já tinha entrado em colapso desde o segundo Governo Dilma), o presidente promoveu uma “reforma” ministerial, deixando áreas sensíveis como a economia, educação, cultura e segurança sob seu controle direto, e recriando dois ministérios (das Comunicações e do Trabalho e Previdência Social), de modo que boa parte da administração federal passou a ser gerida pelos partidos do Centrão.

Interessante notar que a aproximação de Bolsonaro com o Centrão, em 2021, aponta para uma fragilidade do Poder Executivo frente ao Congresso Nacional a partir do Governo Temer e desgaste e/ou reformulação do presidencialismo de coalizão, que vigou nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Sobretudo, a mudança se deu com o fim da antiga polarização PT e PSDB, que foi substituída por novas alianças e mudanças no sistema partidário, com o enfraquecimento desses partidos com a Operação Lava-jato, especialmente o PSDB que em termos de vitórias eleitorais amargou derrotas desde 2018, e do PT que enfrentou dificuldades nas eleições de 2018, mas se recuperou em termos de competitividade eleitoral.

Tais fatores demonstram a reorganização do sistema partidário nacional, com destaque ao fortalecimento de partidos como o caso do PSL, após as eleições de 2018, e a perda significativa de competitividade do PSDB (sendo a exceção Eduardo Leite, eleito governador no Rio Grande do Sul). Bolsonaro teve que se enquadrar nesta nova estrutura, no cenário conjuntural que o envolvia. Iniciou a

acomodação de lideranças do Centrão em seu governo com Fábio Faria (PSD-RN) no Ministério da Comunicação, João Roma (PRB-BA) no Ministério da Cidadania e Ciro Nogueira (PP-PI) na Casa Civil. Sem, contudo, esvaziar de conteúdo ideológico ministérios importantes para o populismo de direita, como Educação, Relações Exteriores (com o ex-ministro Ernesto Araújo), Meio Ambiente (com o ex-ministro Ricardo Salles), Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e, no período pandêmico com vertente negacionista, o Ministério da Saúde (com o ex-ministro Eduardo Pazuello). A polarização e a constante guerra cultural são elementos basilares para fomentar o bolsonarismo e sua cadeia de apoio.

Dentre os três poderes, diante do populismo no poder, o Supremo Tribunal Federal se apresentou como um dos principais atores na moderação de algumas manifestações ou ações autocráticas do presidente Jair Bolsonaro. De fato, desde o início do governo, Bolsonaro buscava implementar políticas que, em muitos casos, iam contra os valores democráticos e as leis brasileiras, o que gerou conflitos com outros poderes e a sociedade civil (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022). O STF desempenhou, então, um papel fundamental como “poder moderador”, atuando para limitar as ações do presidente que violavam a Constituição e a legislação brasileira. Um exemplo dessa atuação ocorreu em 2020, quando o STF decidiu que os estados e municípios tinham autonomia para decidir sobre medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19, mesmo que isso tenha ido contra a posição do presidente. Essa decisão foi importante para garantir que as medidas adotadas para combater a pandemia fossem baseadas em critérios técnicos e científicos, e não em interesses políticos. O que demonstra, de certa forma, a não cooptação das instituições por parte do populismo e, ao mesmo tempo, a tendência do ativismo judicial do STF em decisões de grande repercussão social, como presenciado nos últimos anos.

Não obstante, tais ações de Bolsonaro foram identificadas por Vieira, Glezer e Barbosa (2022) como “infralegalismo autoritário”, caracterizado pela implementação de uma agenda populista e autoritária através da emissão de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático. Essas ações foram amparadas por pressões extrainstitucionais sobre agentes públicos, buscando a erosão ou neutralização de diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988. Essas práticas, por sua natureza, fugiram do controle legislativo, colocando o ônus de conter os excessos inconstitucionais de

Bolsonaro principalmente sobre o Poder Judiciário. Especificamente, coube ao STF, que já desempenhava uma posição central na arbitragem dos conflitos ordinários no sistema político brasileiro, enfrentar esse desafio notório.

À medida que os ataques à Constituição e à democracia se agravavam, o STF reagia de maneira mais contundente, buscando conter as investidas de Bolsonaro e seus apoiadores para minar o Estado Democrático de Direito. Durante esse processo, o tribunal adotou algumas posições controversas e pouco convencionais. O exemplo mais notável foi a inédita abertura de inquéritos de ofício, conduzidos por um ministro do tribunal, que terminou sendo estigmatizado pelo bolsonarismo como adversário do presidente. É relevante destacar que decisões e posturas pouco convencionais não são novidade para esse tribunal, que, ao longo de três décadas, viu seus poderes ampliados, especialmente em sua história recente (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022).

Em síntese, a presente tese trouxe algumas análises importantes sobre o movimento populista de direita no Brasil, seu conceito, sua ruptura, sua estrutura de apoio e sua experiência no poder. Consequentemente, apreendemos que a popularidade de Bolsonaro está intimamente ligada à sua linha discursiva conservadora e de direita. Nenhum presidente eleito pelo voto popular na história política brasileira foi diretamente identificado como conservador ou radicalmente de direita. A adesão crescente de cristãos, principalmente protestantes, à propaganda de Bolsonaro revela a importância de uma agenda associada a valores identificados como religiosos, tradicionais e conservadores. As lideranças religiosas, principalmente de denominação pentecostal, desempenharam um papel eleitoral significativo ao disseminar as propostas de Bolsonaro para seus fiéis.

A construção da cadeia de equivalência em torno dos discursos de Bolsonaro ocorreu através de um processo de agregação de demandas de diferentes grupos sociais conservadores. Os militares e simpatizantes do período da ditadura (1964-1985) foram os primeiros a se identificar com a ideia de um ex-militar no poder, ou com a retórica punitivista na área de segurança pública. Em seguida, religiosos e outros grupos conservadores se identificaram com posições contrárias ao avanço de políticas inclusivas ou outras questões de gênero e sexuais, como a legalização das drogas, aborto ou casamento gay (Goulart; Rodrigues, 2021).

No entanto, é importante salientar que a relação entre Bolsonaro e os grupos conservadores não é unânime, pois nem todos os conservadores apoiam sua agenda.

Além disso, a construção da cadeia de equivalência em torno dos discursos de Bolsonaro não ocorreu de forma linear ou automática, exigindo um processo de negociações e conflitos. Além do mais, é fundamental lembrar que a análise da popularidade de Bolsonaro não pode se limitar apenas ao campo conservador ou religioso, uma vez que existem outras variáveis importantes a serem consideradas, como a insatisfação com a classe política tradicional, a crise econômica e o desemprego, como analisado ao longo desta pesquisa.

Do mesmo modo, o bolsonarismo como movimento político vai além da persona de Bolsonaro, visto que o fenômeno discursivo do populismo já se tornou uma narrativa comum e basilar na cultura política brasileira. Se Bolsonaro não mais se candidatar ao Poder Executivo nacional (por ora está inelegível, por decisão do TSE, em 30 de junho de 2023, por prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho de 2022) e o flanco da sucessão estiver aberto, mesmo na ausência de uma liderança uníssona entre a classe política em nível nacional nos entes subnacionais da federação, principalmente nas eleições para casa dos representantes (Câmaras Municipais e Congresso Nacional), conviveremos por muitos anos com a pauta bolsonarista na ordem discursiva, tanto do sistema político quanto na narrativa da sociedade. O populismo de extrema-direita tem um caráter sociopolítico mais estrutural do que conjuntural, pela sua capilaridade na sociedade, mais do que por suas próprias lideranças – apesar do populismo ter um cariz personalista.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou contribuir com análises acerca: da conceituação de populismo e diferenciação dos “novos” e “velhos” populismo; a predisposição ao voto personalista no Brasil, com a baixa institucionalização partidária; com a diferenciação das formas de manifestação do populismo na América Latina e no Brasil ao longo de 1930 a 2022; do populismo como estratégia política, através de cinco pilares de sustentação (lavajatismo; apoio dos militares; evangélicos; agronegócio; e das mídias digitais); e, por fim, caracterizando o populismo no poder, por meio de investigações sobre o Governo Bolsonaro, perpassando a composição do Governo, a redefinição das relações com o Congresso Nacional e com Poder Judiciário, reforçando a formação da representação política populista.

Contudo, apesar da análise desta tese se concentrar nos elementos supracitados, o segundo turno das eleições 2022 revela uma importante conclusão deste trabalho. Tendo em vista que, na disputa entre Lula e Bolsonaro, Lula foi eleito com 50,90% dos votos enquanto seu opositor com 49,10% – a disputa eleitoral foi decidida por margem de diferença de 1,8% –, isso reforça as conclusões neste trabalho, que revelaram a força e as principais características do bolsonarismo enquanto movimento político, mais estrutural do que conjuntural. Ao mesmo tempo, uma vitória da frente política que elegeu Lula indica a capacidade de rearticulação das forças políticas e sociais defensoras do ideal democrático no Brasil, cuja coesão será um dos principais desafios dos próximos anos.

Por fim, a ascensão e o Governo de Jair Bolsonaro no Brasil oferecem um caso intrigante e complexo no estudo do populismo de extrema-direita contemporâneo, no qual ao longo desta tese buscamos examinar. Por conseguinte, à medida que o populismo de direita e/ou extrema-direita continuar a moldar a política em todo o mundo, é imperativo que os estudiosos e os formuladores de políticas continuem a analisar e avaliar de forma crítica esses fenômenos, a fim de promover uma discussão informada e construtiva sobre os desafios que eles representam para as sociedades contemporâneas. Sobretudo, no caso brasileiro, a disputa pelo legado do bolsonarismo.

## 7

### Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. **Revista Eurolatinoamericana de Análisis Social y Político**, v. 2, n. 3, p. 67-79, jun 2021.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ALENCAR, Gedeon. Jair Messias Bolsonaro. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 37, 23 mar 2020.

ALMEIDA, Mansueto; LISBOA, Marcos de Barros; PESSOA, Samuel. **O ajuste inevitável ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido**. Mimeo, 2015. Disponível em: <http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2015/07/28/oajuste.pdf>. Acesso em: 27 jun 2021.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu** [online], n. 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, junho, 2019. p. 185-213.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos (Cebrap)**, São Paulo, junho de 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 2018. **EcoDebate**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 19 out 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Política e Antipolítica**: a crise do Governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de Governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Org.) **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democrático e degradação da política. São Paulo: Autêntica, 2021.

BARLETT, Jamie. Populism, social media and democratic strain. *In*: SANDELIND, C. (Ed.). **European populism and winning the immigration debate**, p. 99-116, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, Número Especial, p. 23-50, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Rio de Janeiro: **Revista Economia Contemporânea**, n. esp., p. 1-63, 2017.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29.ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: TONIOL, Rodrigo; ALMEIDA, Ronaldo. **Conservadorismo, Fascismo e Fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

CÂMARA, Heloisa Fernandes; ALMEIDA, Ana Paula Cardoso. Estratégias de erosão constitucional no Brasil: bolsonarismo e a desconstituição por meios legais e administrativos. **Revista Direito e Práxis**, v. XX, n. X, p.1-31, 2022.

CANOVAN, Margaret. **Populism**. London: Junction Books, 1981.

CARVALHO, Fernanda Cavassana; CERVI, Emerson Urizzi. Mais Populismo, Menos Representatividade: Monitoramento e Lógica Populista da Comunicação Política em Redes Sociais Online. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 86-103, jul 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo. **O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César – ensaio sobre o materialismo e a religião civil**. Campinas: Vide Editorial, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHEIBUB, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia. *In*:

RANULFO, Carlos (org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 25-32.

CONNOLLY, William. **The Ethos of Pluralization**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2004.

CONTINI, Elisio; GASQUES, José.; LEONARDI, Renato.; BASTOS, Eliana. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, ano xv, n.1, jan/fev/mar, 2006.

COSSARINI, Paolo; VALLESPÍN, Fernando. (Orgs). **Populism and Passions: democratic legitimacy after austerity**. New York: Routledge, 2019.

CUNHA, Magali. **O protagonismo evangélico no Poder Executivo: a ocupação de ministérios**. 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>. Acesso em: 20 fev 2023.

DAHL, Robert. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAL LAGO, Alessandro. **Populismo digitale: la crise, la rete e la nuova destra**. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente – nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, fev 1988.

DUARTE, André; CÉSAR, Maria Rita. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020.

DWORKIN, Ronald. **Taking rights seriously**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

DWORKIN, Ronald. **A matter of principle**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

FARIAS, Luiz Felipe. Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil. **Revista de Ciências Sociais - Configurações**, v. 27, n.1, p. 95-110, 2021.

FERES Jr., João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. A Lava Jato e a mídia. *In*: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (orgs.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018. p. 199-228.

FERNANDES, Gustavo; PEREIRA, Blenda. Os desafios do financiamento do enfrentamento à Covid-19 no SUS dentro do pacto federativo. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 595-613, jul - ago 2020.

FITZI, Gregor. Political populism as a symptom of the great transformation of democracy. *In*: FITZI, Gregor; MACKERT, Juergen; TURNER, Bryan. **Populism and the Crisis of Democracy Volume 2: Politics, Social Movements and Extremism**. London: Routledge, 2018. p. 1-11.

FRASER, Nancy; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Camilla Monteiro. **Os Novos Populismos Contemporâneos como Fenômeno Global: as estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças nas campanhas de Nicolás Maduro e Viktor Órban (2018)**. 2021. 180 f. Dissertação – Mestrado em Segurança Nacional e Defesa. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2021.

FREIXO, Adriano de (Org.). **Manifestações no Brasil: as ruas em disputa**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de Doutorado em sociologia. IFCH-Unicamp, Campinas, 1994.

FUKUYAMA, Francis. **Liberalism and its discontents**. London: Profile Books, 2022.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALLEGO, Esther. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizades nas redes sociais no período 2014-2017. *In*: FREIXO, Adriano; PINHEIRO MACHADO, Rosana (Orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. São Paulo: Oficina Raquel, 2019. p. 83-98.

GANDESHA, Samir. Understanding right and left populism. *In*: MORELOCK, Jeremiah. (eds.). **Critical theory and authoritarian populism**. London: University of Westminster Press, 2018. p. 49-70.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *In*: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOULART, Mayra; RODRIGUES, Theófilo. O Populismo de Direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no Governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, p. 86-107, 2021.

GOUVÊA, Carina B; CASTELO BRANCO, Pedro H.V.B. **Populismos**. Minas Gerais: Casa do Direito, 2020.

GRACINO Jr., Paulo; TARGINO, Janine; REZENDE, Gabriel S. Confiança Institucional e Opinião Pública entre jovens religiosos na cidade do Rio de Janeiro. **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 305-329, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUAZINA, Liziane. Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista. **Mediapolis**, n. 12, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. London: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D.; DAVIS, M.; ZIZEK, S.; ALI, T. & SAFATLE, V. P. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012.

HAWKINS, Kirk. Is Chávez populist? Measuring populist discourse in comparative perspective. **Comparative Political Studies**, n. 42, 2009.

HAWKINS, Kirk; SELWAY, Joel. Thaksin the Populist? **Chinese Political Science Review**, n. 2, 2017.

INÁCIO, Magna. Poder Executivo: presidência e gabinete. *In*: AVRITZER, Leonardo.; KERCHE, Fábio.; MARONA, Marjorie. (Org.) **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democrático e degradação da política. São Paulo: Autêntica, 2021.

INÁCIO, Magna. Os Poderes de Agenda do Presidente. *In*: ANASTASIA, Fátima.; AVRITZER, Leonardo. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 170-174.

ISMAEL, Ricardo. A Repercussão da Operação Lava jato na Eleição Presidencial de 2018. *In*: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; ISMAEL, Ricardo. **O Brasil e as Eleições Nacionais de 2018: Mudanças, Continuidades e Novos Desafios**. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

ISMAEL, Ricardo; PEREIRA, Felipe Barboza. Federalismo Cooperativo em Crise: Embate entre o Governo Federal e os Estados Brasileiros na Pandemia do Covid-19. *In*: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; COSTA, Frederico Lustosa (orgs). **O bolsonarismo no poder**: rupturas institucionais e suas consequências. Rio de Janeiro: Anagrama, 2022.

ITUASSU, Arthur *et al.* De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. **Anais VIII Compolítica**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Brasília, 2019.

ITUASSU, A. *et al.* Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: uma abordagem qualitativa para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Dados**, v. 66, n. 2, p. 8-30, 2023.

KERCHE, Fábio; FERES Jr., João (orgs.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind**: from Burke to Eliot. Indiana: Gateway Edition, 1978.

KRISTOL, Irving. **The Neoconservative Persuasion**: Selected Essays, 1942-2009. New York: Basic Books, 2011.

LACERDA, Antonio Corrêa; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs.). **Economia Brasileira**. 6.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. New York: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name? *In*: PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005. p. 32-50.

LAMOSO, Lisandra. Reprimarização no Território Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IX, n. 19, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **A Carta da Democracia**. O Processo Constituinte da Ordem Pública de 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, n. 70, p. 223-249, 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. Evangélicos, Política e Espaço: Novas Estratégias Rumo à Presidência da República? **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 566-586, 2016.

MACHADO RODRIGUES, Theófilo.; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: duas abordagens da teoria política. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 253-279, 2022.

MARIANO, Ricardo; GIARDI, Dirceu A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARIZ, Cecília; GRACINO JUNIOR, Paulo. As Igrejas Pentecostais no censo de 2010. *In*: MENEZES, Renata; TEIXEIRA, Faustino. (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 161-174.

MARONA, Marjorie; MAGALHÃES, Lucas. Guerra e Paz? O Supremo Tribunal Federal nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Org.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação da política**. São Paulo: Autêntica, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOULART, Mayra. Da diferença à equivalência: hipóteses laclauianas sobre a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 67, p. 1-39, 2024.

GOULART, Mayra; ADINOLFI, Goffredo. O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o Movimento 5 Estrelas. **Análise Social**, v. 227, n. iii (2.º), p. 388-414, 2018.

LAKATOS, Eva.; MARCONI, Mariana. **Fundamentos metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 12, 2005.

MENDONÇA, Daniel; RESENDE, Erica. A Especificidade do Populismo de Esquerda. **Revista de História** (Unesp), v. 40, p. 1-18, 2021.

MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 205-228, set 2012.

MENDONÇA, Daniel. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 479-497, set 2010.

MIGUEL, Luís Filipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOFFIT, Benjamin. How to Perform Crisis: A Model for Understanding the Key Role of Crisis in contemporary Populism. **Government and Opposition**, v. 50, p. 189-217, 2015.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism** – Performance, Political Style and Representation. California: Stanford University Press, 2016.

MOFFITT, Benjamin; TORMEY, Simon. Rethinking Populism: Politics, Mediatisation and Political Style. **Political Studies**, v. 62, n. 2, p. 381-397, 2014.

MOISÉS, José Álvaro; WEFFORT, Francisco. **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu; ISMAEL, Ricardo (Orgs.). **O Brasil nas Urnas: Eleições Municipais de 2016**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe. **O Problema do Populismo: teoria, política e mobilização**. São Paulo: Pacco, 2019.

MORO, Sergio. Preventing Systemic Corruption in Brazil. **Daedalus**, v. 147, n. 3, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUFFE, Chantal. The “End of Politics” and the Challenge of Right-wing Populism. *In*: PANIZZA, F. (ed.) **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres/ Nova Iorque: Verso, p. 50-72, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal R. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, v. 48, n. 2, p. 147-174, 2013.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal R. **Populism: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cass. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MÜLLER, Jan-Werner. **What Is Populism?**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NABERS, Dick. **A poststructuralist discourse theory of global politics**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NICOLETTI, Janara; FLORES, Ana. Violência contra Jornalistas no Canal de Jair Bolsonaro no Youtube: análise dos 100 primeiros dias de pandemia de Covid-19 no Brasil. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 1, p. 4-35, jan 2022.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003.

OXFAM BRASIL. **Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PESSOA, Samuel. Comentário ao texto “*Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos*”, de Bráulio Borges. In: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando (orgs). **A crise de crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier e FGV/IBRE, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, p. 26-45, 1987.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POSTERNAK, Leo. **Populismo no Brasil de 1945 a 1964: as interpretações da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do ISEB e do pensamento econômico liberal**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em Nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RESENDE, Erica Simone A. **Os novos populismos contemporâneos como fenômeno global: implicações para política externa e de segurança internacional**. Faperj: Projeto Jovem Cientista do Nosso Estado, 2019.

REZENDE, Gabriel. O Voto Evangélico nas Eleições de 2018. *In*: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; ISMAEL, Ricardo. **O Brasil e as Eleições Nacionais de 2018: Mudanças, Continuidades e Novos Desafios**. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

REZENDE, Gabriel S. Crivella e a Igreja Universal: inserção no espaço público, estratégias e política eleitoral. **Revista Sociologias Plurais**, v. 5, n. 1, p. 97-124, 2019.

REZENDE, Gabriel S. **Religião, Voto e Participação Política**: a vitória de Marcelo Crivella na disputa eleitoral carioca de 2016. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 2018.

RICCI, Paolo; IZUMI, Mauricio; MOREIRA, David. O Populismo no Brasil (1989-2019): um velho conceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36 n. 107, 2021.

ROBERTS, Kenneth. Populism, political conflict, and grass-roots organization in Latin American. **Comparative Politics**, v. 38, n. 2, 127-48, 2006.

ROITMAN, Janet. Crisis. **Political Concepts**, New York School for Social Research. 2012. Disponível em <http://www.politicalconcepts.org/issue1/crisis/>. Acesso em: 4 nov 2022.

ROTH, Kenneth. The Dangerous Rise of Populism: Global Attacks on Human Rights Values. Human Rights Watch World Report 2017, **Journal of International Affairs Editorial Board**, p. 1-14, 2017.

SADEK, Maria Teresa. Combate à Corrupção: novos tempos. **Revista da CGU**, v. 11, n. 20, ago-dez, 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. *In*: Carlos VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SANTOS, Fabiano; BARBOSA, Leonardo. Bolsonaro e o Congresso: a caminho da estabilidade? *In*: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação da política**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil, **Colombia Internacional**, n. 99, 2019.

SENADO FEDERAL. **CPI da pandemia**: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 24 jul 2022.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. **American Political Science Review**, v. 64, n. 4, p. 1033-53, 1972.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. Trad. Inês Lohbauer. São Paulo: Scritta, 1996.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política: sociedade e política na segunda modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SOUZA, Nelson Rosário. **Sociologia Política**. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos (Cebrap)**, n. 85, nov 2009.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its Discontents**. New York / London: W. W. Norton & Company, 2002.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Pergaminho, 1986.

TAGUIEFF, Pierre-André. Political science confronts populism: from a conceptual mirage to a real problem. **Telos – Critical Theory of the Contemporary**, [Online], v. 103, n. 9, p. 9-43, 1995.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida. Em busca do centro perdido. São Paulo: **Novos Estudos (Cebrap)**, jun 2017.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, v. 16, n. 1, p. 29-57, 2013.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma breve introdução**. São Paulo: Cultrix, 2019.

TUSHNET, Mark. Varieties of Populism. **German Law Journal**, v. 20, p. 382-389, 2019.

URBINATI, Nadia. **Democracy disfigured, Opinion, Truth, and the People**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

URBINATI, Nadia. **Me the people: how populism transforms democracy**. Cambridge: Harvard University, Press 2019.

VALERIO, Samuel. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências. **Revista Brasileira de História das Religiões (ANPUH)**, ano XIII, n. 37, 2020.

VIANNA, Luís. Werneck.; CARVALHO, Maria Alice.; MELO, Manuel; BURGOS, Marcelo. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA, Oscar; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura. Supremocracia e Infralegalismo Autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o Governo Bolsonaro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 591-605, set-dez, 2022.

VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2017.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WERNECK, Rogério. Alternância Política, Redistribuição e Crescimento, 2003-2010. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**: dois séculos de política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept – Populism in the Study of Latin American Politics. **Comparative Politics**, v. 34, n. 4, p. 1-22, 2001.

WEYLAND, Kurt. Populism: A Political Strategic Approach. *In*: KALTWASSER, Rovira Cristóbal et al. (orgs.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 48-71.

WEYLAN, Kurt. Populism as a Political Strategy: An Approach's Enduring and Increasing Advantages. **Political Studies**, v. 69, n. 2, p. 185-189, 2021.

## Apêndice

## Ministros do Governo Bolsonaro (2019-2022)

<b>Advocacia-Geral da União</b>	<p><b>André Mendonça</b></p> <p>*Advogado e pastor licenciado da Igreja Presbiteriana.</p> <p>(1 de janeiro de 2019 até 27 de abril de 2020)</p>	<p><b>José Levi</b></p> <p>(29 de abril de 2020 - até 29 de março de 2021)</p>	<p><b>André Mendonça</b></p> <p>(30 março 2021 até 6 agosto 2021 / indicado para o STF, assumindo em 16 dez 2021)</p>	<p><b>Bruno Bianco</b></p> <p>* Procurador federal.</p> <p>(6 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2022)</p>
<b>Casa Civil</b>	<p><b>Onyx Lorenzoni</b></p> <p>*Deputado federal (2019-2023) filiado ao DEM/RS; membro da Igreja Luterana.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 a 14 de fevereiro de 2020)</p>	<p><b>Walter Braga Netto</b></p> <p>*General do Exército Brasileiro.</p> <p>(18 de fevereiro de 2020 a 29 de março de 2021)</p>	<p><b>Luiz Eduardo Ramos</b></p> <p>*General do Exército Brasileiro.</p> <p>(29 de março de 2021 a 28 de julho de 2021)</p>	<p><b>Ciro Nogueira</b></p> <p>*Senador da República (2019-2023) filiado ao PP/PI.</p> <p>(4 de agosto de 2021 até 30 de dezembro de 2022)</p>
<b>Controladoria-Geral da União</b>	<p><b>Wagner Rosário</b></p> <p>*Capitão do Exército Brasileiro (1992-2008) e Auditor Federal de Finanças e Controle (2009 – atual). Assumiu a função de ministro-chefe da Controladoria-Geral da União desde o governo Michel Temer (2016-2018).</p> <p>(31 de maio de 2017 até 31 de dezembro de 2022)</p>			
<b>Gabinete de Segurança Institucional</b>	<p><b>Augusto Heleno</b></p> <p>*General do Exército Brasileiro (reserva) e filiado ao Patriota – RJ.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022)</p>			
<b>Ministério da Agricultura</b>	<p><b>Tereza Cristina</b></p> <p>*Deputada federal (2015-2023) filiada ao DEM/MS.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 a 30 de março de 2022)</p>			

<b>Ministério da Cidadania</b>	<p><b>Osmar Terra</b> *Deputado federal (2019-2023) filiado ao MDB/RS.  (1º de janeiro de 2019 até 14 de fevereiro de 2020)</p>	<p><b>Onyx Lorenzoni</b>  *Deputado federal (2019-2023) filiado ao DEM/RS; membro da Igreja Luterana.  (18 de fevereiro de 2020 a 12 de fevereiro de 2021)</p>	<p><b>João Roma</b>  *Deputado federal (2019-2023) filiado ao PRB/BA.  (12 de fevereiro de 2021 a 31 de março de 2022)</p>		
<b>Ministério da Ciência e Tecnologia</b>	<p><b>Marcos Pontes</b>  * Tenente-coronel da Força Aérea Brasileira (reserva) e filiado ao PSL/SP.  (1 de janeiro de 2019 a 30 de março de 2022)</p>				
<b>Ministério da Defesa</b>	<p><b>Fernando Azevedo e Silva</b>  *General do Exército Brasileiro.  (1º de janeiro de 2019 até 29 de março de 2021)</p>	<p><b>Walter Braga Netto</b>  *General do Exército Brasileiro.  (29 de março de 2021 a 1 de abril de 2022)</p>			
<b>Ministério da Economia</b>	<p><b>Paulo Guedes</b>  *Economista.  (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023)</p>				
<b>Ministério da Educação</b>	<p><b>Vélez Rodriguez</b>  *Professor e teólogo. É professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e</p>	<p><b>Abraham Weintraub</b>  *Economista e</p>	<p><b>Carlos Decotelli</b>  * É um economista e professor. Foi</p>	<p><b>Milton Ribeiro</b>  *Advogado, professor e pastor</p>	<p><b>Victor Godoy Veiga</b>  *Servidor de carreira da Controladoria</p>

	<p>era próximo do polemista Olavo de Carvalho.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 até 8 de abril de 2019)</p>	<p>professor. Filadelfo ao PDT (2020 - 2022) e era próximo do polemista Olavo de Carvalho.</p> <p>(8 de abril de 2019 até 20 de junho de 2020)</p>	<p>nomeado ministro da Educação do Brasil em 25 de junho de 2020, mas cinco dias depois renunciou antes de assumir o cargo, em virtude de uma série de controvérsias em relação à titulação acadêmica informada em seu currículo, não chegando a tomar posse.</p>	<p>presbiteriano.</p> <p>(16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022)<sup>145</sup></p>	<p>-Geral da União.</p> <p>(29 de março de 2022 até 31 de dezembro de 2022)</p>
<b>Ministério da Infraestrutura</b>	<p><b>Tarcísio Gomes de Freitas</b></p> <p>*Engenheiro Civil, foi Capitão do Exército Brasileiro (1996-2008) e Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (2009-2019).</p> <p>(1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022)</p>				
<b>Ministério da Justiça</b>	<p><b>Sergio Moro</b></p> <p>* ex-Juiz federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e filiado ao PODEMOS (2021-2022)</p>	<p><b>André Mendonça</b></p> <p>*Advogado e pastor licenciado da Igreja</p>	<p><b>Anderson Torres</b></p> <p>*Delegado da Polícia Federal</p> <p>(30 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2022)</p>		

<sup>145</sup> Em 28 de março de 2022, quando pediu exoneração após denúncias de envolvimento no esquema de corrupção chamado de “Bolsolão do MEC”. Termo usado para se referir a um esquema de corrupção ocorrido no Ministério da Educação do Brasil (MEC) durante o governo de Jair Bolsonaro no ano de 2022. Em novembro de 2022, a ministra Cármen Lúcia, do STF, decidiu arquivar os pedidos de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro relacionados às acusações de corrupção no Ministério da Educação. Ela justificou sua decisão afirmando que já existe um inquérito em andamento sobre o assunto no STF e determinou que os autos dos pedidos sejam compartilhados com essa investigação em curso. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=486516&ori=1>. Acesso em: 27 jul. 2023.

	(1º de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020)	Presbiteriana. (29 abril 2020 a 29 março 2021)		
<b>Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos</b>	<b>Damara Alves</b> *Advogada e pastora da Igreja Batista. Filiada ao PP/DF (1995-2020). (1º de janeiro de 2019 até 30 de março de 2022)			
<b>Ministério da Saúde</b>	<b>Luiz Henrique Mandetta</b> *Médico ortopedista e deputado federal (2011-2019) pelo DEM/MS. (1º de janeiro de 2019 até 16 de abril de 2020)	<b>Nelson Teich</b> *Médico oncologista. (17 de abril de 2020 até 15 de maio de 2020)	<b>Eduardo Pazuello</b> *General de divisão do Exército Brasileiro. (16 de maio de 2020 até 23 de março de 2021)	<b>Marcelo Queiroga</b> *Médico cardiologista. (23 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2022)
<b>Ministério das Comunicações</b>	<b>Fábio Faria</b> *Administrador e deputado federal (2007 a 2023) pelo PSD/RN. (17 de junho de 2020 até 21 de dezembro de 2022) **Ministério foi recriado através da Lei 14.074 de 14 de outubro de 2020, oriunda da Medida Provisória 980/2020.			
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<b>Ernesto Araújo</b> *Diplomata. (1º de janeiro de 2019 a 29 de março de 2021)	<b>Carlos França</b> *Diplomata. (6 de abril de 2021 até 31 de dezembro de 2022)		
<b>Ministério de Minas e Energia</b>	<b>Bento Albuquerque</b> *Almirante de esquadra da Marinha do Brasil. (1º de janeiro de 2019 até 11 de maio de 2022)			
<b>Ministério do Desenvolvimento Regional</b>	<b>Gustavo Canuto</b> *Servidor de carreira do governo federal (especialista em	<b>Rogério Marinho</b> *Deputado Federal (2015 – 2019) pelo PSDB – RN. (11 de fevereiro de 2020 a 31 de março de 2022)		

	<p>Políticas Públicas e Gestão Governamental).</p> <p>(1º de janeiro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020)</p>		
<b>Ministério do Meio Ambiente</b>	<p><b>Ricardo Salles</b></p> <p>*Advogado.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 até 23 de junho de 2021)<sup>146</sup></p>	<p><b>Joaquim Leite</b></p> <p>*Administrador.</p> <p>(23 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2022)</p>	
<b>Ministério do Trabalho e Previdência</b>	<p><b>Onyx Lorenzoni</b></p> <p>*Deputado federal (2019-2023) filiado ao DEM/RS; membro da Igreja Luterana.</p> <p>(28 de julho de 2021 a 30 de março de 2022) **Ministério foi recriado através da Lei 14.261/21 de 16 de dezembro de 2021, oriunda da Medida Provisória 1058/21.</p>		
<b>Ministério do Turismo</b>	<p><b>Marcelo Álvaro Antônio</b></p> <p>*Empresário e deputado federal pelo PSL-MG (2015-2019).</p> <p>(1º de janeiro de 2019 até 9 de dezembro de 2020)</p>	<p><b>Gilson Machado</b></p> <p>*Empresário. Foi filiado ao PSL (2018-2020) e ao PSC (2020-2022) pelo estado de Pernambuco.</p> <p>(9 de dezembro de 2020 a 31 de março de 2022)</p>	
<b>Secretaria de Governo</b>	<p><b>Carlos Alberto Santos Cruz</b></p> <p>*General de divisão da reserva do Exército Brasileiro (reserva).</p> <p>(1º de janeiro de 2019 a 13 de junho de 2019)</p>	<p><b>Luiz Eduardo Ramos</b></p> <p>*General do Exército Brasileiro.</p> <p>(13 de junho de 2019 a</p>	<p><b>Flávia Arruda</b></p> <p>*Empresária e foi deputada federal pelo PL/DF (2019-2023).</p> <p>(30 de março de 2021 até 31 de março de 2022)</p>

<sup>146</sup> Foi exonerado, a pedido, em 23 de junho de 2021, após acusações de suposto envolvimento em esquema de exportação ilegal de madeira do Brasil para o exterior. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contr-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 27 jul 2023.

		29 de março de 2021)			
<b>Secretaria-Geral da Presidência</b>	<p><b>Gustavo Bebianno</b></p> <p>*Advogado e filiado ao PSL. Falecido em 14 de março de 2020.</p> <p>(1º de janeiro de 2019 até 18 de fevereiro de 2019)</p>	<p><b>Floriano Peixoto</b></p> <p>*General de divisão da reserva do Exército Brasileiro; indicado por Bolsonaro para a presidência dos Correios, em 2019.</p> <p>(18 de fevereiro de 2019 a 20 de junho de 2019)</p>	<p><b>Jorge Oliveira</b></p> <p>*Major da Polícia Militar de Brasília (reserva); indicado por Bolsonaro para ocupar uma cadeira como ministro no TCU.</p> <p>(21 de junho de 2019 até 31 de dezembro de 2020)</p>	<p><b>Onyx Lorenzoni</b></p> <p>*Deputado federal (2019-2023) filiado ao DEM/RS; membro da Igreja Luterana.</p> <p>(12 de fevereiro de 2021 a 28 de julho de 2021)</p>	<p><b>Luiz Eduardo Ramos</b></p> <p>*General do Exército Brasileiro.</p> <p>(28 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2022)</p>